



Eloísa Rocha Queiroz
Igor Carlos Feitosa Alencar
Marta Evânia Miguel da Silva
Maurício Gonçalves Leitão
e outros

A CONSTRUÇÃO DE UMA GEOGRAFIA COMBATIVA

ENTRE O MOVIMENTO ESTUDANTIL E A ACADEMIA



Edson Soares Martins
Eloisa Rocha Queiroz
Igor Carlos Feitosa Alencar
Marta Evânia Miguel da Silva
Maurício Gonçalves Leitão

A CONSTRUÇÃO DE UMA GEOGRAFIA COMBATIVA
ENTRE O MOVIMENTO ESTUDANTIL E A ACADEMIA

Crato
Edson Soares Martins
2017

COORDENAÇÃO EDITORIAL: EDSON SOARES MARTINS

CONSELHO EDITORIAL: EDSON SOARES MARTINS (URCA), FRANCISCO DE FREITAS LEITE (URCA), NEWTON DE CASTRO (URCA), RIDALVO FELIX DE ARAUJO (UFMG)

PREPARAÇÃO DE TEXTO E DIAGRAMAÇÃO: ATELÊ EDITORIAL DO NETLLI

REVISÃO FINAL DE TEXTO: IGOR CARLOS FEITOSA ALENCAR E FRANCISCO JOEDSON DA SILVA NASCIMENTO

FICHA CATALOGRÁFICA

M3668

A CONSTRUÇÃO DE UMA GEOGRAFIA COMBATIVA: ENTRE O MOVIMENTO ESTUDANTIL E ACADEMIA; CRATO: EDSON SOARES MARTINS, 2017.

263 p. 14 cm

ISBN 978-85-920819-4-2

1. GEOGRAFIA; 2. MOVIMENTO ESTUDANTIL; 3. ENSINO SUPERIOR; I. MARTINS, EDSON SOARES; ALENCAR, IGOR CARLOS FEITOSA; QUEIROZ, ELOISA ROCHA; SILVA, MARTA EVÂNIA MIGUEL DA; LEITÃO, MAURÍCIO GONÇALVES. II. TÍTULO.

CDD: 550

CDU: 911

ATELIÊ DE EDITORIAL DO NETLLI
UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI
R. CEL. ANTONIO LUIS, 1611, PIMENTA.
CRATO, CEARÁ. 63100-000

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
EIXO 1 – CARTOGRAFIAS, GEOTECNOLOGIA E SOCIEDADE	10
CARTOGRAFIA TÁTIL PARA DEFICIENTES VISUAIS DO ENSINO MÉDIO	11
BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A RELEVÂNCIA DA ALFABETIZAÇÃO CARTOGRÁFICA PARA O CONHECIMENTO GEOGRÁFICO A PARTIR DA CONSTRUÇÃO DE MAPAS MENTAIS	16
CARTOGRAFIA ESCOLAR: HABILIDADES CARTOGRÁFICAS	22
ECOPEDAGOGIA E CARTOGRAFIA: BUSCANDO NOVOS MÉTODOS PEDAGÓGICOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA	27
FORMAÇÃO CARTOGRÁFICA: SABERES E PRÁTICAS DE PROFESSORAS DAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: CARTOGRAFANDO REFLEXÕES.....	33
GEOTECNOLOGIAS E SUA APLICAÇÃO NA ANÁLISE DA TEMPERATURA DE SUPERFÍCIE DA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DO CRATO – CE	40
LEVANTAMENTO DO ÍNDICE DE CRUZ NA BR-122 – CE DA DIVISA PERNAMBUCO\CEARA AO CRATO-CE.....	47
O USO DA CARTOGRAFIA COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA NO ENSINO DE GEOGRAFIA NA E. E. F. M. PRESIDENTE VARGAS EM CRATO - CE	52
EIXO 2 – DESENVOLVIMENTO E CONFLITOS URBANOS.....	56
A PROMOÇÃO IMOBILIÁRIA NA ZONA LESTE DE JUAZEIRO DO NORTE/CE E A EMERGÊNCIA DE UM NOVO RUMO NA URBANIZAÇÃO NESSA CIDADE.....	57
ANÁLISE DA APLICABILIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO MDA NO ALTO OESTE POTIGUAR.	61
FOME E POBREZA: O RETRATO DAS DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS NA ANÁLISE DA VIDA COTIDIANA.	67
PARA NO TEU LÍMPIDO AQUÁRIO MERGULHAR: PROCESSO DE SEGREGAÇÃO SOCIO ESPACIAL NA COMUNIDADE POÇO DA DRAGA FRENTE À CONSTRUÇÃO DO ACQUÁRIO	75
A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA PORÇÃO SUDOESTE DE FORTALEZA-CE: UM OLHAR A PARTIR DA AVENIDA GENERAL OSÓRIO DE PAIVA	78
EIXO 3 – GEOGRAFIA, EDUCAÇÃO E SOCIEDADE.....	83
A GEOGRAFIA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: ENTRE O ENSINAR E O APRENDER.....	84
A IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE GEOGRAFIA.	88
A PROBLEMÁTICA DO ENSINO DA GEOGRAFIA NOS DIAS ATUAIS EM SALA DE AULA O CONVÍVIO SOCIAL.....	93
FORMAÇÃO CARTOGRÁFICA: SABERES E PRÁTICAS DE PROFESSORAS DAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL – CARTOGRAFANDO REFLEXÕES.....	98

GEOGRAFIA E CARTOGRAFIA TÁTIL: CONTRIBUIÇÕES PARA APRENDIZAGEM DOS DISCENTES COM NECESSIDADES VISUAIS NO ENSINO DE GEOGRAFIA NO COLÉGIO WILSON GONÇALVES DE CRATO/CE.....	104
AS NOVAS TECNOLOGIAS INSERIDAS NO ENSINO DE GEOGRAFIA: UMA VISÃO DA REALIDADE VIVIDA NO ENSINO MEDIO EM MILHÃ-CEARÁ.....	108
DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL À SUSTENTABILIDADE SOCIAL: UMA COMPREENSÃO PARA ALÉM DAS IDEOLOGIAS	113
ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM GEOGRAFIA: DISCUSSÕES E PONDERAÇÕES SOBRE A REGÊNCIA E O LIVRO DIDÁTICO.....	116
ENSINO DE GEOGRAFIA E A ALFABETIZAÇÃO CARTOGRÁFICA: AS REPRESENTAÇÕES E A LEITURA DO ESPAÇO	122
ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM GEOGRAFIA I: O OLHAR DE OBSERVAÇÃO SOBRE A REALIDADE ESCOLAR NA ESCOLA ESTADUAL TARCÍSIO MAIA.....	128
EXPERIÊNCIAS DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO II: O ENSINO DE GEOGRAFIA EM QUESTÃO...135	
LITERATURA E GEOGRAFIA: O CORDEL COMO RECURSO DIDÁTICO PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA	139
MISTICISMO DOS GEOSSÍTIOS NO TERRITÓRIO DO GEOPARK ARARIPE: FOMENTO DO GEOTURISMO NA REGIÃO DO CARIRI CEARENSE	144
O ENSINO DA DISCIPLINA DE GEOGRAFIA NAS ESCOLAS PÚBLICA DE TEMPO INTEGRAL EM QUIXERAMOBIM-CE, PERSPECTIVAS E DIFICULDADES.....	149
“ODEIO A ESCOLA”: REFLEXÕES, INQUIETAÇÕES E ANGÚSTIAS ACERCA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO, ESPAÇO ESCOLAR E O ENSINO.....	157
REFLEXÃO SOBRE O ENSINO DE GEOGRAFIA: DESAFIOS A SEREM PERCORRIDOS.	163
GEOGRAFIA ESCOLAR: A PLURIATIVIDADE COMO CONTEÚDO DE ENSINO NA ESCOLA VEREADOR JOSÉ PRIMO DE MORAIS (ZÉ BILÉ)	167
EIXO 4 – GEOGRAFIA, ESPAÇO E MOVIMENTOS SOCIAIS	174
“A TRISTE PARTIDA” E A REGIÃO NORDESTE: SECA, FOME E RELIGIOSIDADE	175
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: A RELAÇÃO ENTRE O MDA E A COFASPI NO TERRITÓRIO PIEMONTE DA DIAMANTINA-BA.....	181
ENTRE DISCURSOS E DESCASOS: REFLEXÕES SOBRE A PROBLEMÁTICA ATUAL CAMPONESA VIVENCIADA PELA COMUNIDADE BAIXIO DAS PALMEIRAS PELO PROJETO (CAC) NO MUNICÍPIO DE CRATO/CE.....	185
INTERVENÇÕES URBANAS ENTRE A ZONA E A LINHA: O POSTE POESIA NA COMUNIDADE DO GESSO (CRATO-CE)	191
MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS EM UMA REGIÃO PRODUTIVA DO AGRONEGÓCIO DO NORDESTE1	198
O QUE HÁ POR TRÁS DA EXTINÇÃO DO MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA)? ANÁLISE DA DISPUTA DE PODER EXISTENTE NO TERRITÓRIO AGRÁRIO	206
TERRITORIALIDADES DA DIVERSIDADE SEXUAL NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ- CAMPUS ITAPERI.....	211
EIXO 5 – IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS.....	219
A EXPLORAÇÃO DA NATUREZA E SEUS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DECORRENTE DA ATIVIDADE MINERADORA NA SERRA DA MONGUBA/CE.....	220

ANÁLISE DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS CAUSADOS PELA INSTALAÇÃO DO PARQUE EÓLICO NO DISTRITO DO CUMBE, ARACATI – CEARÁ.....	227
DEGRADAÇÃO AMBIENTAL NA FOZ DO RIO CEARÁ.....	233
IMPACTOS SOCIAMBIENTAIS DO PROJETO CINTURÃO DAS ÁGUAS DO CEARÁ-CAC: UM ESTUDO DE CASO NO BAIXIO DAS PALMEIRAS NA CIDADE DO CRATO.....	240
DEGRADAÇÃO DE SOLOS NO AMBIENTE URBANO: REFLEXÕES SOBRE PRÁTICA DE CAMPO.....	246
MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO BAIXO JAGUARIBE-CE.....	253
OS SERVIÇOS AMBIENTAIS PROMOVIDO A SOCIEDADE URBANA PELOS CATADORES DE LIXO	259

APRESENTAÇÃO

Organizar um evento é sem dúvida um grande desafio e, sobretudo, quando se trata de encontros estudantis. Nós da Comissão Organizadora compreendemos a realização do XXIV Encontro Estadual de Estudantes de Geografia do Ceará enquanto um ato de resistência e subversão em tempos onde a Universidade Pública é atacada com tanta veemência e os movimentos sociais e estudantis criminalizados a ponto de nos questionarmos se a Ditadura Civil Militar tenha realmente chegado ao fim, visto o período de anormalidade democrática pelo qual o país se encontra.

Ousamos, sem dúvida, ao estruturarmos o evento da forma que foi realizado: as temáticas das mesas redondas e debates, assim como dos grupos de discussões, os trabalhos de campo, as atividades culturais e também na metodologia de apresentação dos trabalhos. O que os leitores terão acesso a seguir são os textos produzidos e apresentados pelos encontristas durante o período de 16 a 20 de Agosto na Universidade Regional do Cariri na cidade de Crato-CE.

Nós estudantes, muitos dos quais que atuam em movimentos políticos – sociais cada qual em seu lugar nos juntamos para, nesses poucos dias, mostrarmos nossa força, articulação e disposição para lutarmos contra as mazelas do capital e das opressões que permeiam nosso cotidiano. Desta forma, além da contribuição a ciência a qual estamos vinculados, construímos trabalhos sob uma perspectiva de retorno pertinente a sociedade. A Geografia Combativa se constrói diuturnamente.

A Força do movimento estudantil demonstra que nem dentro da universidade ou **fora, temer** é um caminho; pelo contrário, nossa organização e articulação é que se mostra como saída para tempos adversos.

Desejamos uma boa leitura e reflexões.

*Saudações Geográficas,
Comissão Organizadora do XXIV Encontro Estadual de Estudantes de Geografia do Ceará*

EIXO 1 – CARTOGRAFIAS, GEOTECNOLOGIA E SOCIEDADE

CARTOGRAFIA TÁTIL PARA DEFICIENTES VISUAIS DO ENSINO MÉDIO

SANTOS, ANDRÉA ¹; EXPEDITO, CÁSSIO ².

1 – (GRADUANDA) – URCA, andreaufsantos92@gmail.com

RESUMO

A cartografia tátil é uma ramificação da Cartografia, que tem como um de seus objetivos a confecção de materiais didáticos táteis que possam ser lidos pelo tato por pessoas cegas ou com baixa visão. Notando a dificuldade de inclusão dos deficientes visuais no meio em que vivem tanto na vida escolar como fora dela, o presente trabalho apresenta uma discussão sobre como mapas táteis podem ser facilitador para inclusão de não videntes na sociedade. Para isso foram desenvolvidos dois mapas táteis, mostrando nessas confecções dos mapas que serão usados em oficinas desenvolvidas em escolas do ensino médio. Para isso buscou-se literaturas básicas sobre deficientes visuais, sobretudo trabalhos sobre educação, inclusão social, cartografia tátil, para que fosse possível a confecção de alguns mapas táteis, no qual levem a percepção espacial.

PALAVRAS-CHAVE: Deficiente Visual, Cartografia Tátil, Inclusão.

INTRODUÇÃO

Na sociedade atual em que vivemos o deficiente visual é muitas vezes tratado com indiferença e preconceito. A geografia não pode ser instrumento de reprodução de poder dominante onde apenas um grupo de indivíduos sociais (no caso, sempre os videntes) tem o privilégio de estabelecer o que é a geografia (VIEIRA e FERRAZ, 2015). A falta de visão faz com que o mesmo se distancie da sociedade, mais eles têm habilidades individuais que podem leva-los a vencer seu espaço de vivência.

Os deficientes visuais enfrentam dificuldades de acesso ao conhecimento devido à falta de recursos e adaptações adequadas partindo do ensino infantil ao médio, fora o percurso sem adequações, dificultando seu percurso para chegar na escola e também em seu interior, locomover-se com mais segurança em lugares públicos e fora deles. Os mapas táteis configuram-se como recursos didático-pedagógicos que auxiliam significativamente a compreensão do lugar de vivência, por alunos cegos ou com baixa visão (SILVA, 2011).

É evidente que há uma falta de sensibilidade das pessoas que enxergam compreender as aptidões e esperteza dos deficientes, pois o deficiente visual não é um ser inferior, podendo desempenhar no mundo qualquer função se for estimulado para isso. Dessa forma, nas últimas décadas, cada vez mais educadores e geógrafos brasileiros têm se dedicado ao estudo de métodos e estratégias espaciais para dar suporte as pessoas sem visão ou com baixa visão (SEEMANN, 2003).

Entre estes estudos, é notória a importância da cartografia tátil. A cartografia tátil parte do pressuposto de desenvolver a percepção tátil de deficientes visuais, facilitar a sua independência ao percorrer trajetos, seja eles conhecidos ou não, estimular o pensar reflexivo sobre o lugar em que se vive. Assim, buscar novas formas de lidar com o espaço geográfico e suas modificações, e tem como um dos objetivos a confecção de materiais didáticos táteis que possam ser lidos pelo tato por pessoas cegas ou com baixa visão.

Os mapas táteis podem ajudar tanto na dinâmica em sala de aula, sendo um recurso didático facilitando no entendimento sobre diversos temas cartográficos pelo tato, como também ser um meio de inclusão, desenvolvendo uma independência na mobilidade dos deficientes visuais.

Pessoas cegas e com baixa visão são capazes de resolver problemas de forma hipotética dedutiva na mesma medida que os estudantes que enxergam, e que esse tipo de pensamento permite-lhes solucionar, não somente as tarefas que têm um formato verbal, mas também aquelas com material manipulativo ou espacial (OCHAITA e ROSA, 1995, p. 191).

Ventorini (2004) afirma que é essencial a confecção e utilização de material didático tátil e de metodologias que auxiliem na superação das barreiras causados pela deficiência. Entretanto, há dificuldades no apoio das escolas para mobilizar os alunos a participarem das oficinas e muitas vezes dos próprios deficientes visuais que não se sentem estimulados a enfrentarem essas barreiras que existe entre a cegueira e principalmente a sociedade.

Com o presente artigo, pretende-se ampliar a discussão sobre a dificuldade de inclusão dos deficientes visuais não somente na escola, mais também na sociedade e especialmente no meio em que vivem. Confeccionando mapas previamente para o uso futuro em oficinas que serão desenvolvidas em escolas do ensino médio. Para assim analisar se há desenvolvimento e progresso no resultado da inclusão dos deficientes visuais.

METODOLOGIA

Na fase inicial, procurou-se artigos sobre deficientes visuais, sobretudo trabalhos sobre educação, inclusão social, cartografia tátil, linguagens e arte, para conhecer sobre a temática a ser trabalhada. Buscou-se analisar as estratégias usadas para a elaboração dos mapas táteis, quais seriam os materiais que melhor se encaixariam para que os deficientes visuais consigam pelo tato distinguir, uma região de outra em um mapa através da diferença de textura, o uso de cores adequadas para aqueles que possuem baixa visão e a necessidade da descrição do tema e da legenda em Braille.

O trabalho encontra-se ainda na fase de confeccionar previamente para o uso posterior nas oficinas que serão desenvolvidas nas escolas, onde já foram confeccionados dois mapas táteis, o primeiro sobre as cidades que fazem parte da região metropolitana do Cariri e o segundo sobre a divisão das regiões do Brasil segundo IBGE. O primeiro tema foi escolhido pelo fato de ser um assunto da realidade dos alunos que residem nessa região aonde serão desenvolvidas as oficinas, o segundo por ser um mapa que dará o ponto de partida para confecção de mapas com temas diferentes.

Primeiramente pesquisaram-se material de baixo custo, como materiais de armarinho, papelões, isopor, papeis e tecidos, onde o ponto mais difícil até agora foi a escolha das texturas, pois é preciso que se tenha cuidado com o uso de materiais que são desagradáveis ao toque para não causar repulsa ao tocar o mapa, outro ponto importante para abordar é a necessidade de diferentes texturas, pois é necessário que se faça bem a escolha de cada uma, para que os deficientes visuais não confundam uma região de outra em um mapa.

Dessa forma, observou-se também a necessidade da legenda em Braille, pois facilitaria sobre o que o mapa que mostrar, seus elementos, a rosa dos ventos para indicar a direção também foi colocado em Braille. Começando assim a confecção de algumas maquetes e mapas táteis previamente para o uso nas oficinas.

Foi confeccionando exemplos no qual os deficientes visuais possam adquirir uma maior familiaridade. Tendo-se assim uma noção básica do resultado final das maquetes e mapas, abordando temas do cotidiano dos alunos e do ensino de Geografia no ensino médio.

. Em seguida, foi-se confeccionando o mapa tátil em partes. Primeiramente foi feito o contorno de cada cidade, tendo como mapa base uma folha impressa de A3 sobre os dois temas em cada tipo de textura, onde se viu a necessidade de pintar algumas, pois as cores dos materiais não eram tão vibrantes, em seguida foi-se encaixando e colando as cidades na cartolina por ultimo, foi feito a legenda e ainda está procurando meios para a introdução do Braille na legenda.

Posteriormente, procurará estabelecer um diálogo com os professores do ensino médio da rede pública que trabalham com estudantes que possuam algum grau de cegueira, bem como com os próprios estudantes, assim desenvolvendo os procedimentos do trabalho empírico e definir o cronograma das atividades nas escolas. A partir desse diálogo e da aproximação com a temática será possível à produção de material didático tátil que viabilize tanto o conhecimento mais reflexivo sobre o espaço como a transposição de algumas barreiras geradas pela cegueira.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Confecção de materiais Didáticos táteis

Os mapas táteis vão ser um instrumento que permita que o deficiente visual amplie seu conhecimento do espaço geográfico, sendo uma de suas funções auxiliarem o deficiente visual a imaginar o espaço, refletir sobre o mesmo e acima de tudo ajudar na mobilidade do deficiente visual, buscando formas de desenvolver sua independência.

O uso de mapas servirá como forma inicial de representação a qual permite discutir questões sobre a percepção tátil, reflexões sobre os temas abordados e melhoramento da mobilidade. Desse modo o trabalho avançou para a segunda fase, onde nessa etapa foram gerados dois mapas com o intuito de apresentar nas primeiras oficinas na escola.

Na escolha dos materiais para a confecção dos mapas, procurou-se selecionar diferentes tipos tecidos, papeis de textura grossa e lisa, materiais de armarinhos, tintas de cores vibrantes, cartolina de papel mais grosso para fazer a base e dois mapas como já foi citado acima sobre a região metropolitana do cariri e outro das regiões brasileiras segundo o IBGE, onde foram impressos numa folha A3, para servir como contorno de cada cidade e regiões e o outro sobre.

Poderemos observar a seguir os resultados dos dois mapas gerados, na figura 01 e na figura 02.

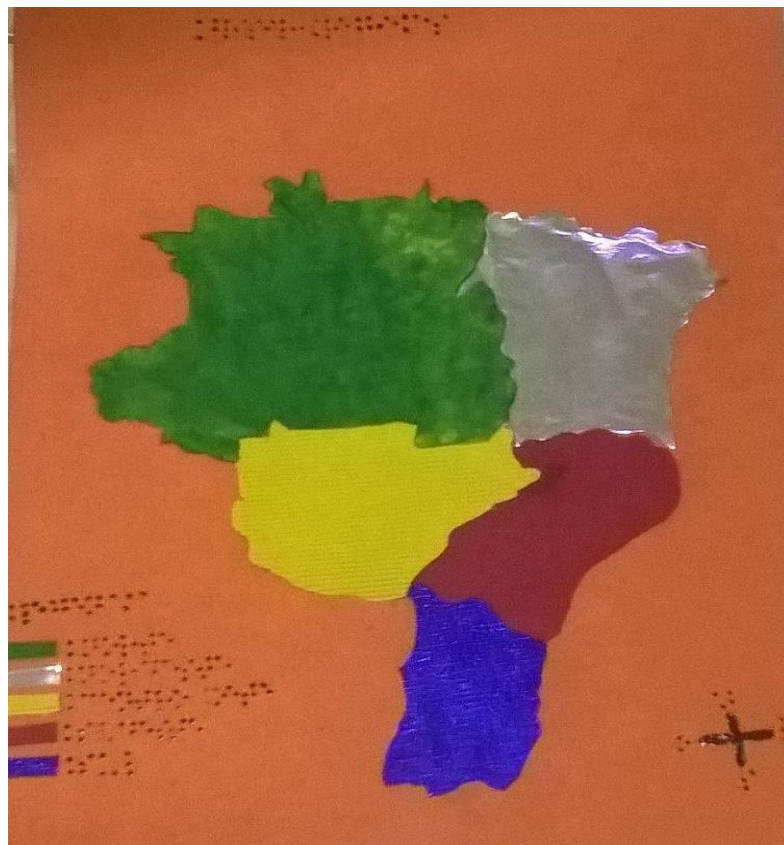
Figura 01: Mapa da Região Metropolitana do Cariri



Fonte: Foto Andréa Ferreira Santos

Na figura 01 pode-se observar os estados que fazem parte da região metropolitana do Cariri, onde auxiliará no conhecimento dos deficientes visuais sobre quais as cidades que fazem parte da Região Metropolitana do Cariri, e conseguirem através do tato perceber a dimensão territorial de cada cidade.

Figura 02 Mapa do Brasil



Fonte: Foto Andréa Ferreira Santos

Na figura 02 pode-se observar a divisão das regiões brasileiras, onde consequentemente auxiliará os alunos a identificarem a divisão das regiões do Brasil, sendo o ponto de partida para outros mapas que serão confeccionados sobre as regiões, porém abordando outros temas.

Logo esses mapas táteis contribuirão tanto na vida escolar do aluno, como no seu dia a dia, ajudando-o na sua mobilidade, reflexão sobre o espaço e relação com a sociedade. Desse modo procurará providenciar a confecção de mais mapas e também maquete tátil para usar previamente nas oficinas que serão desenvolvidas nas escolas.

CONCLUSÃO

Tendo em vista que a proposta do presente trabalho é buscar o desenvolvimento tátil e melhorar a mobilidade de deficientes visuais a fim de incluir os mesmos no meio social através de mapas táteis. Esses mapas desenvolvidos poderão auxiliar nas oficinas, para a confecção de materiais didáticos táteis pelos alunos no ensino médio.

Os mapas auxiliarão não só no processo educativo desse público, mas, sobretudo, em sua orientação e mobilidade no espaço, levando-os a se tornarem cidadãos mais participativos na sociedade e no seu meio de vivência. Tudo isso procurará ser viabilizado por meio de oficinas, diálogos com todos os agentes envolvidos e as escolas de ensino médio, estreitando assim os laços entre os deficientes visuais e a comunidade.

Por meio desse envolvimento, busca sensibilizar a sociedade a pensar inclusão social do aluno com deficiência visual na sala de aula e na sociedade como todo. Além disso, espera-se que esse projeto consiga possibilitar acessibilidade aos deficientes visuais para permanecerem na escola pública e continuarem o seu processo de aprendizagem. Visam-se criar espaços mais inclusivos que possam ajudar na independência e autonomia desse público.

REFERÊNCIAS

NOGUEIRA, R. E. Cartografia Tátil: mapas para deficientes visuais. **Portal da Cartografia**, v. 1, p. 1, 2008a.

OCHAITA, E; ROSA, A. Percepção, ação e conhecimento nas crianças cegas. In: COLL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. **Desenvolvimento psicológico e educação: Necessidades Educativas Especiais e Aprendizagem Escolar**. Trad. Marcos A. G. Domingues. Porto Alegre: Artes Médicas, v. 3. p. 183-19. 1995.

SEEMANN, Jörn. Geografia e deficiência visual: uma agenda esquecida? **Ciência Geográfica**, Bauru (SP), v. 9, p. 160-164, 2003.

SILVIA, F, G, D. **As formas invisíveis do espaço vivido: compreendendo o corredor do cebrav através da maquete tátil**. Goiânia: Cebrav, 2011.

VENTORINI, S, E; FREITAS, M, I. **Cartografia Tátil: Pesquisa e Perspectiva no Desenvolvimento de Material Didático Tátil**. UNESP. Rio Claro (SP), 2004.

VIEIRA, J, M; FERRAZ, C, B. **A linguagem pedagógica para dvs: uma construção do ensino-aprendizagem de geografia a partir dos “olhares” dos não videntes**. Presidente Prudente (SP), 2015.

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A RELEVÂNCIA DA ALFABETIZAÇÃO CARTOGRÁFICA PARA O CONHECIMENTO GEOGRÁFICO A PARTIR DA CONSTRUÇÃO DE MAPAS MENTAIS

ALBUQUERQUE, DIÊGO SOUZA ¹, ARAUJO, ANDERSON MONTEIRO ²

1 – (Estudante de graduação - Geografia) – UERN/CAMEAM, diealbuquerque07@gmail.com,

2 – (Estudante de graduação - Geografia) – UERN/CAMEAM, andersongeografia2@gmail.com.

RESUMO

A alfabetização cartográfica se constitui fator essencial para a compreensão do espaço, para realização de sua leitura e representação pelo aluno. Nesse sentido, a orientação espacial advinda dos conhecimentos cartográficos é eficaz para o estudante ultrapassar desafios que surjam no cotidiano, como localizar um edifício em uma cidade partindo de informações dadas. Este trabalho tece reflexões sobre a alfabetização cartográfica, considerada como processo extremamente fundamental na construção do conhecimento geográfico, visto a necessidade de saber localizar-se, analisar e representar o espaço socialmente construído. Constam nesse trabalho discussões teóricas baseadas em autores como: Barbosa (2010), Callai (2005), Castrogiovanni (2000), Richter (2011) e Passini et al (1999) que refletem o universo concernente ao ensino de Geografia e alfabetização cartográfica. Ainda, metodologicamente, são apresentados análises de mapas mentais produzidos por alunos do 6º ano do ensino fundamental, participantes da oficina “Espaço e vivências: construo meus trajetos”, aplicada no período de estágio supervisionado I.

PALAVRAS-CHAVES: Alfabetização cartográfica. Mapa mental. Compreensão espacial.

INTRODUÇÃO

A Geografia, ciência preocupada em estudar, apreender e proporcionar entendimento para as pessoas sobre diversos aspectos do espaço geográfico (construído e modificado mediante relações e construções sociais) necessita de métodos e metodologias que proporcionem a disseminação e entendimento da imensidão do espaço geográfico para o aluno.

Arelado a isso, surge a geografia escolar construída por preceitos acadêmicos e pela aplicabilidade daqueles que mobiliza a geografia enquanto componente curricular no ensino. A Geografia escolar, como concebida, é uma construção cotidiana dos sujeitos do processo educacional e de conjecturas historicamente sistematizadas e organizadas pelo pensamento e produção acadêmica, aliados aos conhecimentos construídos pela escola (Amorim e Costa, 2015). A geografia escolar possibilita que os estudantes percebam e reconheçam a sua identidade e seu pertencimento enquanto indivíduo integrante do mundo, portanto, é um componente curricular que proporciona a compreensão do mundo pelas pessoas, assim como, o entendimento que as mesmas são sujeitos no mundo, reconhecendo a espacialidade dos fenômenos sociais (Callai, 2013).

Nas práticas pedagógicas e na organização dos livros didáticos e do Parâmetro Curricular Nacional (PCN) de Geografia, direcionados para a geografia escolar, inserem-se a esses conteúdos de cartografia, tendo em vista a importância do conhecimento de métodos de representação e localização de um dado fenômeno no espaço e do saber cartográfico alinhado ao saber geográfico. Para Castrogiovanni (2000), a inclusão da cartografia é extremamente importante no ensino da Geografia, tendo em vista que:

No saber geográfico devem estar incluídos conceitos como: localização, orientação, representação, paisagem, lugar e território e valorizadas algumas ferramentas, como a cartografia, que instrumentaliza o aluno para ser um leitor e mapeador ativo, consciente da perspectiva subjetiva na escolha do fato cartográfico, marcado por juízo de valor. (CASTROGIOVANNI, 2000, p. 8).

Nessa perspectiva a cartografia é um dos instrumentos de ensino que pode auxiliar o aluno no entendimento do espaço geográfico, adubado, claro, por metodologias e práticas de ensino que são possíveis de serem realizadas em sala de aula, assim sendo possível a construção de habilidade de orientação no espaço pelo estudante.

A cartografia, em linhas gerais, pode ser entendida como a ciência que trata de estudos e operações científicas, técnicas e artísticas (com métodos de produções estabelecidos, como projeções e escalas) pertinentes a elaboração de produtos (mapas, cartas, plantas e outros) que permitam a representação da superfície terrestre de acordo com as diversas finalidades que possam existir, observar, representar e documentar informações sobre diversos espaços (Castrogiovanni (2000). Segundo o mesmo autor “Como uso científico, para a geografia e outras ciências, a cartografia oferece a compreensão espacial do fenômeno. [...], a figura cartográfica, tem, a princípio, uma função prática. [...]”. (CASTROGIOVANNI, 2000, p. 38). A cartografia se torna prática por sua utilidade no dia a dia. Pela possibilidade de empregar a mesma para representar inúmeros elementos constituintes do espaço geográfico.

A alfabetização cartográfica, por sua vez, refere-se ao domínio dos conhecimentos inerentes as características cartográficas (organizadas com símbolos e significados) necessárias a utilização e entendimento dessa ciência, assim como, a compreensão de produtos e documentos cartográficos.

Para o acontecimento da alfabetização cartográfica é necessário a construção de noções, como: espacialidade, localização, direção, proporção, lateralidade e entendimento e construção de mapas, entre outras dimensões cartográficas. Isso para que os alunos saibam e compreendam a importância de localizarem-se no espaço, situarem as construções que estão a sua volta e analisar documentos (mapas, por exemplo) advindos da elaboração cartográfica. Callai (2005), apresenta que a alfabetização cartográfica pode ser considerada um percussor para o entendimento do conhecimento geográfico pelo aluno, daí a necessidade de se trabalhar a cartografia nas series iniciais do ensino fundamental nas aulas de geografia, e aponta, ainda, que:

[...] a alfabetização cartográfica é base para a aprendizagem da geografia. Se ela não ocorrer no início da escolaridade, deverá acontecer em algum outro momento. Nas as aulas de geografia é preciso estar atento a isso. (CALLAI, 2005, p. 243).

Entendemos que o domínio da linguagem cartográfica representa-se como fator importante para a compreensão da Geografia e da construção da orientação espacial pelo aluno. Nesse intento, o presente trabalho tem como objetivo expor algumas reflexões acerca da alfabetização cartográfica na construção do conhecimento geográfico pelo aluno, relacionando a orientação espacial como relevantes para o estudante enquanto agente participativo em sociedade. Este trabalho objetiva, também, apresentar análises de dois (02) mapas mentais produzidos por alunos do 6º ano do ensino fundamental II, participantes da oficina “Espaço e vivências: construo meus trajetos”, aplicada em 24 de Maio de 2016 no período de estágio supervisionado I, que compreende a etapa de observação e coparticipação na sala de aula.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento do presente trabalho, primeiramente foram realizadas leituras bibliográficas que subsidiaram as bases para as argumentações apresentadas no decorrer do texto. Dotado de leituras enfatizadas na alfabetização cartográfica e tendo a pretensões em analisar o raciocínio geográfico de alunos, foi realizada a oficina “Espaço e vivências: construo meus trajetos” com alunos do 6º ano do ensino fundamental II, aplicada em 24 de Maio de 2016, no período de estágio supervisionado em Geografia I. O raciocínio geográfico, para Richter (2011), refere-se a compreensão que o indivíduo apresenta de sua realidade partindo da concepção, representação e perspectiva espacial.

Essa atividade objetivou dialogar com os alunos acerca da construção do espaço que habitamos e dos trajetos que criamos nesse espaço. Como produto final da oficina foi delegado aos estudantes que produzissem mapas mentais, tendo instruções previamente estabelecidas e repassadas. Além disso, inserimos, no corpo desse trabalho, mapas mentais produzidos pelos estudantes para refletirmos sobre determinados aspectos presentes em cada representação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O ensino de cartografia escolar é primordial para que o aluno construa sua alfabetização cartográfica. O uso de bases cartográficas auxilia o estudante a localizar-se e representar-se espacialmente. Como proposta para o ensino de cartografia, o mapa, que é um instrumento de comunicação, permite ao aluno a noção de representação e localização espacial.

O conhecimento da percepção e do desenvolvimento de mapas e da representação do espaço se dão a partir do desenvolvimento das noções topológicas, percepção e referências as relações de vizinhança, separação, ordem ou sucessão, envolvimento e continuidade; noções projetivas, partindo do ponto de vista do olhar do indivíduo sobre um determinado objeto, cominando com a projeção desse objeto e de sua representação gráfica e as noções euclidianas, surgimento da visão ciente de coordenadas e ordenamentos que permitem a localização e representação dos abjetos, em seus lugares reais, na produção de um mapa (Richter, 2011).

Para a Geografia, o ensino de cartografia se torna imprescindível, tendo em vista que os princípios de localização e representação do espaço, por exemplo, são objetivos presentes no ensino da disciplina citada.

Barbosa (2010), apresenta uma metodologia que objetiva trabalhar a cartografia numa visão histórica, pautado na análise e interpretação de mapas produzidos em diferentes períodos históricos. Para esse autor, a representação do espaço no mapa vai sendo modificado ao longo do tempo, visto que as sociedades evoluem no tempo. A metodologia consiste na comparação e diferenciação de semelhanças entre os diferentes mapas na história. A forma como o espaço é representado em um mapa nos permite reflexões sobre as relações construídas historicamente em uma sociedade, permite leituras acerca das ferramentas empregadas na produção e das capacidades intelectuais e técnicos que tais sociedades possuíam/possuem. Partindo dessa metodologia, o aluno perceberá as mudanças que, ao longo do tempo, ocorrem na sociedade e na forma como a homem a representa.

O mapa mental, por sua vez, expõe a representação de algum aspecto espacial feito por um indivíduo, e pode ser um importante recurso didático. A integração dos mapas mentais ao ensino de Geografia pode auxiliar e aprimorar o processo de ensino-aprendizagem dessa disciplina, por desenvolver nos alunos a leitura mais apurada da realidade e das dinâmicas espaciais que organizam a sociedade, sendo assim, permite a formação de estudantes mais conscientes de sua realidade ao analisar e tentar representá-la (Richter, 2000).

Entendendo o mapa mental como um importante recurso didático para trabalhar a cartografia no ensino de Geografia, foi realizada a oficina “Espaço e vivências: construo meus trajetos” com alunos do 6º ano do ensino fundamental objetivando analisar mapas mentais produzidos. A atividade foi realizada por 28 estudantes com idades variando entre 10 (dez) e 16 (dezesesseis) anos. Foram escolhidas duas produções para serem analisadas (**Figuras 01 e 02**) intituladas, respectivamente, de desenho A e desenho B. De antemão, cabe salientar que a referida oficina foi bastante proveitosa. Todos os alunos participaram da atividade, dialogando nas discussões e cumprindo a atividade delegada, a produção de seu mapa mental.



Figura 01: Desenho A.
Fonte: Autores (2016).

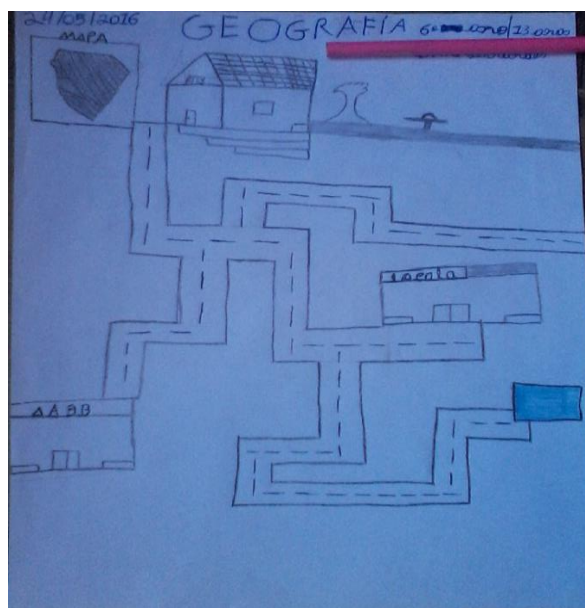


Figura 02: Desenho B.
Fonte: Autores (2016).

As orientações para a atividade era que os alunos produzissem seus trajetos mentais identificando o deslocamento realizado por eles para chegar a 02 (dois) pontos, a saber: trajeto de sua casa para a escola e de sua casa para um lugar que eles atrelassem pertencimento. Para Callai (2000), o espaço construído resulta da história das pessoas, de como vivem, logo, está atrelado a dimensão de identidade e pertencimento. Segundo Callai (2005, p. 244), além de o aluno saber ler o espaço, é preciso saber representá-lo e que a capacidade do aluno em desenhar, representar um determinado espaço “[...]significa muito mais do que está aprendendo geografia: pode ser um exercício que permitirá a construção de seu conhecimento para a além da realidade que está sendo apresentada [...]”.

O desenho A foi produzido por uma estudante de 14 (quatorze) anos de idade e o desenho B foi produzido por um estudante de 13 (treze) anos de idade, ambos cursando o 6º ano do ensino fundamental. Percebemos inúmeros detalhes que variam de um desenho para o outro: traços, formas, linhas, arquitetura e proporcionalidades dos desenhos e descrição dos elementos que formam e configuram o espaço representado. Comparado ao desenho B, o desenho A apresenta maior detalhamento das referências dadas pela aluna para se chegar a escola. No desenho B percebemos que a aluna dá ênfase

e detalha os prédios, que é representado de forma grandiosa, além da inclusão das cores. Os prédios são identificados, o que pode facilitar aos leitos pensar e chegar nos lugares desenhados. O desenho B, por sua vez, apresenta maior representação de ruas, comparado ao desenho A, sendo assim, engloba diversas vias que o aluno percorre ao visualiza durante o trajeto até os pontos referenciados. Os caminhos que unem os pontos expostos são diversos.

Os aspectos visíveis e representados nos mapas mentais são íntimos de casa estudante. São aspectos representados a partir da análise e interpretação que eles fazem do espaço e representam da forma que entendem ser melhor, o emprego mais acentuado de cores em um desenho e no outro, quase que inexistente, é exemplo disso.

Ao observarmos um mapa mental temos a possibilidade de analisar as interpretações que os estudantes desenvolvem de determinado espaço, no qual, contextos e objetos são assimilados e representados de acordo com o olhar espacial do estudante (Richter, 2011). Ainda segundo o mesmo autor “[...] os mapas mentais expressam um caminho para aproximar o contato entre os temas estudados em sala de aula com os elementos do cotidiano, das vivências dos indivíduos [...]”. (RICHTER, 2011, p. 206).

Os mapas mentais, assim como inúmeros outras atividades didáticas, possibilitam trabalhar a cartografia em sala de aula, permitindo o acontecimento da alfabetização cartográfica, claro, desde que seja bem trabalhado pelo profissional docente.

Passini (2000), discute ser importante os alunos saírem para desenhar as ruas, o entorno da escola e a localização dos objetos no espaço, percebendo assim, a ótica e a forma empregadas pelo aluno ao entendem e representar esse espaço, e que a aquisição da linguagem cartográfica é tão importante quanto a obtenção da linguagem escrita e falada. É nítido a importância da produção e leitura de mapas para a comunicação e representação do espaço configurado socialmente, emergindo assim, a construção de noções espaciais. As noções espaciais vão além da produção e decodificação de mapas. O ato de localizar-se no espaço, usando as habilidades de lateralidades ou da orientação cardeal, por exemplo, representam mecanismos de alcance da orientação espacial e alfabetização cartográfica. Conforme Almeida (2000), a cartografia é uma linguagem que apresenta informações espaciais, que quando entendidas podem ser relevantes para os sujeitos que as utilizam.

CONCLUSÃO

Os conhecimentos geográficos se dão para além das representações e concepções cartográficas, no entanto, entendemos essas como essenciais para o aluno na vivência diária. A alfabetização cartografia atrelada ao ensino não se refere exclusivamente a desenvolver habilidades estéticas e técnicas para produzir mapas e explicá-los. A introdução de uma alfabetização cartográfica e espacial pode ser realizada a partir das leituras do espaço. Os mapas mentais podem ser aliados do professor no processo de ensino-aprendizagem da alfabetização cartográfica e espacial. Um simples trajeto de casa para escola do aluno, desenhado por ele, permite pensar como o espaço que esse estudante habita está configurado, admiti referenciar elementos que para o aluno é importante (ideia de pertencimento) que conduza ao entendimento do seu espaço habitado. Perceber, ler, entender, relacionar e tirar conclusões de sua vida cotidiana possibilita ao aluno entender o espaço por ele vivido, o que é importante para que ocorra o entendimento de mundo e uma alfabetização geográfica.

Buscamos, no corpo deste trabalho, tecer reflexões sobre a alfabetização cartográfica, considerada por nós extremamente fundamental na construção do conhecimento geográfico, visto a Geografia como uma ciência que busca entender aspectos e configurações socioespaciais. A cartografia e alfabetização cartográfica despontam como fundamentais para isso, pois a capacidade de localização espacial,

produção e interpretação de produtos cartográficos (mapas, por exemplo) permitem ao estudante uma apropriação reflexiva do espaço em que está inserido. A construção da alfabetização cartográfica no e pelo estudante é essencial para sua locomoção e orientação no espaço e na sociedade, partindo da compreensão das construções, rotas, vias e edificações sociais. A orientação espacial e a alfabetização cartográfica permite ao indivíduo a possibilidade de se orientar espacialmente.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Cassiano Caon; COSTA, Bruno Muniz Figueiredo. Diálogos entre a Geografia escolar e a Geografia da infância. In: BEZERRA, Amélia Cristina (Org.). **Formação do professor de Geografia: diversidade, prática e experiências**. Niterói: Editora da UFF, 2015, p. 115-1128.

BARBOSA, Tulio. O ensino de geografia pela cartografia histórica. **Geosaberes**, v. 1, n. 2, p. 127-144, Dez/2010. Disponível em: <<http://www.geosaberes.ufc.br/seer/index.php/geosaberes/article/viewFile/42/pdf8>> Acesso em: 22/05/2016.

CALLAI, Helena Copetti. A Geografia escolar e os conteúdos da Geografia. In: _____. **A formação do profissional da geografia: o professor**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2013, p. 39-59

CALLAI, Helena Copetti. Aprendendo a ler o mundo: a Geografia nos anos iniciais do ensino fundamental. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 25, n. 66, p. 227-247, mai./ago. 2005. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>.

CALLAI, Helena Copetti. Estudar o lugar para compreender o mundo. In: CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos (Org.). **Ensino e geografia: práticas e textualizações no cotidiano**. Porto Alegre: Mediação, 2000, p. 83-134)

CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos. Apreensão e compreensão do espaço geográfico. In: CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos (Org.). **Ensino e geografia: práticas e textualizações no cotidiano**. Porto Alegre: Mediação, 2000, p. 11-81)

PASSINI, Elza Y; ALMEIDA, Rosângela D. de; MARTINELLI, M. A cartografia para crianças: alfabetização, educação e iniciação cartográfica. In: *Boletim de Geografia*, Universidade Estadual de Maringá. Ano 17, n.1, Maringá, 1999, p. 125-135.

RICHTER, Denis. **O mapa mental no ensino de geografia: concepções e propostas para o trabalho docente**. São Paulo: Cultura acadêmica, 2011.

CARTOGRAFIA ESCOLAR: HABILIDADES CARTOGRÁFICAS

ROCHA, JEREMIAS¹; GUERRA, MARIA DANIELY FREIRE ²

¹ Graduando em Geografia – URCA, e-mail: jeressj@hotmail.com

² Mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará, Professora do Departamento de Geociências da Universidade Regional do Cariri, e-mail: danielyguerra@hotmail.com

Resumo

Este trabalho tem como objetivo discutir o emprego da cartografia escolar enquanto construção do conhecimento geográfico no âmbito do Ensino Fundamental. A experiência vem sendo realizada na 8ª série da Escola de Ensino Fundamental Estado da Paraíba, na cidade de Crato, Ceará. Para alcançar este propósito delineamos quatro perguntas de partida: o que é cartografia escolar? Por que pensar em uma cartografia escolar? Como vem sendo desenvolvidos os trabalhos de cartografia escolar? Como propor a produção cartográfica no cotidiano escolar?

Palavras chave: Cartografia escolar – Leitura espacial

Introdução

Partindo da noção de Cartografia com base nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1998), entende-se Cartografia como

Um conhecimento que vem se desenvolvendo desde a Pré-História até os dias de hoje e que, por intermédio da Linguagem Cartográfica, se torna possível sintetizar informações, expressar conhecimentos, estudar situações, [...] envolvendo sempre a ideia de produção do espaço, sua organização e distribuição.

São ainda os Parâmetros Curriculares que reafirmam a importância da Cartografia, ao colocarem como um dos objetivos do estudo de Geografia no Ensino Fundamental. Discutiremos reflexões acerca do modo de como essa cartografia é aplicada no âmbito de avaliar e pensar a construção do conhecimento geográfico, a qual seja uma cartografia que direcione o aluno a uma leitura ampla do espaço, por meios dos mais diversos tipos de mapas. É necessário que os alunos não vejam a Cartografia apenas como aulas de artes, onde desenham o caminho de casa até a escola (ou vice-versa), ou pintam mapas ou paisagens, mas como uma forma de ler, interpretar e entender o espaço vivido.

Como meio de leitura e compreensão do espaço, Francischett (2007), destaca a importância não somente de uma Cartografia Escolar, mas sim de uma Cartografia Escolar Crítica, onde o papel cartográfico vá além da compreensão de mapas por parte dos alunos, atuando também no desenvolvimento das capacidades relativas à representação do espaço e ao espaço da representação.

Compreender o espaço através das ações no ensino significa considerar essencial a leitura e o entendimento das representações do espaço geográfico. A observação, a percepção, a análise conceitual e a síntese formam a gama de representações que cada indivíduo constrói através da realidade onde vive [...] a Cartografia Escolar possibilita pensar

significativamente o conhecimento do espaço geográfico através da leitura e entendimento das representações cartográficas para além do objeto, ou seja, na constituição de seu significado. (FRANCISCHETT, 2007, p. 1).

Deste modo, se faz necessário entender as representações, pensá-las e ir além do objeto representado, isto contribui para a criação/construção de seu significado.

Abreu e Castrogiovanni (2010) reforçam a importância do ensino cartográfico partindo também do cotidiano do aluno, pois acreditam que “o ensino de Cartografia Escolar na sala de aula deve ser, expandido para o lugar abrigo das crianças, pois através desse movimento, sala de aula/lar, a construção do conhecimento poderá se tornar mais consolidado” (ABREU; CASTROGIOVANNI, 2010, p.2). Conceituando e afirmando a relevância e importância da Cartografia, esses mesmos autores citam que:

No ensino da Geografia, a Cartografia tornou-se importante na educação contemporânea, tanto para o aluno atender às necessidades do seu cotidiano, quanto para estudar o ambiente em que vive. Aprendendo as características físicas, econômicas, sociais e humanas do ambiente, ele pode entender as transformações causadas pela ação do sujeito e dos fenômenos naturais ao longo do tempo”. (ABREU; CASTROGIOVANNI, 2010, p. 2).

Ressaltando o ensino Cartográfico nas aulas de Geografia, Ferreira (2013), propõem uma reflexão sobre o desenvolvimento do aprendizado cartográfico para a compreensão da Geografia. Ele afirma que “A representação visual do espaço geográfico é, por excelência, o mapa. Como linguagem, sua utilização requer mais do que aprendizado dos signos e do como dispor os objetos em uma carta, mas de um aprendizado desenvolvido no âmbito da habilidade espacial.” (FERREIRA, 2013, p. 1). O autor reflete como o ensino cartográfico vem sendo aplicado em sala de aula pelos professores, o desenvolvimento de habilidades de ensino – que muitas vezes facilitam o aprendizado, outras não –, e também o conteúdo proposto pela escola e como ele é trabalhado por determinado professor. A partir desta reflexão de Ferreira (2013), acerca do ensino cartográfico, e entendendo a Cartografia como importante ferramenta espacial de organizar-se, localizar-se e entender o espaço, discutiremos a diferença de aplicação do conteúdo de Cartografia em diferentes fases da vida, principalmente para crianças. Ferreira (2013), destaca uma diferenciação de métodos de ensino para cada estágio da vida, partindo do básico ao superior. Tratando desta ideia o autor relata que há “uma proposição metodológica clara de como encaminhar o aprendizado da cartografia em diferentes níveis seriais, e atende a diferentes etapas da cognição da linguagem cartográfica” (FERREIRA, 2013, p. 73). Basicamente, constata-se que a Cartografia ensinada para uma criança não deve ser igual a ensinada para um jovem ou adulto (no caso do adulto, muito menos quando se trata da formação de um professor de Geografia).

A criança de acordo com sua idade possui níveis de percepção, interpretação e desenvolvimento de habilidades diferentes. Entender que a criança não aprende apenas em sala de aula também é fundamental por parte do professor, Abreu e Castrogiovanni (2010) destacam que

Ensinar não é fácil, uma vez que, entrar numa sala de aula, lidamos com sujeitos diferentes, com bons e maus costumes, interesses e desinteresses, uns alegres outros tristes, uns com barriga cheia, outros não, faz com que, o ensino seja complexo. (ABREU; CASTROGIOVANNI, 2010, p. 2).

Reforçando este pensamento a respeito do ensino e sua complexidade quando trabalhado com os mais diferentes tipos de alunos, citam que

Para trabalhar os conteúdos cartográficos nessa complexidade, o professor de Geografia, primeiro que tudo tem que trabalhar com o movimento: paciência/afeto, rigidez/afeto. Isto porque os conteúdos da Cartografia Escolar são trabalhados de forma interdisciplinar, pois temos que ter conhecimento de matemática, geografia, comunicação, educação e cartografia sistemática. (ABREU; CASTROGIOVANNI, 2010, p. 2)

Mas de que adianta conseguir passar de forma clara, ter uma boa metodologia e o conteúdo ser interessante se o aluno não quiser aprender? Conforme Piaget (1974, p. 33) “as crianças só aprendem se tiverem interesse. E aí que entra a sensibilidade do professor, em despertar os interesses na disciplina que trabalha, estimular a construção do conhecimento [...]”. O professor também deve possuir uma função de motivador do aluno, motivação essa que mostra ser o caminho para levar o aluno a um ato de curiosidade e de buscar adquirir conhecimento. Kamii e Dervries (1992), afirmam a importância da motivação no processo de ensino-aprendizagem

[...] que a aprendizagem depende, em grande parte, da motivação. Se a motivação é alta, crianças (tanto adultos) voluntariamente fazem enormes esforços para dominar coisas que são difíceis. Por esta razão, as necessidades e interesses intrínsecos das crianças têm prioridade sobre qualquer outra razão para o entrosamento numa atividade. (KAMII; DERVRIES, 1992, p. 55).

A necessidade e importância de ver, entender e interpretar o espaço torna-se cada vez mais importante, e que essas interpretações devem fazer parte desde o início da vida escolar do aluno, partindo ao cotidiano, como foi falado, e acompanhando o aluno durante sua vida escolar de forma que esse ensino deve comparar-se a subir uma escada, um pé por vez, ou seja, só dar um passo adiante na aprendizagem quando estiver pronto. Nota-se que conciliar o aprendizado do cotidiano com o da sala de aula, pode-se dizer, é o maior desafio dos professores.

Alargando esta discussão, nos indagamos: Por que pensar em uma cartografia escolar? Como já foi citado, a utilização da Cartografia com objeto de ensino nas aulas de Geografia não simplifica-se a uma aula de artes, e muito menos de decoreba – decorar nomes de lugares, rios, capitais –, e pensar em uma Cartografia Escolar é fundamental para o desenvolvimento do aluno, pois a Cartografia mesmo que de maneira informal faz parte do cotidiano do mesmo, seja em um viagem, indo de casa ao mercado, ou até mesmo na TV. Pensar em uma Cartografia Escolar com toda a certeza desenvolverá bastante as habilidades dos alunos não somente na vida escolar, mas também na sua vivência e o professor como mediador possui um papel central na formação de seus alunos.

Nesse viés, vindo sendo desenvolvido na Escola de Ensino Fundamental Estado da Paraíba, o projeto de extensão intitulado *Cartografando geodiversidades: mapeamento artístico do Geossítio Batateira, no município do Crato, Ceará*, que tem como propósito estabelecer um diálogo mediado pela cartografia escolar para o conhecimento e a conscientização da importância natural e social do Geossítio Batateira para a sociedade.

Os trabalhos estão sendo iniciados com o 8º ano; a escolha do público-alvo se deu em função da necessidade de promover uma leitura espacial mais acurada ainda no Ensino Fundamental.

Metodologia

Partimos de início por um levantamento bibliográfico, observação em sala, aulas de Cartografia com a turma escolhida e aula de campo que ainda ocorrerá. A partir da leitura do referencial teórico específico, observamos as experiências já obtidas por

diferentes professores em sala de aula na aplicação do conteúdo cartográfico, e também, em ideias de aulas dinâmicas e maneiras simples de aplicar a Cartografia para os alunos do Ensino Fundamental. Terminando estas leituras, partimos para as observações em sala de aula, na qual fazemos observações do conteúdo aplicado respectivamente nas salas dos 6º, 7º, 8º e 9º ano. Nessas observações buscamos também escolher a turma a ser incluída no projeto, escolha essa feita a partir da observação do conteúdo aplicado em sala, no nosso caso, escolheremos a turma que estiver trabalhando conteúdos de contextos ambientais, pois achamos mais convenientes por tratar-se do estudo de um Geossítio. Planejamos 3 semanas de observações. Ao final das observações partimos para as aulas – que serão no contra turno da turma escolhida –, nelas iremos fazer uma aplicação mais apurada do conceito de Cartografia, da sua importância, e de técnicas cartográficas (produzir mapas, ler, interpretar), como também de técnicas diversificadas de mapeamento, como: mapas mentais, artísticos ou digitais por exemplo, que logo depois irão ser utilizadas para o mapeamento do Geossítio Batateiras em si, partindo do contexto da visão dos alunos, visão essa que eles irão adquirir a partir da aula de campo para o Geossítio Batateiras, tratando da problemática que eles enxergarem e acharem conveniente representar, sendo de livre escolha do aluno.

Resultados e discursões

Como o projeto encontra-se em fase inicial, não podemos apresentar resultados, mas, podemos discutir o que se espera a partir da realização do trabalho junto a primeira escola parceira. A partir do que já foi discutido neste trabalho, observa-se que o mesmo tem como princípio desenvolver as habilidades Cartográficas dos alunos participantes por meio da produção de mapas, bem como a possibilidade de desenvolvimento da leitura espacial, tendo como local escolhido para a realização do mapeamento o Geossítio Batateira.

Conclusão

Considerando a importância da Cartografia no desenvolvimento escolar dos alunos e conseqüentemente para a sua vida, buscaremos desenvolver uma Cartografia Escolar na qual o aluno mostre sua visão do espaço, construindo seus mapas não apenas com rabiscos, mas sim sua noção de espaço, uma visão na qual eles representem o que veem, o que entendem e como se relacionam com o meio.

Referências

ABREU, Paulo Roberto; CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos. A Cartografia Escolar e a Cartografia Lar. Recife, 2010.

BRASIL, Parâmetros Curriculares Nacionais: Geografia – 5º a 8º séries. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CONSTANCE Kamii; DEVRIES, Rheta. Piaget para a Educação Pré-escolar. Porto Alegre: Artes médicas, 1992.

PIAGET, Jean. Formação do Símbolo na Criança. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

FRANCISCHETT, Mafalda Nesi. A Cartografia Escolar Crítica. Paraná, 2006.

FERREIRA, Ricardo Vicente. A cartografia escolar e o desenvolvimento da habilidade espacial. Minas Gerais: Universidade Federal do Triângulo Mineiro, 2013

ECOPEDAGOGIA E CARTOGRAFIA: BUSCANDO NOVOS MÉTODOS PEDAGÓGICOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Maria Clementino¹, Naiara Duarte², Jeremias Pereira³

1. Graduanda pela Universidade Regional do Cariri (URCA), E-mail: clarisse_souza311@hotmail.com
2. Graduanda da Universidade Regional do Cariri (URCA), E-mail: naiaraduartegeo@outlook.com
3. Graduando pela Universidade Regional do Cariri (URCA), E-mail: jeremiasr95@gmail.com

Resumo

O seguinte trabalho irá abordar uma base metodológica voltada para um modelo educacional que une cartografia e Ecopedagogia como uma abordagem curricular, buscando a realização desses métodos a partir da construção de mapas mentais em sala de aula com crianças do fundamental I. Em que através dos ideais da Ecopedagogia que são seguidos, é possível observar no trabalho que se tem com as crianças, a visão de mundo que as mesmas tem na relação homem/natureza. E a partir dessa experiência desenvolver práticas pedagógicas que proporcionem através de atividades lúdicas a visão crítica sobre os impactos ambientais causados pela ação humana.

Palavras-Chave: Ecopedagogia; Mapas Mentais; Crianças

1. Introdução

Diante de todas as discussões sobre desenvolvimento sustentável, preservação do meio ambiente e sustentabilidade, a escola é viabilizadora de diálogos, onde professores podem desenvolver práticas pedagógicas com o uso de novos métodos de ensino-aprendizagem que podem ir além da leitura dos livros didáticos, mas que se perpetuem através de atividades lúdicas, onde as crianças aprendem brincando. Logo, a Ecopedagogia pode ser utilizada no ensino cartográfico como uma prática pedagógica que envolve temáticas ambientais em conjunto com a representação espacial, que pode se dá através da produção de mapas, como por exemplo, os mapas mentais produzidos por crianças do ensino fundamental I onde em seus mapas os mesmos representam de forma lúdica sua visão de mundo. “A Ecopedagogia pode ser vista tanto como um movimento pedagógico quanto como uma abordagem curricular.” (GADOTTI, 1998).

Em seu livro Gutiérrez e Prieto sobre a “mediação pedagógica”, definem pedagogia como “o trabalho de promoção da aprendizagem através de recursos necessários ao processo educativo no cotidiano das pessoas.” (GUTIÉRREZ; PRIETO, 1996 p.12). Pela parte da sustentabilidade, a mesma torna-se essencial para a educação, Gutiérrez (1996), já falava: “parece impossível construir um desenvolvimento sustentável sem uma educação para o desenvolvimento sustentável”.

SANTOS (1992), reforça essa ideia de relação do homem com o meio natural afirmando que “com a presença do homem sobre a Terra, a Natureza está sempre sendo

redescoberta, desde o fim de sua história natural e a criação da natureza social, ao desencantamento do mundo...” (SANTOS, 1992, p.8). Dessa maneira, SANTOS (1992), relatava toda essa relação entre homem e natureza afim de criticar a mesma, onde o homem não tornara-se parte, mas sim dominador da natureza. Com essa constante redescoberta da natureza, torna-se essencial criarmos um convívio de forma que não dominemos essa natureza, mas sim vivamos em conjunto, como seres naturais.

2. Metodologia

Este trabalho advém de pesquisas desenvolvidas no laboratório de cartografia, na Universidade Regional do Cariri-URCA, onde buscamos desenvolver discussões sobre a importância das diferentes linguagens visuais para compreender os fenômenos e relações socioculturais e espaciais no Cariri e no mundo. O uso da Ecopedagogia como uma abordagem curricular vêm somar a cartografia junto às temáticas ambientais que podem ser trabalhadas na escola. A pesquisa foi desenvolvida na escola pública de ensino fundamental Círculo Operário Prof.^a Edilma F.G.Rodrigues, localizada na Avenida José de Figueiredo no Centro da cidade de Crato-Ce.

De início, partimos de estudos teóricos, com leitura de textos, livros, artigos, etc. que visam sobre práticas pedagógicas e cartográficas nas escolas na perspectiva das atividades lúdicas, incluindo temáticas voltadas para Ecopedagogia como também voltadas aos mapas mentais.

Estes são produzidos a partir das experiências cotidianas e representados de forma lúdica, sem o uso sistemático dos elementos cartográficos como legenda e escala, a exemplo. Para realizarmos essa pesquisa, obtivemos os primeiros contatos e diálogos com crianças do terceiro ano, de faixa etária de seis a dez anos de idade, através de aulas com temáticas voltadas ao meio ambiente e por conseguinte a produção dos mapas mentais. Foi elaborado e apresentado para os alunos uma aula expositiva sobre a temática: A relação homem-natureza e os impactos ambientais provocados pela ação humana. Por conseguinte foi realizada a produção dos mapas mentais. Foram utilizados materiais simples como: folhas em formato A4, lápis de cor, canetas e giz de cera. Logo após, os mapas foram interpretados pelos próprios alunos e analisados pelos pesquisadores.

“Os mapas se tornam visões do mundo, espelhos da realidade vivida, meios de comunicação e indicadores de emoções, medo e ideias, tornando-se uma forma de conhecimento visual que é responsável pela formação de muitos aspectos da imaginação geográfica da sociedade contemporânea.” (SEEMANN, 2013, p.96).

Partindo desse primeiro contato entre a Ecopedagogia e a produção de mapas mentais feitos pelas crianças, pode-se perceber como a primeira está inserida no cotidiano das crianças e nas suas produções cartográficas, onde as experiências adquiridas e suas visões de mundo se fazem presentes.

3. CARTOGRAFIA E ECOPEDAGOGIA: COTIDIANO NOS MAPAS MENTAIS

Esta pesquisa parte da inclusão da Ecopedagogia na escola de ensino fundamental da Cidade de Crato-Ceará. Tivemos como meio viabilizador desse primeiro contato a produção de mapas mentais. Podemos discutir sobre as conclusões iniciais.

A Ecopedagogia surge diante da necessidade de novas práticas que visem a sustentabilidade e a educação ambiental, formando assim, cidadãos conscientes. Os alunos podem a partir de suas experiências cotidianas dialogar com os professores sobre temáticas ligadas às problemáticas ambientais discutidas nas escolas. Os mapas

podem ser usados como meios construtores pois, representam a realidade espaço-geográfica através de imagens, que são objetos de diálogos, são também meios conscientizadores se analisados numa perspectiva crítico-social que proponham mudanças qualitativas quanto as problemáticas ambientais presentes no espaço geográfico.

No primeiro mapa a aluna representa o planeta Terra e o divide em uma linha vertical colocando de um lado o que seria um planeta feliz onde o sol representa essa felicidade com um sorriso. Porém, do outro lado o sol está com expressão de preocupação e tristeza. Pode-se perceber que a aluna aborda temáticas como o desmatamento e o descarte indevido do lixo nos rios.



Mapa- 1 (Fonte: CLEMENTINO M.C.S.)

O mapa de número 2 apresenta tons mais claros como verde e azul, o planeta está rodeado por árvores e ao lado um “SIM”. Já no outro planeta as cores são mais fortes como cinza e vermelho. Agora, fábricas e automóveis cercam o planeta emitindo poluentes. As árvores ganham tons de cinza e vermelho remetendo as queimadas e a palavra “NÃO” ao seu lado.

A perspectiva de um mundo sem poluição que se perpassa através do mapa mental e da visão de mundo que o aluno usou em seu mapa tem um teor crítico ao negar um mundo bastante degradado pela ação humana. Logo, o ato de produzir mapas a partir de atividades lúdicas ganha um teor crítico-social.



Mapa- 2 (Fonte: CLEMENTINO M.C.S.)

Essa primeira experiência, proporcionou debates sobre quais as visões de mundo que as crianças da escola Círculo Operário tem sobre os impactos ambientais causados pela ação humana. “A Ecopedagogia não quer oferecer apenas uma nova visão da realidade, ela pretende reeducar o olhar.” (GADOTTI, 1998, p.7), ou, como diz Edgar Morin, o “olhar sobre o olhar que olha” (apud PETRAGLIA, 1997, p.42). Olhar esse que seria reeducado alterando não só a maneira de observar, mas a atitude e a maneira de interpretar. GADOTTI (1998), reforça esta ideia afirmando:

“Reeducar o olhar significa desenvolver a atitude de observar a presença de agressões ao meio ambiente, criar hábitos alimentares novos, observar o desperdício, a poluição sonora, visual, a poluição da água e do ar etc. e intervir no sentido de reeducar o habitante do planeta.” (GADOTTI, 1998).

Vemos a educação como necessária partindo do início da vida escolar da criança, que no caso é a educação infantil desde o jardim de infância, transformando-a em cidadão sustentável. Essa educação afeta de forma positiva o aluno instigando-o a ir além, desenvolvendo desde atividades como: separar lixo, reunir material orgânico, preservar, plantar. Ou seja, que crescesse durante todo o processo educacional possuindo já essa relação com a natureza, não apenas se “limitando” a sala de aula, aos ensinamentos do professor e a livros. Nesse contexto, a cartografia se apresenta como meio facilitador desse processo, já que será aplicada uma cartografia voltada a estudos ambientais. Segundo Seemann (2013) “As crianças também ‘fazem’ geografia e ‘cartografam’ a realidade” (SEEMANN, 2013, p.89). Partindo deste entendimento, resulta importante utilizar-se de um meio que costuma ser inspirador e atua durante toda a vida da criança, a imaginação, partindo da criação de mapas mentais,

Partindo da ideia de compreender o que pensam as crianças sobre as ações do homem em decorrência da relação homem-natureza, torna-se não só uma forma de diagnosticar, mas também de perceber e entender que elas já tem essa visão de espaço e das consequências dessa destrutiva relação não só de forma atual, mas também dos problemas futuros. Desde pequenos os alunos passam a ter um maior contato com as temáticas voltadas ao meio ambiente e por conseguinte a cartografia se faz presente

nesse processo, não apenas como parte de uma disciplina nas aulas de geografia mas, como meio de aprendizado feito por e para os alunos.

“Desenhos infantis com referência ao espaço contêm muito mais do que se supõe. O desenho pode ser compreendido como um sistema de representação/simbolização, um trabalho gráfico da criança que não é resultado de uma cópia, mas da construção e da interpretação do objeto pelo sujeito” (SEEMANN, 2013, p.89)

4. Considerações Finais

O trabalho desenvolvido tem a finalidade de propor para o ensino uma educação que proporcione uma ideal relação do homem com a natureza, em relação a preservação dos recursos naturais. Os mapas mentais foram utilizados para compreendermos como a cartografia e a Ecopedagogia podem ser trabalhadas juntas. Estabelecemos esse primeiro contato com as crianças através do uso de atividades lúdicas e propomos uma temática voltada ao meio ambiente, já que este é um assunto que merece ênfase na atualidade.

A Ecopedagogia juntamente com a cartografia constituem peças-chaves na construção desse modelo educacional, no intuito de promover uma melhor relação homem-natureza. A Ecopedagogia procura estar presente no dia-a-dia das pessoas contribuindo para uma forma de vida sustentável, de toda a sociedade de maneira/forma global, procurando desenvolver uma educação de conscientização da população.

Busca-se no decorrer de todo o trabalho entender como as crianças vêem e interpretam a questão da relação da sociedade com a natureza. Através de trabalhos desenvolvidos em sala de aula, com alunos do ensino fundamental I, foi possível compreender em seus mapas mentais suas expressões e visões de mundo em relação aos impactos gerados pelo homem ao meio ambiente. A escola é vista como uma base forte em relação a todo esse enredo educacional voltado para a sustentabilidade ambiental, podendo ajudar na educação da criança com um ensino relacionado na realidade social, despertando assim um novo olhar, sensibilidade, a partir da realidade vivida.

5. Referências

GADOTTI, Moacir. **Ecopedagogia e educação para a sustentabilidade**. São Paulo, USP, 1998 (Palestra sobre eco educação).

GUTIÉRREZ, Francisco; PRIETO, Daniel. **A mediação pedagógica: educação a distância alternativa**. Campinas: Papirus, 1994.

HALAL, Christine. Ecopedagogia: Uma nova educação. **Revista de Educação**, São Paulo, v. XII, nº. 14, p. 87-103, 2011.

PETRAGLIA, Izabel Cristina. **“Olhar sobre o olhar que olha”: a complexidade para além do holismo? Uma releitura de Edgar Morin**. São Paulo, FE-USP, 1998 (Tese de doutoramento).

SANTOS, M. 1992: A redescoberta da natureza. **Estudos avançados**. p. 95-106, 1992.

SEEMANN, J. Carto-crônicas. Uma viagem pelo mundo da cartografia. 1.ed. Gurupi, TO: **Editora Veloso**, 2012.v.1.128 p.

FORMAÇÃO CARTOGRÁFICA: SABERES E PRÁTICAS DE PROFESSORAS DAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: CARTOGRAFANDO REFLEXÕES

PEREIRA, Maria Dayane¹. Acadêmica do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Piauí – UFPI. Email: pereira.dayane12@yahoo.com. PEREIRA, Francisca Maryane². Acadêmica do curso de Geografia da Universidade Regional do Cariri – URCA. Email: framaryanefb2011@gmail.com

RESUMO

O presente estudo intitulado Formação Cartográfica: saberes e práticas de professoras das séries iniciais do ensino fundamental – Cartografando Reflexões tem como foco principal suscitar reflexões críticas e estimular o debate sobre a formação dos professores para o ensino da cartografia, investigando o que sabem e como atuam professoras das séries iniciais do ensino fundamental, da rede municipal do município de Floriano – PI. Este estudo relaciona-se na interface das áreas de Geografia, Educação e Sociedade ao explicitar definitivamente o papel fundamental da cartografia para o ensino da geografia, tanto para que os alunos/as possam atender as diversas necessidades que surgem no seu cotidiano, quanto para estudar o meio em que estão inseridos, desenvolvendo a aprendizagem sobre as características físicas, sociais, econômicas e culturais, de modo a compreender as múltiplas transformações ocasionadas no ambiente pela ação humana e da própria natureza.

Palavras chave: Cartografia Escolar. Formação Docente. Ensino Fundamental.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo ao elaborar este trabalho é suscitar reflexões críticas e estimular o debate sobre a formação dos professores para o ensino da cartografia, investigando o que sabem e como atuam professoras das séries iniciais do ensino fundamental, da rede municipal do município de Floriano – PI.

Sumariamente, cabe destacar que quando se empreende um estudo sobre a ciência geográfica e a cartografia, constata-se que durante muito tempo elas foram percebidas como ciências distintas, isto é, embora tenham o espaço geográfico como o mesmo objeto de estudo, seguiam rotas diferentes. Ressalta-se ainda que a educação cartográfica, sobretudo a partir do século XX, se constituía em um complemento do conteúdo geográfico, isso fazia com que o ensino de cartografia se tornasse cada vez mais ausente e perdesse sua função principal de promoção da aprendizagem de diferentes símbolos e signos para compreensão e representação da realidade socioespacial. Essa situação perduraria até o advento da geografia crítica, quando finalmente o ensino da cartografia ganha importância e passa a ser considerado essencial para a condução do ensino geográfico e compreensão dos diversos aspectos que constitui o espaço (FRANCISCHETT, 2004).

Destarte, diante da inegável importância da educação cartográfica, a escola deve proporcionar um ambiente que favoreça e estimule os estudantes a aprenderem a

linguagem da cartografia, de modo que, através da vivência e do domínio da representação espacial, eles consigam elaborar os seus conhecimentos geográfico progressivamente, partindo do mais simples e próximo da realidade para o mais complexo e distante. Mas, como os alunos irão aprender cartografia quando os próprios professores não dominam a linguagem cartográfica? Essa é a problemática que norteou a pesquisa e motivou a escrever o presente artigo.

Nas últimas décadas, a cartografia escolar tem se tornado uma das temáticas mais popularizadas nos debates relacionados ao ensino da Geografia no Brasil, tornando-se obrigatória no ensino escolar, como bem explicita as propostas, os guias, as orientações e parâmetros curriculares. Apesar desse aumento nas produções acadêmicas e da obrigatoriedade do seu ensino, é necessário investigar acerca dos saberes docentes sobre a “alfabetização cartográfica”, e suas práticas no trabalho com as noções de cartografia, visto que, [...] na rica bibliografia sobre educação cartográfica no Brasil, o aluno, sobretudo a criança, ocupa o papel central, enquanto a formação e atualização cartográfica dos professores continua sendo um assunto quase esquecido” (SEEMANN, 2002).

Nesse sentido, o estudo realizado é relevante à medida que contribui com o aumento das discussões, reflexões e construções de conhecimento sobre a formação cartográfica dos professores das séries iniciais da escolaridade básica.

2 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento do presente trabalho, optou-se pelo procedimento de abordagem qualitativa, uma vez que, dentre as diversas formas de metodologias existentes, destaca-se em melhor traduzir a temática em questão. De acordo com Minayo (2004), este tipo de abordagem é capaz de introduzir as questões referentes

aos significados e intencionalidades como categorias inerentes aos atos, relações e estruturas sociais.

Em linhas gerais, o instrumental metodológico utilizado para fundamentar o trabalho contemplou o uso de duas fases: uma teórica e outra prática. Na fase teórica, foram analisados um conjunto de trabalhos, incluindo artigos, teses e livros, que versavam sobre a temática em questão.

A segunda fase envolveu o trabalho de campo propriamente dito, em que foram realizadas visitas com o intuito de observar e coletar dados pertinentes a pesquisa para posterior análise. De acordo com Marconi e Lakatos (2003, p. 186) a pesquisa de campo, “[...] consiste na observação dos fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presume relevantes, para analisá-los”.

Além da observação, a técnica empregada para obtenção de dados compreendeu a entrevista, do tipo semiestruturada, contendo dez questões norteadoras dos possíveis diálogos com os atores sociais da pesquisa, nesse caso, de três professoras da educação básica, no contexto específico do município de Floriano – Piauí.

A coleta de dados ocorreu no mês Março de 2015, sendo realizadas três entrevista, registradas mediante gravação. Aqui cabe aqui mencionar que houve autorização prévia para as gravações. A população investigada foi composta por duas professoras do 5º ano do Ensino fundamental da rede municipal do município de Floriano – PI.

Definido o objeto com a devida fundamentação teórica, construído o instrumental de pesquisa, delimitado o espaço a ser investigado e realizada a fase exploratória do campo, por fim, foi elaborado um texto analítico trazendo resultados e discussões acerca da temática em questão.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A compreensão do conhecimento cartográfico como necessário em todas as instâncias da nossa vida cotidiana, sua valorização como uma linguagem que possibilita o entendimento da realidade, a superação de uma visão simplista do mapa como mero exercício de desenhar ou colorir e a construção de uma cartografia baseada em fatos reais, não garante por si só o desenvolvimento de habilidades e noções espaciais que capacitem aos estudantes perceber o espaço no qual está inserido. O sucesso dessa perspectiva depende também do preparo dos professores, que em grande parte, não são alfabetizados cartograficamente.

Caminhando para a discussão dos dados deste trabalho, referente a investigação dos saberes e práticas cartográficas de duas professoras do 5º ano do ensino fundamental da rede municipal do município de Floriano – PI, emergiram as seguintes categorias: os saberes docentes sobre a cartografia; as práticas docentes no ensino da cartografia.

3.2 CARTOGRAFANDO OS SABERES DOCENTES: o que sabem as professoras?

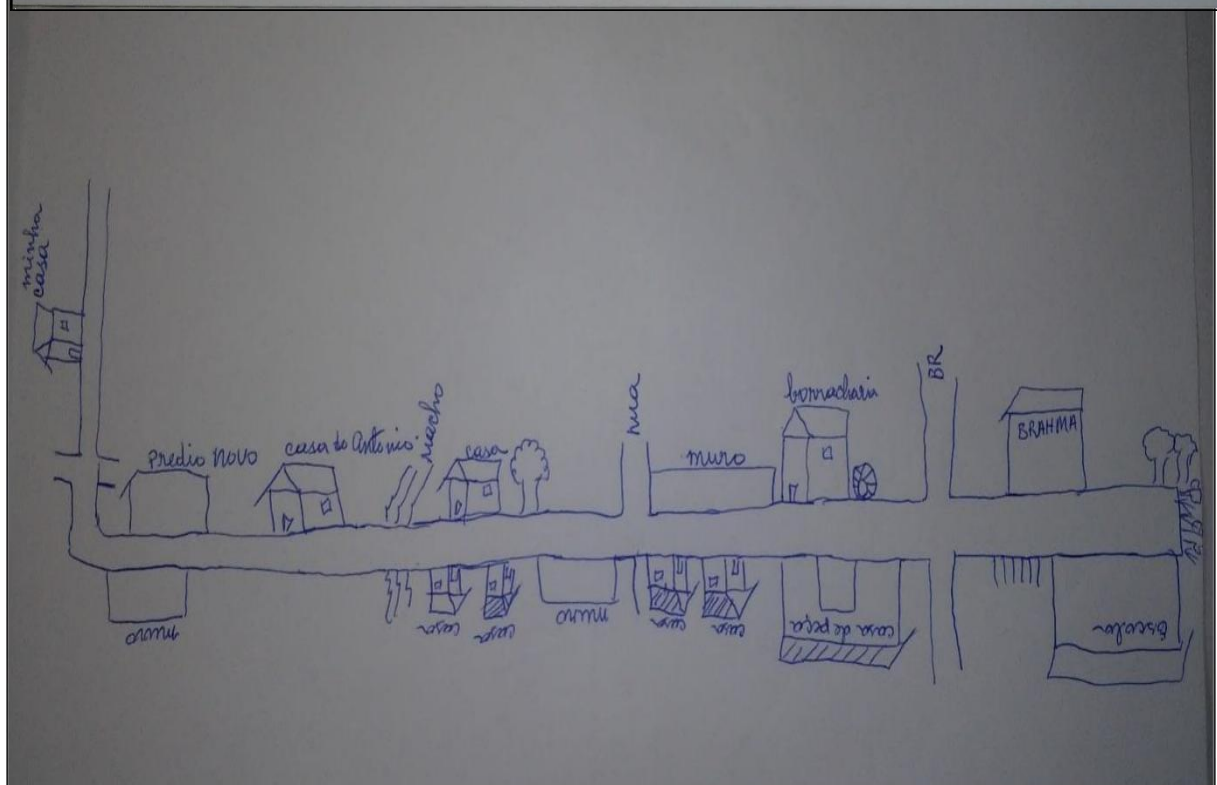
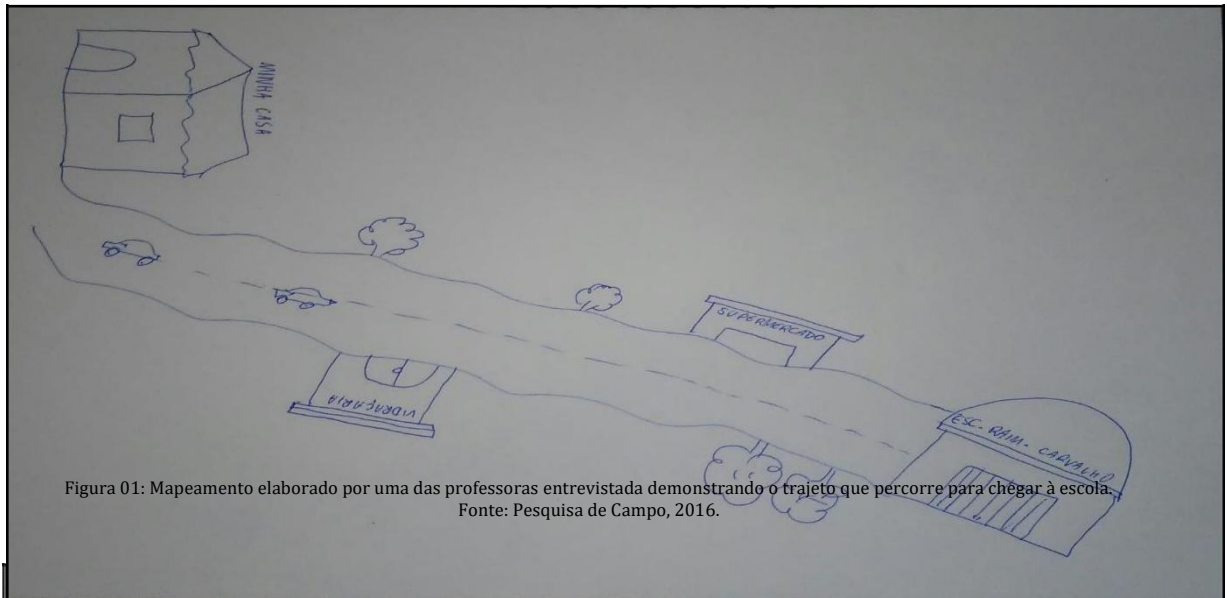
Após as perguntas de identificação, as professoras foram questionadas sobre o grau de formação e o tempo que atuam nesta profissão. Percebeu-se a existência de uma variação quanto a essa categoria, visto que das duas professoras uma possui nível superior, com formação em Pedagogia, outra formou-se em magistério (nível médio). Com relação ao tempo de profissão verifica-se que todas possuem uma vasta experiência em sala de aula entre 15 a 28 anos.

Em decorrência de serem professoras do ensino fundamental das séries iniciais todas elas ficam a cargo de lecionar as diversas áreas de conhecimento, ministrando as disciplinas de Português, Matemática, Ciências, História, Geografia, Arte e Ensino Religioso. Isso é, elas são professoras polivalentes.

Sobre a Alfabetização Cartográfica, constatou-se que apesar da longa vivência das professoras no ensino, inclusive da Geografia, essa temática é pouco conhecida pelas docentes. Verificou-se que nenhuma delas tem definidas noções claras e explícitas sobre as questões e procedimentos da educação cartográfica. Em suas considerações a Cartografia aparece como um aparato metodológico para o ensino da Geografia, um complemento aos conteúdos a serem ministrados nessa disciplina.

Essa deficiência de conhecimento e clareza em relação as noções da cartografia escolar deve-se em grande parte ao fato de que no processo de formação do licenciado e do pedagogo não existe espaço para a alfabetização cartográfica (PASSINI, 2011). Acrescendo colaborações com essas discussões sobre a necessidade da presença da Cartografia na formação de professores, Simielli (2010) discorre que se o professor não dominar a linguagem cartográfica, não conseguirá fazer com que seus alunos se interessem por mapas, ou seja, pelos signos e símbolos da cartografia. Ambos os autores chamam a atenção para a necessidade de se trabalhar a alfabetização cartográfica com os profissionais que irão atuar nas séries iniciais da escolaridade básica.

Ao final de cada entrevista solicitou-se que as professoras fizessem um mapeamento representando o caminho percorrido de sua residência até a escola. A intenção era conhecer um pouco mais os conhecimentos e habilidades cartográficas das docentes. Vejam as figuras abaixo.



Em todas as figuras pode-se observar um baixo nível de alfabetização cartográfica das professoras. Suas representações não apresentam um sistema de símbolos próprios, tais

como, legenda, título, etc, além disso, distancia-se dos objetos representados e contém problema de proporcionalidade. A ausência desse conjunto de elementos, acabam dificultando o processo de decodificação dos significantes e significados que são os dois componentes do signo do mapa responsáveis pela leitura da linguagem cartográfica (CASTROGIOVANNI, 2005). Em linhas gerais, as representações elaboradas pelas professoras assemelham-se aos desenhos infantis.

3.3 ASPRÁTICAS DOCENTES: como ensinam as professoras?

No ensino da Cartografia Escolar é necessário a utilização de procedimentos didáticos que estimule e possibilite aos alunos construir de forma simples e eficaz conceitos básicos da linguagem cartográfica. A esse respeito Passini (2007) coloca que para que haja a alfabetização cartográfica, é necessário que os docentes tenham habilidades para trabalhar os conteúdos escolares. Esses, se abordados de modo correto permite ao aluno avançar nos níveis de leitura de mapas e gráficos, possibilitando ao mesmo tornar-se um sujeito crítico e reflexivo, onde, ao identificar o problema, é capaz de analisar, investigar e formular possíveis soluções para solucioná-los ou minimizá-los.

Em busca de compreender e identificar quais as práticas utilizadas pelas três professoras para o ensino da Cartografia nas séries iniciais da escolaridade básica, questionou-se como é realizado o desenvolvimento dos conteúdos de Geografia em sala de aula e quais as práticas pedagógicas utilizam para a alfabetização cartográfica.

Nas considerações de duas das professoras os conteúdos de Geografia são abordados com o auxílio do livro didático, tido como instrumento principal de ensino, a utilização de mapas, maquetes, globo terrestre e outros instrumentais dessa natureza não fazem parte do cotidiano das aulas de Geografia. Apenas uma das entrevistadas enfatizou a necessidade da utilização de materiais concretos como meio mais eficaz para os alunos apreenderem os conteúdos.

Quando questionadas sobre suas práticas no ensino da cartografia para os alunos do quinto ano as respostas das docentes assemelham-se e vão de encontro a um modelo disciplinar de Geografia ainda fundamentado em atividades de copiar textos, memorizar nomes de regiões, rios, desenhar e colorir mapas, etc. Verificou-se ainda que, as professoras sentem dificuldades em reconhecer noções da Cartografia, tais como escala, fuso horário, entre outras, e embora queiram trabalhar de uma forma mais dinâmica, a ausência de familiaridade com essa linguagem dificulta e até mesmo impossibilita essa realização.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizar um estudo nas interfaces das áreas de Educação, Geografia e Cartografia não é um trabalho simples, no entanto, acredita-se que a pesquisa realizada com duas professoras da escolaridade básica da rede municipal do Município de Floriano – PI, poderá contribuir com o aumento das produções acadêmicas ligadas à área de Cartografia Escolar no Brasil, ou ao menos em nível local, sobretudo relacionada a formação dos professores para o ensino da cartografia.

Mediante a realidade constatada na pesquisa, observou-se a necessidade de trabalhar a alfabetização cartográfica nos cursos de formação de professores que irão atuar nas séries iniciais, visto que, das três professoras entrevistadas nenhuma possuía

noções bem definidas sobre o significado do termo Cartografia, sua funcionalidade e sua importância para a aprendizagem dos conteúdos geográficos pelos alunos.

É importante esclarecer que as análises e resultados gerais da pesquisa devem ser considerados como indicativos temporários sobre saberes e práticas de professoras das séries iniciais, no caso específico de Florianópolis – PI, necessita-se de outros estudos que acrescem a essa problemática novas visões e possibilidades.

REFERÊNCIAS

CASTROGIOVANNI, A. C. Apreensão e compreensão do espaço geográfico. In: CASTROGIOVANNI, A. C. (org). **Ensino de Geografia: práticas e textualizações no cotidiano**. Porto Alegre: Mediação, 2005.

FRANCISCHETT, Mafalda Nesi. **A cartografia no ensino-aprendizagem da geografia**. BOOC, 2004. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/francischett-mafalda-representacoes-cartograficas.pdf>> Acesso em: 10 dez. 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

PASSINI, Elza Yasuko. Alfabetização cartográfica. In: __. PASSINI, Elza Yasuko. PASSINI, Romão. MALYSZ, Sandra T (orgs). **Prática de ensino de Geografia e estágio supervisionado**. São Paulo: Contexto, 2007, p. 143-155.

PASSINI, Elza Yazuko. Alfabetização cartográfica. In: PASSINI, Elza Yazuko.

Prática do ensino de geografia e estágio supervisionado. 2ª edição 1ª reimpressão, São Paulo, contexto 2011.

SEEMANN, Jorn. O professor do ensino fundamental na educação cartográfica: caminhos tortos entre representação (carto)gráfica, mapas e mapeamentos. In: **I Simpósio Ibero Americano de Cartografia para crianças**. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: >www.academia.edu> Acesso em: 10/02/2016.

SIMIELLI, Maria Elena. O mapa como meio de comunicação e Alfabetização Cartográfica. In: Almeida, Rosângela Doin de. **Cartografia Escolar** (Org). 2 ed. São Paulo, Contexto, 2010.

GEOTECNOLOGIAS E SUA APLICAÇÃO NA ANÁLISE DA TEMPERATURA DE SUPERFÍCIE DA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DO CRATO – CE

¹GABRIEL AUGUSTO DE SOUSA, ²JULIANA MARIA OLIVEIRA SILVA
1 – Graduando em Geografia – URCA, augustopioix@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho teve por objetivo fazer um levantamento da temperatura de superfície considerando os diferentes padrões de uso e ocupação dos bairros na cidade do Crato, Ceará. Os dados coletados foram comparados destacando os elementos constituintes desses locais que podem interferir diretamente nos valores de temperatura. O trabalho foi produzido a partir da geração de mapa termal com as imagens do satélite Landsat 8, posteriormente, foi feito a coleta dos dados da energia emitida pelos objetos com a utilização do termômetro infravermelho. As diferentes coberturas de solo apresentaram temperaturas distintas, resultado da forma como ocorre a absorção e emissão de cada objeto, com isso interferem na temperatura de superfície e, consequentemente, na sensação térmica dos bairros da cidade do Crato.

Palavras-chave: temperatura de superfície, urbanização, uso do solo.

INTRODUÇÃO

A urbanização e a instalação das cidades interferem diretamente no clima local, por conta de suas características próprias. “As atividades antrópicas, o grande número de veículos, indústrias, prédios, o asfalto das ruas e a diminuição das áreas verdes criam mudanças muito profundas na atmosfera local” (SILINGOVSKI-JUNIOR, 2006). Na cidade do Crato, sul do Ceará, a urbanização avança sobre as áreas verdes, e consequentemente uma das mudanças ocasionadas pela diferença de temperatura gerada é na sensação térmica da cidade.

Sendo assim, a Chapada do Araripe, pode ser considerado um fator condicionante, por conta do seu relevo e da sua mata úmida, a uma sensação térmica agradável e temperaturas amenas se comparadas com outros setores da cidade que se encontram afastadas da Chapada. A vegetação densa é um fator importante no equilíbrio de temperatura de qualquer ambiente, logo a preservação da chapada do Araripe se torna essencial.

O aquecimento e resfriamento do ar são determinados pelo balanço de radiação da superfície do solo e vegetação. As trocas de calor do ar com as superfícies se dão por condução e convecção, gerando movimentos turbulentos do ar (vento). Junto com o calor, o vento transfere vapor d'água, energia cinética, gás carbônico e poluentes. (PILLAR, 1995).

Por meio da análise de imagens do satélite Landsat 8, verificou-se que diferentes tipos de cobertura do solo emitiam energia de formas diferenciadas, com isso influência a temperatura de superfície dos bairros da cidade do Crato, podendo também influenciar na sensação térmica dos bairros.

As superfícies como vegetação, solos expostos, corpos d'água, asfalto, altura das edificações, disposição das vertentes, interferem de forma diferente na temperatura e na sensação térmica do ambiente. Uns podem contribuir para a temperatura estável e confortável e outros superaquecem o ambiente, ocasionando assim um desconforto térmico. Considerando que:

O tipo de cobertura do solo sejam estas: pavimentação (asfalto, concreto), vegetação (gramado, arborização), relaciona-se com a absorbância destes materiais, que irão reter mais radiação solar e assim elevar a temperatura da

superfície onde encontram-se. A concentração de edificações interfere tanto no efeito de absorbância de seus materiais, quanto também no regime de circulação do ar nesta região. (SILINGOVSKI JUNIOR, 2006)

O interesse de se trabalhar com esse tema partiu das observações de imagens de satélites da banda termal, no qual se verificou que as diferentes superfícies do solo poderiam interferir diretamente na temperatura de superfície. Segundo Silva (2015) “a temperatura de superfície é medida a partir da energia emitida pelos objetos terrestre e captada pelos sensores”. Gartland (2010) “reforça que as temperaturas de superfície são bem mais variantes do que as temperaturas de ar ao longo do dia, pois as superfícies urbanas como calçadas e coberturas, são aquecidas rotineiramente pelo sol”.

O trabalho teve por objetivo realizar um levantamento da temperatura á nível de solo, em diferentes superfícies dos bairros da cidade do Crato, a fim de se comparar os dados e destacar os elementos constituintes desses locais que podem interferir na temperatura, e, com isso influenciar também na sensação térmica. A partir dos resultados coletados nas imagens e em campo através do termômetro infravermelho destacaram-se os bairros que apresentaram uma maior/menor temperatura.

METODOLOGIA

O trabalho foi produzido inicialmente a partir dos levantamentos bibliográficos a respeito da temática (como artigos, projetos de pesquisas, leituras de sites e textos na internet, livros). Posteriormente, foram organizadas as ideias dos autores e definir os objetivos gerais e específicos para a sistematização e realização da pesquisa. Primeiramente elaborou-se o mapa termal com a imagem de satélite Landsat 8 (dezembro de 2015) no Laboratório de Geoprocessamento (LABGEO) da Universidade Regional do Cariri (URCA). O software utilizado foi o Arcgis 10.2. As fórmulas utilizadas para a calibração foram obtidas no site do Serviço Geológico Americano e inseridas na calculadora raster do software. Com o mapa produzido identificou-se as áreas com as maiores e menores temperaturas de superfície, dividindo por bairros representativos da cidade.

A etapa de campo foi realizada no dia 04 de fevereiro de 2016 nos seguintes bairros: Granjeiro, Pimenta, Centro (Praça da Sé, Rua Tristão Gonçalves, Rua: D. João Pessoa, Praça Siqueira Campos), Seminário, Lameiro (altura do Hotel Serrano) e São Miguel. As condições atmosféricas neste dia apresentavam um céu limpo, com pouca presença de nuvens. No campo utilizou-se um Termômetro Infravermelho para medir a temperatura emitida por diferentes objetos em cada bairro como solo com vegetação, solo exposto, corpos d'água, asfalto, concreto, construções, com isso corroborar os dados das imagens de que diferentes objetos emitem energia de forma distinta. Conforme Alves e Vecchia (2012), a unidade de infravermelho é sensibilizada pela energia emitida, refletida e transmitida, que for focalizada no detector. Um GPS (Sistema de Posicionamento Global) do tipo Garmim foi utilizado para marcar a localização e a elevação de cada ponto. Ressalta-se que ainda foram usados softwares livres como o Google Earth, Arcgis, Qgis na elaboração de mapas para localização da área e dos pontos visitados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Figura 01 ilustra a distribuição da estimativa de temperatura da superfície para os bairros selecionados na área de estudo. A distribuição das temperaturas no mapa oscilou entre 25°C a 45°C. Os menores valores em tom azulado correspondem ao topo da Chapada, onde existe um maior grau de cobertura vegetal e altitudes em torno de 850m. Os maiores valores de temperatura (tons laranja e vermelho), correspondem a setores onde existe uma maior massa edificada que retém o calor e áreas de solo exposto.

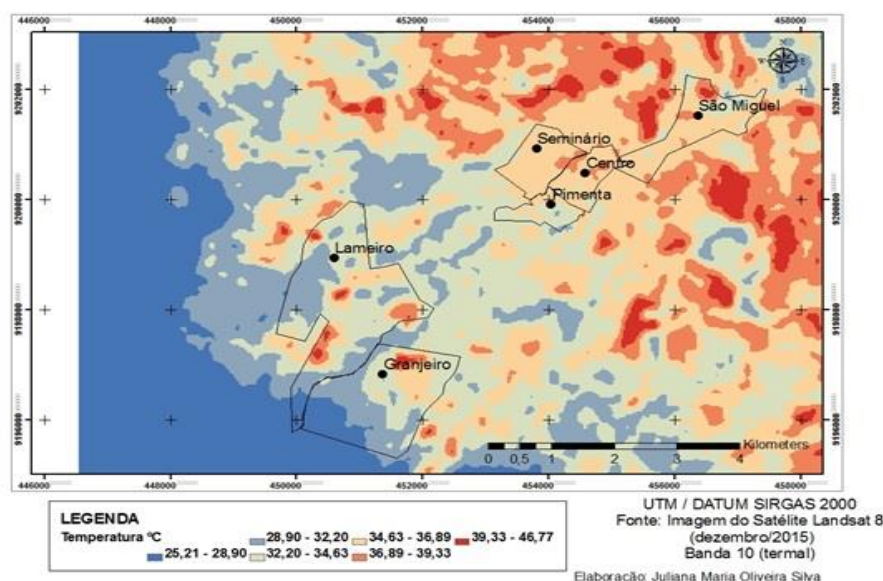


Figura 01 - Estimativa da temperatura de superfície para a zona urbana do Município do Crato/Ceará (2015).

Com o mapa produzido percorreu-se os bairros da área de estudo para verificar como diferentes ambientes podem produzir as temperaturas. A seguir as tabelas com os dados dos respectivos bairros do levantamento de campo, onde se podem perceber as variações de temperatura emitida pelos objetos e medida com o termômetro infravermelho nos bairros representativos na zona urbana do Crato.

Tabelas de Dados					
Bairro: Seminário (Tabela 01)			Bairro: Lameiro (Serrano) (Tabela 04)		
Objetos analisados	Temperatura	Elevação	Objetos analisados	Temperatura	Elevação
Asfalto	49,2°	503 M	Asfalto	35,7°	765 M
Calçamento	34,8°	475 M	Calçamento	23,7°	630 M
Solo exposto	34°	454 M	Solo exposto	34,8°	548 M
Residência	32,8°	503 M	Vegetação	24,3°	763 M
Vegetação	28,9°	475 M	Corpos d' água	23°	630 M
Bairro: Pimenta (Tabela 02)			Bairro: Centro - Praça da Sé (Tabela 05)		
Objetos analisados	Temperatura	Elevação	Objetos analisados	Temperatura	Elevação
Asfalto	27°	454 M	Asfalto	43,2°	497 M
Solo exposto	40°	454 M	Calçamento	25,5°	441 M
Residência	38°	455 M	Solo exposto	43,2°	426 M
Vegetação	27°	454 M	Vegetação	26°	438 M
Bairro: São Miguel (Tabela 03)			Bairro: Centro - Praça Siqueira Campos (Tabela 06)		
Objetos analisados	Temperatura	Elevação	Objetos analisados	Temperatura	Elevação
Asfalto	44°	452 M	Asfalto	53,3°	440 M
Solo exposto	36°	445 M	Vegetação	30°	436 M
Residência	36°	444 M			
Vegetação	35°	444 M			
Bairro: Centro - Rua Tristão Gonçalves (Tabela 08)			Bairro: Centro - Rua: D. João Pessoa (Tabela 09)		
Objetos analisados	Temperatura	Elevação	Objetos analisados	Temperatura	Elevação
Asfalto	45,3°	430 M	Asfalto	43,6°	425 M
Residência	31°	431 M			
Vegetação	27°	431 M			

Figura 02 – Lista de tabelas com os dados das áreas visitadas. Elaboração: Gabriel Augusto, 2016.

Com base nas imagens de satélite e no levantamento de dados com o termômetro infravermelho, pode-se comprovar que os diferentes tipos de cobertura do solo podem interferir na temperatura da superfície, como também, na sensação térmica dos bairros da zona urbana do Crato - Ceará. Aliado a isso, o relevo também interfere de forma direta, bairros localizados em altitudes maiores possuem temperaturas menores. Cada objeto em campo emitiu energia de formas diferentes, umas superfícies emitiram temperatura bem mais elevada do que outras, assim como o contrário.

Nas tabelas estão representados os objetos analisados e os dados de temperatura do termômetro infravermelho. A Tabela 01 (presente na Figura 02) do bairro Seminário,

pode se perceber uma elevada temperatura em todas as superfícies medidas, por conta de ser uma área bastante urbanizada, e todas as características contribuem para esse aumento de temperatura (Figura 03). Uma observação relevante é de que mesmo nas áreas que possuem vegetação, o índice de temperatura continua alto se comparado com outros bairros com a presença de vegetação. Vale chamar atenção para a temperatura do asfalto registrada, que chegou a 49°. Para Gartland (2010):

A Maioria dos materiais urbanos reflete menores quantidades de energia solar do que materiais comumente encontrados em áreas rurais. Dois materiais amplamente utilizados possuem baixos valores de refletância solar: pavimentos asfálticos e coberturas com mantas asfálticas. A utilização predominante desses materiais diminui a refletância solar total de comunidades. (Gartland, 2010, p.31)

Com isso se conclui que a temperatura de superfície do bairro Seminário é uma das mais elevadas em todas as superfícies medidas, por conta da falta de áreas com vegetação, e por ser uma área com densidade urbana alta.



Figura 03 – Diferentes superfícies presentes no bairro Seminário. Fotos: Gabriel Augusto, 2016.

O mesmo ocorre com os pontos onde foram medidos a temperatura no Centro da cidade como Praça da Sé (Tabela 05), Praça Siqueira Campos (Tabela 06), Rua Tristão Gonçalves (Tabela 08), Rua D. João Pessoa (Tabela 09). Nas quais todas são pavimentadas, com presença de asfalto, calçadas e áreas com vegetação (nas praças e de forma pontual em algumas ruas), as temperaturas são consideravelmente elevadas. Chama a atenção para a temperatura atingida pelo asfalto, em todas as tabelas ela irá ter uma temperatura elevada por conta da sua cor e da impermeabilização do solo. Com exceção da Rua D. João Pessoa, todos os outros locais possuem vegetação e pelas tabelas é notável a diferença que as mesmas fazem nestes ambientes, onde dentro dos locais medidos com vegetação, é a que apresenta menores índices de temperatura. Para Gartland (2010):

Árvores e vegetação reduzem as ilhas de calor de duas maneiras. Primeiro, elas produzem sombras para edifícios, pavimentos e pessoas, protegendo-os do sol. Isso mantém superfícies mais frescas, reduz o calor que é transferido para o ar acima e reduz o consumo de energia dos edifícios abaixo delas. O sombreamento das árvores também mantém as pessoas mais refrescadas e confortáveis, reduzem os riscos de insolação e protegem-nas dos raios ultravioletas. Segundo, durante o processo de fotossíntese, as árvores e vegetações utilizam um processo chamado evapotranspiração para mantê-las frescas. (Gartland, 2010, p.135)

A seguir imagem com as superfícies presentes nestes locais (Figura 04).



Figura 04 – Diferentes Superfícies presentes nos bairros urbanizados. Fotos: Gabriel Augusto, 2016.

O bairro São Miguel (Tabela 03) também é uma área urbana onde se encontram pouca ou quase nenhuma área natural, podemos destacar pela análise da tabela que também possui uma temperatura no geral muito elevada. As variações de temperatura entre as diferentes superfícies são poucas, onde vegetação é a menos elevada, apenas um grau, separa a sua temperatura das residências, do solo exposto, e do asfalto que é a superfície mais quente. O bairro Pimenta (tabela 02) possui características de uso e ocupação como residências, comércios, serviços, pavimentos asfálticos, e algumas praças com a presença de vegetação. A temperatura registrada na pracinha com vegetação foi de 27°C, no asfalto sombreado pelas árvores também se registrou 27°C, a área com solo exposto indicou 40°C.

O bairro Granjeiro (Tabela 07) possui a temperatura menos elevada das áreas que foram realizados os levantamentos de temperatura, segundo os dados da tabela. Possui áreas de ocupação, mas possui uma considerável presença de vegetação que proporcionam uma queda nos índices de temperatura. Essas diferenças de temperaturas das superfícies ficam mais evidentes nesse bairro, pois, como ele possui área urbana e locais com uma maior presença de vegetação (Figura 05), pode se sentir por meio da sensação térmica imediata as alterações de temperatura, dos bairros mais quentes e do bairro Granjeiro. Segundo Gartland (2010):

As plantas utilizam a energia solar para evaporar água, evitando que essa energia seja usada para aquecer a cidade. As temperaturas do ar ao redor e a sotavento de áreas bem vegetadas são mais frescas por causa da evapotranspiração. (Gartland, 2010, p.135)



Figura 05 – Diferentes superfícies no bairro Granjeiro. Fotos: Gabriel Augusto, 2016.

O Lameiro (Tabela 04) também um bairro de temperaturas menos elevadas (Figura 06), por se encontrar no sopé da chapada do Araripe e consequentemente possui a maioria da sua área com aspectos naturais. A alta presença de vegetação e de corpos de água (nascentes e rios) e pouca presença de ocupação do solo proporcionam essa temperatura agradável. Vale ressaltar que existem áreas em expansão para a construção de novas residências. Observando a tabela, verifica-se que os índices de temperatura são extremamente favoráveis em áreas com vegetação, mesmo mostrando que o asfalto e o calçamento possuem altas temperaturas, leva-se em consideração que estes dois tipos de superfície ocupam pouco do território da área, onde existe uma grande presença de vegetação densa. Para Gartland (2010), conforme o processo de evapotranspiração refresca o ar, ele libera umidade, e aumenta a umidade relativa do ar. (Gartland, 2010, p.137).



Figura 06 – Diferentes superfícies no bairro Lameiro. Fotos: Gabriel Augusto, 2016.

Observa-se em ambos os bairros, Lameiro e Granjeiro, existem locais com temperatura elevadas que chegam a 38°C, resultado do solo exposto, pois a falta de cobertura vegetal favorece um aquecimento maior. Essas áreas descobertas podem estar relacionadas a terrenos loteados, agropecuária ou a cobertura de gramíneas estava seca por causa do período do ano.

CONCLUSÃO

O que se percebeu com a produção deste trabalho é que as superfícies apresentam temperaturas diferentes, na qual interferem diretamente na sensação térmica dos lugares, que dependendo dos entornos essa temperatura aumentava ou era amenizada. Nas zonas mais urbanizadas, por conta dos materiais como asfalto, construções, temperatura foi extremamente mais alta do que nos locais próximos a encosta da Chapada com uma presença maior de vegetação. Ou seja, os bairros com maior concentração urbana terão uma temperatura muito mais elevada do que os bairros que possuem mais vegetação e outras características que podem atenuar a temperatura.

REFERÊNCIAS

ALVES, E. D. L. ; VECCHIA, F. **Influência de diferentes superfícies na temperatura e no fluxo de energia: um ensaio experimental**. Ambiência (UNICENTRO). v. 8, p. 101-111, 2012.

GARTLAND, Lisa. **Ilhas de calor: como mitigar zonas de calor em áreas urbanas / Lisa Gartland**. Tradução Silvia Helena Gonçalves. – São Paulo: Oficina de Textos, 2010.

PILLAR, V.D. 1995. **Clima e vegetação**. UFRGS, Departamento de Botânica. Disponível em http://ecoqua.ecologia.ufrgs.br/arquivos/Reprints&Manuscripts/Manuscripts&Misc/6_Clima_95Nov07.pdf

SILINGOVSKI JUNIOR, Emídio. **Análise da temperatura em função das características da cobertura do solo e condições de entorno em Londrina, Paraná**. 2006. 106 f. Dissertação de Conclusão de Curso (Mestrado em Engenharia de Edificações e Saneamento) - Universidade Estadual de Londrina: Londrina, 2006.

LEVANTAMENTO DO ÍNDICE DE CRUZ NA BR-122 – CE DA DIVISA PERNAMBUCO\CEARA AO CRATO-CE.

SILVA, B. M. M¹. ; SILVA, J. F. da.²

1 – (Graduando em Geografia) – URCA, Bruno998matheus@gmail.com

2 – (Professor do Departamento de Geociências) – URCA, Josierf@gmail.com

RESUMO

A cruz é tida como um símbolo sagrado para o catolicismo. Partindo da perspectiva simbólica, cultural e religiosa o espaço torna-se peculiar e imaginário. O espaço geográfico comporta, então, significados criados a partir da relação homem e meio que comporta diversas dimensões e ações que garante a singularidade da realidade e da história. A Cartografia temática proporciona a discussão sobre as manifestações religiosas através da representação do espaço. A sacralização potencializa a memória do passado e do presente.

Palavras-chave: Cruz, espaço, mapa.

INTRODUÇÃO

Pode até parecer que religião e geografia tenham pouca relação. Porém, fazendo uso de uma ótica mais apurada, perceberemos que essas duas práticas socioculturais estabelecem entre si ligações através do tempo e do espaço. Por isso os movimentos socioculturais e religiosos transcendem na espacialidade as formas simbólicas e materializam no espaço.

Rosendahl (1996) descreve que o homem toma consciência do sagrado porque este se manifesta como uma realidade de ordem inteiramente diferente da realidade do cotidiano. Nesse sentido o ato da manifestação do sagrado, refere-se o termo hierofania que “significa algo de sagrado que se revela.” A manifestação do sagrado pode si referir a um objeto qualquer ligado á algo que não pertence ao nosso mundo.

Para Rosendahl (1996, p. 27), quando o ser humano aceita a hierofania ele:

[...] experimenta um sentimento religioso em relação ao objeto sagrado. Não se trata de uma veneração do objeto enquanto tal, e sim da adoração de algo sagrado que ele contém e que o distingue dos demais. A cruz de

madeira, por exemplo, se revela para o cristão como sagrada e pronta para uma realidade sobrenatural, para algo que não está ali. Aparentemente, entretanto, ela continua de madeira, apesar de representar outra coisa que simbolicamente contém.

Para a Rosa-cruz (1888, p. 1) “Ate o século IV d.C. a Cruz era utilizada pelos Egípcios para representar a intersecção de duas dimensões: a humana e a celestial, uma representação visual da junção onde o homem e o Deus tornam-se um”. Dessa forma o símbolo da cruz é representado como um homem ereto, com seus braços estendidos aos dois lados no plano horizontal e seus pés estendido pelo eixo vertical. Ao ser apropriado pelo cristianismo, este símbolo enriqueceu e sintetizou a história da salvação e paixão de Jesus, significando também a possibilidade de ressurreição.

O presente trabalho tem por objetivo mostrar a localização das cruzes na BR-122-CE da divisa do Estado de Pernambuco e do Estado do Ceará ao Crato Ceará, levando-se em consideração a dinâmica do espaço no aspecto religioso e cultural. Também vale ressaltar a importância de revisar o ano de falecimento das vítimas, fazer um levantamento da quantidade de mortes, e principalmente identificar o percurso de maior perigo.

No nosso cotidiano, às vezes sem nos darmos contas, vemos e utilizamos mapas e outras representações cartográficas, mas, dificilmente refletimos acerca do significado desses fenômenos no nosso dia-a-dia e muito menos sobre como se dá a organização das atividades que levam à sua produção.

Para SILVA e FILHO (2009) as formas mais representativas da cultura é processo de simbolização que o espaço sofre um esquema do pensamento no qual cada coisa ganha sua individualidade à medida que as práticas simbólicas do ser humano avançam no espaço e chega ao caráter de pura abstração. “O homem é um ser simbólico, que o caracteriza como superação da vida biológica”. Assim há uma ruptura da ordem natural gerada pelo homem e na qual ele deve ser submetido. Este processo conscientiza o homem de que ele não somente vive no universo de fatos, mas, sobretudo em um universo simbólico.

Aquelas cruzes na rodovia desperta um olhar pensativo da sua importância, histórica e cultural. A peculiaridade de cada lugar distinguiu por suas complexidades individuais no âmbito religioso, o referido espaço sofre modificações ao longo do tempo, aonde este vem adquirindo novo elemento onde grande parte dos costumes e hábitos do local se perdem ao longo da história e do tempo.

METODOLOGIA

Para desenvolvimento da referida pesquisa, foi utilizado como recurso, o embasamento teórico e metodológico. Na qual, essas informações serviram de base para conhecer a realidade e a localização das cruzes na BR-122 - CE.

Na segunda etapa foi realizado um trabalho de levantamento bibliográfico. A base do trabalho se deu por meio da pesquisa empírica, para saber a distribuição espacial das cruzes na BR-122-CE da divisa do Estado de Pernambuco e do Estado do Ceará ao Crato-CE. Depois recorri ao Google Earth Pro para mapear as cruzes. O trabalho de campo consistiu na observação, anotações e registro das informações, em seguida no dia 2 de

maio de 2016 desloquei-me à BR-122-CE para realizar o levantamento tanto da quantidade de cruzes como o referido ano de falecimento das vítimas.

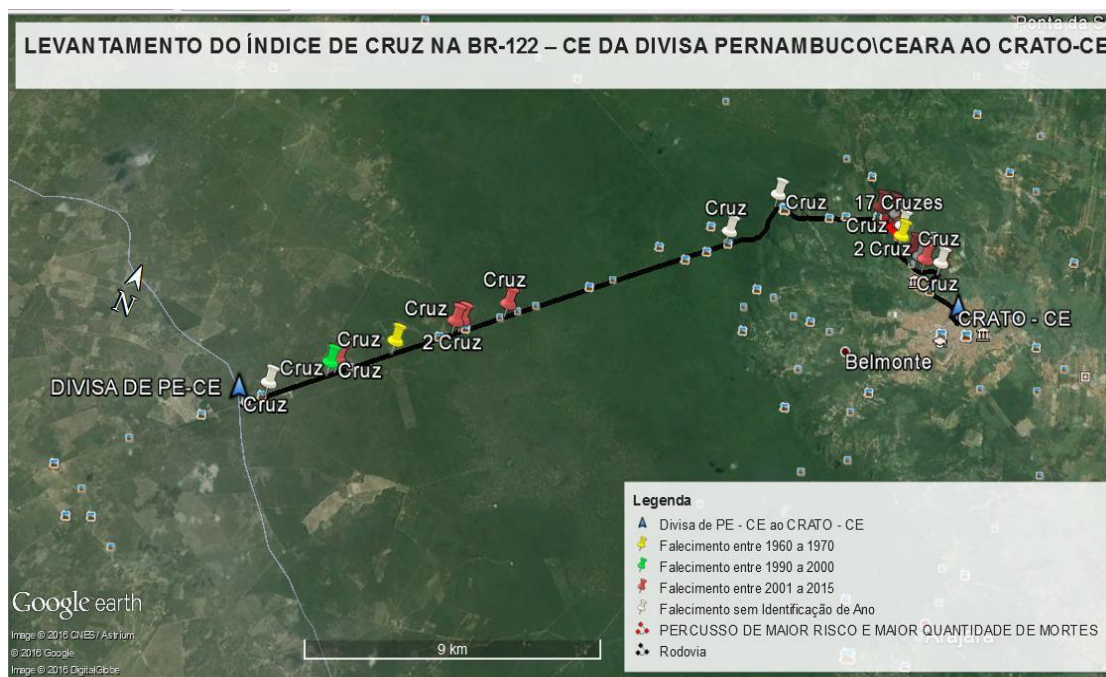
RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quando uma pessoa morre a família crava uma cruz sinalizando o local do acontecimento, na parte vertical da cruz coloca-se o ano de nascimento e o ano de falecimento, na horizontal coloca-se o nome do falecido.

A realidade é construída socialmente e entendida como o compreendido, o interpretado, o comunicado. Os fatos e as pessoas são agregados ao tempo e ao espaço como agentes modeladores da paisagem, que orientado pela religiosidade dotam em suas respectivas conjunturas históricas, a partir das suas experiências de fé, neles vivenciadas.

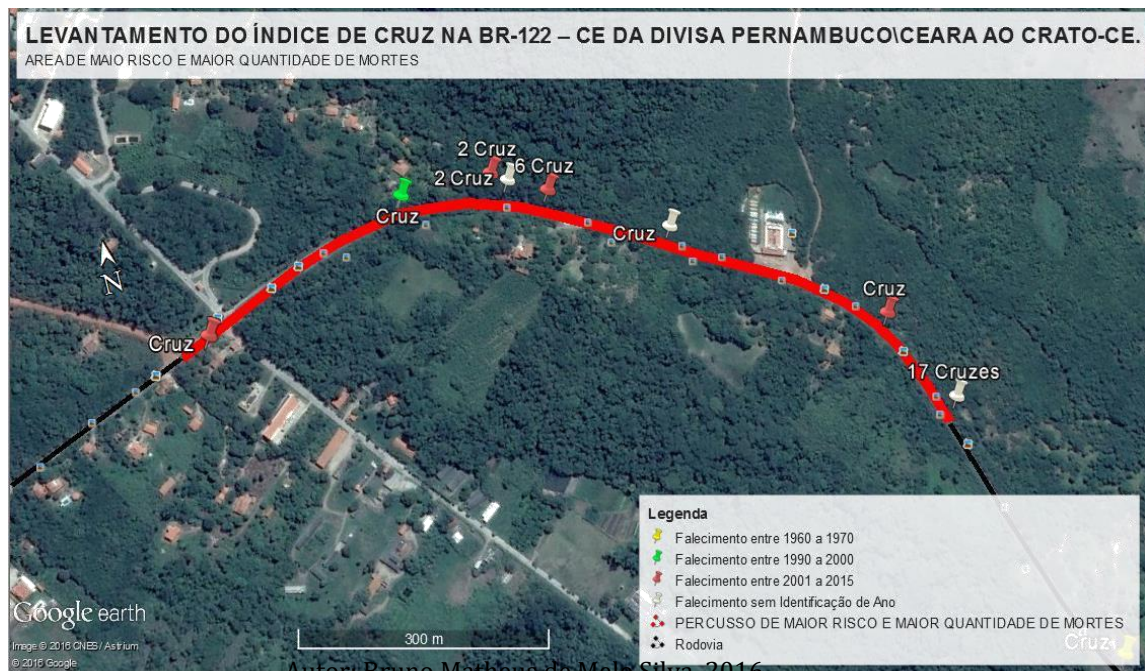
A cruz na beira de uma rodovia é concretizada pela eternidade da perda, é um hábito de origem cristã trazido com os colonizadores, cuja função é sinalizar o lugar onde uma pessoa faleceu, quase sempre em circunstâncias trágicas, seja por morte natural, seja por assassinato, um acidente, esse hábito que passa de geração e geração e continua até os dias atuais.

Identificamos ao longo da rodovia uma dimensão simbólica da materialidade dos crentes católicos, em relação à sinalização dos acontecimentos fatais por acidente de veículos. O mapa abaixo apresenta as localizações da sacralização das cruzes ao longo da BR-122 – CE. Também ele mostra uma variação de cores de cruzes, a cor amarela corresponde as pessoas que faleceram entre os anos de 1960 a 1970 que foi 2 pessoas, a cor verde correspondem de 1990 a 2000 que foram 2 pessoas, a cor vermelha corresponde de 2001 a 2015 20 pessoas e a cor branca correspondem as cruzes sem identificação que são 25, totalizando uma quantidade de 49 cruzes ao longo da Br-122-Ce. Como mostra o mapa 1 a seguir:



Autor: Bruno Matheus de Melo Silva, 2016.

O mapa abaixo mostra o local com maior quantidade totalizando 31 cruzes. Esta área é muito perigosa, pois, tem curvas acentuadas sem nenhuma grande de proteção e nenhuma saliência para os carros que trafegam, ou seja, cabe aos órgãos responsáveis olharem esse local e tomar as providencias cabível, para que não morram mais pessoas nesta área. Cada cruz daquela representa também uma placa de sinalização mostrando que aquele local é perigoso. Como mostra a figura 2 a seguir:



Autor: Bruno Matheus de Melo Silva, 2016.

Cada cruz ao longo da rodovia carrega uma história de dor e de perda, eternizado ali, disponibilizado a quem quiser prestar sua homenagem, àquela pequena cruz, por vezes abandonada no meio do mato, nos mostra, que devemos olhar cada vez mais para o ser humano que morre por um assassinato ou uma desatenção deste outro ser humano, que conduz uma máquina de ferro assassina sem responsabilidade, sem respeito ao outro. Os milhares de motoristas que por ali passam, lembram a cada pequena cruz daqueles que ali encerraram de forma cruel as suas vidas.

Infelizmente, é necessário que várias pessoas percam a vida num determinado local para que as autoridades se deem conta enfim de que ali é “trecho perigoso” de estrada e urge que nele se coloque sinalizações oficiais de advertência.

CONCLUSÃO

Sendo assim a dimensão geográfica perpassa uma materialização simbólica no espaço através dos sujeitos que dão significados aos objetos. O mapeamento sobre as cruzeiros ao longo da rodovia transmite como o ser humano constrói simboliza tudo em seu redor como forma de dar sentido a sua existência. Devemos olhar para cruzeiros com mais sentimentos, pois, são pessoas que perdem sua vida e seus sonhos por máquinas mortais.

“A cruz tem voz”: todos passam por mim, e olham curiosos, não fazem ideia ao certo o que represento: o medo nos olhos, à dor, a saudade dos que ficam, dos sonhos interrompidos, enfim sou apenas, apenas uma triste cruz na beira da rodovia.

REFERÊNCIAS

A Rosa-Cruz, a pirâmide, e a OKRC (1888) <<http://www.okrc.org/index.php/pt-br/a-tradicao-da-okrc/a-rosa-cruz/44-a-rosa-cruz-a-piramide-e-a-okrc>> Acesso em: 20 abr. 2016.

SILVA, A. S.; FILHO, S. F. G. Geografia da Religião a Partir das Formas Simbólicas em Ernst Cassirer: Um Estudo da Igreja Internacional da Graça de Deus no Brasil. **Revista de Estudos da Religião**, p. 73-91, jun. 2009.<http://www.pucsp.br/rever/rv2_2009/t_silva.pdf> Acesso em: 01 abr. 2016.

ROSENDAHL, Zeny. Sagrado e espaço. In:____. **Espaço e religião: uma abordagem geográfica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Uerj, 2002. p.25-37.

O USO DA CARTOGRAFIA COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA NO ENSINO DE GEOGRAFIA NA E. E. F. M. PRESIDENTE VARGAS EM CRATO - CE

Belarmino Ferreira de Albuquerque I Pós Graduado -
Universidade Regional do Cariri.
b-albuquerque1@hotmail.com
Maria Andressa Alencar Cardoso
Graduanda do curso de Geografia - Urca
and-alencar@live.com

RESUMO

O presente trabalho busca apresentar como se dá o uso da cartografia na escola E. E. F. M. Presidente Vargas percebendo como a dificuldade dos alunos em compreender a metodologia do ensino da cartografia. A utilização da linguagem cartográfica é fundamental no ensino de Geografia, pois trabalhando essa disciplina em sala de aula levará o aluno a ter uma visão ampla do espaço, e assim expandir o ensino da Geografia em sala de aula. Apresentamos aqui resultados de um estudo nessa escola.

PALAVRAS CHAVES: Cartografia, ensino pedagógico, Geografia, Escola.

INTRODUÇÃO

O trabalho em questão consiste em um relato de experiência sobre o uso da linguagem cartográfica nas aulas de geografia na E. E. F. M. Presidente Vargas, tendo como referência o contexto das turmas do 8º, 9º e 1º ano do Ensino Médio. Muito embora a Cartografia seja considerada de difícil entendimento ela está presente no cotidiano das pessoas, desta forma basta um olhar mais aguçado para que se observe sua presença. De acordo com Pissinatti *et al* (2007), ela pode ser observada em um traçado do campo de futebol, na posição das carteiras em uma sala de aula, até mesmo no simples fato de caminhar de um lugar para outro. Quando se trata da aplicação da Cartografia no ensino de Geografia, esta deve ser contextualizada de forma a facilitar a aprendizagem dos discentes, de maneira prática e de fácil entendimento.

A pesquisa nasceu da inquietação dos autores em promover novas abordagens teóricas e metodológicas no intuito de favorecer a alfabetização cartográfica, pois é notório a defasagem cartográfica dos alunos que terminam a Educação Básica. A partir desse questionamento pretendemos apresentar novos procedimentos com o intuito de facilitar a instrução cartográfica no Ensino Fundamental e Médio, ressaltando atividades para ensinar este conteúdo. Dessa forma buscamos apresentar novas abordagens para que os discentes possam compreender o conteúdo cartográfico, e a sua importância na compreensão e entendimento do espaço geográfico. Para Pissinatti e Archela, (2007, p.172), o processo de ensinar “Geografia e o de Cartografia são indissociáveis e complementares: a primeira é conteúdo e a outra é forma. Não há possibilidade de se

estudar o espaço sem representá-lo, assim como não podemos representar um espaço vazio de informação”.

A utilização da linguagem cartográfica é fundamental no ensino de Geografia, pois visa contribuir para a formação de um indivíduo que consiga ressignificar o espaço, analisar o sistema e as estruturas que produzem a sua organização, além de promover um novo olhar sobre a Cartografia como um instrumento metodológico que promova um ensino de Geografia mais abrangente e crítico capaz de possibilitar novas transformações no seio social.

Dessa forma o objetivo deste trabalho é propor novas abordagens teórico-metodológicas para o ensino da Geografia Escolar a partir da contextualização dos conhecimentos cartográficos, bem como promover discussões sobre a realidade social dos discentes a partir de práticas escolares de Alfabetização Cartográfica, além disso, é uma forma de explicitar a relação teoria e prática no ensino de Geografia.

METODOLOGIA

Para a realização do trabalho foi selecionada a Escola de Ensino Fundamental e Médio Presidente Vargas na cidade de Crato - CE. O público alvo, foram alunos do 8º, 9º, 1º ano do Ensino Médio, ambas no turno vespertino, em um total de 30 alunos. Em primeiro plano, as atividades desenvolvidas ocorreram de acordo com os conteúdos ministrados pelos professores, de modo a utilizar materiais, que fossem acessíveis aos alunos. Durante a realização das atividades, foi possível ainda levar os alunos para conhecer o LABOGEO (Laboratório de Geoprocessamento), da Universidade Regional do Cariri – URCA, onde aconteceu a última etapa das atividades. No decorrer do processo, se faz necessário dizer, que de uma maneira gradativa, este passou a assumir características interdisciplinares, devido à agregação dos professores das disciplinas de História e Biologia. Para Marconi e Lakatos

(2001), quando são adotadas abordagens teóricas, métodos científicos e técnicas de pesquisa, os estudos científicos apresentam-se como instrumentos metodológicos coerentes. Para essas ações optou-se por estabelecer, metodicamente, etapas. As etapas mencionadas anteriormente estão distribuídas da seguinte forma: levantamento bibliográfico sobre o tema; pesquisa dos conteúdos a serem abordados em sala de aula e discussão dos pontos comuns, investigação da materialidade presente no Cariri.

Este trabalho possibilitou aulas interdisciplinares, estudo da materialidade e preparação dos alunos para aulas de campo, realização de aulas de campo, reuniões para a elaboração, divulgação e execução do projeto. Utilização de GPS, mapas cartográficos e climáticos, elaboração de mapas cartográficos, além do uso do espaço físico da escola para minicursos sobre o uso e importância dos mapas no cotidiano dos discentes, bem como avaliação das aulas com os alunos, estimulando a produção cultural destes discentes através de pesquisas, debates, produção textual, documentários e divulgação da produção cultural das aulas por meios diversos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Uma ampla diversidade de atividades foi proposta para o desenvolvimento desta experiência educativa que utilizou os recursos da cartografia no ambiente escolar, entre estes o trabalho com mapas. De maneira geral, procurou-se ampliar as possibilidades de trabalhar os conteúdos de forma interdisciplinar, o que possibilitou ressignificar os conhecimentos construídos pelos alunos, uma vez que eles tiveram a oportunidade de ter contato com os conteúdos e fazer relação entre o que já sabiam e o que estavam aprendendo, ou seja, construindo uma aprendizagem significativa, em momento ulterior.

Contou-se com a participação ativa dos professores das disciplinas de Biologia, História e Geografia, que contribuíram para estabelecer relações interdisciplinares durante a execução do projeto, visto que eles contemplaram nas aulas de campo temas que se interligaram por meio de visão holística sobre o espaço geográfico e a interação do homem com o seu meio, conforme demonstrado na Figura 1.



Figura 1 - Estudantes em atividade prática, construindo um mapa georreferenciado.

Nesse contexto observou-se que o papel do docente é de suma importância nas aulas de Geografia e quanto ao foco principal desta pesquisa que foi a cartografia, tornou-se necessário que estes docentes buscassem conhecer novas metodologias que viessem a auxiliar o desenvolvimento de aulas interdisciplinares, buscando abordar cada conteúdo cartográfico de maneira dinâmica e criativa levando os educandos a perceber o quanto a compreensão da linguagem cartográfica facilita o entendimento dos diversos conteúdos, não só nas aulas de Geografia, mas em todo o processo ensino aprendizagem.

CONCLUSÃO

Com o desenvolvimento deste trabalho ficou evidente a necessidade de se buscar novos métodos de aprendizagem para o ensino da cartografia no contexto da geografia escolar, pois compreende-se a ligação intrínseca entre a Geografia e a Cartografia, tendo a Geografia como a ciência que estuda o espaço geográfico e a Cartografia como a ciência da representação gráfica deste espaço terrestre.

Dessa forma foram desenvolvidas atividades voltadas para a aprendizagem cartográfica, objetivando a construção coletiva do conhecimento, através da leitura e interpretação de mapas, bem como, a utilização de GPS para demarcação de pontos geográficos e posteriormente a construção de mapas, estimulando os discentes a serem mapeadores da realidade geográfica, estabelecendo um caminho que facilite a Alfabetização Cartográfica, tornando os alunos sujeitos de suas práticas na sala de aula onde temos o encontro de uma Geografia do Conteúdo com a Geografia da Forma.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Regina A. (2002). Mapas na Educação Diferenciada: experiências com professores e alunos. In: Janine Giselle Le'Sann. (Org.). Cartografia para Escolares no Brasil e no Mundo. Belo Horizonte –MG..
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos metodologia científica. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- OKA, C. M. Mapas táteis são necessários? In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCADORES DE DEFICIENTES VISUAIS, 9, 1999, Guarapari, ES. Anais... Guarapari: s.n., 1999. 1 CD-ROM.
- PISSINATI, MC, ARCHELA, RS. Fundamentos da Alfabetização Cartográfica no Ensino de Geografia. Geografia. 2007 Jan/Jun; vol.16 (1): p. 169-95.
- PISSINATI, M. C.; ARCHELA, R. S. A alfabetização cartográfica: Simples e prática. In: CALVENTE, M. C
- SENA, Carla. C. R. G. de. (2009). Cartografia Tátil no Ensino de Geografia: uma proposta metodológica de desenvolvimento de recursos didáticos adaptados a pessoas com deficiência visual, São Paulo. Tese (Doutorado em Geografia Física). DG, FFLCH, Universidade de São Paulo – Brasil.

EIXO 2 – DESENVOLVIMENTO E CONFLITOS URBANOS

A PROMOÇÃO IMOBILIÁRIA NA ZONA LESTE DE JUAZEIRO DO NORTE/CE E A EMERGÊNCIA DE UM NOVO RUMO NA URBANIZAÇÃO NESSA CIDADE

Ribeiro, José Itallo Silva¹; Queiroz, Ivan da Silva² (Orientador)

1 – (Graduando) – Universidade Regional do Cariri - URCA, ribeiro_itallo@yahoo.com

Palavras chave: Promoção Imobiliária, Cidade expandida, Tecido Urbano-Regional.

RESUMO

Nos últimos anos, com o crescente aumento da demanda por moradia, a expansão urbana de Juazeiro do Norte acende vertiginosamente. O setor imobiliário em face do aludido processo investe cada vez mais na oferta de novos produtos. À medida que a cidade cresce, a desigualdade e a segregação sócio espacial aumentam quase na mesma proporção, uma vez que a atuação dos sujeitos imobiliária é seletiva e excludente. Em razão da escassez de áreas disponíveis para a incorporação imobiliária é notório a presença de novos rumos no avanço na malha urbana nos sentidos norte e leste da cidade.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por finalidade abordar, essencialmente, a expansão da malha urbana da cidade de Juazeiro do Norte – CE, sublinhando a incorporação de novas áreas ao tecido urbano da cidade, mais precisamente aquela relativa à franja rural-urbana dos municípios de Juazeiro do Norte e Missão Velha. A partir daí, analisar os seus reflexos no tecido urbano-regional.

Vale salientar que a pesquisa em tela ainda está em curso. Portanto, a análise que propomos baseia-se em levantamentos ainda muito preliminares. Pretendemos aprofundar às investigações, cujos resultados serão apresentados em produções futuras. Inicialmente, levantaremos algumas hipóteses concernentes aos fatores que impulsionaram a promoção imobiliária na porção mais a leste da cidade, o que lhe torna o recorte espacial privilegiado para as nossas análises.

Em seguida faremos um breve levantamento de alguns dos principais agentes que atuam nessa dinâmica e suas respectivas expressividades, o raio de atuação dos mesmos. Identificaremos, também, quais são os produtos imobiliários que são ofertados por esses agentes.

METODOLOGIA

O trabalho irá abranger esforços de natureza teórica e empírica para investigação dos processos e formas espaciais urbanas mais recentes de uma parcela da cidade Juazeiro do Norte, a saber, o escudo leste da cidade. A escolha desse recorte espacial se explica pelo caráter recente do processo de incorporação e especulação imobiliária na referida área.

A respeito da fundamentação teórico-metodológica foi feito um amplo levantamento bibliográfico correspondente à literatura relativa à problemática analisada. Foram consultadas obras já consagradas na discussão da temática em questão e ensaios mais recentes que nos permitem compreender as particularidades da dinâmica em curso na área de estudo.

Concomitantemente, fizemos um estudo de campo exploratório, realizando observações *in loco* e consultas as fontes estatísticas e documentais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

NOVAS TENDÊNCIAS NA EXPANSÃO URBANA DE JUAZEIRO DO NORTE

Foi verificada nos últimos anos a incorporação de expressivas glebas de terra sob a forma de loteamentos na Zona Norte e Leste de Juazeiro do Norte. Nessa última concentramos nossa atenção. Tal fato nos chamou atenção, uma vez que às áreas na qual esse processo se mostrava mais evidente correspondia aos limites com o município de Barbalha e Crato. Dessa forma, o referido recorte espacial se mostra como uma nova orientação para a expansão da cidade de Juazeiro do Norte.

Segundo Corrêa (1993), a incorporação imobiliária de novas áreas do tecido urbano das cidades pode ser resultante do crescimento populacional e o constante aumento na demanda por novas moradias, instigando à oferta de novos produtos imobiliários (dentre os quais, loteamentos).

Constata-se, tanto no caso específico de Juazeiro do Norte como no aglomerado Crajubar, que as taxas de crescimento populacional estão entre as mais altas do país, como apontam os últimos censos. Em números relativos, superando até taxas anotadas para as principais metrópoles nordestinas, neste caso, aquelas relativas à Fortaleza, Recife e Salvador.

Entre os anos de 2000 e 2010 os municípios de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha apresentaram um acréscimo de 62.880 habitantes, o que representou um crescimento percentual de 17,28%. A população que em 2000 era de 363.810, passou para 426.690 residentes em 2010 (IBGE, 2010).

Na esfera das metrópoles, para ilustrar, em detrimento da ausência de áreas disponíveis para à incorporação imobiliária e a necessidade por parte do promotor imobiliário em manter o mercado aquecido, garantindo a continua oferta de novos produtos, usualmente os limites territoriais municipais são excedidos. Segundo Lacerda (2012), convergindo para reforçar um traço característico das metrópoles, na qual se mostra como “cidade expandida”.

Nessa constante busca por parte dos agentes imobiliários por novos locais de incorporação e disseminação de novos loteamentos em áreas deslocadas da mancha urbana tradicional, situados via de regra na chamada franja rural-urbana da cidade, dito de outro modo, a faixa periurbana, conforme aponta SOUZA (2003). É o caso do escudo leste de Juazeiro do Norte, onde verificamos o aludido processo.

Identificamos nessa área a presença de produtos imobiliários como condomínios verticais e horizontais, com predominância dos últimos, e, mais recentemente, condomínios fechados, mais parecidos com loteamentos fechados. A maior parte desses lotes derivados desses loteamentos, em verdade, constituem-se como reserva de valor para os seus compradores. A despeito disso, porém, a recorrência desses empreendimentos para a área em questão já sinaliza a emergência de um novo rumo para a expansão da cidade que, tradicionalmente, privilegiava as extensões territoriais que se aproximavam de Crato e de Barbalha.

Os sujeitos imobiliários encontrados em atividade possuem diversificada escala de atuação, separamos alguns dos principais. A maior parte dos investimentos fica por conta

do grupo Magno Pedro que atua ativamente em escala local, responsável, entre outros, pelo loteamento “Oasis do Cariri”, empreendimento encravado no recém-criado bairro Monsenhor Murilo. O Oasis do Cariri se encontra na divisa entre os municípios de Juazeiro do Norte e Missão Velha. Concluída a primeira etapa, já se vislumbra a implantação de sua segunda etapa, adentrando ainda mais no território de Missão Velha. Durante a construção do loteamento foi soterrado o Riacho Brejo Seco, o que pode ocasionar impactos socioambientais futuros.

Além do grupo Magno Pedro, temos também a atuação da Conviver Urbanismo. Atuando em escala regional, possui várias etapas do loteamento “Conviver Life” ao longo da cidade. Duas delas no bairro Aeroporto (Zona Leste), sendo uma no formato de condomínio fechado. Vale ressaltar que empreendimentos do gênero já são muito difundidos na cidade, justificado pelo discurso do marketing imobiliário como uma opção do morar em segurança em face da situação de insegurança decorrente da violência urbana. Para o consumidor estes condomínios representariam uma espécie de refúgio num espaço cada vez mais marcado pelo medo da violência que, no caso, é a cidade – qualquer que seja o seu porte e expressão na rede urbana, dizem os astutos promotores imobiliários.

Também podemos notar a ação de sujeitos de expressão nacional, como é o caso dos conjuntos habitacionais do Programa governamental Minha Casa Minha Vida, promovido pela Caixa Econômica Federal. Esses estão distribuídos no bairro Aeroporto, sob a forma de condomínios verticais – a exemplo dos Tenente Coelho I, II, III e IV – e no bairro Betolândia, através do Residencial Manuel Raimundo de Santana Filho. A implantação dos condomínios do projeto Minha Casa Minha Vida representou um aporte considerável para a especulação imobiliária na localidade.

REFERÊNCIAS

BOTELHO, Adriano. **A Produção do Espaço e da Moradia Através das**

Práticas do Setor Imobiliário: Três Casos Paulistanos. Cidades, São Paulo. V.4. Nº 6. 2007.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano:** Novos Escritos Sobre a Cidade. 1ª ed. São Paulo. Labur Edições. 2007. Disponível em:
<http://pt.slideshare.net/CarvalhoFilipes/carlos-ana-fani-o-espao-urbano?related=1>

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano.** São Paulo. Ed. Ática S.A. 1993.

DI MÉO, Guy. **Introdução ao debate sobre a metropolização**, Confins [Online], 4 | 2008, posto online em 13 novembro 2008. Disponível em:
<http://confins.revues.org/5433>; DOI:10.4000/confins.5433. Acesso em 10 Jun. 2016.

IBGE. Censo demográfico. 2000.

_____. Censo demográfico. 2010.

LACERDA, Norma. **Fragmentação e integração:** movimentos de (re)estruturação espacial. In: RIBEIRO, Ana Clara Torres; LIMONAD, Ester; e GUSMÃO, Paulo Pereira de. (Orgs). Desafios ao planejamento: produção da metrópole e questões ambientais. Rio de Janeiro: Letra Capital/ANPUR, 2012.

LEFEVRE, Henry. **O Direito à Cidade**. 5ª ed. São Paulo. Centauro. 2008.

PEREIRA, Paulo Cesar Xavier. **Dinâmica Imobiliária e Metropolização**: a NOVA Lógica do Crescimento Urbano em São Paulo. Scripta Nova (Barcelona), v. XI, p. 194, 2007.

QUEIROZ, Ivan da Silva. **Região Metropolitana do Cariri cearense, a metrópole fora do eixo**. Mercator, Fortaleza, v. 13, nº. 3, p. 93-104, set./dez. 2014.

_____. **A Metrópole do Cariri**: institucionalização no âmbito estadual e a dinâmica urbano-regional da aglomeração do Crajubar/CE. Tese (Doutorado). Recife: UFPE/MDU, 2013.

SOPÓSITO, Eliseu Savéri. **Redes e Cidades**. São Paulo: Ed. UNESP, 2008.

SOUZA, Marcelo J. L. de. **O ABC do Desenvolvimento Urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

ANÁLISE DA APLICABILIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO MDA NO ALTO OESTE POTIGUAR.

COSTA NETO, FRANCISCO ALVES DA¹; SILVA, CÍCERO NILTON MOREIRA DA²; LUCENA;
CECILIA SABRINA DE SOUSA³

1_ Estudante de graduação do curso de licenciatura em Geografia – UERN/CAMEAM –
franciscoalves258@gmail.com

Resumo: O presente resumo terá por objetivo, trazer uma análise prática de uma política pública desenvolvida pelo MDA, no caso específico o PRONAF A, e observar como o mesmo se aplica na prática dos agentes sociais beneficiários desse programa. O PRONAF A compõe-se como uma das linhas de um programa que visa o fornecimento de crédito a agricultores familiares, a fim de proporcionar um desenvolvimento ao campo, no caso dessa linha específica, o foco se dá aos assentamentos rurais oriundos de movimentos de reforma agrária, portanto, trabalhar nessa linha específica requer uma análise sobre as especificidades presentes dentro dessa linha de crédito. Trabalhar uma política como o PRONAF também apresenta complexidade por ela se pautar no recorte espacial do território, onde se encontra sujeito a várias concepções, que muitas vezes se contradizem entre si, gerando assim um conflito ideológico que pode ser danoso para o desenvolvimento da política pública.

Palavras-Chave: PRONAF A; MDA; Territórios.

INTRODUÇÃO

O termo Desenvolvimento pode se mostrar bastante complexo quando o analisamos de maneira concreta, pois o mesmo possui diversas concepções que variam de acordo com os interesses de um grupo social, portanto, partindo dessa premissa devemos compreender que o que eu considero desenvolvimento, pode não ter o mesmo significado a outra pessoa. Diante disso resolvemos fazer uma análise de como as concepções de Desenvolvimento atuam no campo, e qual ideologia os segue, tomaremos como base o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) executado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) analisando a sua aplicabilidade perante o recorte do Alto Oeste Potiguar.

O MDA foi criado com o objetivo de se desenvolver políticas públicas que visassem o desenvolvimento do campo, no que diz respeito tanto ao social quanto ao econômico, objetivando assim um desenvolvimento mais igualitário, buscando também acabar com o histórico de políticas desenvolvimentistas que davam prioridade apenas aos grandes proprietários de terras. Podemos perceber essa dicotomia no termo desenvolvimento quando tratado no campo, conforme NASCIMENTO (2014):

"O campo como zona rural e atualmente não totalmente desenvolvido, anseia por algo que o torne realmente crescente em termos do que se entende por desenvolvimento, uma política que venha beneficiar as famílias e proporcionar-lhes meios para avançarem cada vez mais, criando melhorias e inovando com o intuito de progresso, não unicamente econômico, mas social."

O PRONAF tem como objetivo principal, caracterizar esse desenvolvimento para a agricultura familiar por vezes tão esquecida durante a história das políticas públicas, o que não significa necessariamente que o programa assuma uma proposta de desenvolvimento que corresponda aos anseios sociais, devemos sempre lembrar por trás

de todo discurso a sempre uma ideologia. Mais claro é inegável o papel que PRONAF tem atualmente, pois como bem diz AZEVEDO (2011)

"O PRONAF pode ser considerado uma política não-compensatória, pois não obstante os problemas verificados em seu funcionamento, tem contribuído para mudanças e melhorias no espaço agrário nacional."

Como não se pode ter algo concreto a respeito de determinada política apenas pelo embasamento teórico, entendemos que a melhor medida é a ida a campo para a verificação da realidade local, e assim verificar como a teoria criada se aplica na prática.

POLÍTICAS PÚBLICAS NO MEIO RURAL

Durante a história da agricultura no país, nota-se que somente na década de 1990 houve um favorecimento aos agricultores, no que concerne à assistência de políticas públicas. Como é o caso do PRONAF, anteriormente discutido aqui e que surgiu em 1996.

De lá para cá, outras políticas têm sido efetivadas para as melhorias de vida e de trabalho no campo, é o que aponta, dentre essas demais políticas, podemos destacar o Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – PRONAT, criado com o objetivo, segundo de alcançar todos os espaços rurais do país, principalmente as regiões com maiores índices de problemas sociais e de estagnação da economia. Ainda de acordo com, os índices de pobreza no país se configuram pela má distribuição de renda e das oportunidades de inclusão social. É o que Barros (2007) indica no Brasil há os recursos, porém o problema é como eles são distribuídos, para ele uma divisão equitativa dos mesmos, pode ter um grande e benéfico impacto no combate à pobreza.

Partindo para a realidade do analfabetismo também apontado pelo autor com relação à população rural, os índices de acesso são baixos, é o que podemos constatar na realidade do assentamento São Francisco no município de Portalegre, das sete famílias, apenas o líder do assentamento possui ensino médio, os demais estudaram somente até o ensino fundamental, alguns sequer concluíram o ensino fundamental. Uma realidade que pouco se vivencia, mas que ocorre em muitos lugares. O acesso à educação e à saúde nessas comunidades, ainda é bastante escasso, a população precisa se deslocar ao município para cursar o ensino médio, fator que tem limitado a conclusão do mesmo por parte dos moradores, existe um posto médico, mas não funciona todos os dias, tendo que se deslocarem ao município para obterem atendimento médico. Esses são alguns dos serviços públicos de que caem as comunidades rurais.

Na realização da atividade agrícola familiar, é importante salientar o grau de relevância na economia local, por meio dessa atividade. Todas as famílias entrevistadas relataram a satisfação em exercer junto à família a atividade agrícola. Com relação ao crédito do PRONAF, todos investiram, sempre relatando que anterior à essa política, "as coisas eram muito difíceis" pois não havia crédito e eles não tinham como investirem em sua produção, após o programa, muita coisa mudou, porém devido à seca nos últimos quatro anos, a produção caiu. Segundo Abramovay (2006) o que impulsionou a agricultura familiar no país foram os vários estudos e pesquisas que possibilitaram uma análise de sua relevância socioeconômica, com isso também vieram a inserção das políticas públicas, com maior destaque para o PRONAF, projetos de assentamentos e de reforma agrária.

Essas ações e melhorias no espaço rural possibilitaram uma mudança positiva na realidade dos moradores, já que os mesmos passaram a ter novas oportunidades de negócios e de crescimento, a atividade agrícola passa a ser reconhecida como um seguimento importante da economia social e reconhecendo o valor familiar de sua base, aplicam-se essas políticas. Tornando essa atividade um fator importante que segundo Guilhoto (2007) serve para contribuir na melhoria da renda familiar. Além do PRONAF,

outros programas também são ofertados como o Crediamigo, por meio do Banco do Nordeste, de acordo com. Para incentivar a atividade agrícola, há outros programas como a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER com o objetivo de contribuir mais eficazmente com a assistência técnica nas comunidades rurais. Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, compra da produção de pequenos produtores que é destinada para a merenda escolar, doação ou formação de estoques, além dos programas como o Bolsa Família e a Aposentadoria Rural.

Com base na nossa pesquisa realizada nas duas comunidades dos municípios de Encanto e Portalegre, podemos notar que dentre todas essas políticas citadas, as comumente citadas e conhecidas dos beneficiados são o PRONAF, Bolsa Família e Aposentadoria. Dando ênfase à primeira, já que nossa pesquisa foi conduzida pelo número de acessos ao programa, podemos notar que com o crédito obtido, os moradores investiram em melhorias, no caso de Portalegre, todas as famílias construíram armazéns ao lado das residências, além da compra de caprinos, bovinos, construção de cerca e produção de milho e feijão. Por estarem inseridos no assentamento, eles possuem sua própria moradia, realidade que antes muitos não conheciam, tendo que morar “de favor” na casa de grandes proprietários e prestar serviços de produção familiar. Após a consolidação do assentamento, segundo um dos moradores, sua vida melhorou, pois agora possui casa própria e trabalha para si próprio.

Apesar dos benefícios e da diferença que experimentam os assentados, em termos de serem autônomos em sua produção e moradia, nota-se em todas as falas, que os quatro anos seguidos de estiagem na região foi um grande entrave para a consolidação de uma produção qualitativa no que concerne às expectativas dos produtores que necessitavam dessa qualidade para poderem quitar sua dívida com o banco, como é o caso de alguns que ainda não conseguiram pagar. Fatores que também podem ser determinados não somente pela falta de chuvas que assolam a região, mas também pela baixa frequência de assistência técnica aos produtores que necessitam terem uma visão mais realista e focada no que realmente deve se investir em períodos como esse, o líder do assentamento São Francisco em Portalegre, relatou que a assistência é feita num intervalo de 2 meses, já os demais assentados, não souberam indicar o período ou a realização da mesma.

Além de um fator bastante interessante também relatado pelo líder, que é a questão da venda fornecida aos atravessadores, segundo ele, o lucro que eles obtêm é baixíssimo enquanto o lucro do atravessador que somente vende, ultrapassa o deles, sendo assim os produtores rurais acabam tendo prejuízo ao invés de saldo. É como o próprio presidente relata, há uma falta de estrutura na comercialização, de organização. Segundo o líder o que falta é um comprometimento tanto da parte dos próprios moradores quanto do poder público em apoiá-los:

A gente como associação, eu tenho tentado convencer os presidentes das associações aqui da região a gente fazer um polo, pra gente discutir um problema que a gente enfrenta hoje que é fornecer pro atravessador. Depois do pronaf a gente tava vendendo leite, animais, galinha, dois anos de inverno bom. E aí eu convidei quatro associações, e aí mostrei pra eles, a gente sentou, discuti porque num havia uma feira da agricultura familiar de Portalegre, pra levar nossos produtos, aqui a gente vende o ovo da galinha caipira, a galinha caipira. E aí a gente reuniu, mas faltou a logística, a logística que eu digo é a divulgação né, falar que a gente ia ter essa feira tal dia da semana. Quando foi pra se reunir e dar o recurso pra divulgar no carro de som, muitos se reclamaram que iam gastar dinheiro e podiam não ter lucro.

Vemos que há nessas comunidades um grande déficit do que se pode considerar para as condições básicas de moradia, não existem, por exemplo, uma assistência familiar no que concerne à saúde e educação de qualidade, até o ensino médio, a unidade de saúde

é fechada na maior parte da semana, ficando os moradores tendo que se deslocarem à zona urbana. Há a necessidade portanto de trazer um desenvolvimento para o campo que não se limita unicamente ao crescimento econômico e nota-se que esse também carece de melhorias e ele não é suficiente para amenizar as desigualdades existentes no campo.

CONCEPÇÕES DE TERRITÓRIO DO MDA

Um aspecto bastante importante para que possamos analisar como as políticas públicas são pensadas, e em quais aspectos que elas estão pautadas, e sabermos a partir de qual concepção o órgão gestor possui através do recorte pelo qual pretende implementar a sua política, no caso do MDA essa concepção passa pelo conceito de territórios, na qual podemos perceber uma certa fuga da realidade que se pode presenciar.

O conceito de território utilizado pelo MDA para a construção de suas políticas pública, se torna insatisfatória na medida em que o mesmo desconsidera a existência de conflitos nele, mas sabemos que o conflito coexiste de maneira marcante no território sendo este uma de suas principais características. Como bem caracteriza Saquet apud Vale, o território se constitui basicamente como um conjunto de relações e produções no que tange os aspectos políticos, econômicos e culturais, fazendo assim um espaço propício a geração de conflitos, sendo, portanto, um perigo desconsiderar a existência desses conflitos na elaboração das políticas públicas que visam atuar nesse recorte específico.

Tratar o território como uma unidade harmônica livre de conflitos, é problemático não só por desconsiderar a existência de especificidades dentro de um território, se torna ainda mais complicado por não levar em consideração a pluralidade dos territórios do país. Imaginemos que se em um único território já se encontra diferenças significativas, então de um território a outro essas diferenças se tornam ainda mais acentuadas, o que faz com que uma política pública não possa nem deva se limitar a fazer um projeto pensando no território e sim nos territórios analisando as suas peculiaridades e adaptando as suas especificidades.

ANALISANDO A APLICABILIDADE DO PRONAF NO ALTO OESTE POTIGUAR.

Analisar a teoria por si só não adianta de nada, analisar a sua aplicabilidade na realidade cotidiana das pessoas é fundamental para uma boa análise, aliás nem tudo que aparece no discurso se ver no real. Partindo dessa premissa simples, porém fundamental, resolvemos ver na prática como uma política pública atua na prática e como os agentes sociais são afetados por ela. Como forma de continuar o trabalho iniciado ano passado, tomamos por base o PRONAF A, e através da pesquisa escolhemos o nosso recorte dentro do Auto Oeste Potiguar, na qual foram escolhidos os três municípios com o maior número de acesso ao crédito oferecido pelos programas, foram eles o Encanto, Portalegre, e Riacho de Santana.

Para conseguir chegar ao resultado que queríamos optamos pela realização de visitas aos assentamentos e aplicações de questionários. Obtivemos grande êxito nas visitas aos assentamentos do Encanto e Portalegre, obtendo dificuldade apenas no contato com o assentamento presente em Riacho de Santana.

Nas visitas realizadas podemos constatar que existem algumas discrepâncias sobre o que programa apresenta no papel e na sua realidade, mas que de maneira geral os assentados se mostraram bastante satisfeitos com o valor do crédito oferecido e muitos salientaram da importância de se aplicar o dinheiro de maneira adequada, já que seu uso desregrado pode causar um endividamento desnecessário.

MATERIAL E MÉTODOS.

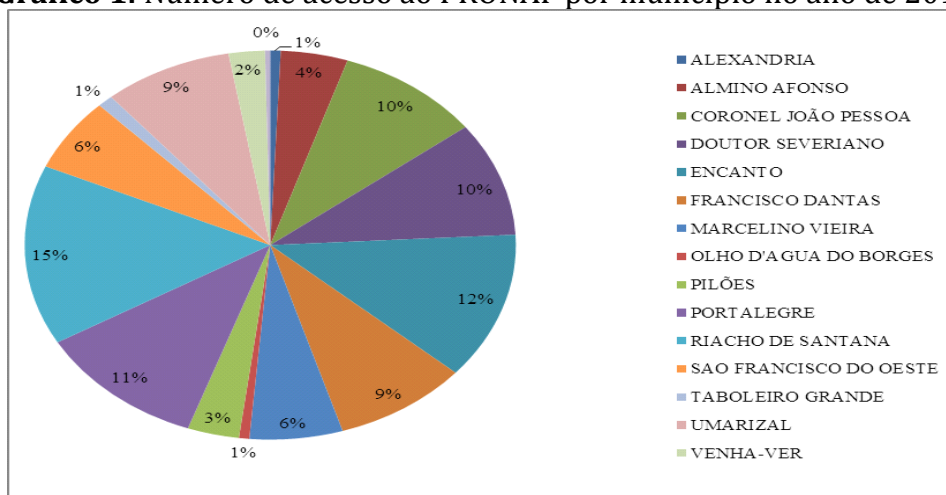
O presente artigo tem por objetivo, analisar como o PRONAF A é posto no papel e como ele se apresenta na prática, para tanto tomamos como recorte espacial a região do Alto Oeste Potiguar em especial a microrregião de Pau dos Ferros. Para a conclusão do objetivo proposto tomamos por base leituras acerca do programa e a aplicação de entrevistas na visita de campo feita aos assentamentos, nos municípios com maior número de acesso ao programa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A princípio, se torna interessante fazer uma caracterização do contexto geográfico que foi escolhido para estudo, tendo em vista o estudo no Alto Oeste Potiguar, com um foco especial na microrregião de Pau dos Ferros, e como diria NASCIMENTO (2014) "Pau dos Ferros se sobressai como um polo econômico, uma vez que, esse município se mostra como o mais importante devido a sua hierarquia em relação às demais cidades da região; logo, Pau dos Ferros se lança ao desenvolvimento principalmente pelo forte e atuante comércio além da grande disponibilidade de serviços encontrados nessa localidade."

Definido o nosso campo para estudo, se fez necessário um corte ainda mais específico para que se pudesse analisar como o PRONAF atingia a região estudada, para que pudessemos definir qual seria esse recorte, utilizamos como base, o gráfico produzido através da pesquisa iniciada no ano passado, na qual podemos perceber como se dá o número de operações por município na região, e que podemos observar no gráfico 1.

Gráfico 1: Número de acesso ao PRONAF por município no ano de 2013



A partir da análise do gráfico definimos o nosso recorte focando nos três municípios com maior número de acesso ao crédito, sendo eles Riacho de Santana, Encanto e Portalegre. E no qual em nossas visitas de campo podemos perceber como o PRONAF vem atuando na prática.

Ao irmos à campo, pudemos perceber que de maneira geral o PRONAF A agrada aos seus beneficiários, mas que embora isso o mesmo possui algumas fragilidades em sua execução. Sentimos falta de uma assistência técnica mais prolongadas, de maneira abrangente os assentados disseram ter um auxílio técnico no começo, mais que após a aplicação do dinheiro ficou a cargo dos assentados tomarem parte de seus lucros, e que posteriormente ocasionou um endividamento por parte de alguns assentados, embora em um número muito pequeno constatado na entrevista. Outro aspecto importante a se analisar, é o fato de que a falta de assistência técnica levou alguns assentados a investirem seus lucros em produtos que acabaram por gerar prejuízos devido à seca prolongada, o que pode ser um resultado do conceito superficial de território trabalhado pelo PRONAF.

Caso como esse pode ser verificado no assentamento Cantinho do município do Encanto, no qual o investimento inicial partiu para a produção da Cana de Açúcar, produto que se mostrou bastante lucrativo no início, mas que devido à estiagem prolongada, acabou tornando a sua produção inviável, sendo obrigado o assentamento a substituir a Cana-de-açúcar pelo Sorgo, justamente pela sua fácil adaptação ao clima da região e por ser um alimento para o Gado, fazendo com que a produção pecuarista existente no assentamento não se perdesse também por causa da seca.

Outro aspecto importante verificado na pesquisa, foi que por diversas vezes fatores externos ao programa acabam influenciando a eficácia do mesmo. A exemplo desses fatores, temos a já citada estiagem, que acaba sendo um problema comum na Região Nordeste, mas que o programa ainda não conseguiu uma maneira de se adaptar a essa especificidade, e por muitas vezes vemos os assentados não obtendo o lucro que se havia pensado, pois o produto que se produz inicialmente não se adaptou ao clima e condições da região. E outro fator externo presenciado no assentamento Cantinho, nos chamou atenção, pois tanto o pagamento do PRONAF quanto a terra, caíam em datas muito próximas, o que nos chamou a atenção foi justamente esse pagamento da terra em um assentamento rural, na qual se espera que fosse fruto de uma reforma agrária de fato, e não de uma maneira Bancária como foi posta para a gente na entrevista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De maneira geral, entendemos que o estudo dos aspectos teóricos é de suma importância para a pesquisa, mas que o mesmo visto de forma isolada não é satisfatória, se fez necessária então ver como essa teoria é aplicada na prática e ver como os agentes sociais atingidos por essa teoria agem, e como ela é aplicada na prática, levando assim a pesquisa a um patamar mais qualitativo.

Através de nossa ida ao campo, pudemos perceber que nem sempre aquilo que é posto na teoria se aplica realmente na prática, e que por vezes a ideologia de "desenvolvimento" posta pelo PRONAF não chega a atender a plenitude dos agentes que se envolvem na política pública. Também, pudemos notar que a programa é visto de maneira bastante satisfatória por quem teve a oportunidade de usufruí-lo, por vezes os entrevistados falaram das melhorias que obtiveram em sua vida. Embora, essas duas análises feitas pareçam ambíguas, elas condizem a realidade vivenciada pelos entrevistados na medida que constatamos que há uma satisfação por parte dos beneficiários, mas que ao analisarmos o que está na teoria, o desenvolvimento não tange todos os aspectos propostos.

Ademais, compreendemos que a política do PRONAF desenvolvida pelo MDA, é importante na medida em que se passou a ter um olhar para a Agricultura Familiar no Brasil, depois de anos de esquecimento por parte do poder público nessa atividade econômica e social tão importante para o país, mas entendemos que o programa não chegou a sua plenitude completa, sendo preciso melhorar alguns aspectos em sua concepção e fazendo com que outras cheguem a prática de fato. O PRONAF é um programa bom, mas que apresenta problemas em sua conceituação e efetivação, esses problemas causados, talvez pela força que o gerencia, na qual faz com que sua concepção de desenvolvimento, seja contraditória aos beneficiários que a recebem. Acreditamos que, se esses problemas forem solucionados o programa poderá assumir seu caráter abrangente e poderemos chegar a um desenvolvimento de fato, que não vise apenas o lucro pelo lucro e sim um desenvolvimento que vise os aspectos econômicos e sociais juntos.

REFERÊNCIAS:

ABRAMOVAI, Ricardo. Agricultura Familiar e Reforma Agrária. In: Estudo da Dimensão Territorial do PPA. Brasília: CGEE, 2006.

AZEVEDO, Francisco Fransualdo. O Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar no Brasil: uma análise sobre a distribuição regional e setorial dos recursos. In: SciELO. Uberlândia: Soc. nat, Sept./Dec. 2011, Vol. 23

BARROS, Ricardo Paes de. **Desigualdade de renda no Brasil**. Brasília: IPEA, 2007

GUILHOTO, Joaquim, *et. al.* **A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus estados**. Brasília: NEAD, 2007

NASCIMENTO, Alessandra Holanda do; SILVA, Cicero Nilton Moreira da; LUCENA, Cecilia Sabrina de Sousa. **A ideologia de desenvolvimento nas políticas públicas e a atuação do PRONAF “A” na agricultura familiar do auto oeste Potiguar**. 2014

VALE, Ana Lia Farias; SAQUET, Marcos Aurelio; SANTOS, Roseli Alves dos. **O Território: Diferentes abordagens e conceito-chave para a concepção da migração**. In: Revista FaeCiência. Curitiba: UNOESTE, Jan. 2005.

FOME E POBREZA: O RETRATO DAS DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS NA ANÁLISE DA VIDA COTIDIANA.

SILVA, I. G; SANTOS, C. D.

- Autora (Graduanda em Geografia) - UECE,
ingrid_gomes10@outlook.com 2 – Orientadora (Doutora
em Geografia) - UECE, camilageo@gmail.com

RESUMO

Este resumo discute sobre o fenômeno da fome e da pobreza como problemáticas alastrantes através da análise da vida cotidiana, uma vez que, este conceito reflete em uma determinada espacialidade suas contradições. A partir disso, será analisada a alimentação, desde suas bases históricas, além da realidade que determina problemas biológicos e ontológicos. O modelo de reprodução capitalista e suas bases acumulativas são relevantes para a investigação, uma vez que, gera processos segregadoras que fomentam o espaço. Para isso, a pesquisa se deteve ao espaço urbano, precisamente ao bairro Presidente Kennedy, em Fortaleza-Ceará, visto que o mesmo agrega uma série de dinâmicas que se tornam cada vez mais visível às disparidades socioespaciais. A discussão vai além de entender a desnutrição, subnutrição, problematizando como a fome e a miséria são temas nítidos que parece estar banalizados para o Estado e suas parcerias privadas, onde as políticas públicas, para tal fenômeno estão mascaradas.

Palavras-Chaves: Fome, Vida Cotidiana, Pobreza.

INTRODUÇÃO

A alimentação é algo a ser debatido sob diversas temáticas e perspectivas, uma vez que, infere as mais variadas interpretações. A finalidade do referido trabalho está na análise da fome e da miséria na alimentação no urbano. Há poucas discussões do objeto na pesquisa em Geografia, atualmente, principalmente quando se refere à Geografia Urbana, assim, a investigação se voltará para a interpretação sobre o modo de vida cotidiano e como este denota, exemplifica e explicita a questão da alimentação e que assim, reflete na fome, entendendo então a pobreza, a miséria e o fenômeno como linhas tênues e fios condutores de graves disparidades sociais.

Josué de Castro em *Geografia da Fome, Geopolítica da Fome e O livro Negro da Fome*, é possível evidenciar uma das melhores contribuições do autor, elucidada pela desnaturalização do fenômeno fome, uma vez que, não pode ser somente explanado por fatores naturais, mas também por fatores sociais e ontológicos da humanidade, na relação entre a sociedade e o meio que ocupa. Assim, este autor faz alusão à necessidade de se entender e discutir a questão da alimentação para o conhecimento geográfico, visto que, é considerada inerente ao ser e as mais variadas dietas alimentares em diferentes culturas e ideologias que infere a necessidade de retirar do meio geográfico, itens para a sua sobrevivência, podendo então, formar a identidade que o a Geografia sempre almejou, sejam através das tradições, culturas e hábitos. Logo, a dieta alimentar denota em essência o elemento social como fator geográfico ativo, através de um jogo de relações sociedade e meio em diferentes arranjos espaciais.

Porém é necessário se atentar para determinados limites que carrega em suas obras, limites estes advindos da época da construção de seu pensamento, mas que, interpretados de outra maneira colocam de forma mais clara, porém complexa, a

compreensão da problemática em discussão, visto que o autor apontava que a suplantação da fome dependia do regimento de políticas alimentares que colocariam em isostasia a questão de oferta, procura e circulação alimentos. Todavia, o Estado, enquanto agente produtor do espaço, não procura superar esta questão, mas sim administrar para assim legitimar sua função enquanto mediador e figura de representação de determinada regularidade estatal da sociedade, gerenciando as crises regidas pelo capital. A presente discussão não pretende refutar as obras de Castro, na verdade almeja denotar mais ainda o papel da Geografia enquanto ciência que analisa espacialmente fenômenos, através de processos nos mais diversos tempos, isto é, sua dinamicidade.

Além disso, se faz necessário discutir a deterioração alimentar, isto é, como a prática alimentar se adequa a determinados públicos de maneira a não preocupação dos componentes que o formam, a partir da análise da escala geográfica, uma vez que, reajusta a interpretação do problema, ou seja, o entendimento do fenômeno da fome vai além de divisões impostas por fatores físicos e naturais, como a divisão de regional ou nacional que determina características imutáveis, mas por fatores sociais que são produzidos e reproduzidos continuamente e que reconfiguram o espaço urbano.

Arelado a isso, surge o debate também de segurança alimentar como conjunto de normas de produção, transporte, armazenamento para adequação ao consumo, como tentativa técnico-organizacional de desenvolvimento territorial nos pilares de qualidade, quantidade e regularidade que demarca um curso desde 1940 e que hoje se explicita em diversos viés, como o acesso à alimentação, os hábitos alimentares, as práticas de consumo e a distribuição equilibrada através de um direito inalienável a sociedade. Em detrimento disso, se fez necessário à criação e surgimento de várias políticas que deveriam suscitar e discutir o problema da fome, como a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) no mesmo contexto de outras instituições internacionais com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para assim estabelecer órgãos que regulem o capitalismo em escala mundial, uma vez criada essas organizações, legitima-se enquanto justificativa o surgimento de outras ações como agências bancárias, e associações que gerenciariam as necessidades politico-administrativas para regulação econômica do problema, mistificando ainda a fome e a pobreza. O modelo capitalista é em suma não progressista, visto que, não se detém a preocupação da sociedade fragmentando-a de sua essência. Logo é possível inferir “O que a devastação dessa economia acumulativa capitalista nos assegura tentar decifrar, hoje, é um enorme processo de desumanização” (DAMIANI, 2005, p.60).

Enfim, a intencionalidade da discussão está na compreensão e análise do problema da pobreza, da miséria, da fome na análise da vida cotidiana como lócus de composição de momentos nas realizações de atividades humanas individualizadamente e coletivamente, ocorrendo desde processos de exploração, alienação e apropriação espaço-temporal por e a partir das contradições de como o capital se reproduz no espaço urbano, caracterizando processos conflitantes como a segregação, a exclusão e a seletividade socioespacial, persuadindo a sociedade e implantando de maneira perversa desigualdades sociais, através da necessidade do capital, por meio da teoria do consumo que gera necessidades ilusórias e possibilidades fictícias para alguns, a fim de explorá-las compulsoriamente, segrega-las socialmente, fragmenta-las espacialmente e segmenta-las ocupacionalmente. Para a exposição espacial da discussão será utilizado à análise do bairro Presidente Kennedy na cidade de Fortaleza-Ceará, tendo em vista o quadro de déficit econômico que o bairro se encontra. Nesse espaço é perceptível perceber desde sua escala maior para a menor, tanto pelos bairros do entorno, quanto seu próprio perímetro, a explicitação de desigualdade e abandono governamental engendrado pelo fenômeno da fome e miséria na alimentação.

METODOLOGIA

Em razão disso, e para análise mais profunda dos fenômenos supracitados, a discussão partirá da análise por meio do conceito de vida cotidiana, através da “crítica da vida cotidiana implica, pois, concepções e apreciações em escala de conjunto social” (LEFEBVRE, 1991, p. 34) onde “a vida cotidiana é a vida do homem inteiro; ou seja [...], o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se “em funcionamento” todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, ideias e ideologias” (HELLER, 1970, p. 17). Assim o conceito refere-se a um complexo de ações parecendo apresentar de maneira banal ou simplista, todavia real e concreta, como a sociedade legítima e é legitimada pela ideologia capitalista e como o Estado e as empreiteiras capitalistas sobre parcerias, imperializam a sociedade e a manipulam, assim será investigado estudos da alimentação e da fome de maneira crítica no espaço urbano.

Para isso, é de fundamental importância o estudo do método dialético a partir de Marx, para entendimento dos sujeitos e dos objetos, uma vez que, a interpretação do método infere a apreensão do ser humano como ser histórico na produção da vida material e que estabelece assim, interações com a sociedade e o meio, através das inúmeras contradições e conflitos na produção do espaço e que denotam a uma organização da vida social. Logo, o uso do conceito de vida cotidiana então, reflete na discussão da dialética, visto que, o cotidiano “é momento composto de momentos” (LEFEBVRE, 1991, p. 20) e onde “se formulam os problemas concretos da produção em sentido amplo: a maneira como é produzida a existência social dos seres humanos” (LEFEBVRE, 1991, p. 30). A discussão da alimentação e conseqüentemente os processos de fome e pobreza são então elementos centrais deste conceito, uma vez que, a nutrição não está externa a vida cotidiana, e a mesma não se destitui da alimentação.

Assim, para realização do presente trabalho foi feito o levantamento de bibliografias no que concerne o objeto de estudo e os processos que o fomentam, nas bibliotecas da Universidade Estadual do Ceará – UECE e da Universidade Federal do Ceará - UFC, e que a posteriori foi analisado. Além disso, houve a consulta literária na internet a partir de e-books, capítulos de livros, artigos, mapas, monografias, dissertações e teses, para complementar e enriquecer a discussão. Por conseguinte, depois de um minucioso estudo dos aportes teóricos, serão aplicados questionários de caráter quantitativo e qualitativo para uma análise empírica dos fatos e realizados trabalhos de campo para entrevistas com a população residente do bairro Presidente Kennedy, a fim de perceber de forma mais fidedigna, o fenômeno da fome e da pobreza e os níveis das suas conseqüências.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O problema da fome e da miséria aumentam de forma alastrante, porém, mascaradas. É interessante perceber que a fome gera conseqüências biológicas e sociais, uma vez que, causam problemas graves de saúde e que muitas vezes são sonogados e falseados, como a desnutrição, pneumonia, raquitismo, osteoporose, desidratação, hepatite, doenças renais e gástricas. Não apenas a abstinência total ou parcial de

alimentos matam os indivíduos, na verdade, ela subsidia ingresso para doenças que um organismo sadio seriam triviais, mas que para alguém faminto pode ser fatal. O que deveria ser perceptível é que “As doenças são na maior parte consequências e não causa: consequência de uma alimentação pobre e insuficiente.” (ABRAMOVAY, 1985, p.17).

Além disso, há muitas vezes, discussões incoerentes e preconceituosas como definições preliminares de entendimento de cultura genética. A exemplo disso, segundo várias fontes de estudos e pesquisas inferem que na região Nordeste os indivíduos apresentam estatura média relativamente baixa, evidenciado por motivo ligado a fatores genéticos. Todavia, a insuficiência alimentar histórica da região foi definindo e moldando sua caracterização física, que na verdade ressalta que sua medida é inversamente proporcional a sua fome, uma vez que, a desnutrição atrasa a ossificação.

Ao se ater a análise socioeconômica não é difícil inferir que custos em tratamento de desnutridos são bem mais escalares do que o custo alimentício, ou seja, se o Estado considerasse com a política real de alimentação para todos, certamente os custos com saúde para subnutridos seriam decrescidos e consequentemente poderia ser reinvestido para alimentar toda a sociedade e aplicada não como algo provisório, mas permanente. As políticas públicas deveriam estar para resolução dos problemas sociais e não como administração sem perspectivas de solução.

A análise do urbano, no objeto em questão, se faz de suma importância, uma vez que, este subsidia diversas formas de moldagens e processos heterogêneos conflitantes que fomentam a apreensão do capital e consequentemente suas diretrizes de segregação, exclusão e perversão, através dos agentes que configuram sua estrutura e crescem as disparidades sociais. O espaço urbano então é uma das principais lócus dessa reprodução. De acordo com Corrêa:

O espaço urbano capitalista – Fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas – é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço. São agentes sociais

concretos, e não um mercado invisível ou processos aleatórios atuando sobre um espaço abstrato. (CORRÊA, 1989, p.11)

As ações desses inúmeros agentes derivam da reprodução e acumulação do capital e de seus conflitos de classe. Para isso foi feito a análise bairro Presidente Kennedy, que situada a oeste na capital cearense (Figura 1), região de grande densidade demográfica e insuficiência econômica, que apresenta inúmeros déficits econômicos, políticos e sociais. Na porção norte do bairro, aliado por um grande processo de especulação imobiliária, há contrastes sociais muitos fortes, marcados pela presença de equipamentos urbanos que atendem as classes mais abastadas. Porém na sua porção sul, encontram-se agrupamentos, vilarejos, abarracamentos e autoconstruções típicas que evidenciam as desigualdades sociais. Dados do Instituto de Pesquisa do Ceará (IPECE) do Censo de 2010 mostram que o bairro tem população de 23004 e renda média de R\$ 700,00, ou seja, evidenciam um valor baixo em favor de acréscimos de instrumentos urbanos que o bairro recebe, porém enfatiza, mais ainda, o contraste de classes no determinado recorte. Nele, o fenômeno da fome se alastra, vai além da subnutrição, da desnutrição, de maus hábitos alimentares, de acesso há algum tipo de “auxílio”, pessoas de diferentes idades, que mesmo no século em questão, que conata crescimento e desenvolvimento, se encontram sob grave processo de nanismo e martírio. O faminto, atualmente, mesmo que num tempo de fartura, através da grande produção alimentícia, vive ou sobrevive, onde a fome e quantidade de alimentos não são diretamente proporcionais.

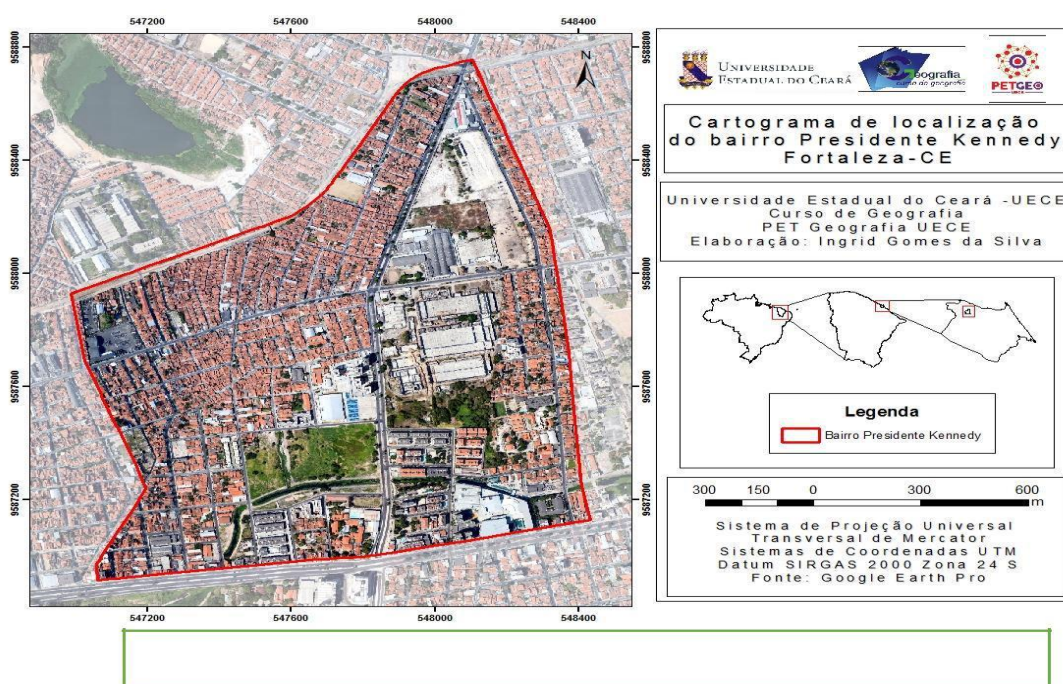


Figura 1 - Cartograma de Localização do Bairro Presidente Kennedy.

CONCLUSÃO

Enfim, é relevante pensar entender a questão da fome em sua essência, passando desde a compreensão da desnutrição e subnutrição não como sinônimo, mas como termos auxiliares da dimensão quantitativa e qualitativa do objeto em discussão, sem confundi-los para não causar reducionismos e obscurantismo que o modelo capitalista através do marketing e consumo tentam enfatizar e persuadir a sociedade. A geração de políticas e “benefícios” de financiamento e créditos são estratégias astuciosas para convencer a sociedade de auxílios e enfrentamentos das questões sociais, para assim atingir o progresso elucidativo da antes nação, mas hoje engendrado pelo processo de globalização, que combina as disparidades inerentes ao desenvolvimento capitalista, tornando o mundo do capital, denotam que o pobre ao receber, porque depende do que recebe, é um devedor, devedor além do capital sob forma de papel, devedor de gratidão de um sistema que o alternativa sob o caráter ilusório de compensação.

O recorte espacial usado é apenas um exemplo empírico que denota que o problema da miséria e da fome é gritante, evidenciando particularmente, os crescimentos de quantidade de equipamentos urbanos, como além de imóveis residenciais, uma alta gama de bens de serviços e comércio, além de obras de engenharia civil e construção de um Shopping Center, moldados pelo capital, a partir de vários grupos de empreiteiras empresariais na área, evidenciam segregação socioespacial existente. Essa alienação das massas, através de uma ideologia capitalista, infere que o produto criado é do capital e não do próprio trabalho, que por seu estranhamento ao produto, legitima e justifica sua absorção e que quem está sem acesso algum a esse tipo de “benefício” está à margem da sociedade, não consumindo, mas sendo consumido. O processo de reprodução capitalista de mercado fomenta ideologias de necessidades e consumo que desmitificam a preocupação com causas sociais, o padrão de consumo como está elucidado é em suma incompatível com justiça social, a fome e a pobreza são consequências perversas dessa segregação, onde a minoria, ou seja, detentores poder, se mantém com fome insaciável de monopolização e capital e os agentes sociais excluídos, ou seja, a maioria tem fome real a partir de um direito que é inerente, mas que é negado e marginalizado.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **O que é Fome**. São Paulo: Brasiliense, 1985. CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1948.

_____. **Geopolítica da Fome**. São Paulo: Brasiliense, 1965.

_____. **O Livro Negro da Fome**. São Paulo: Brasiliense, 1966. CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

DAMIANI, Amélia Luisa. **A geografia que desejamos**. In: Boletim Paulista de Geografia, nº 83 – Perspectiva Crítica, p. 57-90. São Paulo, 2005.

DIAS, Eliotério Fachin. A fome, a pobreza e o direito humano à alimentação adequada. **Revista Jurídica UNIGRAN**. Dourados, MS | v. 11 | n. 21 | Jan./Jun.2009. Disponível em: < <http://www.bvsde.paho.org/texcom/nutricion/artigo06rv.pdf> > Acesso em: 7 de Maio de 2016.

Fischer, C. **A “McDonaldização” dos Costumes.** In: Flandrin, J. L.; Montanari, M. História da alimentação. Estação Liberdade, São Paulo, 2007. 841-863.

IPECE. **Perfil Municipal de Fortaleza** - Distribuição Espacial da Renda Pessoal. Fortaleza. Nº 42. Ed. Especial, 2012.

LEFEBVRE, Henri. **A Vida Cotidiana no Mundo Moderno.** São Paulo: Ática, 1991.

LIMA SOBRINHO, Antônio Estevam de. **Fome, agricultura e política no Brasil:** a chantagem alimentar. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982. 120 p.

MARX, Karl. **Contribuição para a crítica da economia política.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

RIBEIRO, Flávio Diniz. **Para uma crítica da ideia de desenvolvimento.** São Paulo: dissertação de Mestrado em Historia, Universidade de São Paulo, 2001.

VELLOSO, João Paulo dos Reis; ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. **A nova geografia da fome e da pobreza.** Rio de Janeiro, RJ: J. Olympio, 2006. 124 p.

PARA NO TEU LÍMPIDO AQUÁRIO MERGULHAR: PROCESSO DE SEGREGAÇÃO SOCIO ESPACIAL NA COMUNIDADE POÇO DA DRAGA FRENTE À CONSTRUÇÃO DO ACQUÁRIO

BRANDÃO ALENCAR, HYGNA VANNIELLY¹, FALCÃO LOPES, OTONI DANIEL²

1 – (Graduandos) – UECE, hygna.alencar@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho busca analisar como é efetivado o processo de segregação sócio-espacial na comunidade Poço da Draga, localizada nas imediações de onde está sendo construído o terceiro maior “museu oceânico” do mundo, na Praia de Iracema. A partir do estudo sobre o processo de formação urbana da cidade de Fortaleza e da relação da comunidade com o seu entorno. Essa construção se dá sob o discurso de requalificação urbana, mais que na realidade incorpora grandes interesses econômicos. Observando as transformações urbanas ocorridas na região da Praia de Iracema abrangendo o Poço da Draga, se denota como projetos de desenvolvimento ligados ao campo turístico, causam impactos sociais principalmente entre habitantes das populações locais afetadas. Esta pesquisa tenta compreender alguns complexos de interesses entre os agentes propagadores dos projetos desenvolvimentistas e os sujeitos em seus contextos sociais específicos afetados por tais projetos.

INTRODUÇÃO

A trajetória da comunidade Poço da Draga está intimamente ligada a Ponte dos Ingleses popularmente conhecida como Ponte Metálica. Que no período colonial era uma região portuária. Utilizada na primeira metade do século XX para o embarque e desembarque de mercadorias, onde, porém as embarcações não ancoravam, sendo transportados por meio de botes, barcos menores e jangadas até os navios. Contribuindo assim com um importante papel para a economia do Ceará. Essa movimentação na região influenciou para a instalação da alfândega, de escritórios de exportação e depósitos de mercadorias.

Na década de 1950 a construção do Porto do Mucuripe fez com que, aos poucos a Ponte Metálica perdesse gradativamente sua importância. Essa transferência contínua contribui para o entendimento de parte da pobreza do lugar. O Poço da Draga foi vítima desse processo algumas vezes ao longo de sua história.

Em relação ao “esquecimento”, a existência da comunidade de certa forma pode ser entendida como “útil”, à medida que ajudava a concentrar os pobres em uma faixa de terra longe dos bairros nobres da cidade, servindo de destino para parte das levas de miseráveis que migravam do sertão. Essa utilidade também podia ser percebida na oferta de mão de obra para o trabalho pesado de movimentação de carga na Ponte Metálica.

O Poço da Draga que segundo os primeiros moradores começou a ser povoado por volta de 1906 com moradias basicamente de taipa, exerciam funções de carregadores do porto, vendedores de bordado ou alimentos. Hoje conta com 505 famílias, totalizando uma população de aproximadamente duas mil pessoas, que na sua maioria sobrevive de trabalho informal.

Atualmente um dos problemas enfrentados pela comunidade é a falta de saneamento básico, onde o esgoto corre a céu aberto e quando chega o período chuvoso as casas ficam alagadas. Sem o auxílio do poder público os próprios moradores construíram um sistema improvisado de escoamento de água até a praia. Sem contar que a comunidade não possui nenhum equipamento público, como escolas, posto de saúde e creches.

A requalificação desse bairro histórico teve início na década de 1990, com a construção do calçadão ao longo da orla, do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura e a reforma do Estoril, acarretando valorização imobiliária e substituição do uso habitacional

por bares, restaurantes e boates. Deixando os moradores da comunidade apreensivos frente às repetidas ameaças de remoção. Motivado pelo incremento da competitividade regional da metrópole voltada para o setor turístico e de eventos, voltados para segmentos de consumo mais favorecidos. A “descoberta” da possibilidade do crescimento econômico da cidade a partir da venda de uma imagem atraente, à realização de negócios e à prestação de serviços, fez o interesse dos gestores, planejadores e investidores se voltarem para o filão adormecido, o patrimônio edificado e simbólico dos antigos lugares. Agora, estes seriam “resgatados” para a coletividade a partir de caros processos de revitalização urbana que

Com a antiga dicotomia entre modernidade e tradição asseguradas por matrizes de ideologia desenvolvimentista, ocorre uma grande propagação de políticas de intervenção espacial por parte dos órgãos governamentais onde pessoas de baixo poder econômico aquisitivo tem sido retirada de suas moradias para que se possa realizar a construção de grandes empreendimentos. Ou seja, estão baseados em uma dinâmica que implica na exclusão ou inserção marginal de atores que não dizem respeito aos interesses das novas intervenções que visam a “revitalização” de tais espaços. Nestas intervenções, os novos sentidos e usos apontam para a grande probabilidade que seus antigos moradores e usuários sejam afastados, remetendo a um enobrecimento dos novos frequentadores. Os benefícios hoje da localização do Poço da Draga são fatores de risco para a permanência dos moradores em suas residências, visto as inúmeras tentativas de remoção.

Essa requalificação deu início uma cadeia de eventos que, além de afetar em um primeiro momento os moradores de classe média e média-baixa do bairro, que se viram na iminência de abandono de seus antigos lares, pelo aumento da movimentação de visitantes e novos frequentadores, recolocou em evidência a comunidade do Poço da Draga, alvo de inúmeras tentativas de remoção ao longo dos mais de 100 anos da sua existência na Praia de Iracema.

As mudanças na comunidade do Poço da Draga ao longo do tempo refletem as transformações urbanísticas da cidade e das experiências dos moradores. A trajetória de desenvolvimento da cidade de Fortaleza, suas reconfigurações econômicas e suas necessidades de expansão espacial, irão definir aspectos fundamentais da estrutura social do Poço da Draga: as formas como os membros desta comunidade tecem sociabilidades internas, relações de solidariedade, vizinhança, parentesco e conflitos, assim como se relacionam e simbolizam suas posições frente aos diferentes interesses urbanísticos.

Desde o anúncio da sua construção em 2008, o Acquário foi alvo de polêmicas, a primeira delas foi o investimento inicial de 250 milhões de reais em um equipamento turístico, quando o Estado apresenta carências maiores em áreas prioritárias como educação e saúde. O segundo questionamento foi relacionado a insuficiência de estudos sobre os impactos ambientais e a imprecisão das informações quanto o retorno econômico do projeto.

Oceanógrafo é um projeto do governo estadual, que se inseriu no processo de requalificação da Praia de Iracema e destina-se a potencializar a atratividade turística da capital.

METODOLOGIA

O caminho escolhido para chegar a proposta deste foi artigo, foi através de uma metodologia bibliográfica pautada e investigada a partir de material já existente como livros, artigos e notícias.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Observa-se que pouco é explorada a perspectiva dos moradores da cidade frente aos aparelhos do Estado, ou seja, como eles percebem e vivenciam as mudanças dos seus espaços de convivência.

O cotidiano dos moradores do Poço da Draga e a visão destes sobre o processo de mudança interessam porque permitem compreender como o reordenamento e a reorientação do espaço na cidade exige a reelaboração de consensos, de imagens e percepções de inclusão, ainda que na realidade fundadas na exclusão. A memória dos moradores esclarece o quanto do imaginário do lugar e das relações locais ali constituídas é determinante para a elaboração dos processos de significação daquele lugar. Lugares estes que estão repletos de relações sociais estabelecidas entre pessoas e grupos que se apropriam e significam o espaço.

CONCLUSÃO

O que se observa é a presença, no Poço da Draga, de obras que estimulam melhorias na região de seu entorno e não propriamente no espaço urbano em que se localiza a moradia das pessoas. Ligadas a etapas e períodos históricos distintos, as obras elaboradas por agentes externos (governo do estado) para a região do Poço da Draga são quase que totalmente, excludentes das pessoas que lá vivem. Essas obras buscam não apenas modificar a estética do lugar, mas requalificar também seus significados.

REFERÊNCIAS

Almeida, R. et al. (2011). *Tese ao XIV Congresso de Estudantes da Uece*. Fortaleza, [?], mimeo. Barreira, I. (1986) Incômodos hóspedes? Notas sobre a participação da igreja e dos partidos políticos nos movimentos sociais urbanos. (pp. 131-150) *In*: Krischke, P. & Mainwaring, S. (Eds.). *A igreja nas bases em tempo de transição*. Porto Alegre, RS, L & PM. Ceará. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE). (2012). Os impactos econômicos do Acquário Ceará e sua viabilidade. *IPECE Informe*, Fortaleza, 48. ARANTES, Otília. *Urbanismo em fim de linha: e outros estudos sobre o colapso da modernização arquitetônica*. 2ª edição. São Paulo: Edusp, 2001.

_____ (et. Al.). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 3ª edição. Petrópolis: Vozes, 2000.

BERNAL, Cleide. *A Metrópole Emergente; a ação do capital imobiliário na estruturação urbana de Fortaleza*. Fortaleza: UFC/BNB, 2004.

BURGOS, Marcelo Baumann. *A utopia da comunidade: Rio das Pedras, uma favela carioca*. Rio de Janeiro: PUC- Rio/Loyola, 2002.

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA PORÇÃO SUDOESTE DE FORTALEZA-CE: UM OLHAR A PARTIR DA AVENIDA GENERAL OSÓRIO DE PAIVA

SILVA, JARDEL¹, MOURA, GERRARA², TELES, GLAUCIANA³

1 – (Graduando em Geografia) – UECE, jar-del.silva@aluno.uece.br

2 – (Graduanda em Geografia) – UECE, gerrara.moura@gmail.com

3 – Orientação: Profa. Dra. Glauciana Alves Teles, UECE, glauciana.teles@uece.com.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo compreender a produção do espaço na Avenida General Osório de Paiva e os agentes envolvidos nesse processo, haja vista sua intensidade nos últimos anos com a instalação de vários empreendimentos na avenida. O foco do trabalho é analisar o processo histórico de uso e ocupação da Av. General Osório de Paiva, assim como compreender a produção do espaço e as novas dinâmicas com suas contradições em decorrência dessa nova configuração socioespacial na avenida.

Palavras-chaves: Produção do espaço. Agentes produtores do espaço. Avenida General Osório de Paiva.

INTRODUÇÃO

A expansão do espaço urbano resultou de processos sociais, políticos e econômicos que contribuíram para a hegemonia de Fortaleza no contexto cearense e da ação dos diferentes agentes produtores do espaço (poder político, setor privado e moradores). (COSTA, 2007, p. 51).

Nessa perspectiva, a partir do século XIX a cidade de Fortaleza, a partir de vários fatores importantes a ressaltar a condição de sede administrativa da província do Ceará, recebe vários investimentos governamentais e privados que tendência a sua hegemonia no contexto provincial (COSTA, 2007). Nesse cenário, Fortaleza recebe uma série de investimentos em edificações e seu espaço vai sendo produzido através da ação dos agentes produtores do espaço.

Segundo Amora e Costa (2015), consideram-se três fases para a expansão e hegemonia da cidade de Fortaleza e que marcaram a produção do espaço cearense. A primeira caracteriza-se pela fase agrário-exportadora prolongada até o começo dos anos de 1960, já o segundo período é caracterizado pela maior integração ao mercado nacional e pela atuação da SUDENE e o terceiro período, iniciado na década de 1980, pela maior autonomia dos estados.

A cidade de Fortaleza expande-se viabilizada pela a instalação de equipamentos urbanos e de algumas instituições públicas, orientando seu crescimento para as zonas sul e oeste, se opondo ao litoral pela aversão que a população tinha ao mar. Assim, Fortaleza cresce em virtude da economia ascendente do Ceará, atraindo a classe média vinda do interior e os migrantes refugiados da seca que assolou a província do Ceará no século XIX.

A partir da década de 1990, Fortaleza passa por grandes transformações que a inserem no contexto de expansão urbana vinculada ao poder público municipal com o alargamento de vias que facilitou a circulação Leste-Oeste, a priorizar zonas de urbanização em razão de sua localização como o bairro de Parangaba. É nesse contexto que destacamos a Avenida General Osório de Paiva, que se inicia nesse bairro indo em direção à bairros do sul da capital, municípios metropolitanos como Maracanaú, Maranguape e municípios do interior do Ceará. No trecho limítrofe com Maracanaú, ela

passa a ser uma rodovia estadual, a CE-065, que finda no município de Aratuba, no maciço de Baturité.

No percurso que realiza dentro da capital, mais especificamente nos bairros Parangaba e Vila Peri, observa-se uma série de transformações ao longo da avenida com a expansão de empreendimentos imobiliários e a ampliação de estabelecimentos comerciais e de serviços voltados ao atendimento da população que reside nesses bairros e bairros próximos, desempenhando uma centralidade importante, no sul de Fortaleza. Diante do exposto surge uma série de indagações ao longo de nossas observações: que fatores vêm contribuindo para a materialização dessa centralidade ao longo da Avenida Osório de Paiva? Quais os agentes produtores do espaço envolvidos nesse processo? Que fatores tornam-se atrativos para o mercado imobiliário na área e qual a relação com a expansão de estabelecimentos comerciais e de serviços que chegam mais recentemente? Qual a relação desse processo com a expansão de Fortaleza em direção esta área da cidade?

Ao longo do seu processo de uso e ocupação, a Av. Gal. Osório de Paiva passou por diversas mudanças a exemplificar o bairro Vila Peri no qual algumas casas antigas que materializam na paisagem as antigas formas de uso e ocupação na avenida. Ainda há de se observar a grande rede de lojas, comércio e outros empreendimentos inseridos nesse contexto.

Ao longo da história do processo de produção capitalista, o espaço passou a fazer parte dos circuitos de valorização do capital, seja pela simples mercantilização da terra, seja pelo seu parcelamento (pelo loteamento ou verticalização). (BOTELHO, 2007).

Nessa perspectiva, vale ressaltar que isso vem mudando. Nos últimos cinco anos, em média, a avenida passa por um constante processo de especulação imobiliária com a instalação de empreendimentos residenciais verticalizados que aparecem com mais expressão nos bairros de Parangaba e Vila Peri.

Nesse processo, a Av. Gal. Osório de Paiva com o incentivo do Estado que segundo Côrrea (2004) o Estado vai atuar também na organização espacial da cidade com uma atuação complexa e variável tanto no tempo como no espaço, refletindo nas dinâmicas da sociedade da qual é parte constituinte, viabilizando a pavimentação de ruas, alargando vias de acesso e outras melhorias de infraestrutura, proporcionando um salto expressivo no valor do solo urbano. Observa-se esse processo na avenida em estudo, a partir da chegada de empreendimentos de grande relevância do setor comercial, como o Max Atacado e a Macavi Móveis e Eletros. A instalação desses empreendimentos resultou em preços elevados do solo urbano, cujos relatos de moradores afirmam que algumas casas estavam sendo vendidas a altos preços. Alguns até afirmam que promotores imobiliários chegavam com propostas de compra de terrenos vislumbrando a valorização dos imóveis pela especulação imobiliária.

A avenida ainda conta com alguns aparelhos urbanos, a citar o Terminal de ônibus Siqueira inaugurado na década de 1990. Além disso, em sua extensão observam-se algumas igrejas, postos de combustíveis, lojas do ramo alimentício e festas, academias, lojas do ramo farmacêutico, a ressaltar a Farmácia Pague Menos, a Carropel, empresa do ramo de carrocerias, e mais recentemente a instalação de uma agência bancária da Caixa Econômica Federal.

No bairro Canindezinho verifica-se outra área inserida na produção do espaço na Av. Gal. Osório de Paiva. Percebe-se, em primeira análise, que as mudanças ocorridas nesse perímetro da avenida são bem expressivas, a ressaltar o aumento da mancha urbana e as mudanças socioespaciais. Em relação aos empreendimentos instalados, viabilizados pelo alargamento das vias e com investimento em infraestrutura que antes não existia, têm-se o Cometa atacarejo (Figura 1), e a Construtop (Figura 2). Além disso, houve a construção de um condomínio horizontal o que gera alguns questionamentos acerca de sua localização e os possíveis interesses de mercado.



Figura 1 – Cometa Atacarejo

Fonte: Silva, Jardel, 2015.



Figura 2 – Construtop

Fonte: Silva, Jardel, 2015.

Nessa Perspectiva, a av. Gal. Osório de Paiva vem se constituindo um amplo campo de estudos e formulações para pesquisa. Além de todo esse processo, as contradições existentes em decorrência dessa produção do espaço propiciam vários questionamentos sobre o objeto de estudos.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a realização dessa pesquisa consistiu em pesquisa bibliográfica e documental sobre a temática abordada, pesquisa de campo com a realização de diálogos informais, entrevistas semi estruturadas, registros fotográficos, pesquisa em órgãos públicos para a solicitação de dados sobre a expansão Avenida

General Osório de Paiva, junto à prefeitura do município de Fortaleza, IPECE (Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará), SEFIN (Secretaria de Finanças de Fortaleza) e Secretarias Regionais.

Como utilização das técnicas de geoprocessamento, a partir das imagens coletadas para a pesquisa em questão, será utilizado o Sistema de Informação Geográfica (SIG) Quantum Gis para a elaboração de mapas.

Para além, realizou-se consultas a respeito do histórico do processo de urbanização de Fortaleza-CE e aos conceitos e temáticas relacionadas ao tema da pesquisa e reunião de dados para análise para a constatação de resultados preliminares.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados preliminares de nossa pesquisa evidenciam uma dinâmica bastante expressiva na configuração dos bairros Parangaba e Vila Peri que se destacam ao longo do percurso da Avenida Osório de Paiva, que vem se materializado com a instalação de diversos empreendimentos do setor residencial e comercial. Decorrentes disso, o preço de alguns imóveis e de alguns terrenos tendem elevar-se segregando algumas áreas dos bairros em análise.

Isso repercute de forma direta e indireta nos moradores que ali estão dispostos ao longo da Avenida Gal. Osório de Paiva, a exemplificar no bairro Canindezinho, um dos bairros pela qual a avenida se estende, no qual vários empreendimentos se instalaram, assim mudando a conjuntura do local. Alguns moradores recebem essas mudanças de forma positiva por conta dos supermercados e outros empreendimentos que ali se instalaram já outros, que sofreram impactos de forma direta, não são favoráveis.

Essa produção do espaço na avenida predispõe novas perspectivas para o futuro, em que o processo tende a intensificar-se, haja vista as melhorias proporcionadas pelo Estado e as fortes tendências a investimentos na Avenida General Osório de Paiva, cabendo o aprofundamento de nossos estudos.

CONCLUSÃO

No caso da produção do espaço na Avenida General Osório de Paiva vem ocorrendo de forma intensa nos últimos anos. Percebe-se que várias empresas de diversos setores da economia vêm se instalando ao longo da avenida e com isso várias questões surgem em virtude dessa produção do espaço. Vale ressaltar que as dinâmicas intensificaram-se interferindo nas dinâmicas socioespaciais da Avenida General Osório de Paiva.

REFERÊNCIAS

BOTELHO, A. **O urbano em fragmentos: A produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário**. 1. ed. São Paulo: AnnaBlume/Fapesp, 2007. 316p.

CARLOS, A. F. A. **A cidade**. 8. ed. São Paulo-SP: Contexto, 2008. 104p.

CARLOS, ANA FANI ALESSANDRI; VOLOCHKO, D. (Org.) ; ALVAREZ, I. A. P. (Org.). **A cidade como negócio**. 1ª. ed. São Paulo: editora Contexto, 2015. 43 -64p.

CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. (Org.) ; SPOSITO, M.E.B. (Org.) . **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011. 240p.

CARLOS, A. F. A. **A (re)produção do espaço urbano**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2008. 272p.

CORREA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 2004.

COSTA, M. C. L.. Fortaleza: expansão urbana e organização do espaço. In: Silva, Jose Borzacchiello da; Cavalcante, Tércia C.; DANTAS, Eustógio W. C.. (Org.). **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2005. 51-100p.

COSTA, M. C. L.; AMORA, Zenilde Baima . Fortaleza na rede urbana brasileira: de cidade a metrópole. In: Maria Clelia Lustosa Costa; Renato Pequeno. (Org.). **Fortaleza: transformações na ordem urbana**. 1ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatorio das Metropoles, 2015. 31-76p.

LEFEBVRE, H. **A Revolução Urbana**; tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: ed. UFMG, 1999.

LEFEBVRE, H. **O Direito a Cidade**. São Paulo: Cetauro, 2008.

MODESTO, N. S. D. A.; CAMPOS, A. O. ; SILVA, Cátia Antônia da. **Por uma Geografia das existências: Movimentos, ação social e produção do espaço**. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. 120p.

EIXO 3 – GEOGRAFIA, EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

A GEOGRAFIA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: ENTRE O ENSINAR E O APRENDER

SILVA, Francisco Gabriel da¹,
ARAÚJO, Anderson Monteiro²,
VASCONCELOS, Tereza Sandra Loiola³.

- 1 – Aluno de graduação do curso de Geografia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN, gabriel_sylvie@hotmail.com.
2 – Aluno de graduação do curso de Geografia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN, andersongeografia2@gmail.com.
3 – Doutora docente do Curso de Geografia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, terezavasconcelos@hotmail.com.

RESUMO

O presente trabalho aborda o ensino de Geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Diante disto busca-se refletir acerca deste ensino, destacando sua importância nos primeiros anos da escolarização infantil. Se faz uso dos estudos e contribuições de Callai (2005), Callai (2013), Castelar (2005) e Amorim e Costa (2015), que nos fornecem importantes elementos na compreensão do ensinar e aprender Geografia. As reflexões que aqui foram embutidas destaca-se o papel do professor que é peça fundamental no processo de ensino da Geografia na educação infantil, uma vez que é ele o mediador do conhecimento geográfico. Reflete-se ainda sobre a alfabetização cartográfica e o uso do conceito do lugar para o melhor entendimento do mundo por parte dos educandos.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de Geografia; escolarização infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental.

INTRODUÇÃO

Pensar o ensino de Geografia na atualidade demanda uma grande reflexão, considerando o caráter significativo que este componente curricular vem assumindo ou deveria assumir na Educação Básica, sobretudo nos anos iniciais do ensino fundamental, pois nesse processo da alfabetização, a presença de conteúdos e objetivos da Geografia na escola contribui para entender qual o verdadeiro papel de se ensinar e aprender Geografia nessa etapa da aprendizagem, uma vez que como os demais componentes curriculares, a Geografia permite a construção da cidadania para vivermos em sociedade através da leitura do mundo e da vida que se dá através da leitura do espaço.

Nesse sentido, se faz necessário uma boa atuação do professor enquanto mediador do conhecimento e um dos sujeitos ativos dentro do processo de ensino-aprendizagem a conhecer bem a sua área e ajudar os educandos na desmistificação de uma visão simplista da Geografia enquanto uma área do saber que busca definir seu papel na construção do conhecimento científico e instigar o aluno na construção da noção espaço-temporal, também mostrar que ele faz parte do mundo em que vive e na compreensão do espaço geográfico organizado pela sociedade por meio das relações entre sociedade\natureza a partir das suas diversas configurações espaciais, configurando um desafio a mais na prática pedagógica do docente.

METODOLOGIA

A construção deste trabalho é fruto das discussões da disciplina de “Geografia e Ensino I” (2015.2), ministrada pela Prof.^a Dra. Tereza Vasconcelos no *Campus* Avançado Prof.^a Maria Elisa de Albuquerque Maia (CAMEAM) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Constitui-se como um resumo expandido (pré-requisito avaliativo da disciplina) e tem o objetivo refletir através de discussões teóricas, embasados nas contribuições de Callai (2005), Callai (2013), Castelar (2005) e Amorim e Costa (2015), a importância de se ensinar e aprender Geografia nos anos iniciais do ensino fundamental entendendo a sua relevância para esta etapa da alfabetização na educação básica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A importância do Ensino de Geografia.

Nas últimas décadas é possível notar um avanço significativo no que se refere ao setor educacional do Brasil, que de forma satisfatória vem melhorando a qualidade das escolas, professores e alunos tendo em vista a relevância que a Educação proporciona para a sociedade. Nesse contexto é importante destacar o papel da Geografia, que concomitante a esse processo de transformação na Educação vem mudando também, tornando-se assim um componente curricular primordial na Educação Básica, permitindo de certa forma aos educandos a leitura da vida e do espaço, enquanto sujeitos atuantes na sociedade e no espaço. Desse modo torna-se imprescindível o ensino de Geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Nessa perspectiva, Callai (2005) propõe uma reflexão acerca da leitura do mundo ao qual estamos inseridos e que modificamos constantemente e afirma que:

“Uma forma de fazer a leitura do mundo é por meio da leitura do espaço, o qual traz em si todas as marcas da vida dos homens. Desse modo, ler o mundo vai muito além da leitura cartográfica, cujas representações refletem as realidades territoriais, por vezes distorcidas por conta das projeções cartográficas adotadas. Fazer a leitura do mundo não é fazer uma leitura apenas do mapa, ou pelo mapa, embora ele seja muito importante. É fazer a leitura do mundo da vida, construído cotidianamente e que expressa tanto as nossas utopias, como os limites que nos são postos, sejam eles do âmbito da natureza, sejam do âmbito da sociedade (culturais, políticos, econômicos).” (CALLAI, 2005, p.228).

É importante compreender que a leitura do mundo ultrapassa a representação cartográfica (embora seja de grande relevância), mas que esta deve ser feita considerando o espaço vivido, construído cotidianamente a partir do sentimento de pertencimento ao lugar, de uma identidade cultural, mostrando também que essa leitura inerente ao espaço é resultado de uma interação social, cultural, política e econômica, expressa diariamente.

Quando coloca em questão o mundo globalizado em que vivemos, o acesso e a velocidade com que se tem acesso às informações entende-se que apenas ler e escrever não são suficientes na busca da construção do conhecimento escolar. É preciso possibilitar aos alunos o entendimento do espaço ao qual estão inseridos. Assim sendo surge à relevância da geografia escolar, com seu papel de permitir o entendimento do mundo, que necessita ser entendido pelos educandos nos anos iniciais do ensino fundamental.

Não se buscará superestimar a Geografia escolar perante as outras disciplinas, mas compreender o caráter próprio que a Geografia tem no cotidiano escolar de permitir a partir da leitura do espaço, ler sua própria história, diante disto Callai (2005) mostra que:

[...]. Portanto, a contribuição da geografia no nível inicial do ensino, no qual a criança passa pelo processo de alfabetização, não se dá como acessória, mas como um componente significativo (assim como as demais áreas) na busca do ler e do escrever. Ao ler o espaço, a criança estará lendo a sua própria história, representada concretamente pelo que resulta das forças sociais e, particularmente, pela vivência dos seus antepassados e dos grupos com os quais convive atualmente. (CALLAI, 2005, p. 237).

À alfabetização cartográfica e o Lugar.

A alfabetização cartográfica surge como um dos processos basilares para o conhecimento da Geografia, ressaltando Callai (2005) que esta alfabetização deve iniciar-se no início da escolarização ou em outro momento, tendo em vista a sua relevância para o processo de ensino e aprendizagem na Geografia. Além disso, a leitura do espaço, por meio da linguagem cartográfica possibilita que a criança represente o seu espaço vivido, sua trajetória e a leitura que ela faz do mundo, contribuindo, de certa forma, para um melhor entendimento da sua realidade e proporcionando um ensino de Geografia mais significativo.

Desta forma, Castellar (2005, p.45) nos leva a entender que “a cartografia, é uma linguagem e um sistema de código de comunicação imprescindível em todas as esferas da aprendizagem em Geografia, articulando fatos, conceitos e sistemas conceituais que permitem ler e escrever as características do território”, sendo assim uma opção metodológica a ser utilizada pelo professor de grande relevância para os anos iniciais do ensino fundamental utilizado em todos os conteúdos da Geografia estimulando aos sujeitos perceber e representar o seu espaço.

A leitura das representações gráficas feitas pelas crianças faz do mundo em que vivem um livro, que se torna acessível a elas por meio do domínio da linguagem cartográfica. Linguagem esta que permite a reflexão acerca do mundo. Assim quando se estabelece a possibilidade de ler o espaço por meio dos mapas, o ensino de Geografia se torna significativo. Uma vez que quando se faz a leitura do espaço real e concreto, se considera possível fazer leitura da representação desse mesmo espaço.

Assim o uso da alfabetização cartográfica se torna uma importante ferramenta para a compreensão do mundo. Deste modo além de possuir as letras e números como uma forma de linguagem, é preciso inserir ao cotidiano do aluno a linguagem cartográfica, aprendida nas aulas de Geografia.

O conceito de lugar, entendido como uma das categorias de análise da ciência geográfica é um dos mais importantes para a compreensão da leitura do espaço feito pela criança, pois o lugar é o espaço de maior interação entre a criança, os objetos e as pessoas que ali vivem com ela, proporcionando uma inter-relação a partir da sua vivência concreta e das ações realizadas por possuir uma história e um sentimento de pertencimento. Assim, ler o espaço a partir do lugar de vivência torna-se um desafio e uma perspectiva ao ensino de Geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental, gerando um processo de ensino e aprendizagem expressivo para a vida de cada sujeito. Dentro desse contexto, Callai (2013) nos leva a refletir afirmando:

Quer dizer, não é a escola simplesmente cumprindo conteúdos curriculares, mas desenvolvendo atividades que tornem o sujeito

capaz de conhecer para mudar. E, principalmente, encontrar os caminhos para mudar, pois estamos vivendo em um mundo que precisa ser conhecido e compreendido, não pelo lugar em si, mas no conjunto em que cada lugar se contextualiza. (CALLAI, 2013, p. 57).

Assim, os sujeitos passam a ser protagonistas da sua própria história atuando na construção do espaço ao qual estão inseridos, tendo como base o lugar de vivência em conexão com mundo.

O papel do professor “no Ensinar” Geografia.

Quando se destaca aqui a importância do Ensino da Geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental, apresentam-se as contribuições que este componente curricular tem a manifestar na alfabetização. Assim, como se ensinará Geografia nesta fase a tornando-a significativa? Em meio a isso, o professor torna-se peça fundamental neste processo, uma vez que é ele o mediador do conhecimento geográfico, ele ensinará os alunos a decifrarem o espaço, a questionar o mundo, contextualizar as situações e construir o seu conhecimento.

Diante disto não cabe ao professor apenas o domínio da ciência geográfica, de nada lhe adiantará a técnica e o conhecimento acerca da ciência, se ele não dispuser de métodos didáticos pedagógicos que os permitam aproximar-se dos alunos e construir o conhecimento junto aos educandos. Tal afirmativa é vista na fala de Callai (2013) que diz:

O professor ao conhecer a sua disciplina de ensino e a sua história, assim como a história da ciência que lhe dá o nome, no caso a Geografia, tem os elementos para desenvolver sua tarefa. Exige-se, pois do professor, intimidade com a sua disciplina, e esta requer que ele tenha, perceba, compreenda e saiba operar com a dimensão técnica bem como a dimensão pedagógica da mesma. (CALLAI, 2003 apud CALLAI, 2005, p. 47).

Dessa forma, cabe ao professor conhecer bem a sua área de ensino e desenvolver metodologias que envolva a participação do aluno como sujeito ativo dentro do processo de ensino-aprendizagem, atuando na construção da sua história e do seu espaço na sociedade.

CONCLUSÃO

Como nos propõe Amorim e Costa (2015, p.125), em dizer que “as crianças são sujeitos situados geograficamente, sendo reconhecidas como portadoras de geografias”, cabe à geografia escolar considera-las atuantes no processo de ensinar e aprender. Estes autores citados indicam a importância de considerar o caráter educativo do espaço geográfico, buscando sempre desenvolver práticas pedagógicas e o ensino de múltiplas aprendizagens através do espaço.

Por fim, a Geografia deve assumir um caráter significativo dentro da Educação Básica e, sobretudo, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, possibilitando um ensino que instigue a compreensão dos educandos considerando suas especificidades e seus conhecimentos construindo um espaço de reflexão e de construção do conhecimento. Nesse sentido, a alfabetização cartográfica e o conceito de lugar se apresentam como

procedimentos necessários a uma melhor compreensão do espaço geográfico, a partir das suas vivências e experiências construídas cotidianamente na sociedade em que estão inseridos, assim o professor tem um papel preponderante na construção do saber geográfico escolar, para isso se faz necessário conhecer bem a sua área e desenvolver habilidades didático-pedagógicas tornando-se assim um ensino de Geografia mais qualitativo.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Cassiano Caon; Costa, Bruno Muniz Figueiredo. Diálogos entre a Geografia Escolar e a Geografia da Infância. In:____ Bezerra, Amélia Cristina. et. al.(orgs). **Formação de professores de Geografia: diversidade, prática e experiência**. Niterói: Editora da UFF, 2015. p. 115-128.

CALLAI, Helena Copetti. Aprendendo a ler o Mundo: a Geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental. **Cad. Cedes**. Campinas, vol. 25. n. 66. p. 227-247. maio/ago. 2005. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>

CALLAI, Helena Copetti. A Geografia escolar e os conteúdos da Geografia. In:____ **A formação do profissional de Geografia: o professor**. Coleção: Ciências Sociais. Ijuí: Ed. Unijuí. 2013. p. 39-59.

CASTELLAR, Sonia. A psicologia genética e a aprendizagem no ensino de Geografia. In:____ CASTELLAR, Sonia. (org) **Educação geográfica: teoria e práticas docentes**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 38-50.

A IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE GEOGRAFIA.

Silva, Natalia Juliana Ferreira da¹
Santos, Nayara Klebia Pereira dos²

Oliveira, João Cesár Abreu de³

1 – (VII Semestre de Geografia) – URCA, nathyjhuly@gmail.com

2 – (VII Semestre de Geografia) – URCA, nayaraklebia@gmail.com

3 – (Pós Doutorado) – URCA, njcesar@bol.com.br

RESUMO

A Geografia é uma ciência que estuda a relação homem e natureza. Estudar as transformações que o ser humano faz no meio natural para melhorar suas condições de vida é importante, pois através dessas observações pode-se entender como era o mundo no passado e como, possivelmente, será no futuro. A troca de informações no mundo acontece em fração de segundos com os modernos meios de comunicação. O professor tem papel importante para conscientizar os alunos sobre a atual fase do sistema capitalista. Por isso, é necessário preparar os professores para que possam trabalhar com a realidade presente, pois os futuros docentes em sua maioria têm dúvidas sobre a carreira que estão trilhando, tornando o estágio uma experiência fundamental durante sua formação em contato com a realidade da sala de aula, retirando as dúvidas que só na prática são respondidas, tornando o estágio uma experiência vital para a formação intelectual deste.

Palavra-chave: Geografia; formação de professor; estágio.

INTRODUÇÃO

A educação no país é algo de extrema importância, sendo o Brasil um país em desenvolvimento, necessita de melhorias em todas as esferas, sejam elas na área de educação, saúde, segurança, política, dentre outras questões que atingem a maioria da sociedade brasileira. Em relação a educação que é o foco desse trabalho há pouco investimento, carência de recursos, precarização dos trabalhadores, terceirização dos serviços docentes que prejudicam e atrapalham as verdadeiras mudanças nesse quadro, sendo que muito ainda deve ser feito, principalmente nas regiões menos favorecidas do país, como por exemplo, o Norte, Centro-Oeste e Nordeste.

A Geografia como qualquer outra ciência encontrou dificuldade em seu desenvolvimento e aplicação, a relação de ensino-aprendizagem é complicado e precisa de técnicas, uma boa relação entre professor-aluno é fundamental para o desenvolvimento destas. Ao longo da história a ciência geográfica passou por diferentes momentos e por mudanças em seu objeto de estudo. O avanço da Geografia foi proporcionado por muitos pesquisadores e amantes da natureza, Alexander Von Humboldt e Karl Ritter são exemplos de profissionais que contribuíram para tal avanço, produzindo importantes trabalhos de pesquisa no estudo da Geografia Física, que trata da interação entre os elementos naturais de uma paisagem, o clima e suas relações com a vegetação, o relevo, etc. Na Geografia Humana, os autores trataram dos povos e seus territórios, os estados e suas relações políticas, econômicas e culturais.

Houve e ainda há uma separação entre esses dois ramos da ciência, mesmo que uma complemente a outra. Temos então o surgimento da Geografia Crítica, podemos citar um geógrafo brasileiro que adotou e defendeu a utilidade dessa nova geografia, o baiano Milton Santos (1990). Diversos professores pesquisadores buscam fazer de seus estudantes cidadãos críticos utilizando essa nova forma de ensino, estimulando a

curiosidade, fazendo com que os alunos busquem novas informações, tornando-os não meros espectadores que apenas se apegam ao senso comum, mas sim seres capazes de pensar de uma maneira diferente, buscando vários modos de explicar a forma pela qual o ser humano se desenvolve e transforma seu espaço, com histórias antigas e atuais.

Esses dados podem ser úteis aos alunos na prática do estágio, onde eles podem identificar como é de fato aplicado os conteúdos, farão análises de teoria e prática, pesquisarão qual são os métodos usados pelos professores para que os alunos aprendam com facilidade; podem observar a relação aluno-professor e o comportamento e postura de um profissional da educação em sala de aula. Dessa forma, cria uma ponte que liga a universidade, escola e a sociedade; conectando alunos da universidade com alunos da escola.

[...] As práticas profissionais do professor de Geografia são aqueles que promovem nos alunos da Educação Básica a construção de um pensamento espacial capaz de compreender as diversas espacialidades do seu cotidiano e estabelecer relações espaciais em diversas escalas. Para tanto, o professor necessita de ter domínio teórico conceitual da Geografia, pois dele advêm os conteúdos e as informações que estruturam tal pensamento. O professor necessita, ainda, de conhecimentos pedagógicos capazes de permitir que os alunos da Educação Básica mobilizem as informações geográficas e as internalize, tendo como referência os saberes e práticas espaciais cotidianas de que participam. Necessita também de capacidade no gerenciamento das relações sociais para interagir com professores, com os alunos, com os pais dos alunos, com os técnicos educacionais, dentre outros segmentos da escola. Isso sem mencionar a necessidade de competência técnica para efetivar suas aulas usando os recursos disponíveis nas escolas. Tudo isso reafirma a importância do estágio na formação de professores, por um lado, e, por outro, aponta-se o quanto essa atividade é complexa. [...] (SOUZA, 2013)

O estágio proporciona ao aluno situações reais de ensino, o contato com a sala de aula é fundamental para que o futuro profissional possa decidir se é esse seu objetivo de vida, sua escolha profissional. O estagiário terá relações diretas com os alunos e a prática de ensino-aprendizado. Muitas coisas podem passar pelo pensamento do estagiário, ele pode pensar como será a relação com os alunos? Quais conteúdos serão passados primeiro? Se ele será bem recebido na escola? Quais serão seus piores desafios? Se ser professor é realmente sua vocação?

A pesquisa é vital para o ensino e para a formação do professor, principalmente para os geógrafos, pois é uma ferramenta que proporciona atuar em determinado espaço geográfico e intervir de forma reflexiva e crítica construindo conhecimentos que possam solucionar os problemas da escola em que atua ou da comunidade em que participa.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a elaboração dessa pesquisa foi através de leituras de livros, pesquisas na internet, artigos científicos e trabalho de campo com questionário, fotografias e aulas de regência.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente, o propósito foi ressaltar a importância do estágio para o futuro professor de Geografia em formação, revelada em sala de aula e confirmada na prática, orientado pelos professores de estágio supervisionado I e II, ensinando como é de fundamental valor passar pelas fases que os estágios proporcionam ao educando.

A estrutura do curso de Licenciatura em Geografia divide-se em três disciplinas de estágio supervisionado distribuídas entre os semestres V, VI E VIII que preparam o aluno para as atividades em sala. O Estágio Supervisionado I é o trabalho de observação nas escolas para avaliar a realidade escolar e conhecer o ambiente em que se realizam as aulas de Geografia.

A disciplina de Estágio Supervisionado II é uma prática de sala de aula no ensino fundamental II e análise crítica dos livros didáticos como recurso nas aulas e não como uma única fonte didática.

Enquanto o Estágio Supervisionado III no ensino médio há a busca de teorias de inovar nas aulas para um melhor entendimento do aluno sempre buscando trazer os assuntos geográficos para a realidade em que este aluno está inserido utilizando o livro didático como ferramenta, mas não se prendendo a este e estimulando o senso crítico dos alunos. Sendo assim, com a construção de conhecimento, é possível a realização de seminários temáticos como estratégias de integração entre a universidade e a comunidade (ARAUJO, 2012).

Além do estudo dos referenciais teóricos foram realizadas conversas com alguns colegas de classe que falavam da importância que davam ao estágio. Para colher informação no campo foi elaborado um questionário para alguns professores selecionados conforme a disposição dos mesmos, voluntários, e também foi aplicado um formulário para os alunos expor as suas opiniões sobre como é, e como deveria ser as aulas de Geografia para melhor atender suas necessidades.

Depois de pronto o questionário e o formulário, houve a visita nas escolas no total de cinco escolas localizadas no município de Juazeiro do Norte no estado do Ceará, para aplicação das avaliações e observação dos processos de ensino-aprendizagem, e a relação professor-aluno. A pesquisa foi finalizada com conversas com os coordenadores da escola, memórias fotográficas e com a ministração de aulas abordando temas relacionados com a Geografia.

CONCLUSÃO

Os futuros professores de Geografia encontram dificuldades para realizarem tal trabalho, algumas escolas não permitem estagiários, outras não dão orientação adequada sobre a realidade da escola. É notória a falta de material para aplicação de atividades, existe ainda pouca ou nenhuma liberdade para o professor estagiário trabalhar seus métodos despertando o interesse dos alunos para um melhor entendimento do conteúdo com aulas diferentes, tem que seguir o programa da disciplina.

A importância de ter contato com a realidade do ensino mostrada na prática do estágio, depois da atividade na escola, o aluno do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Regional do Cariri (URCA) compreende como será sua realidade depois de formado, se sentirá preparado para atuar na área. Considerará todo o esforço dos seus futuros colegas, concluindo que ser professor é um trabalho difícil, mas gratificante. Uns já entraram no curso por amor a profissão, outros querem apenas o título de ensino superior, mas após o estágio gostam do ambiente escolar e decidem viver a aventura de ser professor na esperança de melhorar o que foi visto na prática. Há os que não gostam da realidade da escola e saem do curso em busca de outra área onde possam se identificar.

Em escolas públicas mais precisamente da periferia das cidades, o estagiário identifica muitos alunos que frequentam a sala de aula apenas com o intuito de se livrarem da pressão que os pais e a sociedade colocam, ao impor que tenham que terminar o ensino básico, eles ocupam a escola e tem como desejo receberem seus diplomas, não se importando com o conhecimento que a escola pode proporcionar provocando evasão,

desinteresse, baixo rendimento, isso na maioria dos casos acontece por terem que gastar sua energia no trabalho, pelo qual garantem sua subsistência, pois os alunos dessas escolas principalmente são de famílias de baixa renda.

A dificuldade de introduzir a disciplina de Geografia em sala de aula é notada em todas as séries do ensino fundamental e médio, o desinteresse dos alunos em relação à disciplina vem de vários motivos apontados por eles, como por exemplo, o ato de repetição e memorização dos nomes de países, rios, mares, estados e suas capitais; há um desconhecimento da utilização da disciplina na rotina dos alunos, não entender como funciona e onde utilizar o que aprendeu, faz com que percam o interesse e acabem se preocupando em aprender apenas as disciplinas que lhes convém ser importante, como é o caso das disciplinas de português e matemática.

Não deveria, mas é comum encontrar alunos que não sabem nem a definição da palavra ou mesmo o sentido da disciplina, ao perguntar: “O que é Geografia?” O aluno pensa alguns instantes, dizem não saber e por insistência da resposta eles falam, “Geografia estuda a natureza!” Essa é a resposta na maioria dos casos. Saber como passar o conteúdo e avaliar os alunos é importante, é isso que o estágio mostra, as disciplinas que vimos na academia, como por exemplo, a psicologia da educação, ajuda a entender algumas dificuldades encontradas em sala, cada aluno um caso diferente; muitos levam para escola problemas familiares, cansaço da jornada de trabalho, outros se complicam por estarem doente ou com fome, alguns são desinteressados e outros têm dificuldade em aprender (dislexia).

Para o estagiário, a visão da sala de aula muda completamente, fazendo com que imagine como seria tudo aquilo se colocando no lugar do professor, como encarar os alunos e conseguir chamar a atenção deles no caso do estágio de observação que acontece no quinto semestre, é um aprender como ser professor, aprender a aprender, ensinar e aprender, qual o comportamento e deveres do docente, é aprender como se relacionar com os alunos. A primeira experiência com a sala de aula é muito importante e temida pelos futuros professores, ter alguém como exemplo é muito confortante, alivia o medo e os conscientiza para que tipo de profissional vão se tornar (PIMENTA e LIMA, 2010).

A educação no Brasil a cada dia mais está sendo sucateada e botada de lado como se não fosse um direito importante. Os professores recebem críticas quando lutam por seus direitos, não recebem o salário que merecem, a profissão é desvalorizada, o governo é responsável pela educação pública de qualidade, mas pouco investe nesse ensino. Deveria haver mais investimentos, pois se há uma possibilidade do país avançar é com a educação. Segundo Paulo Freire (1987), sozinha a educação não transforma a sociedade, mas sem ela pouco muda o mundo.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Marcos Allan Gonçalves... [et al.](organizadores). **Geografia ensino e pesquisa: produzindo saberes.**- Curitiba, PR, Ed. CRV, 2012, P.201-210.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LIMA, Maria Socorro Lucena; PIMENTA, Selma Garrido. ESTÁGIO E DOCÊNCIA: DIFERENTES CONCEPÇÕES. **Póiesis Pedagógica**, [S.l.], v. 3, n. 3 e 4, p. 5-24, jul. 2010. ISSN 2178-4442. Disponível em:

<<https://revistas.ufg.emnuvens.com.br/poiesis/article/view/10542>>. Acesso em: 30 maio 2016. doi:<http://dx.doi.org/10.5216/rpp.v3i3 e 4.10542>.

SANTOS, Milton. Por Uma Geografia Nova. Da Crítica da Geografia a Uma Geografia Crítica. São Paulo, SP. Editora Hucitec, 3º Edição, 1ª Reimpressão, 1990.

SOUZA, Vanilton Camilo de. **Desafios do estágio supervisionado na formação do professor de geografia.** In: Formação, pesquisa e práticas docentes: reformas curriculares em questão. Albuquerque, M. A. M. de. Ferreira, J. A. de S. (org.). João Pessoa: Editora Mídia, 2013.

A PROBLEMÁTICA DO ENSINO DA GEOGRAFIA NOS DIAS ATUAIS EM SALA DE AULA O CONVÍVIO SOCIAL.

- 1- DIONIZIA DEMELO JACÓ URCA GEOGRAFIA ESP. EM DOCÊNCIA DO ENSINO SUPERIOR. (dioniziademelo@hotmail.com)
- 2- LUCIANA DUARTE DA COSTA – URCA GEOGRAFIA - ESP. EM DOCÊNCIA EM GEOGRAFIA EM MEIO AMBIENTE DO ENSINO SUPERIOR. (Luciana.cheike@hotmail.com)

RESUMO

A reflexão do ensino da Geografia pode ser aprimorada mediante o conhecimento do sistema educacional, fazendo-se uma observação dessa forma, evidenciamos as contribuições da prática de ensino com o uso de material didático adequado, a experiência docente e a relação professor-aluno como fatores que podem atuar numa linha de ensino voltada para a aprendizagem dos alunos, para além de seus muros atingindo uma dimensão social, tornando-se estes alunos construtivos é intuitivo da disciplina realizado com a geografia entre o desenvolvimento social é escolar. Abordando o assunto de maneira simples é coerente a realidade do aluno, porém, buscando a compreensão do assunto tratado. Um bom trabalho pedagógico na disciplina de Geografia permitirá ao educando compreender e assumir posições diante dos problemas oriundos do cotidiano, tanto na vida familiar quanto na escolar; propiciando maior conhecimento e consciência sobre suas responsabilidades, direitos e deveres junto à sociedade. O ambiente escolar tem como objetivo de despertar novas práticas onde contribuir para a importância do aprofundamento da perspectiva do aluno no seu nível escolar tornando este aluno pensativo é construtivos não apenas de uma formação de uma disciplina e metas de um currículo a serem cumprida mais de uma disciplina que abre portas para uma sociedade. Um trabalho pedagógico pensando é voltado para uma construção educativa onde definir uma ligação não apenas de aluno, mais um cidadão pensante é que possibilita conhecer o invisível em que ser permitir em sala de aula a construção de uma ruptura dos parâmetros já questionáveis em que o pensamento da Geografia, nos momentos atuais. Repassar conhecimentos permitir identificar o que outro observar no seu dia a dia a Geografia tem seus translúcidos de uma ciência envolvente, no caminho da sua vida escolar é social a partir do momento que o aluno tornar-se consciente do que esta acontecendo nos seus eixos de vida ele observa a natureza por outros ângulos não apenas um ângulo, direcionado a cinquenta metros mais suas laterais de noventa graus pelos atalhos ou pelos caminhos mais longos da Geografia; melhorar a qualidade dos processos de interpretação da observação escolar dando subsídios para o planejamento de programação e tomadas de discussões futuras.

Palavras-chaves: **criatividade, interpretação, educação.**

INTRODUÇÃO

O Sistema Educacional da Geografia, não atende mais as necessidades dos alunos. Para começar a Escola iguala todos os alunos, ela não permeia sobre os saberes da realidade de cada um sabendo que o nível é diferenciado em sua aprendizagem.

O ambiente escolar não proporciona uma aprendizagem significativa e esquece que cada aluno é um mundo a ser descoberto e explorado. Sabendo-se que em muitos existe uma grande diferença em modo geral, Hoje, o conhecimento se multiplicou com várias diversidades as escolas se expandiram como em nenhuma outra época, da grande geração de modernidade, mas não estamos formando jovens criadores de idéias, e sim jovens ainda imaturos da vida real. Alguns, jovens traçam metas e objetivam cumpri-las e sendo capazes de enfrentar seus obstáculos para alcançá-las. É por isso que os alunos perderam o prazer de aprender, a escola deixou de ser uma aventura agradável para ser um "martírio", onde "ninguém aprende mais nada", não faz mais sentido ir à escola, pra que? Fazer o que? Para fingir que aprende, só perdendo tempo, é melhor ficar em casa, lá você pode aprender muito mais através da internet, da TV, para quem tem acesso pode aprender muito mais.

São alguns pensamentos dos jovens atuais as festas as loucuras, da vida querendo viver uma vida adulta ultrapassando barreiras, fazendo de adultos casando cedo e engravidando rápido e com os filhos no colo pense. Os alunos deveriam ou devem ser preparados para explorarem o seu desconhecido, porém não devem ter medo de falhar, mas devem ter medo de não tentar sobre o seu foco e seus objetivos educacional. A educação não precisa de reforma, mas de uma revolução atual e conceitual. O ensinamento do futuro precisa formar pensadores, empreendedores da sua própria vida, sonhadores não apenas do mundo em que estamos, mas do mundo que vivemos e que somos.

Um bom trabalho pedagógico na disciplina de Geografia permitirá ao educando compreender e assumir posições diante dos problemas oriundos do cotidiano, tanto na vida familiar quanto na escolar; propiciando maior conhecimento e consciência sobre suas responsabilidades, direitos e deveres junto à sociedade.

Assim a Geografia humanizada se transforma na escola atual, dando ênfase para pouca evasão escolar da aprendizagem. O espaço que a escola dispõe para, o aluno não poderá apenas a ser utilizado apenas nas aulas, já as demais atividades poderão ser em realizadas por outros fins como exemplo cultura, artes, esporte, interligações de interdisciplinaridades escolares uma contribuição na formação escolar. Educar não é a mera transferência de conhecimentos, mas sim conscientização de uma vida permitida ao outro socializar com suas ideias, é contextualização seus pensamentos é reconhecer que seus pensamentos fortalecer decisões, a Geografia é bastante importante para o eixos mobilizados norteando dentro da formação educacional, um novo conhecimentos, produzindo mudanças significativas na construção do conhecimento, tendo como base a prática reflexiva, crítica e criativa, ao passo que o educador tem com o maior tempo com seus alunos, a educação é referência embora muitas vezes não é exportar coerentemente diante das políticas públicas educacional. O Espaço é um verdadeiro campo de forças transformadoras do ser humano, e não apenas um lugar de acúmulo. Portanto, a prática pedagógica é científica que poderá ser aplicada neste ambiente, tem como uma de suas funções ampliar e possibilitar ao homem tornar-se um ser construtivo do seu próprio local e/ou espaço. Na educação se permite planejar, fazendo-se que uma simples ação tirando os alunos do cotidiano; Sobre essa perspectiva de ensino, o processo de reflexão é construído no momento em que o sujeito vai alicerçando ao seu conhecimento novos conhecimentos adquiridos

METODOLOGIA

Será realizada pesquisa bibliográfica e de campo com avaliação direta dessa forma, podemos evidenciar a descoberta a geografia e de percebê-la, não como o tema restrito à sala de aula, Perante as demais, a aceleração que está acontecendo no nosso mundo, vê que a escola deve se comprometer com a educação e entender as transformações, possibilitando que o aluno compreenda o espaço geográfico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A educação é essencialmente uma prática social presente em diferentes espaços da escola, na sala de aula aborda-se o assunto de maneira simples e próximo a realidade do aluno, mas, buscando a compreensão do assunto tratado. Construir o conceito de desenvolvimentos escolar torna-se relativo para o aluno é suas perspectivas aprendizagem dando consequentemente uma melhor compreensão dos fenômenos sociais, culturais naturais e econômicos. Nesse momento, conceitos com territórios das suas formas no meio Urbano ou Rural, dando ênfase ao trabalho para que o mesmo busque a socialização, do espaço vivido.

É importante aproximar a discussão da realidade dos alunos dando a está geografia formando os entre laços, de mediação em que o pensamento humano vai além da percepção. As mudanças no ensino de Geografia acontecem na medida em que o professor

recebe uma boa formação acadêmica e através experiência em sala de aula. A má qualificação profissional dos professores interfere no processo de ensino aprendizagem, a falta de conhecimento científico não permite o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias para o desenvolvimento e formação do educando. “A formação e capacitação de professores na atualidade tornam-se elementos de extrema importância no que se refere à prática pedagógica...” (PIRES 2000, p. 2).

A renovação no ensino na sala de aula requer do professor inovações pedagógicas voltadas para a prática didática no dia-a-dia dentro da sala de aula, voltada para a aprendizagem do educando. “O ensino de Geografia pode levar os alunos a mais ampla realidade, possibilitando que nela interfiram de maneira mais consciente e propositiva.” (PCN’s,1998, p.25).

A compreensão do espaço geográfico através de descrições e explicações verbais e por meio de texto e imagens permitem o aluno a compreender a realidade entre a sociedade e a natureza. Hoje há grande quantidade de informações geográficas em forma digital disponível para a utilização em sala de aula, porém é necessário que o professor saiba lidar com as diferentes linguagens para a análise geográfica e o ter o domínio das novas tecnologias, para propiciar a leitura e compreensão do espaço geográfico e a relação entre a sociedade e a natureza.

É importante ensinar o que para que sejam sociáveis, cooperadores, alegres, ensinar como levar a vida de forma positiva, como educar a mente com pensamentos bons e estimular a alegria de viver. Imagine como o mundo seria diferente se todas as pessoas fossem felizes em poder realizar os seus sonhos e que muitos são a pensar o necessário a educação. Trazendo estas relações de homem e sociedade fazendo uma ligação e percepção das dimensões e não negligenciar este aluno mais transformá-lo com assim se deseja o perfil natural do ser “homem”.

CONCLUSÃO

É possível encontrar na educação diversas ferramentas que poderá ser entendida com toda ação educativa que contribui para a formação de cidadão consciente é apto a tomar decisões coletivas na escala, Mundial, Global, Nacional, é Regional onde as necessárias para o desenvolvimento de uma sociedade. É importante analisar a participação da licenciatura e sua formação para o ensino e prática com as interligações que a possibilidade de andar sempre junto faz com que os métodos não percam o caminho escolar, trabalhar com o procedimento que possibilites.

Esta pesquisa contribuiu para aproximar o objeto de estudo do trabalho a ser desenvolvido na prática escolar, o recurso didático, que faz a diferença na prática pedagógica e a utilização dos instrumentos adequados com objetivos traçados conduz a aulas com mais qualidade, capaz de envolver os alunos no processo de ensino-aprendizagem. O professor é o mediador do processo ensino-aprendizagem, mesmo que apareçam obstáculos, ele deve sempre buscar instrumentos que sirvam para intervir na prática pedagógica a fim de envolver educando no ensino de Geografia.

Ao limitar-se o uso dos recursos didáticos para o ensino da Geografia e não inovar nas práticas pedagógicas notar-se- ao constante desinteresse do aluno pela disciplina de Geografia, como exposto pelo professor.

O professor deve ter uma atitude reflexiva em relação à geografia, embora encontrando muitos obstáculos, o professor deverá construir meios adequados. Capaz este de transformar suas aulas mais eficazes. Assim haverá uma abertura para questionamentos, debate e construção do conhecimento geográfico.

Dessa forma, as ações desenvolvidas, na sala de aula se dispõem não somente de uma meta de planejamento, mas de todos os requisitos favorecidos onde estabelecer, a educação pedagógica, entre outros afazeres, ou seja, as portas abertas da escola para o mundo a educação não só se permeia dentro de uma sala de aula mais em seus eixos, da educação social e cultural. A interpretação dos espaços requer capacidades cognitivas relacionadas com a compreensão da realidade vivenciada. A importância da educação como instrumento ideológico poderoso é muito clara tanto para os que os detêm quanto para aqueles que pretendem disputá-lo. A diferença quanto à possibilidade de sua utilização reside no fato de que os detentores do poder político se encarregam de determinar a política educacional a ser seguida.

A partir desse contexto, o que podemos presenciar e vivenciar é que todos os alunos têm um caminho a seguir, cabendo ao professor nortear e preparar os alunos para que possa ter discernimento em relação à educação como concepção de abertura e de valorização. A educação passa a ter sentido ao ser humano porque o seu existir se caracteriza como possibilidade histórica de mudanças. Como exemplo dessas funções desempenhadas pelo grupo da EJA pode apontar que a escolar nunca deixa o seu papel de formadores e construtores.

REFERÊNCIAS:

- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia, saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- RIBEIRO, Emerson. A criatividade em Geografia, prática pedagógica e avaliação: lanternas geográficas. **Geosaberes**, Fortaleza, v.2, n.4, p. 61-75, ago./dez. 2011.
- SANTOS, Milton. 1926-2001 – **Por uma nova Geografia Nova**: Da crítica da geografia a uma nova a uma nova crítica. São Paulo, 2008. – (coleção Milton Santos;2).
- SOARES, Maria Lúcia de Amorim. **Girassóis ou Heliantos**: maneiras criadoras para o conhecer geográfico. Sorocaba: PM-Linc, 2001.
- SELBACH, Simone. Geografia e didática. Petrópolis: Vozes, 2010.
- SEEMANN, Jörn. **A aventura cartografia**: perspectivas, pesquisas e reflexões sobre a cartografia humana / JörnSeemann(org) Fortaleza: expressão Gráfica e Editora, 2005.
- SMOLKA, Ana Luiza. A atividade criadora do homem: a trama e o drama. In: VIGOTSKI, Lev. S. **Imaginação e criação na infância**. São Paulo: Ática, 2009.
- PIRES, M. Lucineide. Formação de professores de geografia: um desafio no fazer da prática pedagógica. 2000.
- PONTUSCHKA, Nídia Nacibet al. **Para ensinar e aprender Geografia**. São Paulo: Cortez, 2009.
- PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classes**. São Paulo: Cortez, 2000.

BRASIL.Ministério da Educação e Desporto.Secretaria de Educação
Fundamental.Parâmetros Curriculares Nacionais.Geografia.Brasília.1998.

WARSCHAUER, Cecília. **A roda e o registro:** uma parceria entre professor, alunos e conhecimento. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

FORMAÇÃO CARTOGRÁFICA: SABERES E PRÁTICAS DE PROFESSORAS DAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL – CARTOGRAFANDO REFLEXÕES

PEREIRA, Maria Dayane¹. Acadêmica do curso de Pedagogia da Universidade Federal do
Piauí – UFPI.Email: pereira.dayane12@yahoo.com. PEREIRA, Francisca Maryane².
Acadêmica do curso de Geografia da Universidade Regional do Cariri – URCA. Email:
framaryanefb2011@gmail.com

RESUMO

O presente estudo, intitulado “Formação Cartográfica: saberes e práticas de professoras das séries iniciais do ensino fundamental – Cartografando Reflexões”, tem como foco principal suscitar reflexões críticas e

estimular o debate sobre a formação dos professores para o ensino da cartografia, investigando o que sabem e como atuam professoras das séries iniciais do ensino fundamental, da rede municipal do município de Floriano – PI. Este estudo relaciona-se na interface das áreas de Geografia, Educação e Sociedade ao explicitar definitivamente o papel fundamental da cartografia para o ensino da geografia, tanto para que os alunos/as possam atender as diversas necessidades que surgem no seu cotidiano, quanto para estudar o meio em que estão inseridos, desenvolvendo a aprendizagem sobre as características físicas, sociais, econômicas e culturais, de modo a compreender as múltiplas transformações ocasionadas no ambiente pela ação humana e da própria natureza.

Palavras chave: Cartografia Escolar. Formação Docente. Ensino Fundamental.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo ao elaborar este trabalho é suscitar reflexões críticas e estimular o debate sobre a formação dos professores para o ensino da cartografia, investigando o que sabem e como atuam professoras das séries iniciais do ensino fundamental, da rede municipal do município de Floriano – PI.

Sumariamente, com base no estudo de Francischett (2004), cabe destacar que quando se empreende um estudo sobre a ciência geográfica e a Cartografia, constata-se que durante muito tempo elas foram percebidas como ciências distintas, isto é, embora tenham o espaço geográfico como o mesmo objeto de estudo, seguiam rotas diferentes. Ainda conforme a autora, a educação cartográfica, sobretudo a partir do século XX, se constituía em um complemento do conteúdo geográfico, isso fazia com que o ensino de Cartografia se tornasse cada vez mais ausente e perdesse sua função principal de promoção da aprendizagem de diferentes símbolos e signos para compreensão e representação da realidade socioespacial. Essa situação perduraria até o advento da Geografia Crítica, quando “[...] retoma-se a discussão sobre a importância do ensino pelos mapas, sendo ele visto como essencial para a condução do ensino geográfico” (idem, 2004, p. 4).

Destarte, diante da inegável importância da educação cartográfica, a escola deve proporcionar um ambiente que favoreça e estimule os estudantes a aprenderem a linguagem da Cartografia, de modo que, através da vivência e do domínio da representação espacial, eles consigam elaborar os seus conhecimentos geográficos, de tal modo, que sejam capazes de ler o espaço e os significados que eles expressão (CALLAI, 2005). Mas, como os alunos irão aprender Cartografia quando os próprios professores não dominam a linguagem cartográfica? Essa é a problemática que norteou a pesquisa e motivou a escrever o presente artigo.

Nas últimas décadas, a Cartografia Escolar tem se tornado uma das temáticas mais popularizadas nos debates relacionados ao ensino da Geografia no Brasil, tornando-se obrigatória no ensino escolar, como bem explicita as propostas, os guias, as orientações e parâmetros curriculares. Apesar desse aumento nas produções acadêmicas e da obrigatoriedade do seu ensino, é necessário investigar acerca dos saberes docentes sobre a “alfabetização cartográfica”¹, e suas práticas no trabalho com as noções de Cartografia, visto que, conforme Seemann (2002), na rica bibliografia sobre educação cartográfica no Brasil, os sujeitos estudantes, mormente a criança, ocupa o lugar central, enquanto que a

¹ De acordo com os PCN's (1998) para o ensino de Geografia, Alfabetização Cartográfica pode ser entendida como uma série de aprendizagens necessários para que os alunos possam continuar sua formação e trabalhar com representações cartográficas, tais como, a construção da noção de legenda, a proporção e a escala, a lateralidade, etc.

formação e atualização cartográfica dos professores continua sendo um assunto quase esquecido.

Nesse sentido, o estudo realizado é relevante à medida que contribui com o aumento das discussões, reflexões e construções de conhecimento sobre a formação cartográfica dos professores das séries iniciais da escolaridade básica.

2 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento do presente trabalho, optou-se pelo procedimento de abordagem qualitativa, uma vez que, dentre as diversas formas de metodologias existentes, destaca-se em melhor traduzir a temática em questão. Essa abordagem possibilita uma grande variedade de formas de estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas relações sociais em variados contextos (SILVA; MENDES, 2013).

Em linhas gerais, o instrumental metodológico utilizado para fundamentar o trabalho contemplou o uso de duas fases: uma teórica e outra prática. Na fase teórica, foram analisados um conjunto de trabalhos, incluindo artigos, teses e livros, que versavam sobre a temática em questão.

A segunda fase envolveu a pesquisa de campo, em que foram realizadas visitas com o intuito de observar e coletar dados pertinentes a pesquisa para posterior análise. De acordo com Marconi e Lakatos (2003, p. 186) a pesquisa de campo, consiste “[...] na observação dos fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presumem relevantes, para analisá-los”.

Além da observação, a técnica empregada para obtenção de dados compreendeu a entrevista, do tipo semiestruturada, contendo dez questões norteadoras dos possíveis diálogos com os atores sociais da pesquisa, nesse caso, de duas professoras da educação básica, no contexto específico do município de Floriano – Piauí.

A coleta de dados ocorreu no mês março de 2015, sendo realizadas duas entrevistas, registradas mediante gravação. Aqui cabe aqui mencionar que houve autorização prévia para as gravações. A população investigada foi composta por duas professoras do 5º ano do Ensino fundamental da rede municipal do município de Floriano – PI.

Definido o objeto com a devida fundamentação teórica, construído o instrumental de pesquisa, delimitado o espaço a ser investigado e realizada a fase exploratória do campo, por fim, foi elaborado um texto analítico trazendo resultados e discussões acerca da temática em questão.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A compreensão do conhecimento cartográfico como necessário em todas as instâncias da nossa vida cotidiana, sua valorização como uma linguagem que possibilita o entendimento da realidade, a superação de uma visão simplista do mapa como mero exercício de desenhar ou colorir e a construção de uma cartografia baseada em fatos reais, não garante por si só o desenvolvimento de habilidades e noções espaciais que capacitem aos estudantes perceber o espaço no qual está inserido. O sucesso dessa perspectiva depende também do preparo dos professores, que em grande parte, não são alfabetizados cartograficamente.

Destarte, nessa pesquisa, realizou uma investigação dos saberes e práticas cartográficas de duas professoras do 5º ano do ensino fundamental da rede municipal do município de Floriano – PI. As categorias emergentes do estudo foram as seguintes: os saberes docentes sobre a cartografia; as práticas docentes no ensino da cartografia.

3.1 CARTOGRAFANDO OS SABERES DOCENTES: o que sabem as professoras?

Após as perguntas de identificação, as professoras foram questionadas sobre o grau de formação e o tempo que atuam nesta profissão. Percebeu-se a existência de uma variação quanto a essa categoria, visto que das duas professoras uma possui nível superior, com formação em Pedagogia, outra formou-se em magistério (nível médio)². Com relação ao tempo de profissão verifica-se que ambas possuem uma vasta experiência em sala de aula entre 15 a 28 anos.

Em decorrência de serem professoras do ensino fundamental das séries iniciais todas elas ficam a cargo de lecionar as diversas áreas de conhecimento, ministrando as disciplinas de Português, Matemática, Ciências, História, Geografia, Arte e Ensino Religioso. Isso é, elas são professoras polivalentes.

Sobre a Alfabetização Cartográfica, constatou-se que apesar da longa vivência das professoras no ensino, inclusive da Geografia, essa temática é pouco conhecida pelas docentes. Verificou-se que nenhuma delas tem definidas noções claras e explícitas sobre as questões e procedimentos da educação cartográfica. Em suas considerações a Cartografia aparece como um aparato metodológico para o ensino da Geografia, um complemento aos conteúdos a serem ministrados nessa disciplina.

Essa deficiência de conhecimento e clareza em relação às noções da Cartografia escolar deve-se em grande parte ao fato de que no processo de formação do licenciado e do pedagogo não existe espaço para a alfabetização cartográfica (PASSINI, 2007). Acrescentando colaborações com essas discussões sobre a necessidade da presença da Cartografia na formação de professores, Simielli (2010) discorre que se o professor não dominar a linguagem cartográfica, não conseguirá fazer com que seus alunos se interessem por mapas, ou seja, pelos signos e símbolos da cartografia. Ambas as autoras chamam a atenção para a necessidade de se trabalhar a alfabetização cartográfica com os profissionais que irão atuar nas séries iniciais da escolaridade básica.

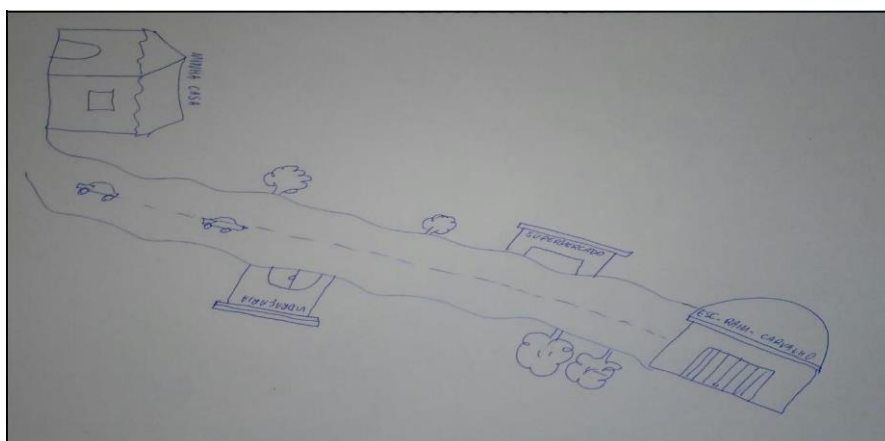
Ao final de cada entrevista solicitou-se que as professoras fizessem um mapeamento representando o caminho percorrido de sua residência até a escola. A intenção era conhecer um pouco mais os conhecimentos e habilidades cartográficas das docentes. Vejam as figuras abaixo.

Figura 01: Mapeamento elaborado por uma das professoras entrevistada demonstrando o trajeto que percorre para chegar à escola

² Conforme a LDB, nº 9394/96, as pessoas que são formadas em magistério (nível médio) estão aptas a lecionar na Educação Infantil. Esse grau era obtido antes adentro no segundo grau. Não se constitui em um curso superior, como é o caso do curso de formação em Licenciatura e Pedagogia.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2016.

Figura 02: Mapa de registro de trajeto de casa a escola de uma das professoras entrevistada.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2016.

Em todas as figuras pode-se observar um baixo nível de alfabetização cartográfica das professoras. Suas representações não apresentam um sistema de símbolos próprios, tais como, legenda, título, etc. Além disso, distancia-se dos objetos representados e contém problema de proporcionalidade. A ausência desse conjunto de elementos acaba dificultando o processo de decodificação dos significantes e significados que são os dois componentes do signo do mapa responsáveis pela leitura da linguagem cartográfica (CASTROGIOVANNI, 2005). Em linhas gerais, as representações elaboradas pelas professoras assemelham-se aos desenhos infantis.

3.2 AS PRÁTICAS DOCENTES: como ensinam as professoras?

No ensino da Cartografia Escolar é necessário a utilização de procedimentos didáticos que estimule e possibilite aos alunos construir de forma simples e eficaz conceitos básicos da linguagem cartográfica. A esse respeito Passini (2007) coloca que para que haja a alfabetização cartográfica, é necessário que os docentes tenham habilidades para trabalhar os conteúdos escolares. Esses, se abordados de modo correto permite ao aluno avançar nos níveis de leitura de mapas e gráficos, possibilitando ao

mesmo tornar-se um sujeito crítico e reflexivo, onde, ao identificar o problema, é capaz de analisar, investigar e formular possíveis soluções para solucioná-los ou minimizá-los.

Em busca de compreender e identificar quais as práticas utilizadas pelas duas professoras para o ensino da Cartografia nas séries iniciais da escolaridade básica, questionou-se como é realizado o desenvolvimento dos conteúdos de Geografia em sala de aula e quais as práticas pedagógicas utilizam para a alfabetização cartográfica.

Nas considerações das duas professoras, os conteúdos de Geografia são abordados com o auxílio do livro didático, tido como instrumento principal de ensino. A utilização de mapas, maquetes, globo terrestre e outros instrumentais dessa natureza não fazem parte do cotidiano das aulas de Geografia. Apenas uma das entrevistadas enfatizou a necessidade da utilização de materiais concretos como meio mais eficaz para os alunos apreenderem os conteúdos.

Quando questionadas sobre suas práticas no ensino da cartografia para os alunos do quinto ano as respostas das docentes assemelham-se e vão de encontro a um modelo disciplinar de Geografia ainda fundamentado em atividades de copiar textos, memorizar nomes de regiões, rios, desenhar e colorir mapas, etc. Verificou-se ainda que, as professoras sentem dificuldades em reconhecer noções da Cartografia, tais como escala, fuso horário, entre outras, e embora queiram trabalhar de uma forma mais dinâmica, a ausência de familiaridade com essa linguagem dificulta e até mesmo impossibilita essa realização.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizar um estudo nas interfaces das áreas de Educação, Geografia e Cartografia não é um trabalho simples, no entanto, acredita-se que a pesquisa realizada com duas professoras da escolaridade básica da rede municipal do Município de Floriano – PI, poderá contribuir com o aumento das produções acadêmicas ligadas à área de Cartografia Escolar no Brasil, ou ao menos em nível local, sobretudo relacionada a formação dos professores para o ensino da cartografia.

Mediante a realidade constatada na pesquisa, observou-se a necessidade de trabalhar a alfabetização cartográfica nos cursos de formação de professores que irão atuar nas séries iniciais, visto que, das duas professoras entrevistadas nenhuma possuía noções bem definidas sobre o significado do termo Cartografia, sua funcionalidade e sua importância para a aprendizagem dos conteúdos geográficos pelos alunos.

É importante esclarecer que as análises e resultados gerais da pesquisa devem ser considerados como indicativos temporários sobre saberes e práticas de professoras das séries iniciais, no caso específico de Floriano – PI necessita-se de outros estudos que acresçam a essa problemática novas visões e possibilidades.

REFERÊNCIAS

CASTROGIOVANNI, A. C. Apreensão e compreensão do espaço geográfico. In: CASTROGIOVANNI, A. C. (org). **Ensino de Geografia: práticas e textualizações no cotidiano**. Porto Alegre: Mediação, 2005.

FRANCISCHETT, Mafalda Nesi. **A cartografia no ensino-aprendizagem da geografia**. BOOC, 2004. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/francischett-mafalda-representacoes-cartograficas.pdf>> Acesso em: 10/04/2015.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

PASSINI, Elza Yasuko. Alfabetização cartográfica. In: __. PASSINI, Elza Yasuko. PASSINI, Romão. MALYSZ, Sandra T (orgs). **Prática de ensino de Geografia e estágio supervisionado**. São Paulo: Contexto, 2007, p. 143-155

SEEMANN, Jorn. O professor do ensino fundamental na educação cartográfica: caminhos tortos entre representação (carto)gráfica, mapas e mapeamentos. In: **I Simpósio Ibero Americano de Cartografia para crianças**. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: >www.academia.edu..> Acesso em: 10/04/2015.

SIMIELLI, Maria Elena. O mapa como meio de comunicação e Alfabetização Cartográfica. In: Almeida, Rosângela Doin de. **Cartografia Escolar** (Org). 2 ed. São Paulo, Contexto, 2010.

SILVA, Juniele Martins; MENDES, Estevane de Paula P. Abordagem qualitativa e geografia: pesquisa documental, entrevista e observação. MARAFON, Glacio J; RAMIRES, Julio César de L; RIBEIRO, Miguel Angelo; PESSÔA, Vera L.S.

Pesquisa qualitativa em geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas. Rio de Janeiro: EdUERJ, p 51, 2013.

CALLAI, Helena Copetti. Aprendendo a ler o mundo: a geografia nos anos iniciais do ensino fundamental. In: **Cad. Cedes**. Campinas, v. 25, n. 66, maio/ago., p.227-247, 2005. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 09/04/2015.

GEOGRAFIA E CARTOGRAFIA TÁTIL: CONTRIBUIÇÕES PARA APRENDIZAGEM DOS DISCENTES COM NECESSIDADES VISUAIS NO ENSINO DE GEOGRAFIA NO COLÉGIO WILSON GONÇALVES DE CRATO/CE

FERREIRA, Paulo de Sousa¹

OLIVEIRA, Felipe Álamo Matos de²

OLIVEIRA, João César Abreu de³

1 - Graduando em Geografia - URCA, e-mail: paulo92sousa@gmail.com

2 Graduando em Geografia - URCA, e-mail: f.geography@hotmail.com

3 - Professor Dr. - URCA, e-mail: njcesar@bol.com.br

RESUMO

Este trabalho, ainda em estágio inicial, objetiva discutir a importância do uso da cartografia tátil no ensino de geografia do Colégio Estadual Wilson Gonçalves, localizado na cidade de Crato/CE, como possibilidade para aprendizagem dos discentes “com” e “sem” necessidades visuais da referida escola. Na presente pesquisa, optaremos para o levantamento de referenciais teóricos que refletem a temática em questão e, realização de oficinas pedagógicas as com discentes da instituição anteriormente citada, tendo em vista os alunos dos 1º anos do Ensino Médio da aludida escola. Por via das oficinas, esperasse levar os educandos a produzir suas próprias ferramentas cartográficas da área de interesse e, a aprendizagem de localizar-se/orientar-se no espaço geográfico pensando, representando e interpretando os ambientes de forma crítica por meio de mapas táteis.

PALAVRAS CHAVES: Geografia. Cartografia Tátil. Aprendizagem.

INTRODUÇÃO

O ensino inclusivo para pessoas com necessidades visuais sempre passou (e ainda tem passado) por superação em relação às dificuldades postas diariamente nas escolas e no cotidiano da sociedade. Com leitura em Santos e Teles (2012), pode-se entender que a partir da declaração de Salamanca na Espanha em 1994, houve uma preocupação maior por partes dos países que acompanharam a reunião com relação à educação para todas as pessoas na escola de ensino público. Desde então, transformações estruturais e adaptações dos currículos nas escolas tornaram-se necessárias, não só, possibilitando a inclusão de pessoas com algum tipo de limitação especial, como também, viabilizando melhorias no desenvolvimento de suas habilidades e aprendizagem na construção de conhecimentos.

Apesar do acordo estar em vigor há 22 anos, no Brasil, muitas instituições ainda se encontram despreparadas para recepcionar e desenvolver atividades nesta direção, em especial, para quem tem dificuldade visual, seja por falha na infraestrutura escolar, ou mesmo por despreparação dos professores a predispor o conhecimento para o aluno.

Almeida (2005. p. 35), explana com convicção que a população ainda acredita ser necessário o acompanhamento das pessoas com necessidades visuais, onde “[...] depende constantemente de auxílio e vigilância, principalmente para o seu deslocamento no ambiente”, segue o autor “esse pensamento ocorre com relação a adultos e crianças e parte de pessoas que enxergam [...]” além de algumas pessoas que tem esse tipo de necessidade especial.

Todavia, como expressa Loch (2008. p. 36 - 37), nas ultimas décadas “As revoluções científicas trouxeram novos aparatos tecnológicos, e as novas idéias e necessidades da sociedade exigirem maior rigor nas representações, tanto em termos geométricos quanto no conteúdo que os mapas veiculavam”.

Partindo desse sentido, vimos à importância de discutirmos o uso da cartografia tátil no ensino de geografia, tendo em vista à mesma, como possibilidade de através da orientação levar os discentes “com” ou “sem” necessidades visuais ao entendimento sobre

o espaço geográfico, bem como identificar e interpretar alguns pontos importantes de seu próprio local de vivência, no caso, a cidade de Crato/CE.

Como parafraseia Sene e Carmo (2013, p. 3), a cartografia tátil “pode ser definido como a ciência, a arte e a técnica de transpor uma informação visual de tal maneira que o resultado seja um documento que possa ser utilizado inclusive por pessoas com deficiência visual”. Ainda acrescenta Sene e Carmo (2013, p. 3), “Os mapas táteis são representações cartográficas em relevo elaborado a partir de informações visíveis [...]”.

Para tanto, a responsabilidade que nos recai, vai muito além de repassar, construir ou praticar leituras de “imagens” de mapas, pois como explana Seemann (2012, p. 19), “Trabalhar com mapas significa pensar, representar e interpretar o espaço de uma maneira gráfica e não [...] restringir-se à leitura superficial [...]”, segundo o autor.

Diante destas considerações, pretende-se com o trabalho aplicar algumas práticas cartográficas com a técnica de alto relevo, voltada para o aprendizado dos alunos dos 1º anos do Ensino Médio do Colégio Estadual Wilson Gonçalves, situado na cidade de Crato/CE. Por meio desta abordagem, ambos os discentes, com orientação do professor, atuarão em conjunto num esforço proveitoso que contemple a produção de mapas táteis a serem utilizados pelos mesmos e pelo professor no exercício de sua prática docente.

Como resultado satisfatório, por via das oficinas, esperasse levar os educandos a aprendizagem de localizar-se/orientar-se no espaço geográfico pensando, representando e interpretando os ambientes de forma crítica por meio de mapas táteis.

A importância desse trabalho se justifica na construção de conhecimento, tanto para os estudantes, como, para os próprios professores/pesquisadores. Neste sentido, por meio da prática da cartografia tátil permitirá contribuir com algumas reflexões que esta técnica possibilita permitindo ao professor ultrapassar alguns desafios colocados, como saber trabalhar diferentes atividades que abranja todos os presentes na sala de aula, podendo envolver este público estudantil no entendimento da prática.

METODOLOGIA

Para a realização deste trabalho, contaremos com o levantamento teórico que já se inicia através de leituras de textos, artigos, teses e outros referências que refletem o estado da arte da temática em estudo. Posterior ao levantamento bibliográfico e o devido embasamento por parte dos profissionais, será desenvolvido oficinas com os discentes na/da Escola Wilson Gonçalves que estejam dispostos a participar das práticas pedagógicas.

Para a realização de tais atividades, contamos inicialmente, com a participação de um grupo de 12 estudantes, entre estes, alunos “com” e “sem” necessidades visuais. Os alunos escolhidos para o desenvolvimento das atividades inerentes as oficinas, serão das turmas dos 1º anos do Ensino Médio do período da manhã da escola anteriormente citada. O motivo da escolha da turma se deve em virtude do número significativo de estudantes presentes nestas séries com necessidades visuais em comparação a outras turmas.

Na etapa final, será feito a avaliação dos resultados do trabalho. Esta se dará a partir de conversas e reflexões entre os pesquisadores e os próprios estudantes que participaram do processo das oficinas. O objetivo desta avaliação será no sentido de

identificar quais os pontos negativos e positivos que foram atingidos com o decorrer e termino das atividades. Isto para que, em outras ocasiões, não se repita possíveis erros, mas também para que se melhore cada etapa desenvolvida.

RESULTADO E DISCUSSÃO

Esperasse ao término do trabalho buscar colaborar na aprendizagem dos estudantes através das produções coletiva de mapas táteis, onde os mesmo serão doados para a Escola na qual serão desenvolvidas as atividades, ao passo que possam ser utilizados posteriormente por outros docentes e educandos.

Espera-se por via dos resultados almejados adquirir experiência como futuros professores nesta especificidade da ciência cartográfica, a Cartografia Tátil, onde serve de preparação para um possível encontro com esse público nas escolas e nos trabalhos seguintes de outros pesquisadores. Assim, será de fundamental importância e de grande proveito a realização das oficinas na medida em que as mesmas integram a teoria e prática possibilitando aos professores e alunos uma experiência rica e singular através do trabalho com a utilização da cartografia tátil.

Em suma, visa-se com a conclusão deste projeto propiciar, tanto à aquisição dos elementos que compõe um mapa, como, subsidiar em parte, a percepção dos estudantes sobre processos que atuam no espaço por eles habitado, a partir de seus sentidos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. C. de. Mapa Tátil: Passaporte para a inclusão. UFSC, **Extensio - Revista Eletrônica de Extensão Número 3**, ano 2005. Disponível em: <file:///C:/Users/Paulo%20Souza/Downloads/5482-17238-1-PB.pdf>. Acessado em 29/04/2016.

CARMO, W. R. do. Cartografia Tátil Escolar: Experiências com a Construção de Material Didático e com a Formação Continuada de Professores. p 195.

Dissertação (mestrado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo. Ano de 2009. Disponível em: [file:///C:/Users/Paulo%20Souza/Downloads/WALDIRENE_RIBEIRO_DO_CARMO%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Paulo%20Souza/Downloads/WALDIRENE_RIBEIRO_DO_CARMO%20(2).pdf). Acessado em: 02/02/2016.

LOCH, R. E. N. Cartografia tátil: Mapas para Deficientes Visuais. Portal da Cartografia. Londrina, v.1, n.1, maio/ago., p. 35 - 58, 2008. Disponível em: [file:///C:/Users/Paulo%20Souza/Downloads/1362-4426-1-PB%20\(4\).pdf](file:///C:/Users/Paulo%20Souza/Downloads/1362-4426-1-PB%20(4).pdf).

Acesso em: 01/05/2016.

SANTOS, A. R. dos. TELES, M. M. **Declaração de Salamanca e Educação Inclusiva. 3º Simpósio Educação e Comunicação Inofoinclusão: possibilidade e aprender**. issn 2179 - 9401, 2012. anais. [S. l. :s. n.]; edição internacional, setembro de 2012. p. 77 - 87. Disponível em; <http://geces.com.br/simposio/anais/anais-2012/Anais-077-087.pdf>. Acessado em; 19/05/2016.

SEEMANN, J. Carta-Crônicas - Uma Viagem pelo Mundo da Cartografia. Gurupi: ed Veloso. Brasil, 2012. 122 p.

SENA, C. C. R. G de. CARMO, W. R. do. Ensino de Geografia e a Inclusão de Pessoa com Deficiência Visual. **Anais do I Simpósio Internacional de Estudos Sobre a Deficiência** – SEDPCD/Diversitas/USP Legal. p 143. – São Paulo, Junho de 2013.

Disponível em:

http://www.memorialdainclusao.sp.gov.br/br/ebook/Textos/Waldirene_Ribeiro_d_o_Carmo.pdf. Acesso em: 05/05/2016.

AS NOVAS TECNOLOGIAS INSERIDAS NO ENSINO DE GEOGRAFIA: UMA VISÃO DA REALIDADE VIVIDA NO ENSINO MEDIO EM MILHÃ-CEARÁ

MACHADO NETO. E. P - Epaminondes Pinheiro Machado Neto – graduando em geografia da Universidade Estadual Do Ceará-UECE –

E-mail: epaminondes7pinheiro@gmail.com

Resumo

Este presente trabalho tem o intuito de estudar as relações existentes hoje com a temática do uso das novas tecnologias no ensino de geografia, estando diretamente ligado a construção de análises e reflexões feitas baseadas em referências bibliográficas e no estudo em campo na cidade de Milhã-Ceará, se tendo uma abordagem que visa o professor de geografia, o aluno e as estruturas existentes na escola analisada. Este tema se faz de profunda relação com a construção da sociedade que hoje passa, em seu desenvolvimento de forma direta com a escola, tendo a ciência geográfica como base, sendo ela, de profunda ligação com os estudos sociais, onde se visa em primeiro plano neste instrumento mostras como está expresso hoje o uso das tecnologias no ensino desta ciência.

Palavras chaves: geografia, ensino, tecnologias

Introdução

As novas tecnologias da informação e comunicação (NTICs) se mostram como uma realidade em toda a sociedade, dentro de múltiplos núcleos desta, não se fazendo distante da educação e do ensino, principalmente de jovens, onde se encontra em ferramentas como a internet um universo de informações amplo e de dimensões que se mostram quase que incalculáveis, tendo em mãos a qualquer momento disponível informações de várias áreas do conhecimento, como por exemplo a geografia objeto de nosso estudo, tendo esta, um envolvimento e várias características que se mostram próximas e de grande necessidade com as ferramentas existentes.

Esta ciência é definida como a responsável pelo estudo do espaço em suas muitas possibilidades de discussão e estudo, se fazendo desta maneira com a responsabilidade de levar de forma acadêmica conhecimento, nas várias faixas deste no modelo adotado nos dias atuais de ensino, nos níveis fundamental, médio e superior, tendo suas especificidades em cada nível, se mostrando na evolução do ensino múltiplas variações na forma de transmissão do saber geográfico com o ensino considerado tradicional, com uso do livro e aula oral, até as novas formas que flexibilizam o repasse da ciência geográfica com o uso de ferramentas como o computador, projetores e tantas outras.

Muito se tem a discutir e refletir sobre esta temática se fazendo neste introdutório uma tentativa de mostrar o contexto de trabalho que será discutido e avaliado nesta pesquisa objetivando levar o receptáculo destas informações a ter uma visão inicial, tendo que se referir nestas linhas a forma que se efetivará esta fonte de conhecimento indo a destacar a primeiro momento o uso de um espaço de educação como fonte de campo e vivência da realidade em uma escola do município de Milhã situado no Sertão Central do Ceará na escola de ensino médio Euclides Pinheiro De Andrade, onde se fará nesta instituição a tentativa de se ter uma amostra do que se vê em literaturas científicas na realidade, assim se propondo realizar o debate sobre a contextualização e relações vistas no uso das tecnologias no ensino de geografia.

Metodologia

O trabalho se deu por meio de análises em um ponto específico de educação de nível médio tendo como referência de estudo a E.E.M. Euclides Pinheiro De Andrade localizada no município de Milhã-Ceará com o intuito de entender e ver como este processo se desenvolve neste recinto junto a estudos teóricos, onde foram realizadas análises de campo, pesquisas por meio de questionários com os professores de geografia atuantes e em áreas administrativas da escola, sendo abordado com eles questões de cunho individual buscando entender suas visões como professores desta ciência em contato diário com os desafios colocados por este processo e as ações vistas por eles dentro da escola, além de se fazer uma análise da estrutura física do ambiente estudado para com tudo isto se ter uma reflexão das literaturas científicas estudadas e suas ações vistas na prática no local observado.

Iniciando uma reflexão

O ensino na educação básica no Brasil possui muitos problemas históricos que dificultam o aprofundamento e melhoria do mesmo, não sendo diferente nas ciências geográficas que é limitada, muitas vezes, a decoração de códigos como as localizações dos pontos cardeais, mas sem uma intensificação do conteúdo com visões do porquê se localizar e quais os potenciais disto na vida cotidiana, além de tantos outros problemas que se fazem como necessário em discussões de como melhorar e aprofundar o conhecimento produzido na escola básica tendo entre eles a questão do constante desenvolvimento das novas tecnologias da informação e comunicação (NTICs) e seus usos no ensino de geografia que é por natureza uma ciência que estuda o espaço-tempo contemporâneo e que não pode ficar alheia a este processo atual principalmente se formos analisar todos os potenciais que estas ferramentas trazem ao ensino dos conteúdos pertinentes a esta ciência sendo registrado assim como cita Di Maio e SETZER Alberto relatando algumas das problemáticas para o uso da internet e geotecnologias em sala e se mostrando algumas barreiras para o uso destas.

Hoje, apesar de uma grande quantidade de dados e programas gratuitos, como imagens de satélite e sistemas de informação geográfica disponíveis na Internet, existem grandes desafios a superar para o uso generalizado de geotecnologias combinadas com a informática, na rede pública de ensino no Brasil. São eles: a própria execução e operação de laboratórios de informática nas escolas, a formação de professores no uso de novas tecnologias e o desenvolvimento de materiais adequados para fins educacionais no ensino básico. (DI MAIO, SETZER. Ano. 2011. PG. 5).

Essa relação aos problemas de uso da internet se faz como muito profunda se colocando como um fator crucial no uso das tecnologias nesta ciência, tendo em vista que as principais fontes de estudo que estão disponíveis em massa para todos se encontram na rede mundial de computadores, além de tantas outras questões que serão aprofundadas na sequência das discussões podendo ser relatado aqui os sistemas de informações geográficas (SIGs) que existem em múltiplas versões disponíveis na rede de forma gratuita e livre. Mas para se entender melhor e discutir sobre essas questões com uma reflexão construtiva se tem que ver as demandas de estruturação das escolas que se colocam em sua maioria na nossa nação como insuficiente para o atendimento das necessidades dos professores sem laboratórios estruturados de forma adequada e principalmente sem pessoas qualificadas para gerenciar os mesmo impossibilitando assim ao professor levar turmas inteiras para estudo dentro da escola, pois as mesmas são numerosas necessitando de pessoas para preparar os equipamentos e cuidar dos alunos sem desperdício do tempo de aula que é outro problema persistente dentro de sala que se faz a luz de relatos dos professores como uma das problemáticas que agravam a dinamização das aulas com a utilização destas ferramentas.

Se basear nos problemas enfrentados dentro das escolas se faz como vasto em possibilidades podendo se dar aqui opiniões diversas das quais os estudantes e profissionais desta área do conhecimento tem a capacidade de refletir sobre vários deles em sua vastidão, mas se procura aqui uma visão sobre as ferramentas tecnológicas e suas aplicabilidades e problemas que podem ser vistos na prática em qualquer escola de ensino básico do país com individualidades em cada uma em suas dimensões, se fazendo assim como necessário para não transformar este texto em uma discussão somente baseada em dificuldades.

Tendo em vista que temos muito a evoluir e melhorar nossas formas de lidar com todas essas questões devemos buscar entender esses processos e o porquê de não termos o uso de forma adequada das ferramentas tecnológicas no ensino da geografia se temos em mãos tantas ferramentas e uma geração que se constrói em conjunto com as NITCs, onde muitas delas, em sua maioria, estão diariamente na internet em redes sociais prontos para serem estimulados a buscarem algo que construa conhecimento como jogos que visem não somente tiros e mortes de zumbis mas a construção de cidades, por exemplo, tendo em vista aos inúmeros que são fundamentados em seus programas com bases geográficas ou usando a internet como uma fonte dos estudantes direta com o professor com a construção de grupos em redes sociais para a ligação professor aluno com uso de vídeo-aulas direcionadas nestes grupos ou até mesmo como extensão das aulas com imagens e consulta ao professor de dúvidas de forma instantânea.

Estas questões ainda são vistas como algo cheio de dificuldades levando em conta a extensa carga horaria de trabalho destes profissionais, mas não se torna algo impossível tendo como exemplo o trabalho realizado como base desta discussão exposta aqui em que os professores da E.E.M Euclides Pinheiro de Andrade o fazem com o grupo exposto em uma rede social “Humanas Na Rede” abordando temas geográficos e exposição de alguns trabalhos de sala sendo a professora de geografia Marciana Pinheiro a desenvolvedora do grupo.

Existe também fatores internos ao professor que fazem com que ele não tenha estímulo para utilizar as tecnologias disponíveis, pois muitos deles não têm o conhecimento suficiente para com o domínio destas, e seus alunos estão se desenvolvendo em suas vidas fora do ambiente escolar com uma intensa aproximação junto as redes de informação e equipamentos que os ligam facilmente a várias ferramentas, dificultando assim a relação professor-aluno, onde a solução encontrada por este profissional é permanecer na transmissão do conhecimento de forma tradicional, sendo este método, distante da realidade e interesses da maioria dos alunos, é importante salientar que o ensino tradicional se faz como indispensável em certos momentos com o uso do livro e tantos outros recursos, mas estamos em um mundo que se transforma e dentro disto o profissional licenciado em geografia deve conhecer essas mudanças e usar os materiais que estão ao seu alcance para aproximar seu conteúdo dos estudantes e do mundo, se fazendo como uma destas as novas tecnologias.

Dentro de uma das inúmeras possibilidades que se mostram como fonte de recurso para uso em sala temos os SIGs que são sistemas geográficos feitos em sua maioria por representação de mapas que mostram de forma rica em detalhes, referencias e informações que podem ser utilizadas para dinamizar e apresentar um tema para que o ensino seja melhor expresso e possa se aproximar daqueles que são as fontes de inspiração e motivo da existência dos licenciados em geografia, sendo este, um dos melhores motivos para se sair do comum quando se fala em ensino de geografia tendo em vista que não somente esta ferramenta se faz como possível temos na atualidade um grande universo de possibilidades que são importantes no auxílio da transmissão do conhecimento.

Não é uma missão fácil discutir o ensino de geografia em meio a tantas questões que estão a desfavorecer esta disciplina em seu meio de transmissão que é a escola e muito mais difícil é colocar em debate a inserção da discussão sobre o uso das novas tecnologias no ensino desta ciência em virtude da base desta, que é fazer refletir sobre a realidade do mundo e o papel de cada um dentro dele ser motivo de medo entre os controladores de uma sociedade que educa para se produzir funcionários e que a cada turma de ensino médio do terceiro ano formada a maioria dos estudantes saem apenas com a visão de que esta ciência serve apenas pra se dar aula e não ver o seus inúmeras possibilidades.

Resultados de campo

Todo o trabalho realizado gerou resultados que devem ser pensados e refletidos para que eles venham a ser ampliados e difundidos, onde se observou uma inclusão de bases informacionais na escola analisada de um nível relevante com utilização de cinco televisões de tela plana e dois projetores utilizados pelos professores para levar aos alunos vídeos e outras mídias que auxiliam o licenciado em geografia em sua dinamização de aula com internet disponível para o uso destas mídias em notebooks em quase toda a escola, possuindo uma sala de mídias com 26 computadores que utilizam Softwares livres disponíveis para os alunos e professores, onde constantemente eles usam esses recursos para divulgação de vídeos e slides reforçando a aula e facilitando a interação dos alunos com os conteúdos, além de se ter um laboratório de ciências humanas que se faz como um espaço dedicado apenas ao estudo destas ciências incluindo a geografia.

Ficou bem evidenciado que a escola não conta com recursos de análises de mapas e não tem este currículo de forma digitalizada em seu cronograma de atividades curriculares apenas utiliza mapas físicos e os oferecidos em livros, sendo está, uma situação corriqueira no ensino público brasileiro que deveria ser modificada pelo fato de que a geografia tem em suas bases a cartografia sendo que deveria se ter na grade curricular das escolas o ensino de como trabalhar e fazer mapas, pois esta é uma ferramenta pública na atualidade em programas disponíveis na internet como os sistemas de informações geográficas (SIGs) disponibilizados em múltiplas versões gratuitas e didáticas.

Outra realidade observada foi o processo que os professores tiveram para se adequar a esta nova realidade trilhando este caminho junto as inovações que estavam em suas vidas em conjunto, pelo que se observa hoje, com seus alunos, pois a disseminação destas novas tecnologias se dá a parti do início deste século nas escolas brasileiras mostrando com isto uma realidade comum em todo Brasil

Conclusões

Este presente trabalho está em seu início ainda necessitando de muitas bases teóricas sendo realizado até aqui importantes verificações que servem como alerta para a necessidade de se ter um estudo específico sobre esta realidade no interior e no sertão, onde muitas vezes é deixado de lado pelo poder público, sendo este processo de tecnologias disseminado em todo território, sendo que, a cada dia o papel do professor de geografia se faz com maior importância pois é ele quem tem o dever de relacionar este fenômeno as realidades sócio espaciais trabalhando e mostrando como utilizar essas novas ferramentas no meio em que os alunos vivem além de usá-las para melhorar e enriquecer o ensino desta ciência que é a geografia.

Referências

DI MAIO Angelica Carvalho, SETZER Alberto W. Educação, Geografia e o desafio de novas tecnologias. Universidade Federal Fluminense, Brasil, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, Brasil. Revista Portuguesa de Educação, 2011, 24(2), pg. 211-241. Recebido em setembro, 2008 Aceite para publicação em maio, 2011. Disponível em

< <http://www.scielo.mec.pt/pdf/rpe/v24n2/v24n2a10.pdf> > Data de acesso. 18/11/2015 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Índice de

Desenvolvimento Humano e Municipal (IDHM) de Milhã-CE IBGE. Acesso: 07/03/2015<www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?codmun=230835&idtema=118&search=ceara%7Cmilha%7CÍndice-de-desarrollo-humano-municipal-idhm-&lang=>

_____. Infográfico: dados gerais do município. Acesso em. 07/03/2015 <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=230835>>

LIMA FILHO Jorge Ferreira de. Ensino de geografia e novas tecnologias: o software livre como recurso didático. Disponível em <<http://www.geociencias.ufpb.br/posgrad/sernne/artigo33.pdf>> Data de acesso. 05/12/2015

OLIVEIRA Ariovaldo u. de. BRANBANT Jean-Michel. VESENTINI José W. et al. Para onde vai o ensino de geografia? Ed. Contexto. 2003

SILVA Hudson Tiago Lima da. Discente do curso de Geografia da UERN. FERNANDES Maria José da Costa Docente do curso de Geografia da UERN. A geografia e o uso das novas tecnologias no ensino fundamental: análise a partir dos alunos da escola estadual professor José de Freitas Nobre em Mossoró/RN. Disponível em http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404659196_ARQUIVO_AGEOGRAFIAEUSODASNOVASTECNOLOGIASNOENSINOFUNDAMENTALANALISEAPARTIRDOSALUNOSDAESCOLAESTADUALPROFESSORJOSEDEFREITASNOBREEMMOSSORORRN.pdf> Data de acesso 25/11/2015

RICARTE Daniel de Brito. CARVALHO Ana Beatriz Gomes. As novas tecnologias da informação e comunicação na perspectiva do ensino de Geografia. Disponível em <<http://books.scielo.org/id/6pdyn/pdf/sousa-9788578791247-11.pdf>> Data de acesso. 28/11/201

DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL À SUSTENTABILIDADE SOCIAL: UMA COMPREENSÃO PARA ALÉM DAS IDEOLOGIAS

FIRMINO, LAÍRES¹, BRUNO, NAYANNY²

1 – (pós-graduada) – URCA, laieres.lima09@gmail.com

2 – (graduanda) –URCA, nayanny-nay@hotmail.com

RESUMO

A pesquisa intitulada: Da educação ambiental à sustentabilidade social: uma compreensão para além das ideologias procura desenvolver uma análise teórico-metodológica sobre as características e implicações que o correto desenvolvimento da temática ambiental dentro da educação possa trazer para nossa sociedade. Esse foi o principal motivo e força motora para que o atual estudo tivesse êxito. Este é um tema transversal que deve ser muito bem trabalhado nas escolas de ensino fundamental e médio, onde pode ser estabelecida a relação entre as ações da sociedade e suas consequências para o ambiente em que vivemos. Dessa forma, nossa proposta é alcançar um consenso atualizado e verdadeiramente preocupado com as relações do homem e a natureza, em que se acredita ser a educação o agente revelador que deverá ter intrínseca participação.

Palavras-chave: Educação, Sustentabilidade, Ideologia.

INTRODUÇÃO

Ao interpretarmos as consequências da crise ambiental que os processos de globalização têm impulsionado ao sistema de relacionamento mundial, “(...) não seria exagero afirmar que o século XXI se inicia com uma vigorosa ideia-força que advoga a imperativa necessidade do estabelecimento de uma nova relação entre os humanos e a natureza, (...)” (LAYRARGUES, 2006, p.1) relação esta, que venha a atingir as condições indispensáveis ao desenvolvimento social em todas as suas instâncias, sem esquecer-se, é claro, da natureza que o sustenta.

Porém, ainda em Layrargues (2006) o desenvolvimento sustentável que se resume às expectativas dessa nascente doutrina ideológica, que se procura crer, estar acima das clássicas disputas ideológicas colocando a questão ambiental para fora do terreno político, situando-o no campo da mudança de comportamentos do ser humano. Neste caso infelizmente, ainda não chegamos ao fim das ideologias, porque trilhar o rumo da sustentabilidade, incorporar os sistemas de gestão ambiental nas empresas, ou adotar um comportamento individual ecologicamente correto não significa estar livre às clássicas doutrinas político-ideológicas, e menos ainda estar afastado das relações sociais cotidianas, mas sim, ser declaradamente eco-capitalista, eco-socialista, eco-anarquista ou simplesmente ser movido pela compreensão de que educação ambiental e educação social são intrínsecas.

Desse modo, atingir a verdadeira sustentabilidade, tal como é entendida atualmente nas suas várias dimensões de desenvolvimento tanto ecológico, cultural, socioeconômico e de espaço, é sobretudo, um desafio para toda massa populacional, para o ensino e para a escola enquanto formadora de opiniões, como agente social na promoção de novos valores éticos, e como transformadora de utopias em práticas concretas e viáveis.

Analisando essa conflituosa relação entre social e natural, seria correto afirmar que tal fato é uma consequência inerente em primeiro lugar, à ausência de sustentabilidade relacional dos homens entre si, antes de considerarmos a insustentabilidade dos homens com o meio físico. Afinal proteger a natureza só se fará legítimo se, ao mesmo tempo, modificar-se a humanidade, pois apenas reforme-la não seria suficiente.

METODOLOGIA

A pesquisa realizada neste trabalho foi de origem descritiva apresentando e classificando os importantes caminhos epistemológicos pelos quais o estudo se fez legítimo. Tal qual se tornou efetiva uma investigação bibliográfica sobre os diversos conceitos, críticas, sobre as transformações sociais, educacionais e de sustentabilidade socioambiental e suas implicações em nosso meio. O estudo utilizou de tais ferramentas para que o material documentado, bem como, as respectivas análises fossem organizadas e expostas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nas últimas décadas testemunhamos a emergência do discurso sobre a sustentabilidade como uma questão dominante nos debates sobre o meio ambiente e o desenvolvimento social. Não faz muito tempo, sustentabilidade tornou-se foco, pronunciada e comercializada por diferentes meios de comunicação e diversos estudiosos, nos mais diferentes contextos da sociedade assumindo inúmeros sentidos.

Sua disseminação tem influenciado vários campos do conhecimento, entre eles o campo educacional. Nessa perspectiva, tem-se observado uma tendência a substituir a

compreensão da educação ambiental, de tempos atrás, por uma renovada proposta de sustentabilidade. A esse respeito, Da Costa Lima (2003, p. 99) comenta:

Essa renovação discursiva no debate internacional pode ser observada nas conferências e documentos da UNESCO, na Agenda 21 proposta na Rio-92, nas políticas educacionais de diversos governos da União Europeia e na produção acadêmica internacional que serve de base a esta orientação. Gradualmente, e com intensidades variadas, o novo discurso passou a penetrar também o debate em outros países centrais e periféricos e nas demais esferas institucionais.

Os estudos sobre sustentabilidade podem ser identificados em diferentes contextos de nossa história, mas, suas ideias mais recentes podem ser vistas no início da década de 70, onde os movimentos sociais a favor da ecologia se desenvolvem ao redor do mundo.

Em nosso país, compreender a educação para a sustentabilidade ainda não obteve as consequências de conhecimento e melhoria social que se procura efetivamente, porém, sua crescente propagação, veio a globalizar o debate sobre o meio ambiente sustentável, atingindo os países do centro e da periferia do sistema mundial, em que o Brasil vem se desenvolvendo.

De acordo com Da Costa Lima (2003, p. 110) "(...) a educação ambiental brasileira, sobretudo a partir da década de 90, vem desenvolvendo iniciativas teóricas e práticas renovadoras que se empenham em superar tanto a herança naturalista proveniente das ciências naturais quanto às visões reducionistas e politicamente conservadoras que estiveram presentes na formação do campo no Brasil.(...)".

No entanto, à medida que o saber da sustentabilidade vai se descobrindo mais perturbador e socializado, ele vai se tornando propriedade de diferentes forças sociais que veem a lhe depositar o significado que melhor demonstre seus valores e desejos particulares. Então seguindo por Da Costa Lima (2003, p. 100). "(...) Educar para sustentar o quê? (...)". Antes de procurarmos por tais respostas é preciso que compreendamos as relações entre a sustentabilidade e a educação, a multiplicidade de significados envolvidos nessa construção, o manejo de forças e interesses que nela se destacam assim como tudo aquilo que lhes são inerentes.

Contudo, mudanças tão íntimas e questionáveis de valores recaem inevitavelmente sobre o tema educacional. Como afirma Layrargues (2002, p. 9-13):

(...) mesmo que a meta da educação ambiental seja contribuir para a mudança ambiental, ela permanece sendo Educação, e nesse sentido, ainda é objeto de disputas ideológicas que visam manter ou alterar as condições sociais. (...) Essa constatação evidencia a importância que a educação ambiental adquire, pois muito do destino futuro das relações entre a sociedade e natureza, passa pelo crivo da educação e seus respectivos modelos político-pedagógicos em constante disputa ideológica.

Essa renovada compreensão somente se fará atingível e palpável, se finalmente reconhecermos que a educação ambiental não pode ser resumida à relação com a transformação do meio natural, mas alargar-se para a transformação do homem, no sentido da procura pela justiça social em conjunto com a proteção da natureza, de uma sociedade ecologicamente equilibrada e humanamente justa.

CONCLUSÃO

Ao compreender a importância da temática ambiental dentro da educação considera-se necessário a construção de uma análise teórico-metodológica sobre as características e implicações que seu correto desenvolvimento possa trazer para nossa atual sociedade.

Esse foi o principal motivo e força motora para que o atual estudo tivesse êxito. Acredita-se que a educação seja o alicerce de nosso crescimento humano, para o desenrolar do senso crítico e da criação de um saber ecologicamente correto, o que está na prática esquecido driblado pelo crescimento desordenado e descontrolado das ações destrutivas ao meio ambiente.

Pensou-se necessário alcançar um consenso atualizado e verdadeiramente preocupado com as relações do homem e a natureza, em que se acredita ser a educação o agente revelador que deverá ter intrínseca participação.

REFERÊNCIAS

- PADUA, Suzana Machado; SÁ, Lais Mourão. O papel da educação ambiental nas mudanças paradigmáticas da atualidade. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n. 102, p. 71-83, 2002.
- DA COSTA LIMA, Gustavo. O discurso da sustentabilidade e suas implicações para a educação. **Ambiente & Sociedade**, v. 6, n. 2, p. 99-119, 2003.
- GUIMARÃES, Simone S. Moreira; TOMAZELLO, Maria G. Carneiro. A formação universitária para o ambiente: educação para a sustentabilidade. **REUNIÃO ANUAL DA ANPED**, v. 26, 2003.
- JACOBI, Pedro et al. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de pesquisa**, v. 118, n. 3, p. 189-205, 2003.
- LAYRARGUES, Philippe Pomier. Muito além da natureza: educação ambiental e reprodução social. **Pensamento complexo, dialética e educação ambiental. São Paulo: Cortez**, p. 72-103, 2006.
- LAYRARGUES, Philipe Pomier. Muito prazer, sou a educação ambiental, seu novo objeto de estudo sociológico. **I Encontro da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade**, v. 6, 2002.
- DA COSTA LIMA, Gustavo. O discurso da sustentabilidade e suas implicações para a educação. **Ambiente & Sociedade**, v. 6, n. 2, p. 99-119, 2003.
- SECAD, CADERNOS. Educação Ambiental: aprendizes de sustentabilidade. **Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC) Brasília-DF**, p. 20, 2007

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM GEOGRAFIA: DISCUSSÕES E PONDERAÇÕES SOBRE A REGÊNCIA E O LIVRO DIDÁTICO

SANTOS, Daniel melo dos¹,
LIMA, Rita de Cássia Alves²
SILVA, Antônio Carlos da³

1 – Graduando¹, Graduanda². Professora do DEGEO³. URCA,
melodossantosdaniel@gmail.com¹, ritadecassia-crato@hotmail.com²
antoniacarlos@gmail.com³

RESUMO

O trabalho que ora apresentamos é um relato das experiências vivenciadas durante a regência em Geografia no ensino médio. A regência constitui o eixo formativo da disciplina Estágio Supervisionado III ministrada no VIII semestre no curso de licenciatura Geografia da URCA. As aulas foram realizadas em turmas de 1º e 2º anos do ensino médio na Escola José Alves de Figueiredo, localizada no bairro Vila Alta em Crato-CE. O estágio supervisionado possibilitou ampliar os horizontes em relação ao trabalho docente e trouxe contribuições significativas para a nossa formação.

Palavras-chave: Estágio Supervisionado. Ensino de Geografia. Regência.

INTRODUÇÃO

Este trabalho expõe as nossas experiências durante a regência em Geografia com alunos do ensino médio na Escola José Alves de Figueiredo, localizada na Rua Presidente Getúlio Vargas, bairro Vila Alta, em Crato – CE. As aulas ministradas fazem parte da carga horária de 100 hora/aulas exigidas na disciplina Estágio Supervisionado III ministrada no oitavo semestre do curso de licenciatura em Geografia da URCA. As aulas foram ministradas no período de 22 de fevereiro a 20 de maio de 2016

O estágio supervisionado faz parte da formação profissional, configura-se como um momento de fundamental importância na vida do graduando, seja qual for sua área de atuação, mas principalmente na vivência de um profissional docente. O estágio possibilita ao discente conhecer, colocar em prática e refletir sobre o seu futuro campo de atuação, no nosso caso como profissionais da educação. É uma experiência que serve como espécie de visão da realidade profissional na área de ensino e que nos permite aproximar os conhecimentos acadêmicos das práticas que virão a ser desenvolvidas no processo ensino e aprendizagem em Geografia na escola.

O estágio pode ser considerado como um componente curricular que engloba os processos teóricos e práticos da formação inicial com oportunidades de aprendizagem que nos permite ter, na licenciatura, uma percepção da realidade encontrada nas escolas, pois possibilita ao licenciando uma observação e colocação do aprendido na universidade. É em sala de aula que nós educadores descobrimos que na prática não existem fórmulas prontas.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO E A GEOGRAFIA ESCOLAR

A disciplina Estágio Supervisionado III do curso de licenciatura em Geografia da Universidade Regional do Cariri – URCA, de acordo com o programa da disciplina, tem como principal objetivo propiciar ao licenciando em Geografia a construção de habilidades e competências docentes para atuar no ensino médio, tendo como fundamentação teórica o conhecimento científico e como encaminhamento metodológico a visibilidade de posturas ética, responsável, investigativa e comprometida com a aprendizagem do aluno.

Dessa forma, busca possibilitar aos alunos estagiários experiências com a prática docente em Geografia no ensino médio viabilizando e ampliando a sua capacidade para lidar com situações presentes no ambiente escolar. O estágio coloca-se como uma atividade de suma importância para a nossa trajetória de formação inicial, pois esta experiência move e promove a nossa responsabilidade, competência e habilidade como futuros professores, e nos possibilita visualizar a realidade educacional e os desafios que iremos vivenciar e tentar superar. Neste sentido:

Dada à natureza do trabalho docente, que é ensinar como contribuição ao processo de humanização dos alunos historicamente situados, espera-se dos processos de formação que desenvolvam os conhecimentos e as habilidades, as atitudes e os valores que possibilitem aos professores construir seus saberes/fazer docentes a partir das necessidades e desafios que o ensino como prática social lhes coloca no cotidiano. (PIMENTA; LIMA, 2010, p.92).

As atividades desenvolvidas na disciplina foram orientadas e acompanhadas pela professora ministrante da mesma, dentre as quais destacamos: leitura e discussão de textos que auxiliam na prática docente bem como na construção do relatório de estágio e

de um artigo, planejamento e realização de aulas, conversas sobre relatos de experiências, etc.

Neste trabalho discutiremos e faremos, especificamente, algumas ponderações relacionadas às práticas realizadas durante o estágio supervisionado na Escola José Alves de Figueiredo dando especial destaque ao ensino de Geografia, a regência e ao livro didático.

METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos que envolveram a realização do trabalho aqui apresentado constaram dos seguintes encaminhamentos:

- Realização de levantamento bibliográfico a respeito de concepções teóricas sobre o estágio supervisionado, geografia escolar, metodologia de ensino, programas de ensino, livro didático, dentre outros.
- Efetivação de contato com a Escola José Alves de Figueiredo para autorização e realização das 100 horas de regência com alunos do ensino médio. No referido encontro fomos muito bem acolhidos pelo núcleo gestor, bem como, pelo professor titular da disciplina de Geografia. Na oportunidade tivemos acesso às instalações físicas da escola e ao material didático no qual o professor vinha trabalhando.
- Observação nas turmas de primeiro e segundo ano para estabelecer um conhecimento prévio do perfil dos alunos.
- Sistematização do planejamento inicial das aulas juntamente com o professor que se mostrou a disposição para ajudar caso fosse preciso.
- Realização das práticas (regência) junto aos alunos do ensino médio, considerando as necessárias adequações que foram necessárias ao longo do período para concluir as atividades docentes dentro da carga horária exigida.
- Elaboração do relatório de estágio supervisionado (regência).

Geografia escolar, regência e livro didático

O nosso estágio supervisionado foi de regência de aulas de Geografia nos primeiros e segundos anos do Ensino Médio com carga horária de 2h/aula por semana em cada turma. O conteúdo das aulas nas quais ministramos seguiu uma sequência estabelecida pelo livro didático usado na escola, e complementado por leituras de imagens postas em slides. Dentre as atividades desenvolvidas destacamos os trabalhos de pesquisa, relatórios de filmes e atividades em sala de aula. As nossas aulas foram de forma expositiva dialogada, procurando atrelar o conteúdo com a vivência do aluno e incentivando a participação nas aulas.

Na escola, as avaliações internas são realizadas bimestralmente sendo elaboradas pelo professor que ministra as aulas da disciplina, que tem como instrumentos escritos as provas e os seminários e/ou trabalhos pesquisados. Quanto as avaliações externas são realizadas anualmente como, por exemplo a Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas- OBMEP, Exame Nacional do Ensino Médio- ENEM, Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceara- SPAECE.

O conteúdo de Geografia definido no programa de ensino para serem trabalhados ao longo do ano em sala de aula tem como referência de seleção o que está indicado no livro didático, no qual o professor tem como sequência os tópicos de conteúdos do sumário do livro adotado. Os livros de Geografia do ensino médio adotados

na escola são: Geografia Geral e do Brasil: espaço geográfico e globalização, de autoria de Eustáquio de Sene e João Carlos Moreira. De acordo com o Guia de Livros Didáticos do Programa Nacional do Livro Didático de 2015, os referidos livros estão estruturados da seguinte maneira:

No volume 1, abordam-se os conceitos fundamentais da cartografia e os aspectos gerais da Geografia Física; no volume 2, são tratados os conceitos fundamentais da economia, da geopolítica e das sociedades do mundo contemporâneo; no volume 3, são trabalhados temas como industrialização, política econômica brasileira, energia, população, urbanização e agropecuária no Brasil e no mundo. (BRASIL-PNLD, 2015, p. 79).

O livro didático com o qual trabalhamos no período da regência (Geografia Geral e do Brasil-Espaço Geográfico e globalização) foi a referência para o planejamento das aulas. Os livros trazem ilustrações claras e nítidas, apresentam sugestões diversificadas de atividades e sites para pesquisas, sendo um recurso bastante utilizado nas aulas de geografia. Na escola ainda é material didático muito utilizado e por vezes é a principal referência de leitura dos alunos. A análise das atividades propostas evidenciou que estão de acordo com os conteúdos apontados nas unidades.

Com o intuito de contextualizar o uso do recurso didático utilizado nas aulas, apontamos a seguinte discussão conceitual feita por Tonini (2011):

O livro didático é um dos recursos de aprendizagem mais universal de todos na cultura escolar. Sua valorização sempre foi posta em relevo desde a escola tradicional até a contemporânea, seja como texto usado em sala de aula ou consulta pelos professores, e de uma forma ou outra sempre esteve presente nas práticas escolares. Essa consolidação vem desde quando era apenas um material manuscrito até o livro impresso da atualidade, mesmo atravessado por todas as mudanças metodológicas das práticas pedagógicas vivenciadas na escola. (TONINI, 2011, p.p. 145-146).

O livro didático ainda é um recurso bastante utilizado no ambiente escolar e é o material no qual os alunos tem acesso facilitado. Vale ressaltar que como recurso didático deve ser trabalhado como material de apoio para o professor que deve ser complementado como outras referências que diversifiquem as estratégias de aulas e que instiguem a curiosidade dos alunos para a aprendizagem dos conteúdos geográficos. No entanto, percebe-se que muitas vezes o professor fica preso ao livro didático, sem pensar ou levar para discussão em sala, temas que não necessariamente estejam presentes no material adotado pela escola. Quando se propõe a discussão de temas dos manuais, este sempre estará susceptível à crítica construtiva. Confirmando esse pensamento, Soares e Costa (2011), afirmam:

O ensino de Geografia não é neutro, ele sempre passa algo a depender da visão do professor e do que este queira passar. O docente pode ter uma visão crítica em que queira educar, conscientizar, mas também pode ter uma perspectiva em que utilize o ensino de Geografia para servir estrategicamente formando mais mão – de – obra para o mercado. Assim, só existem essas duas vertentes uma que conscientiza e outra que não

emancipa, e serve apenas para atender as exigências e carências do capital. (SOARES; COSTA, 2011, p.p. 7-8).

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais-PCNs (1999) o ensino de Geografia deve ser pautado em competências e habilidades: Representação e comunicação que consiste em leituras de representações gráficas (mapas, tabelas, gráficos, etc.) que representem a realidade, Investigação e compreensão que visa à investigação a pesquisa e o ensino interdisciplinar, contextualização sociocultural que visa entender as práticas sociais realizadas no espaço geográfico. Tais competências e habilidades ainda carecem de projetos de ensino melhor direcionados para promoção da aprendizagem dos alunos.

O planejamento das aulas de Geografia acontece semanalmente na escola e é realizado por áreas do conhecimento, por exemplo: Ciências Humanas e Ciências Exatas. A organização do planejamento é feita da seguinte forma: os professores de cada área se reúnem para juntos pensarem e discutirem o conteúdo e a forma que será trabalhado com as turmas.

O perfil das turmas onde a regência foi realizada (Escola José Alves de Figueiredo) era bem diversificado. Em sua grande ou total maioria são adolescentes advindos de famílias de baixa renda e residem nos bairros periféricos da cidade do Crato, residem no próprio bairro que a escola está inserida, a Vila Alta. Percebemos que os discentes não construíram ao longo da sua vida escolar os pré-requisitos mínimos dos conteúdos geográficos, confundiam termos e conceitos simples da Geografia como orientações geográficas, lateralidade (esquerdo-direita). Os alunos demonstravam diferentes estágios ou níveis de aprendizagem, alguns mais participativos do que outros, alunos com dificuldade de leitura e escrita, etc.

Em conversa com os alunos, principalmente na hora do intervalo, relataram aspetos referentes à escola, destacando alguns pontos positivos e negativos referente à mesma. Muitos dizem que gostam de algumas aulas especificando como de Educação Física. Os alunos afirmam que adoram as aulas práticas. Dentre os alunos, tivemos a oportunidade de ouvir uma aluna dizendo que gosta de Geografia, pois é uma disciplina que trabalha com temas interessantes. Há, porém aqueles que gostam na escola somente da merenda. Pelo que podemos observar e perceber é que alguns alunos não gostam de estudar, pois relataram que estão estudando somente por que os pais lhes obrigam a ir para a escola.

As dificuldades de aprendizagem são diversas, pois nesta escola podemos encontrar alunos com experiências diferenciadas umas das outras. Encontramos alunos na mesma turma com diferentes níveis de conhecimentos, tínhamos aqueles que procuravam participar fazendo perguntas e colocações sobre o conteúdo apresentado na aula, como também na mesma turma aqueles que não sabiam nem ler ou escrever direito, dificultando a aprendizagem dos conteúdos ensinados.

O planejamento das aulas aconteceu da seguinte forma: realizávamos um planejamento em dupla onde o mesmo tinha que ocorrer antes do encontro para planejamento coletivo, pois tínhamos que apresentá-lo no dia da realização do planejamento na escola, além de planos de aula, especificando para cada turma e aula proposta.

A avaliação dos alunos se deu basicamente pela participação nas aulas, por trabalhos de pesquisa realizados em casa e por uma avaliação dos conteúdos trabalhados. Em relação aos alunos foi percebido um pouco de desinteresse pela disciplina, falta de atenção durante as aulas e conversas paralelas. Em alguns momentos conseguimos despertar o interesse e a atenção pelo conteúdo trabalhado e percebemos que houve aprendizagem.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em todo trabalho encontramos facilidades e dificuldades para realizá-lo. Quanto a análise da nossa regência como um todo, podemos dizer que tivemos mais facilidades do que dificuldades. Especificamente, apontamos como dificuldades: as deficiências de aprendizagem dos alunos acumulados ao longo dos anos escolares; a indisciplina durante as aulas por parte de alguns alunos, que contribui para dispersão da turma e interfere na aprendizagem dos conteúdos geográficos; e, também, o que percebemos nitidamente é que os discentes possuem uma grande dificuldade em fazerem uma avaliação, pois é um momento em que ficam muito inquietos e demonstram, em sua maioria, que não gostam de serem avaliados.

O estágio foi uma etapa relevante para a nossa formação, pois as experiências permitiram reflexões sobre a prática docente que permeia a profissão de professor/educador, convivendo com situações como indisciplina, inquietações dos alunos, desinteresse pela disciplina, procurando formas de atrair a atenção dos alunos. Assim sendo Pimenta, Lima (2010, p.88) coloca “Na concepção mais avançada, o estágio é um campo de conhecimento formativo dos futuros professores e integrante de todo o projeto curricular”.

O estágio coloca-se como uma atividade de suma importância para a nossa trajetória na formação, pois é com esta experiência que move a nossa responsabilidade e habilidades como professores e nos possibilita visualizar a realidade educacional e os desafios nos quais iremos vivenciá-los.

Os resultados adquiridos no estágio foram bastante positivos, no que diz respeito à preparação enquanto profissional para o enfrentamento dos desafios encontrados no espaço escolar e na conjuntura educacional da nossa sociedade.

CONCLUSÃO

O estágio foi um momento de grande experiência que de uma forma ou de outra, foi muito proveitoso para nossa formação enquanto profissional da educação, nos possibilitando ensinamentos voltados para o conhecimento da escola e para o desenvolvimento de competências e habilidades para enfrentar problemas do dia-a-dia no ambiente escolar. É um espaço que nos permite realizar reflexões sobre questões que interferem no bom desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, como por exemplo: a indisciplina dos alunos, a falta de limites dos alunos dentre outros.

Qualquer carreira depende de uma base, no nosso caso como docentes, a base é o estágio supervisionado que vem a ser uma das principais etapas do curso de licenciatura. As experiências constatadas nesse percurso aqui relatado nos possibilitou a uma maior amplitude do processo de funcionamento da estrutura escolar e as relações sociais aí permeadas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio. Ciências Humanas e suas tecnologias.** Brasília: Ministério da educação/Secretaria de Educação Média e tecnológica, 1999.

BRASIL. Guia de livros didáticos: **PNLD 2015**: geografia: ensino médio. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2014.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Considerações sobre a legislação de estágio no Brasil. In: **Estágio e docência**. 5ª EDIÇÃO. São Paulo: Cortez, 2010. (Coleção docência em formação. Series: Saberes pedagógicos).

TONINI, Maria Ivaine et al. **O ensino de Geografia e suas composições curriculares**. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

SOARES, Renata S. e COSTA, Glauber Barros Alves. Um estudo sobre o ensino de Geografia para a Educação do campo. In: **Anais do V Colóquio Internacional de Educação e contemporaneidade**. São Cristóvão: UFS, 2011.

ENSINO DE GEOGRAFIA E A ALFABETIZAÇÃO CARTOGRÁFICA: AS REPRESENTAÇÕES E A LEITURA DO ESPAÇO

SILVA. ANTONIO MARCOS GOMES DA¹.

SILVA. ANTÔNIA CARLOS DA²

1 – Licenciado em Geografia - URCA, amgs.gomes@gmail.com

2 - Professora do DEGEO-URCA; antoniacarlos@gmail.com

RESUMO

Esse trabalho discute alguns referenciais para se pensar a alfabetização cartográfica na formação docente e na escola, tendo como suporte as representações espaciais (mapa) dos licenciandos em Geografia da Universidade Regional do Cariri-URCA e a análise dos referidos mapas que foram realizadas pelos alunos do 6º ano do ensino fundamental. No ensino de Geografia é essencial o uso de linguagens que sejam capazes de mobilizar o campo de interesse dos alunos para a aprendizagem escolar. Compete ao professor selecionar aquelas mais coerentes conforme o público a que se destina. Como? Questionar os conteúdos de ensino, expondo criticamente os temas geográficos/cartográficos e refletindo sobre o porquê e como acontecem, para dar um significado social aos conteúdos que é aprendido. Foram referenciais significativas Kaercher (2014) em relação à formação inicial dos professores; Magalhães (1967) sobre a cartografia; e Castellar e Vilhena (2011) na discussão referente à alfabetização cartográfica.

Palavras-chave: Geografia. Alfabetização cartográfica. Ensino-Aprendizagem.

Introdução

O ensino de Geografia é um campo disciplinar que possibilita uma abordagem metodológica diversificada dos conteúdos escolares utilizando diferentes estratégias de ensino e de linguagens. Cabe ao professor selecionar e orientar a sua prática com aquelas mais coerentes conforme as necessidades de aprendizagens dos alunos, bem como, do seu campo de interesse. O docente de Geografia deve assumir uma postura em que possa problematizar, pensar, avaliar e buscar possibilidades de superação para as questões de ordem socioespaciais que norteiam as práticas cotidianas dos alunos.

A sala de aula está repleta de oportunidades para questionar os conteúdos que fazem parte do cotidiano do discente, para expor os temas geográficos e refletir sobre o porquê e como acontecem, e para dar um significado social aos conteúdos que são ensinados. Para isso, é necessário pensar o que ensinar, como ensinar e como avaliar. É preciso levar em consideração que as crianças apresentam níveis de interesse e de aprendizagens diferentes, sendo necessário ao professor definir conteúdos que sejam significativos, escolher estratégias que mobilizem o centro de interesse para o objetivo da aula e repensar os procedimentos de avaliação de forma que reconheça as potencialidades cognitivas dos sujeitos envolvidos.

Diante dos pressupostos acima estabelecidos, neste trabalho tomamos como recorte de análise os encaminhamentos relacionados à aprendizagem da alfabetização cartográfica dos alunos do curso de licenciatura em Geografia da Universidade Regional do Cariri-URCA e a interpretação de tais representações feitas pelos alunos do Ensino Básico.

Metodologia

Para aprofundamento do tema aqui apresentado foram considerados alguns procedimentos metodológicos, que a seguir estão especificados:

- Realização de levantamento bibliográfico de importantes teóricos que expõem significativas contribuições à temática, dentre os quais especificamos: Kaercher (2014) no que diz respeito à formação dos professores; Portugal e Souza (2013) sobre o uso das linguagens no ensino de geografia; Magalhães (1967) no tocante aos conceitos da cartografia; Castellar e Vilhena (2011) na discussão da alfabetização cartográfica, entre outros.
- Participação no encontro com os alunos da disciplina Cartografia Básica ministrada no I semestre no curso de licenciatura de Geografia da URCA, no qual solicitamos aos alunos que fizessem um “mapa” da sala de aula.
- Posteriormente, os “mapas” foram entregues aos alunos do 6º ano do fundamental II e solicitamos que os mesmos fizessem uma análise considerando os que eles já tinham estudados sobre o assunto na escola.
- Por fim, analisamos os “mapas” feitos pelos alunos da graduação, considerando as percepções apontadas pelos discentes da escola e cotejadas pelas teorias gerais que embasaram a temática em estudo.

Geografia e cartografia escolar, uma leitura possível?

A disciplina de Geografia é um importante componente curricular da escola que pode contribuir significativamente na vida de crianças e jovens no sentido de contribuir com a percepção e a leitura do espaço geográfico, seja por meio da literatura, poesia, canção, seja por meio da utilização e produção das cartas e mapas. Isso significa que a

Geografia escolar, através do uso de diferentes linguagens, possibilita aos alunos o reconhecimento dos lugares e a leitura do mundo.

Ensinar e ler em geografia significa criar condições para que a criança leia o espaço vivido, utilizando a cartografia como linguagem para que haja o letramento geográfico. Ensinar e ler o mundo é um processo que se inicia quando a criança reconhece os lugares e os símbolos dos mapas, conseguindo identificar as paisagens e os fenômenos cartografados e atribuir sentido ao que está escrito.” (CASTELLAR e VILHENA, 2011, p. 23)

Nesse processo de ensinar e ler o mundo nas aulas de Geografia, uma importante linguagem é a cartografia. Esta é entendida como “Arte ou ciência de traçar cartas geográficas ou mapas. Tratado sobre mapas [...] o seu desenvolvimento é bastante recente e iniciou-se com a época dos grandes descobrimentos marítimos [...] A cartografia é um meio de expressão gráfica, instrumento indispensável ao estudo da Geografia.” (MAGALHÃES, 1967, p.p. 46-47).

Nas últimas décadas foram frutíferas as pesquisas relacionadas com a Cartografia e, especificamente, aquelas voltadas para a importância da cartografia como linguagem nas aulas de Geografia na escola, especificamente o mapa.

O mapa é de suma importância para que todos que se interessem por deslocamentos mais racionais, pela compreensão e organização dos espaços, possam se informar e se utilizar deste modelo e tenham uma visão de conjunto. Assim, também, para os leigos, ao se preocuparem com a organização do seu espaço, ou de forma mais cotidiana com deslocamentos mais racionais, ou circulações alternativas (congestionamentos, impedimentos) devem apelar para o mapa (ALMEIDA e PASSINI, 2008 p.16).

No entanto, muitas ainda são as críticas concernentes a abordagem tradicional da Geografia com o estudo do espaço e com a pouca utilização dos mapas como linguagem de ensino, seja no processo da formação acadêmica seja no tratamento metodológico junto aos alunos na escola.

Como linguagem, os mapas conjugam-se com a prática histórica, podendo revelar diferentes visões do mundo. Carregam outrossim, um simbolismo que pode estar associado ao conteúdo neles representado. Constituem um saber que é produto social, ficando atrelados ao processo de poder, vinculados ao exercício da propaganda, da vigilância, detendo influência política sobre a sociedade [...]” (MARTINELLI, 2006, p. 52)

Na escola é importante para as crianças saberem ler o mundo cartograficamente? Sim! É a resposta certa apontada por muitos pesquisadores, mas, é importante discutir como vem sendo sistematizada a cartografia escolar junto aos alunos na graduação e na escola. Essa questão é fundamental, pois compreender a base da formação dos futuros professores pode-se reduzir significativamente as disparidades entre a teoria e a prática.

Mapa da sala de aula: percepção e leitura da representação espacial

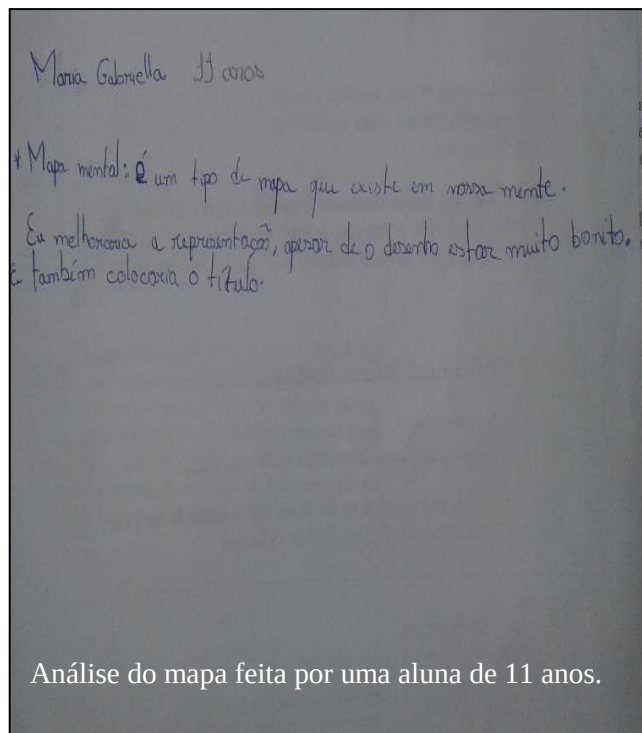
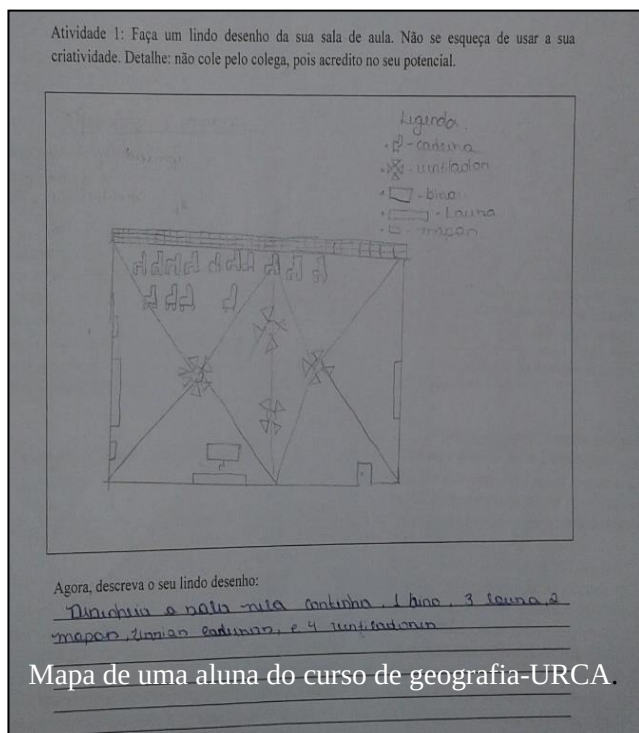
No encontro com os alunos da licenciatura em Geografia (total de 28 alunos), foi proposta a elaboração do mapa da sala de aula e que em seguida explicassem o desenho

feito. A indicação da produção de mapa foi acompanhada pelas intervenções dos alunos afirmando que por já estarem no ensino superior a atividade proposta não era adequada para adultos e sim para crianças- desenho; de quando em quando ficavam se perguntando como melhor desenhar a sala ou então, se iria “valer nota”, se havia a necessidade de fazer um desenho “completo”. Os alunos tiveram integral liberdade para expressarem a sua percepção espacial da sala de aula.

Na escola os alunos receberam os mapas e teceram seus comentários sem ter a referência dos autores das representações. As observações feitas destacaram o conhecimento dos alunos relacionados aos elementos cartográficos como título, escala, legenda, uso de símbolos etc.

Obtivemos resultados significativos nas análises dos alunos e selecionamos alguns elementos comuns relacionados à percepção e representação espacial. Apresentamos a seguir alguns dessas referências para ilustrar as nossas questões teóricas.

O desenho representa a visão vertical da sala de aula, em que a aluna do curso de formação de professores de Geografia, indicou na legenda os elementos que continham na sala naquele momento. O mapa apresenta legenda e percebe-se a coerência entre os símbolos e os significados utilizados. O mapa não tem indicação de título, orientação espacial (rosa dos ventos) e nem escala.



Algumas outras análises dos mapas feitas pelos alunos apontaram as seguintes questões:

“Neste mapa vi que está faltando legenda, símbolos, escala, título. Com esses elementos o mapa estaria completo. Esse mapa da sala deveria ter mais criatividade, pois falta muita coisa para se tornar um mapa.”

“Eu melhoraria a representação apesar de o desenho estar muito bonito. E também colocaria um título”.

“Faltam mais imagens, símbolos, títulos. O desenho ficou bom, só faltou isso”.

“Esse mapa está bonito, mais não é suficiente para se tornar um mapa. Falta legenda, título, símbolos. Não dá para entender algumas coisas no fundo da sala. Se tivesse uma legenda talvez saberia o que era”.

As questões apontadas pelos alunos do 6º ano do ensino Fundamental evidenciam que os mesmos reconhecem na leitura do mapa a importância dos elementos cartográficos, como título, escala, legenda e os símbolos. Reconhecem, com outras palavras, que essas convenções são importantes para o entendimento do espaço representado. De certa forma, percebe-se a partir das análises feitas pelos alunos, um conhecimento dos signos e símbolos que fazem parte do mapa.

Certamente algo importante a se pensar e avaliar. A formação inicial está promovendo o conhecimento das noções de cartografia necessárias para a abordagem na escola? Se ainda existem lacunas na licenciatura, como o futuro professor irá promover a alfabetização cartográfica na escola? Há, portanto, a compreensão de que o ensino deve ser pensado em sua totalidade ao longo da graduação. Nesse sentido, a questão da formação inicial é discutida claramente por Kaercher:

A formação inicial tem trabalhado numa lógica demasiadamente conteudista e dicotômica (primeiro nos departamentos de Geografia, o conteúdo da Geografia; depois, na Faculdade de Educação, os conteúdos para “aprender” a ser professor). O modelo de professor está calcado, excessivamente, na crença da racionalidade, que coloca ênfase quase exclusiva no professor como um repassador de informações, um agente que se relaciona com seus alunos apenas através do seu lado racional. (KAERCHER, 2014, p. 24)

É pertinente evidenciar que na formação inicial os conteúdos relacionados com a cartografia ainda não atendem satisfatoriamente as bases conceituais necessárias para a formação docente e, conseqüentemente, para a prática da alfabetização cartográfica na escola. Os desenhos são pontos de partida que podem ser ampliados pelos professores para a construção e leitura de mapas que contribuam para a compreensão das noções e/ou elementos cartográficos. Essas questões estão a seguir evidenciadas por Castellar e Vilhena (2011, p. 28).

Para educar os alunos a fim de que tenham compreensão das noções cartográficas, consideramos que os seus desenhos são o ponto de partida para explorar o conhecimento que tem da realidade e dos fenômenos que querem representar. Esses desenhos são considerados representações gráficas ou mapas mentais elaborados a partir da memória, não havendo a necessidade de utilizar as convenções cartográficas.

Os desenhos produzidos sem a necessidade de utilização das convenções cartográficas são referências para o entendimento dos mapas oficiais. Esses primeiros mapas são chamados de “mapas mentais” e consistem num exercício de representação espacial um determinado espaço ou trajeto. São conceituados como “[...] representações que revelam os valores que os indivíduos têm dos lugares, dando-lhes significados ou sentido ao espaço vivido.” (CASTELLAR e VILHENA, 2011, p. 25).

Neste sentido ao professor, é fundamental considerar os desenhos e mapas mentais como uma ferramenta importante no processo inicial de alfabetização cartográfica, inclusive na formação inicial, pois

[...] o professor deve considerar que representar um lugar por meio do desenho exige uma organização mental adequada. Esta será exercida com a construção gráfica que dará início à alfabetização cartográfica. Dessa forma acreditamos que a criança deverá aprender a ler o mundo por meio dessa alfabetização que, por sua vez, considera a construção de conceitos importantes para a decodificação do mapa. (ROMANO, 2006, p.157)

Essas questões são singulares e direcionam para a urgente superação do que está posto nos programas de ensino na licenciatura. É preciso articular teoria e prática, conhecimento acadêmico e conceitos escolares, cartografia e alfabetização cartográfica, viabilizando a mediação didática em todos níveis de ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Alfabetização cartográfica não é tarefa fácil, pois envolve o domínio de conceitos e noções de espaço, representação, lateralidade, proporção etc., num processo de ensinar e aprender em que o aluno aos poucos vai adentrado na produção e na leitura formal dos mapas. Neste sentido, a Geografia ainda tem muito para avançar e superar, pois é preciso vencer os paradigmas tradicionais de ensino onde o professor apenas repassa conteúdos e reproduz metodologias expositivas com conteúdos que chegam prontos e acabados nos livros didáticos. É preciso ir além, muito além.

É necessário pensar novas práticas e teorias para dar conta de uma referência tão forte e presente na história da Geografia – a Cartografia. É preciso viver algo novo para algo tão antigo quanto a Cartografia. Cabe, neste caso, repensar a nossa prática docente, numa espécie de “mais do mesmo”, com um olhar firme e definido para a construção de ensino comprometido com a real aprendizagem dos alunos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rosângela Doin de; PASSINI, Elza Yasuko. **O espaço geográfico: ensino e representação**. 15ª Ed. São Paulo: Contexto, 2008.

CASTELLAR, Sônia e VILHENA, Jerusa. **Ensino de Geografia**. São Paulo: CENGAGE Learning, 2011.

KAERCHER, Nestor André. **Se a Geografia é um pastel de vento o gato come a Geografia Crítica**. Porto Alegre: Evangraf, 2014.

MARTINELLI, Marcelo. O ensino da cartografia temática. In: CASTELLAR, Sônia (org.) **Educação geográfica: teorias e práticas docentes**. 2ª edição. São Paulo: Contexto, 2006. (Páginas 51-65).

PORTUGAL, Jussara Fraga e SOUZA, Elizeu Clementino de. Ensino de Geografia e o mundo rural: Diversas linguagens e produções metodológicas. In: CAVALCANTI, Lana de Souza. **Temas da Geografia na escola básica**. 1ª edição- Campinas, SP: Papirus, 2013. (Páginas 95 a 134).

ROMANO, Sonia Maria Munhóes. Alfabetização cartográfica: a construção do conceito de visão vertical e a formação de professores. In: CASTELLAR, Sonia (org.) **Educação geográfica: teorias e práticas docentes**. 2ª edição. São Paulo: Contexto, 2006. (Páginas 157-167).

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM GEOGRAFIA I: O OLHAR DE OBSERVAÇÃO SOBRE A REALIDADE ESCOLAR NA ESCOLA ESTADUAL TARCÍSIO MAIA

NONATO, Raiany *Priscila Paiva Medeiros*¹; LIMA, Francisca Elizonete de Souza².

1 – Graduanda do Curso de Geografia da UERN/*campus* CAMEAM, Pau dos Ferros. E-mail: raianypriscila18p@gmail.com.

2 – Prof.^a Ma. do Curso de Geografia da UERN/*campus* CAMEAM, Pau dos Ferros. E-mail: lilielizonetesouza@gmail.com

RESUMO:

Este trabalho é fruto das experiências adquiridas ao longo da disciplina de Orientação e Estágio Supervisionado em Geografia - OEG I, disciplina esta que tem por objetivo propiciar ao licenciando em Geografia do Campus Avançado Prof.^a Maria Elisa de Albuquerque Maia - CAMEAM, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN, os primeiros contatos com a realidade escolar, à medida que este observa, conhece, analisa e desenvolve atividades de intervenção dentro do espaço escolar. A discussão parte das reflexões realizadas durante a disciplina de Orientação e Estágio Supervisionado em Geografia - OEG I e das experiências adquiridas ao longo do desenvolvimento do Estágio, a partir da observação e da aplicação de oficinas, desta forma, este trabalho tem como foco a importância de OEG I para a formação do Professor de Geografia.

PALAVRAS CHAVES: Estágio Supervisionado em Geografia I, Formação Docente, Experiência.

INTRODUÇÃO

A formação docente vem sendo amplamente discutida nas instituições de ensino, visto que esta é um fator extremamente importante para o processo de ensino-

aprendizagem. Diante disso, o estágio supervisionado é um momento de fundamental importância para a formação profissional do aluno da licenciatura, pois na maioria das vezes, é responsável por possibilitar o primeiro contato do estagiário com a realidade escolar. É onde o aluno estagiário se depara com a oportunidade vivenciar teoria e prática, é momento de observar a escola em movimento e tudo que permeia as relações que nela se estabelecem.

A fase de observação do Estágio Supervisionado em Geografia I é momento de diagnóstico, oferece subsídio para conhecer e refletir sobre a realidade escolar, sendo oportunidade de observar como acontece cotidianamente a prática docente e o processo de ensino-aprendizagem, além dos desafios da docência dentro da rotina escolar.

Por meio da observação e da pesquisa, o estagiário deve estar atento a tudo que acontece no ambiente escolar, pois nesse primeiro momento o licenciando observa e interage com o espaço escolar para posteriormente intervir ali. É também momento de reflexão, visto que as experiências vivenciadas no estágio possibilitam ao estagiário refletir sobre a prática docente e os desafios que surgem durante o exercício docente, é então a partir daí que o aluno da licenciatura começa a assumir a postura de professor.

METODOLOGIA

Este trabalho baseia-se nas discussões e experiências adquiridas no decorrer da disciplina de Orientação e Estágio Supervisionado em Geografia - OEG I e está fundamentado teoricamente em Callai (2013), Lima (2012) e Pimenta e Lima (2010).

O texto está organizado da seguinte forma: inicialmente apresenta a importância do estágio supervisionado, em seguida são descritos e analisados os processos realizados durante o estágio, incluindo a fundamentação teórica, base para as discussões, a síntese das observações, a experiência das oficinas e algumas reflexões com relação ao estágio supervisionado, mediante a experiência vivenciada e suas contribuições para a formação docente.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

O estágio esquematizado a partir da observação, participação e regência permite que o estagiário construa o seu perfil de professor com base nas práticas observadas e nas experiências vividas dentro do espaço escolar. No caso da UERN, bem como em muitas outras universidades do País, os estágios acontecem em escolas da rede pública de ensino, o que é bastante pertinente para a formação do estagiário, considerando que na maioria das vezes os licenciados são inseridos nesse universo, também sob a perspectiva de que nesses espaços de modo mais evidente, percebem-se as contradições e desigualdades da educação escolar existentes no País.

Pensando o estágio como campo de conhecimento e espaço de formação docente a partir da pesquisa e da prática como aborda Pimenta e Lima (2010), percebe-se a importância do estágio para a prática docente, visto que este no momento de observação é espaço de pesquisa para o licenciando.

Através da observação, sob a forma de pesquisa e interação com a escola, o estagiário precisa desenvolver um olhar atento sobre os fatos, as relações e os movimentos que ocorrem no ambiente escolar, observando e ouvindo tudo e todos que o compõem. Dessa forma,

As atividades de Estágio no interior da escola precisam levar em conta os objetivos da instituição, seus documentos curriculares, planos e projetos, sua estrutura e funcionamento e, nesse contexto, a relação estabelecida entre as pessoas que atuam nesse espaço, ou seja, escola em movimento. (LIMA, 2012, P. 64).

A passagem do estagiário pelo espaço escolar constitui um processo dinâmico, onde tanto se aprende sobre a formação docente, como se ensina, diante dos saberes que são desenvolvidos dentro da sala de aula, onde tanto o aluno estagiário como o professor supervisor aprende e compartilha conhecimento. A partir daí percebe-se a influência e a parceria que se desenvolve durante todo esse processo, tanto entre o professor orientador de estágio e o estagiário, quanto entre o professor supervisor do estagiário na instituição escolar, visto que a relação ensinar e aprender ocorre entre ambos.

“A geografia escolar se constitui como um componente do currículo e [...], é portanto, uma matéria curricular que encaminha a compreender o mundo e as pessoas a se entenderem como sujeitos nesse mundo, reconhecendo a espacialidade dos fenômenos sociais.”. (CALLAI, 2013, p. 40). Diante do que afirma Callai, a Geografia é uma ciência de extrema importância para o entendimento do mundo.

Desde o Ensino Fundamental, a partir da disciplina de Geografia, o aluno encontra a base para pensar no seu espaço, o que pode contribuir para a sua formação como cidadão, para a construção de sua identidade, assim como de sua noção de pertencimento e autonomia de pensamento. De acordo com a contextualização dos fenômenos, diante das possibilidades de análise, tem-se contribuições para o aluno estudar o lugar em que vive e conseguir estabelecer amplos referenciais para analisar através de uma visão crítica o mundo em que vive (CALLAI 2014, p. 37). Daí a importância do ensino de geografia durante o Ensino Fundamental, pois conforme o aluno avança em seu nível de escolaridade, não sentirá dificuldades de compreender toda essa lógica geográfica que o torna integrante do espaço.

A etapa de observação do Estágio Supervisionado em Geografia é momento de diagnóstico, auxilia a conhecer e refletir sobre a realidade escolar, sendo oportunidade de observar como acontece cotidianamente a prática docente e o processo de ensino-aprendizagem, além dos desafios da docência dentro da rotina escolar.

Nesse sentido, as observações de OEG I foram realizadas na Escola Estadual Tarcísio Maia, na turma de 9º ano “A” do Ensino Fundamental, no turno vespertino, no período de 20/03/2016 a 29/04/2016. A turma tem 29 alunos matriculados, com faixa etária entre 13 e 15 anos. O Professor colaborador é licenciado em Geografia e especialista em educação ambiental e geografia do semiárido.

As aulas de Geografia no 9º ano acontecem quatro vezes por semana, e uma das principais dificuldades observadas é a distribuição dos horários, em razão de que estes, muitas vezes ficam soltos, alguns dias na semana a aula está distribuída apenas com um horário, o que acaba proporcionando pouco rendimento às aulas, pois há pouca produtividade, visto que o tempo é muito curto.

A turma apresenta um bom comportamento, mas dentre os principais desafios estão a questão da pouca participação durante as aulas, a falta de leitura e a falta de um posicionamento crítico-reflexivo destes alunos, o que torna os diálogos e discussões de conteúdos um problema, já que o professor acaba falando sozinho durante as explicações, por isso há a necessidade de reinventar e encontrar metodologias que façam com que os alunos apreendam os conteúdos, daí o fato de alguns trabalhos um pouco mais simplistas serem desenvolvidos com esses alunos, como a produção de murais por exemplo, durante boa parte do processo de observação foram feitas esse tipo de atividade.

O livro didático apresenta linguagem clara, embora os conteúdos sejam apresentados de forma sintética. Dentre os assuntos abordados, destacam-se os conteúdos sobre as multinacionais, os blocos econômicos, a ONU e as organizações internacionais, a globalização e seu reflexo nas cidades do mundo, além de trazer uma unidade inteira tratando do continente europeu. Entre as principais atividades desenvolvidas estão a produção de murais feitos em cartolina, simulados e questionários.

O professor sempre se mostrou bastante didático, com domínio de conteúdo e sempre procurando aproximar os conteúdos da realidade dos alunos, para fazer com que eles entendam a escala global, entendendo também o que acontece no local, que por sua vez não está isolado, pois mantém relações com o mundo. Por ser um educador ambiental, cotidianamente faz uso da relação entre os conteúdos e as relações entre sociedade e meio ambiente, envolvendo racionalidade de água e cuidado com a natureza, mostrando sempre para os alunos que eles são a sociedade e que interferem e impactam diretamente no ambiente.

Das atividades realizadas durante o período de observação, destaca-se produção de mural geográfico sobre o continente europeu, o trabalho foi desenvolvido de forma individual, onde cada aluno produziu um mural correspondente a um país do continente europeu, através da abordagem de aspectos sociais, políticos, econômicos, populacionais e culturais. Os alunos tiveram a oportunidade de conhecer estes países, sua história e um pouco de suas geografias. Durante a realização de algumas atividades, teve-se a oportunidade de intervenção juntamente com professor colaborador, através do auxílio em atividades e ajuda na solução de dúvidas dos alunos.

Durante algumas conversas com o professor colaborador, o porteiro, a vice-diretora, a bibliotecária, as cozinheiras e a coordenação pedagógica da escola, levantam-se alguns pontos pertinentes dos quais vale destacar a indisciplina como o principal desafio a ser enfrentado no turno vespertino, vez em outra ocorrem conflitos entre os alunos e a equipe escolar devido a esse fator, contudo, sempre são resolvidos dentro da escola, através do diálogo. Embora a participação dos responsáveis pelos alunos seja relativamente alta nas reuniões bimestrais e/ou extraordinárias, o acompanhamento dos responsáveis na vida escolar dos alunos é quase que imperceptível. Uma fala que chamou bastante atenção durante as conversas com a equipe escolar, foi a da bibliotecária, que destaca:

“o principal problema enfrentado pela educação atualmente, é a escola ter que ocupar o lugar da família, a missão de educar acaba sendo o principal fator da escola. O que ainda vincula os alunos na escola são os programas sociais e o fato dos pais desejarem se livrar de seus filhos por alguns instantes, a gente percebe que a ausência da família na vida dos alunos é um grande problema”. (Bibliotecária, abril de 2016).

Diante disso, constata-se a quantidade de desafios que o exercício da docência enfrenta nos dias atuais. O Estágio Supervisionado I atua como uma prática norteadora, onde primeiro o licenciando observa, pesquisa e analisa para depois intervir na realidade escolar, dando suas contribuições a partir de todo arcabouço teórico e metodológico que lhes é oferecido na licenciatura.

Dentro da carga horária de 150 horas que precisam ser cumpridas no Estágio supervisionado I, 20 h são destinadas à construção e aplicação de oficinas, que por sua vez são planejadas com base nos temas transversais dos PCN's. Diante disso, foi realizada na Escola Estadual Professora Maria Edilma de Freitas, localizada a Rua Respicio José do Nascimento, Bairro Princesinha do Oeste, Pau dos Ferros/RN uma oficina sobre Pluralidade Cultural, para os alunos da turma de 8º ano II do Ensino Fundamental, no horário da manhã – das 07h00min às 11h30min.

A oficina teve como objetivo abordar a diversidade étnica e cultural do Brasil, a partir dos aspectos culturais de cada região do país, e diante disso reconhecer a diversidade etnocultural que compõe o território brasileiro como uma riqueza da sociedade brasileira, com base na tolerância, no respeito e valorização dos diferentes grupos e culturas.

Para a realização da oficina, inicialmente desenvolveu-se uma dinâmica, que teve como objetivo mostrar para os alunos a partir de suas mãos, que os seres humanos possuem características que os diferem uns dos outros e, dessa forma também possuem valores, hábitos e costumes, que precisam ser respeitadas.

Em um segundo momento, durante o desenvolvimento da oficina, houve apresentação e discussão do conceito de Cultura e Etnia e dos processos históricos e geográficos que deram conformidade à formação das regiões brasileiras e a diversidade cultural do Brasil, onde os alunos puderam compreender como se deu o processo de construção da identidade brasileira, que levou séculos para se formar, considerando o Brasil como um dos países de maior diversidade étnica do mundo, pois sua população apresenta características dos colonizadores europeus (brancos), dos negros (africanos) e dos indígenas (população nativa), além de elementos dos imigrantes asiáticos, entendendo também que a identidade cultural do país é fruto da miscigenação, isto é, da interação entre diferentes etnias.

Após o momento de discussão dos conteúdos, os alunos ouviram uma música do cantor Lenine, intitulada de “Sob o mesmo céu”, a versão nas vozes dos cantores Lenine, Fafá de Belém, Alcione, Sandy, Vanessa da Mata, Elba Ramalho, Ana Carolina e Fernanda Abreu. Quando questionados sobre o que a letra da música representava eles foram muito pertinentes em suas colocações, destacando que as várias vozes na música, vozes de homem e mulheres, representam bem a diversidade brasileira, durante muitas passagens eles conseguiram identificar questões referentes à diversidade étnica e cultural do Brasil, citando o índio, o europeu, o africano, os orixás da Bahia, a favela, a megalópole, o interior, a capital, o pampa, o cerrado, as palafitas, os arranha-céus, a floresta. Quando questionados com um trecho da música “Com quantos Brasis se faz um País”? Estes responderam “com um Brasil, um país rico em diversidade cultural”.

Depois a turma foi dividida em grupos, e na oportunidade cada um recebeu material com informações referentes à diversidade cultural das regiões brasileiras, como produto da oficina os alunos construíram um cartaz com enfoque nos aspectos culturais de cada região do país, dos quais destacaram culinária, manifestações religiosas e culturais, tradições e festas regionais. Cada grupo usou de sua criatividade e imaginação para produção dos cartazes, utilizando-se de recortes, desenhos, pinturas e escritos. Foi uma atividade bastante proveitosa, onde se percebeu empolgação e compromisso dos alunos durante toda a produção.

Finalizando a oficina houve a realização de um bingo, com os diversos dialetos espalhados pelas regiões brasileiras, nesse momento os alunos tiveram a oportunidade de conhecer um pouco mais sobre a variedade de palavras e expressões utilizadas pelo povo brasileiro. Como uma atividade pensada pelo grupo para concluir a oficina, ocorreu no pátio da escola uma apresentação de um grupo teatral da cidade de Rodolfo Fernandes – Rio Grande do Norte, o qual retratava a diversidade cultural do município.

A experiência proporcionada pela oficina foi bastante enriquecedora, possibilitou um contato direto com a turma do 8º ano II, visto que o grupo responsável por mediar a oficina esteve o tempo inteiro sobre o comando da turma, então entre os principais desafios encontradas, destaca-se a dificuldade de mantê-los em silêncio, quando necessário, de chamar atenção para que parassem e ouvissem as orientações para desenvolvimento das atividades. Mais uma vez observa-se a importância do domínio de conteúdo e das habilidades metodológicas para mediação dos conteúdos, além da desenvoltura necessária para resolver os conflitos que podem surgir durante o dia a dia na sala de aula.

A experiência da oficina impulsionou um momento de reflexão, pois se entende, o quão importante é refletir sobre a prática docente, sobre a postura assumida enquanto

professor mediador, sobre as habilidades teóricas metodológicas que se desenvolvem durante o processo de graduação, e nesse momento ainda enquanto professor em formação. Assim, organizar e executar a oficina nos possibilitou um contato direto com a prática docente. Foi de fato um exercício de práxis, pois além da união entre a teoria e a prática para o sucesso do processo de ensino aprendizagem, foi possível fazer uma reflexão acerca da profissão docente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi abordado, percebe-se a importância do estágio supervisionado na formação do professor e o quão decisivo esse momento é na escolha da carreira docente, pelo fato de possibilitar um apanhado geral do que é a escola e de tudo que permeia o ambiente e as relações que se desenvolvem dentro dela. A escolha de ser professor não é simples, pelo contrário exige grande responsabilidade e compromisso, porque forma sujeitos intelectuais, que precisam entender a importância de serem seres pensantes e atuantes na sociedade, que precisam ter um olhar crítico da realidade. Entendendo a geografia como uma um componente curricular muito forte na formação do cidadão, através da compreensão do mundo, por meio das relações sociais, econômicas e políticas que organizam e desorganizam o espaço constantemente.

Embora o estágio nos leve a momentos de reflexão, não é um processo que nos fará professor ao final desta experiência, mas é a partir daí que cada licenciando começa a se moldar e formar seu perfil profissional. Acredita-se que exercer a docência através da ciência geográfica é antes de tudo, um compromisso com a sociedade, onde nos vemos como mediadores e construtores do conhecimento em conjunto com os alunos.

REFERÊNCIAS

CALLAI, Helena Copetti. A geografia escolar e os conteúdos da Geografia. In: CALLAI, Helena Copetti. A formação do profissional de Geografia: o professor. Coleção: Ciências Sociais. Ijuí: Ed. Unijuí, 2013. p. 39-59.

CALLAI, Helena Copetti. A geografia é ensina nos anos iniciais? Aprende-se geografia nos anos iniciais? In: TONINI, Maria Ivaine. GOULART, Ligia Beatriz. MILITZ, Rosa Elizabete... [et. al]. O ensino de geografia e suas composições curriculares. Porto Alegre: Mediação, 2014. p. 31-41.

LIMA, Maria Socorro Lucena. O olhar de observação sobre a escola e suas relações: qual o sentido do estágio para o estagiário in: Estágio e aprendizagem da profissão docente. Brasília: Líber Livro, 2012. p 61-83.

PIMENTA, SELMA GARRIDO. LIMA, MARIA DO SOCORRO LUCENA. Planejamento e Avaliação do Estágio. In: Estágio e Docência. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2010. p 177-215.

EXPERIÊNCIAS DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO II: O ENSINO DE GEOGRAFIA EM QUESTÃO

Silva, Elaine Cristina Pereira da¹

Feitosa, Maria Viviane²

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar reflexões acerca do ensino de geografia, apresentando o desafio que é ensinar a disciplina, considerando também o papel desta para a sociedade, e como vem ocorrendo práticas de ensino no ambiente escolar, especialmente na sala de aula. Partindo deste princípio, este trabalho fundamenta-se em experiências desenvolvidas no estágio supervisionado II, disciplina do curso de Licenciatura em Geografia. A realização desta atividade formativa ocorreu na Escola de Ensino Fundamental Avelino Feitosa no município de Nova Olinda – CE, e a partir de práticas observadas e atividades realizadas na referida instituição, algumas considerações sobre o papel docente tornaram-se assuntos para serem discutidos.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de Geografia. Trabalho Docente. Estágio Supervisionado.

INTRODUÇÃO

A realização do estágio ocorreu na Escola de Ensino Fundamental Avelino Feitosa, localizada na sede da cidade de Nova Olinda-CE. Trabalhamos com as turmas do 8º ano B e C pela manhã, e 8º D e F no período da tarde, e com a turma do 9º ano no matutino. Nesta escola realizamos as 80 horas exigidas na disciplina, sendo estas distribuídas em visitas a escola, regência e planejamento. E neste trabalho serão apresentadas as atividades realizadas no período de 12 de agosto de 2015 a 22 de setembro de 2015, na instituição mencionada, bem como as nossas concepções sobre o estágio.

O estágio supervisionado II é uma disciplina inserida no currículo dos cursos de Licenciatura em Geografia, a qual tem por objetivo proporcionar aos discentes experiências e práticas em sala de aula, por isto neste trabalho será apresentado relatos destas atividades.

¹ Graduanda do curso de Geografia na Universidade Regional do Cariri - URCA - E-mail: elaineliasgeo@gmail.com

² Graduanda do curso de Geografia na Universidade Regional do Cariri - URCA - E-mail: viviane_krato@hotmail.com

O estágio é um momento em que nós estagiários teremos contato com a sala de aula, é a partir dele que começamos a adquirir experiências, pois, iniciaremos a nossa vivência escolar, estaremos inseridos no espaço da escola de forma que tudo vem a contribuir para o nosso aprendizado. Então, o objetivo do estágio é este, permitir que entremos no espaço real da escola, onde seremos colocados frente as realidades da sala de aula e onde teremos o papel de mediador. O estágio é a oportunidade de aprendermos e convivemos com os desafios da docência.

O estágio além de ser uma oportunidade de adquirirmos conhecimentos, de termos contato com diversos aprendizados. É também o momento de ensinar para que outros aprendam. É um desafio, mas o próprio espaço da sala de aula ensina a nós sermos professores. Tudo depende do contato, do convívio. E a medida que o tempo passa essas vivências vão tornando-se experiências profissionais, vamos nos preparando para o exercício da docência.

METODOLOGIA

A escola de Ensino Fundamental Avelino Feitosa está localizada no município de Nova Olinda, na Avenida Perimetral Sul, s/n, Centro. Este foi o local ao qual realizamos o estágio, esta é uma instituição pública, nela ministramos aulas de geografia, com as turmas do 8º ano C na terça de manhã, 8º ano D na terça à tarde, e no 8º B e 9º C na quarta pela manhã, e a tarde no 8º ano F.

Realizamos com os alunos aulas teóricas e práticas, com utilização do livro didático e outros recursos. Cabe salientar que com relação aos conteúdos ministrados no estágio, estes foram bem proveitosos, tentamos explorar ao máximo cada um, para que facilitasse o aprendizado dos alunos. Utilizamos de atividades escritas, questionários, mapas, imagens e exibição de vídeos, como forma de complementar os assuntos repassados.

Sendo assim o Avelino Feitosa foi a escola que nos cedeu o seu espaço para a realização do nosso estágio, trabalhamos com cinco turmas, cada uma com uma média de 35 alunos, para a conclusão das 80 horas. Ao longo desse período muito foram as dificuldades, porém muitos foram também os aprendizados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A geografia no ensino fundamental é cercada por objetivos importantes, para isso em primeiro lugar é necessário elencar a importância da geografia quanto disciplina, por que será somente a partir do momento que considerarmos a geografia como fundamental para o conhecimento dos nossos alunos, é que conseguiremos torná-la significativa para a realidade dos mesmos.

O princípio é entender a geografia como essencial para a vida escolar e social dos nossos alunos, ela está inserida no espaço social ao qual os nossos alunos convivem, portanto a geografia ao estudar os aspectos sociais da humanidade, possui um poder transformador da realidade, no sentido de que através dela os

nossos alunos tornam-se capazes de entender o seu espaço de uma forma diferente, ou seja, com um olhar mais crítico. Como o seguinte afirmado:

Considerando essa realidade, e o conteúdo específico da disciplina, o professor oferecerá à discussão pela turma um conteúdo que não esteja desligado da vida dos alunos e da realidade em que vivem. Além do mais, o ensino da geografia deve estar adequado ao contexto histórico em que vivem os homens. Ela é uma disciplina que permite ser um instrumento útil para ler e entender o mundo, para exercitar a cidadania e para formar o cidadão. (CALLAI, 2003.p.62)

Assim, como mencionado anteriormente, o estágio é uma oportunidade de grandes aprendizados, é o momento de contato com uma sala de aula, com alunos, com o livro didático, o planejamento e ainda a preocupação com a aprendizagem dos alunos. Aprendemos muito durante esse período, foram muitas as dificuldades desde o planejamento, até o repasse do conteúdo em sala, porém tudo veio a contribuir para a nossa formação como futuros professores de geografia.

CONCLUSÃO

A docência é uma profissão que merece destaque, e exige muito profissionalismo, ser docente é algo muito importante para a sociedade, pois é a base para as demais profissões, são os professores que formam os futuros profissionais. Mas o ser docente é muito complexo, é preciso lidar diariamente com diversas situações ligadas ao ensino, ao aluno, a escola, ao conteúdo, a sociedade, enfim, são coisas que todos os dias os profissionais precisam estar preparados para enfrentar no seu trabalho.

Dessa maneira analisando todo o trabalho realizado no estágio, o consideramos de grande importância para a nossa formação acadêmica, ganhamos muitas experiências em relação à docência. A forma de trabalhar com os conteúdos, o jeito de lidar com os alunos, então acreditamos que o estágio é o momento de se aproveitar o máximo cada aula, cada momento, cada contato com os alunos, dessa forma nos tornaremos bons profissionais docentes.

REFERÊNCIAS

CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos [et al.]. **Geografia em sala de aula: práticas e reflexões**. – 4 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS/ Associação dos geógrafos Brasileiros – Seção Porto Alegre, 2003.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib [et al.]. **Para ensinar e aprender Geografia**. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUZA, Vanilton Camilo de. **Desafios do estágio supervisionado na formação do professor de geografia. In: Formação, pesquisa e práticas docentes: reformas curriculares em questão.** ALBUQUERQUE, M. A. M. de. FERREIRA, J. A. de S. (orgs). João Pessoa: Editora Mídia, 2013.

LIMA, Maria Socorro Lucena. **A aula:** dos fios da formação aos desafios da ação docente do estagiário. In: Estágio e aprendizagem da profissão docente. Brasília: Líber Livro, 2012.

LITERATURA E GEOGRAFIA: O CORDEL COMO RECURSO DIDÁTICO PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA

OLIVEIRA, Adeliane Vieira de.¹, SILVA, Antônio Carlos da²

1 – (Mestranda do Curso de Pós-Graduação, Mestrado Acadêmico em Geografia (MAG)) Universidade Estadual Vale do Acaraú - UEVA, adelianeoliveira19@gmail.com

2 – (Professora do Departamento de Geociências) Universidade Regional do Cariri-URCA, antoniacarlos@gmail.com

RESUMO

O devido trabalho tem como propósito, expor a importância de buscar novas possibilidades para o ensino de geografia nas escolas públicas. O foco é no uso da literatura de cordel como alternativa de recurso didático. Dessa forma o objetivo principal do devido trabalho é analisar/investigar a literatura de cordel como possibilidade de recurso didático na dinamização das aulas de geografia. Tendo como objetivos específicos, o levantamento de artigos que tratem da relação cordel e ensino de geografia; pesquisar autores de cordel da região caririense para avaliar os conceitos geográficos que são abordados e o encaminhar de propostas metodológicas para serem usadas pelo professor de geografia em sala de aula.

Palavras – chave: Ensino de Geografia, Literatura de Cordel, Recurso didático.

INTRODUÇÃO

O trabalho aqui apresentado expõe uma análise do uso da literatura de cordel enquanto recurso didático nas aulas de Geografia e apresenta algumas possibilidades de utilização como alternativa eficaz para a construção dos conteúdos geográficos.

A literatura de cordel é reconhecida como poesia popular, abordando diversas temáticas como: religião, cultura, meio ambiente, política, educação, assuntos atuais, dentre outros. São textos escritos por pessoas simples e que possuem um saber ímpar, os chamados cordelistas, muito comum no nordeste do Brasil. Ferreira (S/D), afirma que a Literatura de Cordel é tipicamente da Região Nordeste, mas é herança deixada pelos portugueses, onde a princípio os textos eram em prosa ou versos, e hoje podemos encontrar de diferentes formas, como em músicas, repentes, teatro, filmes, entre outros.

O cordel como recurso didático pode significar uma forte atração para os alunos e um incentivo à leitura. O uso desse tipo de texto no ensino de Geografia se configura como um incentivo à prática e ao desenvolvimento da capacidade leitora dos discentes. Incentivar a leitura e o gosto pela literatura em geral é de suma importância para formação do aluno no ensino básico, pois é uma manifestação artística popular com forte expressão da realidade social. Para Curran (2001, p.20),

o cordel como crônica poética e história popular, é a narração em verso do “poeta do povo”, no seu meio, o “jornal do povo”. Seus poetas são do povo e o representam nos seus versos.

O ensino de Geografia tem como objetivo a promoção da construção do senso crítico sobre a realidade que o cerca. De acordo com Silva e Barbosa (2013, p.1), “O Ensino de Geografia pela literatura promove a ampliação das concepções conceituais e categóricas para os estudantes ao mesmo tempo em que estimula nova linguagem e, portanto, promove o desenvolvimento da capacidade crítica [...]”.

A utilização de gêneros textuais variados em sala de aula estimula a criatividade, facilita a expressão oral e escrita dos alunos por aproximá-los de novos vocabulários. Destaca-se, ainda, o incentivo à leitura, pois segundo Freire (2011, p. 22), “a leitura da palavra não é apenas precedida pela leitura do mundo, mas por certa forma de “escrevê-lo” ou “reescrevê-lo”, quer dizer, de transformá-lo através de nossa prática consciente”.

Nesse sentido, a literatura possui o poder de aguçar a criatividade dos alunos fazendo-os imaginar possíveis realidades e ver através das palavras novos roteiros de viagens, ou seja, novas leituras. É uma forma de buscar novas aventuras que auxiliem na compreensão do cotidiano e da realidade. “O poder da palavra ou da literatura se institui justamente por ser produtora de conhecimento. Constitui, pela beleza, uma geografia espiritual de encantamento enquanto vai preservando, no homem, valores de cultura – seu lado humanizado”. (GONÇALVES FILHO, 2000, p.26).

METODOLOGIA

A construção deste trabalho se deu por meio da investigação e análise bibliográfica de cordéis regionais que abordam temáticas geográficas e, principalmente, em artigos acadêmicos que versam sobre o uso do cordel atrelado ao ensino de Geografia.

A partir da pesquisa bibliográfica e da sistematização das leituras relacionadas ao tema, buscou-se identificar nos cordéis conteúdos e conceitos da geografia definindo as possíveis formas de utilização em sala de aula. Os cordéis selecionados na pesquisa são de autoria de cordelistas regionais do Cariri cearense e as temáticas abordadas basearam-se em questões do âmbito da Geografia escolar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os cordéis selecionados nessa pesquisa foram analisados a partir das temáticas e conteúdos geográficos buscando estabelecer relações com as possíveis formas de uso em sala de aula. A seguir estão especificados os textos considerados nessa pesquisa.

O cordel “Guia turístico de Barbalha” de autoria de Abraão Batista. É um texto de enfoque regional e seu conteúdo está voltado para a temática urbana e cultural. Retrata características importantes da cidade, como a tradicional festa do hasteamento do Pau da Bandeira de Barbalha - Ceará. (FOTO 1)



“Santo Antônio de
 Barbalha com a
 sua permissão

 vou escrever um
 caminho de grande
 interpretação
 mostrando a
 raridade

 que tem nessa cidade mimo
 doce do sertão”

FOTO 1 (OLIVEIRA, 2015)

O cordel “Por que brigar Cariri” de autoria de Eugenio Dantas de Medeiros. Foi produzido em 1995 e retrata o conflito histórico entre as duas cidades do Cariri cearense: Crato e Juazeiro do Norte, que ao longo de suas formações e afirmações enquanto cidades acreditavam ser uma melhor que a outra.



“Eu vou contar pra você a
 briga que assisti

 entre algumas cidades
 deste nosso Cariri

 e que só traz prejuízos
 para as cidades daqui”

FOTO 2 (OLIVEIRA, 2015)

Outro cordel analisado foi elaborado pelos alunos do curso de Geografia da URCA: Moésio Gomes dos Santos, José Anderson de Souza e Edvaldo Freitas. (FOTO 3).



“Distrito Baixio das Palmeiras

onde fomos
pesquisar um
projeto mal
planejado esta
dando o que falar.
Um lugar tão bonito
com riqueza
cultural agora sofre
ameaça
do impacto ambiental”

FOTO 3 (OLIVEIRA, 2015)

O referido cordel, acima citado, aborda uma temática atual da realidade do Cariri cearense: o “Projeto Cinturão das Águas no Baixio das Palmeiras: solução ou problema”. Aqui, além de retratar a questão hídrica baseada na transposição do Rio São Francisco com um projeto Federal que desabrigará muitas pessoas residentes na comunidade Baixio das Palmeiras localizada em Crato-CE, também aborda questões sociais e agrárias.

O Trabalho de Dilson Barros e Vilma de Lurdes Barbosa intitulado de “A Literatura de cordel no Ensino de Geografia”, aborda o cordel como um instrumento que possibilita ao aluno a apreensão do conhecimento por meio da materialização dos conteúdos geográficos através da confecção de cordéis. Estes autores utilizam o cordel na sala de aula fazendo com que os alunos identifiquem os conteúdos geográficos apreendidos e construam, a partir das normas de rimas, cordéis para expressarem as suas aprendizagens.

Outro trabalho elencado para análise foi desenvolvido por Evyllaine Mathias Veloso Ferreira, refere-se a um estudo de caso realizado na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Teonas da Cunha, situada no município de Juripiranga no Estado da Paraíba. Titulado de “A Literatura de Cordel como recurso didático cultural no Ensino de Geografia”, a autora trabalha o cordel como forma de resgatar a cultura local da cidade nas aulas de Geografia, por ser a Paraíba, berço cultural do cordel.

A autora trabalha o cordel como uma forma de resgatar a cultura local durante as aulas de geografia. Fez aplicação de questionários para saber o que os alunos entendiam sobre o cordel e posteriormente os alunos escolheram temas geográficos e desenvolveram em sala de aula.

O último trabalho analisado foi “Geografia e Literatura: a utilização do cordel como instrumento de ensino de geografia em uma escola de Delmiro Golveia – AL”. Foi elaborado por José Alesson Rodrigues Lima, Kleber Costa da Silva e Elânia dos Santos Oliveira. Nesse trabalho os autores aderiram à confecção de cordéis como forma de auxiliar os alunos a compreenderem os conceitos geográficos de lugar, território e paisagem.

CONCLUSÃO

A utilização de recursos didáticos diversificados nas aulas de Geografia dinamiza a forma de aquisição de conhecimento por parte dos alunos. O uso do cordel se mostrou como uma importante ferramenta para a dinamização das aulas de Geografia por parte do professor. A constante busca por novas práticas e metodologias por parte do professor, faz com que os alunos interajam cada vez mais nas aulas e compreendam de forma eficaz as temáticas geográficas discutidas.

Através do cordel o aluno pode partir de sua própria realidade para entender e conhecer o mundo ou parte dele. Mediado pelo professor, o conhecimento geográfico pode ser construído e reconstruído a partir das discussões em sala de aula com a utilização do cordel.

Essa pesquisa é de grande valia e contribuição para formação docente em Geografia, por se tratar de uma reflexão sobre a prática docente a partir da inserção do cordel como recurso didático auxiliando na construção do conhecimento.

REFERÊNCIAS

BARROS, Dilsom. BARBOSA, Vilma de Lurdes. **A Literatura de Cordel no Ensino de Geografia**. Disponível em: www.ufpb.br/anais/IXEnex/extensao. Acesso em: 10 de fevereiro de 2015.

BATISTA, Abraão. **Guia Turístico de Barbalha**. 2ª Ed. 3 M-JN, 1990.

CURRAN, Mark. **História do Brasil em cordel**. São Paulo: Edusp, 2001.

DANTAS, Eugenio. **Por que brigar... Cariri?** Academia de Coordelistas do Crato, 1995.

FERREIRA, Evyllaine Matias Veloso. **A Literatura de Cordel como Recurso Didático Cultural no Ensino de Geografia**. Disponível em: www.eng2012.agb.org.br/lista-de-artigos. Acesso em 10 de fevereiro de 2015.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. 51. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GONÇALVES FILHO, Antenor Antônio. **[O que você precisa saber sobre...] Educação e Literatura**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

LIMA, José Alesson Rodrigues. SILVA, Kleber Costa da. OLIVEIRA, Elânia dos Santos. **Geografia e Literatura: A Utilização do Cordel como Instrumento de Ensino de**

Geografia em uma Escola de Delmiro Gouveia – AL. Disponível em: www.eventosufrpe.com.br/2013/cd/resumos. Acesso em 10 de fevereiro de 2015.

SANTOS, Moésio Gomes dos. SOUSA, José Anderson de. FREITAS, Edvaldo.

Projeto Cinturão das Águas no Baixo das Palmeiras: solução ou problema? Universidade Regional do Cariri- Urca, Crato – Ce.

SILVA, Igor Antonio. BARBOSA, Tulio. O Ensino de Geografia e a Literatura: uma Contribuição Estética. **Caminhos de Geografia** - revista *on line*. Uberlândia, v. 15, n. 49 p. 80-89 Mar/2014.

SILVA, Jorge Barcelos da. LEITE, Nelson Moreira. Geografia identidade da disciplina. Secretaria de Educação do Amapá. **O Ensino de 1ª a 4ª Séries:** as disciplinas, as habilidades. Amapá: IEF/SEED, 2000.

MISTICISMO DOS GEOSSÍTIOS NO TERRITÓRIO DO GEOPARK
ARARIPE: FOMENTO DO GEOTURISMO NA REGIÃO DO CARIRI
CEARENSE

OLIVEIRA, Bruna Almeida¹,
1- Discente da licenciatura em Geografia da
Universidade Regional do Cariri – URCA
E-mail: bruna.crato.almeida@hotmail.com

BRASIL Josielly Gonçalves²
2- Discente da licenciatura em Geografia da
Universidade Regional do Cariri – URCA
E-mail: josiellyurca@gmail.com

Resumo: O presente trabalho tem como finalidade, mostra a questão religiosa mística que está presente em cada Geossítio do território do Geopark Araripe, trazendo assim curiosos e estudiosos para região.

O que seria misticismo? Termo que vem do grego “*Mystikos*”, a palavra, desde então, tem sido usada para os tipos de conhecimento teosófico e esotérico. A essência do misticismo é a experiência da comunicação direta com Deus. O termo é bastante usado para referir-se a crenças que são externas a uma religião. A região do cariri foi habitada por uma etnia de índios arredios e belicosos viviam em harmonia com o meio ambiente, contavam histórias aos mais novos, sendo assim o berço para muitas lendas da região.

Palavras- chave: Cariri, Geopark Araripe, território

Abstract: This paper aims to show all religious mystical question that is present in every geosite the territory of the Geopark Araripe.

What would mysticism ? Term comes from the Greek “*Mystikos*,” the word, since then, has been used for the types of theosophical and esoteric knowledge. The essence of mysticism is the experience of direct communication with God. The term is often used to refer to beliefs that are external to a religião. A cariri region was inhabited by an ethnic aloof and warlike Indians lived in harmony with the environment , they told stories to younger , the cradle for many legends of the regio.

Key words: Cariri Geopark Araripe, Territory

Introdução: No território do Geopark Araripe encontram-se nove geossítios de grande valor científico histórico, arqueológico, geológico e cultural, todos com misticismo envolvido o trabalho em questão tem como base as lendas e mistérios dos geossítios até mesmo do entorno. Com base em livros e em relatos dos moradores das comunidades próximas a cada geossítio, histórias que estão presentes no imaginário e memória do povo local, faz parte da cultura e riqueza da região do Cariri cearense.

A região do Cariri situa-se no extremo sul do estado do Ceará, mantém uma particularidade em relação às demais áreas que a circundam. Isso pelo fato de a Chapada do Araripe ter um clima propício á fauna e flora, assim como também grandes riquezas no patrimônio histórico e cultural do povo local, estes patrimônios devem ser conservados, valorizados, estudados e explicados ao publico principalmente aos mais jovens para que desde cedo desenvolvam um olhar diferenciado ao que se refere à questão ambiental (CARIRY. 1982) Ainda no Cariri cearense existe o GeoPark Araripe que é um território com limites definidos, e que

possui geossítios com grande valor científico, histórico, cultural e ambiental, permitindo ampla compreensão sobre a história e evolução da terra e da vida. Em síntese, os conceitos de geodiversidade, geoconservação e geoturismo formam o trinômio fundamental para a divulgação, valorização e conservação do patrimônio natural (BENTO e RODRIGUES, 2010) e seus **geossítios**, os quais se configuram como um verdadeiro elo entre esses 3 (três) conceitos, por serem os locais de ocorrência da geodiversidade, se apresentarem como formas de geoconservação e como locais propícios para o desenvolvimento da atividade geoturística (MOURA-FÉ, 2015b). Os geossítios são locais que apresentam elevado interesse geológico, econômico, cultural, estético, entre outros. No Geopark Araripe existem atualmente nove geossítios que são destinados à visita e ao geoturismo. Que são eles: Colina do Horto, Cachoeira de Missão Velha, Floresta Petrificada, Barateiras, Pedra Cariri, Parque dos Pterossauros, Riacho do Meio, Ponte de Pedra e Pontal de Santa Cruz.

Um Geopark não é um simples território de inventário ou de valorização pedagógica, ele deve ser um território de projeto e de pensamento. Um território que promete novos valores e oferece uma nova identidade a este espaço, trazendo aos seus habitantes uma nova proposta de desenvolvimento econômico construído sobre bases duradouras e sustentáveis (GEOPARK ARARIPE, 2012, p.10).

Na região se destaca a rica diversidade da Chapada do Araripe, fornecendo ao Cariri fatores que o torna único: a exemplo os fósseis e seu excepcional estado de conservação, a rica história, a cultura do povo local, a religiosidade entre outros. Tendo o Geopark como um dos agentes responsáveis pela divulgação e preservação dessas riquezas, relatando a história da evolução da terra e da região do Cariri Cearense. Esta é uma reflexão que teve seu principio através de estudos feitos na região do Cariri Cearense. Tais estudos resultaram na obra organizada pelo governo do Estado do Ceará, intitulado GEOPARK ARARIPE: HISTÓRIA DA TERRA DO MEIO AMBIENTE E DA CULTURA, em 2012.

Cada geossítio localizado nos seis municípios da região metropolitana do cariri traz uma história:

- Geossítio colina do horto localizado no Juazeiro: Além de todo seu valor geológico por ser o que tem as rochas mais antigas 650 M.a., o geossítio é conhecido como a “Meca” do Cariri, aonde fiéis vem o ano inteiro fazer peregrinação, sendo um dos maiores centros religiosos da região, muitas piamente acreditam ser o lugar mais próximo do céu.
- Geossítio ponte de pedra localizado em Nova Olinda: Acredita-se que a ponte de pedra que tem sua forma geológica esculpida pelo efeito da erosão provocada pela água, às rochas da ponte foram formadas há aproximadamente 96 milhões de ano, no passado a mesma foi usada pelos índios Kariri para ter acesso a uma fonte de água cristalina. Os antigos habitantes diziam que a ponte era passagem até um castelo encantado e que uma princesa metade mulher e metade serpente protegia essa passagem, lendas indígenas que é transcendente no imaginário do povo do sul do Cariri.
- Geossítio pedra cariri localizado em Nova Olinda: Seu valor mais geológico e arqueológico tem uma elevada importância

paleontológica preservada, seus fósseis são conhecidos mundialmente, as rochas calcárias denominadas de “pedra cariri”, com aproximadamente 122 M.a., quando existia um lago com águas calmas.

- Geossítio Parque dos pterossauros localizado em Santana do Cariri, no sítio Canabrava, constitui-se por escavações paleontológicas, registros fossilíferos, popularmente conhecidos como “pedra de peixe”.
- Geossítio Pontal da Santa Cruz localizado em Santana do Cariri: Ponto de observação panorâmica em Santana está localizado no topo da chapada do Araripe, o geossítio é caracterizado por uma vistosa formação rochosa. Conta-se uma lenda que existia uma antiga assombração no lugar, de onde teriam saído faíscas e assobios que assustavam a população local. A assombração só cessou quando a população saiu em procissão e ergueu a primeira cruz e depois a capelinha, por sua exposição dentro da paisagem montanhosa foi atingida por dois raios, contradizendo o ditado popular “que um raio não cai duas vezes no mesmo lugar”.
- Geossítio Riacho do Meio localizado em Barbalha: Território do soldadinho do Araripe ave endêmica da região, é possível observar três fontes, área de vegetação densa e úmida, encontra-se a pedra do morcego onde o bando dos marcelinos acampavam quando vinham para saquear a região, por ter uma vista privilegiada do vale, e pedra da coruja, pois os índios acreditavam que a figura da coruja protegia o lugar.
- Geossítio Cachoeira de Missão Velha: A história do Geossítio Cachoeira de Missão Velha é relacionada ao contexto da escassez da água no Sertão. Pois lá era um dos poucos lugares onde se podia encontrar água durante todo o ano. Como marco de grande beleza paisagística, o Geossítio costuma chamar atenção de quem passa por este ponto, e é motivo de várias lendas e histórias de encantamentos e mortes. Existem vestígios de populações indígenas, neste lugar, que remontam a tempos pré-históricos. Provavelmente serviu de lugar de cerimônias destes povos nômades que não costumavam se fixar num único ponto. Em alguma distância da cachoeira, encontram-se restos de casas de pedra que remetem a uma primeira fase de colonização do Cariri, a partir do século XVII. A Cachoeira, também é citada com ponto de encontro entre cangaceiros, os bandidos que marcaram a história do Sertão, no início do século XX. Uma das lendas mais marcantes desse geossítio é a lenda da “PEDRA DA GLÓRIA” pedra que está abaixo da cachoeira, lá existe uma mulher que atrai com seu canto homens eles por se aventurar nunca mais retorna a superfície.
- Geossítio Floresta petrificada: localizado em Missão Velha: “Era uma vez, uma floresta que virou pedra por maldição de uma bruxa...”. Ops, não é por aí. A bruxa, no caso, são os 145 milhões de anos que separam os áureos tempos em que a Chapada do Araripe era fria, coberta de araucárias (sim, aquelas comuns no sul do país) e cortada por rios, que carregaram os troncos para parte da região, principalmente para onde hoje está a cidade de Missão Velha.

- Geossítio Batateira localizado em Crato: Geossítio caracterizado pela presença de fontes naturais, que fertilizam o vale do cariri, “A lenda da pedra da batateira”, um dos mitos que remonta a presença indígena, uma das versões diz que a chapada do Araripe era entrada para um lago encantado, cujo acesso estava segurado por uma pedra, assim que esse lugar fosse profanado a pedra rolaria e jorraria água matando sua população.

Metodologia: Com o intuito de dinamizar as informações geológicas ambientais e culturais, mostrando também a importância da preservação das riquezas de nossa região. Através de documentários e palestras, leitura de textos livros referente ao território do Geopark Araripe. Na ocasião também foram realizado campo para os Geossítios.

Resultados: Diante de todas as atividades trabalhadas, os resultados obtidos foram satisfatórios, no que se refere ao aprendizado do assunto. Através do desenvolvimento dessa temática.

CONCLUSÃO: Com o desenvolver desse trabalho percebeu-se que abordar questões locais faz com que estas se tornem mais interessantes. Neste sentido o campo é imprescindível para a formação do conhecimento territorial, pois trata da realidade física observada e pensada ao mesmo tempo, em uma espécie de complementaridade. Vendo os geossítios por um lado mais lúdico do que a maioria dos pesquisadores costuma enxergar.

Referencias

CARIRY, R. **Cultura Submissa; estudos e reportagens por Rosemberg Cariry e Oswald Barroso.** Fortaleza: Nação Cariri Editora, 1982.

CHIAS, J. **Turismo, o negocio da felicidade: desenvolvimento e marketing turístico de países, região lugares e cidades.** São Paulo: editora SENAC São Paulo, 2007.

BENTO, L. C. M. e RODRIGUES, S. C. **O Geoturismo como instrumento em prol da divulgação, valorização e conservação do patrimônio natural abiótico** – uma reflexão teórica. Revista Pesquisas em Turismo e Paisagens Cársticas, v. 3, n. 2, p. 55-65, 2010.

Governo do Estado do Ceará. **Geopark Araripe: História da Terra, do Meio Ambiente e da Cultura/** Governo do Estado do Ceará/ Secretaria das Cidades/ Projeto Cidades do Ceará- Cariri Central.-Crato-CE, 2012

MEIO AMBIENTE TÉCNICO. Dica de Leitura. Disponível em: <http://meioambientetecnico.blogspot.com.br/2012/03/educacao-ambiental-nao-formal-ou.html>. Acesso em: 18 de jan. 2016.

MOURA-FÉ, M. M.; PINHEIRO, M. V. A.; JACÓ, D. M. e OLIVEIRA, B. A. **Geoeducação:** a educação ambiental aplicada na geoconservação. IV Congresso Nacional de Educação Ambiental (CNEA). João Pessoa-PB, no prelo.

SEMACE. **PEACE – programação de educação ambiental do estado do estado do Ceará – Fortaleza**, 2002 (Nova Edição).

O ENSINO DA DISCIPLINA DE GEOGRAFIA NAS ESCOLAS PÚBLICA DE TEMPO INTEGRAL EM QUIXERAMOBIM-CE, PERSPECTIVAS E DIFICULDADES.

SOUSA, GEORGE DE CASTRO

Discente do curso de Geografia da Universidade Estadual do Ceará/ Universidade Aberta do Brasil.

Email: georgedecastro35@yahoo.com.br

RESUMO

Esta pesquisa teve como proposta central abordar as relações da educação de tempo integral e o ensino de Geografia, debatendo o tripé temático: Ensino de Geografia, Educação e Sociedade. Na última década, o estado do Ceará e em específico o município de Quixeramobim vem adotando como novo modelo educacional as escolas de tempo integral como forma de inserir os alunos da educação básica em um princípio de educação mais completa. Desse modo, esse estudo investigou as perspectivas e as dificuldades que envolvem este novo modelo de política pública educacional no município e Quixeramobim. A metodologia partiu inicialmente de levantamento documental e bibliográfico sobre o tema, em seguida de visita às escolas elegidas no estudo e, posteriormente, de entrevistas realizadas com professores de Geografia que estão inseridos na práxis cotidiana da escola de tempo integral.

Palavras-Chaves: Ensino de Geografia; Escola de Tempo Integral; Quixeramobim.

INTRODUÇÃO

A escola tem nas últimas décadas tido muita visibilidade quanto a sua responsabilidade e sua capacidade de transformação social, tanto por seus meios científicos e intelectuais, como pela sua capacidade de formação de opinião e senso crítico. Moll afirma que “a escola compõe uma rede de espaços sociais (institucionais e não institucionais) que constrói comportamentos, juízos de valor, saberes e formas de ser e estar no mundo” (MOLL, 2007, p.139).

Ao longo de sua construção política e social no Brasil, pós Constituição de 1988, a escola tem recebido uma série de iniciativas governamentais voltadas para formação de crianças e jovens, por meio de projetos que tem como objetivo a inserção universalizada e horizontalizada da educação nas várias regiões do país. Contudo, sabemos das dificuldades e alcances de tais projetos, haja vista que muitos deles têm chegado de forma muito seletiva especialmente quando se trata de pequenas cidades.

Dentre essas iniciativas que vem ganhando força no país e no Ceará, destacamos a Escola de Tempo Integral. A escola de Tempo Integral teve como ponto de partida o projeto Mais Educação, ambos criados pelo Ministério da Educação e Cultura - ME. Com o objetivo de ampliar o tempo do estudante na escola, a proposta do projeto Mais Educação garante o acesso ao aluno em dois turnos, sendo um deles com as disciplinas regulares e o outro com atividades e curso voltados à ampliação do conhecimento em diversas áreas de modo interdisciplinar, a exemplo de artes, música, oficinas temáticas dentre outras.

O texto referência para o debate nacional das escolas de Educação Integral foi publicado em 2009 e trata como esta nova política educacional insere a inter-setorialidade da gestão pública, na possibilidade de articulação com a sociedade e no diálogo entre os saberes clássicos e contemporâneos.

Diante desse contexto, que envolve discussão sobre saberes clássicos e contemporâneos, currículo, aprendizagem como a Geografia se insere? Que atividades são desenvolvidas nessa discussão que contemplam o aprendizado em

geografia? E como o professor poderá tratar a disciplina neste novo contexto político social, e principalmente no tempo integral?

De acordo com BRASIL “O ensino de Geografia pode levar os alunos a compreender de forma mais ampla a realidade, possibilitando que nela interfiram de maneira mais consciente e propositiva.” (BRASIL, 2001, p.108).

A nossa hipótese é que partindo do pressuposto de como a disciplina de geografia tem ganhado visibilidade e importância no século XXI, pelo seu poder discursivo e prático na formação do espaço mais democrático e igualitário, ela exerça importância fundamental para desenvolver um conhecimento da totalidade sobre as várias áreas das ciências humanas, especialmente relacionado aos aspectos, políticos, econômicos, sociais e culturais relacionados ao espaço geográfico.

A ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL NO CEARÁ

No Ceará, a proposta de escola de Tempo Integral surge no ano de 2014, com as primeiras escolas localizadas em Fortaleza, contudo, a iniciativa de escola de Tempo Integral já materializa no estado desde o ano de 2008, com as Escolas de Educação Profissional.

A escola de tempo integral que abordamos em nosso estudo são as escolas regulares que segundo informações obtidas na página oficial da Secretaria de Educação do Estado – SEDUC, visa concretizar a meta do Plano Nacional de Educação que é “oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos(as) alunos(as) da Educação Básica”. O plano de governo intitulado “Os sete Cearás” na área da educação apresenta como um de seus objetivos assegurar a todo cidadão uma sólida formação educacional básica e fundamental inclusiva e de qualidade, institucionalizando a escola em tempo integral e modernizando a gestão educacional. (SEDUC, 2016).

Ainda segundo informações obtidas no site da SEDUC, o Ceará possui 112 escolas de Educação Profissional, atuando no sistema de tempo integral e apenas 26 escolas são regulares de tempo integral distribuídas em cada uma das Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação – CREDE, sendo a maior parte delas concentradas em Fortaleza e regidas pela Superintendência das Escolas Estaduais de Fortaleza – SEFOR. (Cf. quadro 01).

QUADRO 01 – Escolas de Tempo Integral de ensino Regular no Ceará -2016.

CREDE /SEFOR	MUNICÍPIO	ESCOLAS ESTADUAIS DE ENSINO REGULAR
1	AQUIRAZ	LIA SIDOU
2	MIRAIMA	EEM VICENTE ANTENOR FERREIRA GOMES
3	ACARAÚ	EEM LICEU DE ACARAÚ MARIA ALICE RAMOS GOMES
4	CAMOCIM	LICEU DE CAMOCIM DEPUTADO MURILO AGUIAR
5	SÃO BENEDITO	EEM LICEU DR. JOÃO ALMIR DE FREITAS BRANDÃO
6	SOBRAL	CERE PREFEITO JOSÉ EUCLIDES FERREIRA GOMES JÚNIOR
7	CARIDADE	EEM JOSÉ NILTON SALVINO FRANCO
8	REDENÇÃO	EEM PADRE SARAIVA LEÃO
9	CASCAVEL	EEFM CUSTÓDIO DA SILVA LEMOS
10	TABULEIRO	EEFM ANTONIO VIDAL MALVEIRA
11	JAGUARIBE	EEM CORNÉLIO DIÓGENES
12	QUIXERAMOBIM	EEFM CORONEL HUMBERTO BEZERRA
13	CRATEÚS	EEFM LIONS CLUB
14	PEDRA BRANCA	EEM DE MINEIROLÂNDIA
15	TAUÁ	EEM ANTONIA VIEIRA LIMA
16	IGUATU	EEM ANTONIO ALBUQUERQUE DE SOUZA FILHO
17	ICÓ	CERE PADRE JOSÉ ALVES DE MACEDO
18	CRATO	LICEU PREFEITO RAIMUNDO COELHO BEZERRA DE FARIAS
19	BARBALHA	EEM ALMIRO DA CRUZ

De acordo com o quadro 01, a maior parte das Escolas de Tempo Integral Regular está localizada em Fortaleza, reforçando a maior demanda apresentada pela metrópole tanto pelo seu peso na concentração populacional, como também pela

concentração de políticas públicas educacionais voltadas à capital e os municípios metropolitanos.

FONTE: SEDUC (2016)

No tocante a carga horária, cada aluno tem cinco tempos eletivos por semana que visam diversificar o currículo e oportunizar a construção do itinerário formativo de acordo com seus interesses e projeto de vida no decorrer do ensino médio, sendo ofertadas 45 horas/aulas semanais e nove tempos diários com disciplinas da base comum, diversificada e opcional (SEDUC, 2016).

O projeto Mais Educação foi o primeiro pilar para a concretização do tempo integral, que tem como foco aumentar o tempo do aluno na escola, desenvolvendo atividades diversas como oficinas, rodas de leitura, reforço escolar, entre outros. Assim, no Ceará não foi diferente haja vista que esta política ganhou força e contribuiu para o tempo integral na maioria das escolas que hoje adotam este sistema, e em especial as escolas de Tempo Integral de Ensino Regular.

AS ESCOLAS PÚBLICAS DE TEMPO INTEGRAL EM QUIXERAMOBIM

O município de Quixeramobim localiza-se no interior do Ceará, mais especificamente na macrorregião administrativa estadual Sertão Central. Possui cerca de 71.887 mil habitantes (IBGE, 2010) e desenvolve um papel importante em sua região, por concentrar instituições educacionais como escolas estaduais, universidades públicas e particulares, bem como importantes serviços de saúde a exemplo de unidades de saúde públicas e privadas, além de sediar o Hospital Regional do Sertão Central, com previsão de funcionamento em julho de 2016.

Segundo dados do Instituto de Pesquisa e Estratégias Econômicas do Ceará – IPECE, o município de Quixeramobim conta com 84 escolas municipais e 5 escolas estaduais, distribuídas na área urbana e rural. Destas, quatro são escolas públicas de tempo integral, sendo duas escolas estaduais (uma regular e outra profissional) e duas municipais (uma regular e uma agrícola). Como recorte de análise em nosso artigo, foram consideradas a Escola Estadual Coronel Humberto Bezerra, localizada no Bairro Monteiro de Moraes e Escola de Ensino Fundamental Maria Vidal Pimenta, localizada no bairro Pompéia, sendo as duas instituições situadas na zona urbana do município.

A perspectiva das instituições é de um atendimento mais amplo e diversificado, dispondo aos estudantes deste sistema além de maior tempo na escola, aprender uma profissão como é o caso das escolas de tempo integral profissionais e as escolas de ensino regular de tempo integral tratando em uma perspectiva mais ampla, como formação humana e cidadã, entender o aluno como um ser dotado de emoções e anseios de aspecto não somente cognitivo.

METODOLOGIA

Observar a realidade das escolas de tempo integral de Quixeramobim é limitar-se em um universo comparativo de realidades distintas já que atualmente o município dispõe de quatro escolas neste modelo. Duas estaduais e duas municipais, no qual trataremos neste trabalho duas, uma de ensino regular integral estadual: E.E.M Humberto Bezerra e ensino regular integral municipal: E.E.F. Maria Vidal Pimenta, na perspectiva de superações e vitórias no ensino de Geografia.

Utilizando como método qualitativo, o trabalho centrou-se na coleta de depoimentos de professores das duas escolas citadas anteriormente, por meio de entrevista estruturada aberta. As docentes da disciplina de Geografia falaram sobre suas metodologias, a infraestrutura e o programa da disciplina.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Através das informações coletadas por meio das entrevistas, foi realizada uma análise qualitativa e comparativa de como está se dando o ensino de Geografia nas duas escolas em questão, observando as especificidades no que diz respeito à gestão, infraestrutura e didática do docente. A entrevista contou com oito indagações e foi realizada na escola no período de intervalo entre as aulas, nos dias 31-05 e 01-06 contando com a colaboração e apoio do grupo gestor.

As duas professoras entrevistadas nas escolas serão aqui identificadas pelas letras iniciais de seus nomes e sobrenomes J.N e K.B. De acordo com as respostas à entrevista realizadas com as professoras, realizamos uma análise qualitativa que nos deu subsídios para compreender o objetivo proposto que foi como vem se dando o ensino de Geografia e seu aprendizado nessas escolas.

Pergunta 1: Qual era a formação do docente? As professoras possuem a mesma formação, História e Geografia, e na escola 1: E.E.M Humberto Bezerra há apenas um professor de Geografia, enquanto a escola de número 2: E.E.F Maria Pimenta Vidal há dois professores.

Pergunta 2: Como o currículo de geografia é feito? Quantas aulas? Carga horária? O currículo de Geografia é repassado aos dois professores, no qual se apropria dos temas e os aborda de acordo com a didática de cada um. Sendo duas aulas semanais, na escola 1: 2 aulas de 45 minutos e na escola 2: também 2 aulas de 50 minutos. Sendo ainda um diferencial da escola 2: Maria Vidal Pimenta a disciplina de Educação Ambiental e Iniciação Científica que poderão abordar temas pertinentes ao meio ambiente como lixo, saneamento ambiental, poluição e etc.

Pergunta 3: As ferramentas pedagógicas: literatura, música, aula de campo são utilizadas? As ferramentas pedagógicas são utilizadas de acordo com a realidade de cada escola, por exemplo na Escola Humberto Bezerra a professora J.N gosta de trabalhar com aulas de campo, enquanto na escola Maria Vidal Pimenta a docente K.B gosta de trabalhar em leitura de textos, exibição de vídeos, e através dos mesmos fomentar discussões.

Pergunta 4: O domínio das TIC'S segundo as docentes ainda são um desafio primeiro pela a qualidade no sinal de internet das duas escolas, o que muitas vezes acaba por inviabilizar atividades, porém um diferencial da escola 1: Humberto Bezerra é que a instituição possui uma lousa digital. Já na escola 2: Maria Vidal Pimenta cada aluno possui um notebook, mas que segundo a docente K.B o sinal de internet é ruim, além de ser um desafio conseguir controlar o que cada estudante

está acessando, pois muitas vezes muitos se dispersam conectando-se as redes sociais.

Pergunta 5 A escola possui laboratório de informática? E de Geografia, isso já foi colocado em discussão? As duas escolas possuem laboratórios de informática, mas que segundo as docentes J.N. e K.B. o laboratório de Geografia ainda é uma realidade distante, tendo em vista os poucos recursos e falta de infraestrutura, como sala disponível para locação desses laboratórios. Mas acreditaram em ser uma ferramenta de relevância para a aprendizagem mais efetiva, principalmente no campo da Geografia física.

Pergunta 6. . Há diferença em lecionar a disciplina de Geografia no ensino integral e no ensino regular? As duas docentes concordaram que as práticas adotadas no ensino regular e integral são iguais, mas que os alunos dentro do sistema integral se cansam mais, devido à dupla jornada de turno: manhã e tarde, e principalmente porque a disciplina de Geografia é sempre colocada no turno da tarde, onde os estudantes apresentam-se mais ativos e onde a concentração é menor.

Pergunta 7. O núcleo gestor / secretária de educação tem dado condições para uma melhor de aula de Geografia? A docente J.N. e K.B são enfáticas ao dizer os esforços da gestão escolares é visível em tornar a disciplina de Geografia mais dinâmica e efetiva, mas esbarra na burocracia do sistema público, exemplo disso é a dificuldade na disponibilização de transporte para uma aula de campo.

Pergunta 8. E para o professor há vantagens em lecionar em uma escola de tempo integral? Há vantagem segundo as professoras J.N e K.M é a flexibilidade de horário que a escola de tempo integral possui, na possibilidade de horário de planejamento e das aulas.

Ao analisarmos a realidade vivida pelas docentes é percebível a fragilidade do ensino integral principalmente frente à estrutura física dessas escolas. Exemplo disto é a escola 2: Maria Vidal Pimenta que apesar de ser um prédio novo e moderno, com salas climatizadas, ainda não dispõe de um refeitório e vestiário, onde os alunos possam tomar banho. Outro contexto analisado foi a problemática na marginalização das disciplinas das ciências humanas, isto tendo em vista que as disciplinas como português e matemática são lecionados no turno da manhã, e as disciplinas que exigem mais leitura e análise crítica ficam para o turno da tarde, horário que os estudantes são mais inquietos e a concentração diminui. O que acaba por diminuir a aprendizagem da disciplina de Geografia.

Mas, nem tudo pode ser visto como negativo, aspectos do poder de decisão, democracia e autonomia do estudante, são questões práticas no ensino de tempo integral. A escola 1: Humberto Bezerra apresenta em sua dinâmica pedagógica os clubes - que são grupos práticos de leitura, dança, teatro e são os alunos que escolhem que oficina irão participar. Na escola 2: Maria Vidal Pimenta o que torna a capacidade de decisão e democracia uma realidade, é a escolha do tema trabalhado dentro da disciplina de Iniciação Científica, onde por votação a turma escolhe que problema social quer tratar, instigado pelo professor através de uma problemática da sua rua, comunidade, bairro, o que também transforma o conhecimento aplicável na realidade de cada estudante.

CONCLUSÃO

O ato de educar é primeiramente um ato de coragem, pois formar consciência e opinião em um século tão conturbado e de mudanças tão efêmeras faz da educação uma ferramenta imprescindível de transformação social. No trabalho podemos perceber o quanto as políticas públicas educacionais são falhas e o quanto essas dependem sobre tudo da ação do professor, o que torna as atividades recíprocas: o estado dando condições de trabalho e o professor sendo um agente ativo do ensino.

O ensino de Geografia e a escola de tempo integral em Quixeramobim merecem ainda muita discussão principalmente quanto a sua infraestrutura, práticas e ferramentas pedagógicas utilizadas. O tempo é um aliado e entrave dentro da escola de tempo integral, aliado, pois dá a capacidade da escola cumprir com seu papel efetivo de construção do ser, e entrave, pois necessita dividir bem este tempo para que o estudante não acabe por se saturar.

Dentro de atividades práticas a Geografia leva vantagem por explorar o espaço geográfico que se configura, seja em sala de aula ou na rua, o que eleva o poder de transformação da disciplina e sua responsabilidade frente às novas transformações históricas na contemporaneidade. Nesta perspectiva a disciplina de Geografia nas escolas de tempo integral regular em Quixeramobim tem um nível promissor, tendo em vista as transformações na educação, saúde e infraestrutura que o município vem passando o que atinge diretamente sua paisagem.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. **Parâmetros curriculares Nacionais: História e Geografia**. 3ª ed. Brasília, 2001.

HAGETTE, André. **Dez escolas padrões, dois padrões de qualidade: uma pesquisa em dez escolas públicas de Ensino Médio do Estado do Ceará** / André Hagette; Márcio Kleber Moraes Pessoa – Fortaleza: Imprensa Universitária, 2015.

MAURÍCIO, V. M. **Literatura e representações da escola pública de horário integral**, Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n. 27, p. 40-56, dez. 2004.

MOLL, Jaqueline. **Histórias de vida, histórias de escola: elementos para uma pedagogia da cidade**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2007.

SILVA, Gilcineide Rodrigues da. **O ensino de Geografia na Educação Básica: os desafios do fazer geográfico no mundo contemporâneo**. - São Paulo. 2010.

<<http://www.seduc.ce.gov.br/index.php/projetos-e-programas?id=10229:escolas-regulares-em-tempo-integral-na-rede-estadual-de-ensino>> (Acessado em 30/05/2016)

<<http://www.observatoriopne.org.br/metaspne/6-educacao-integral>> (Acessado em 26/05/2016)

<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cadfinal_educ_integral.pdf> (Acessado em 28/05/2016)

<http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada11/artigos/9/artigo_simposio_9_505_sandalimonta@gmail.com.pdf> (Acessado em 01/06/2016)

“ODEIO A ESCOLA”: REFLEXÕES, INQUIETAÇÕES E ANGÚSTIAS ACERCA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO, ESPAÇO ESCOLAR E O ENSINO.

ALENCAR, Igor Carlos Feitosa.

Graduando em Geografia, Universidade Regional do Cariri – URCA

igor.urca@hotmail.com

RESUMO

Este trabalho, se assim pode ser chamado, é quase que uma carta de alforria das angústias de um estagiário transformadas em reflexões sobre o ofício do professor, o espaço escolar, o ensino de modo geral e da vida na escola. Perpassando de ódio à motivação de pensar e repensar o espaço escolar enquanto uma dimensão humana, são realizadas reflexões acerca da função social da escola, analisando tais processos pela ótica do estágio supervisionado I, no qual o estudante sai dos muros da Universidade e adentra na escola com o fim de observar as aulas, o espaço escolar, a gestão e funcionamento da mesma, nesse caso o estágio foi realizado na Escola Estadual de Ensino Fundamental Estado da Paraíba, em Crato-CE, além das experiências trazidas da vida escolar ao longo dos anos.

Palavras-chaves: espaço escolar, estágio supervisionado, ensino.

EXÓRDIO

Quando uma mãe ou um pai leva seu filho pequeno para a escola, as cenas mais comuns são crianças gritando, chorando e desesperadas. Logicamente esse comportamento está em geral relacionado a rejeição por parte das crianças de se distanciar dos pais e do ambiente de casa.

Com o passar do tempo, crianças e adolescentes passam a ir à escola sem chorar, gritar ou se desesperarem, pelo menos aparentemente. Isso não quer dizer que os mesmos gostem, simpatizem ou se sintam bem naquele ambiente, logo repensar não só o papel, mas também a função do espaço da escola é fundamental para que se estabeleçam reflexões sobre o ofício de professor, assim como dos processos de ensino-aprendizagem que envolvem o dito ambiente.

Quando passamos por todo o processo escolar, muitas vezes não refletimos sobre o mesmo, passamos apenas de forma automática e mecânica, o que representa um grande perigo. Nessa perspectiva ao retornar à escola no momento do estágio no qual observamos as aulas, o funcionamento, a gestão, o espaço; enfim, quando voltamos para investigar e observar a vida escolar há um verdadeiro choque. Esses são muitos, desde a surpresa da mesmice que permeia nas escolas, seja a situação precária de muitas, o desinteresse dos estudantes, o descontentamento dos professores, o ensino engessado ou até mesmo o aumento das grades e altura dos muros.

Muito mais que um aparelho ideológico do estado, a escola apresenta-se como (ou pelo menos deveria), apesar de tantas amarras, um espaço onde os

estudantes (e por que não os professores) deveriam se sentir livres, tanto para aprender, errar, falar e até se descobrir. Mas, visto as estruturas tanto físicas, quanto de ensino são cada vez mais rígidas, repressoras que findam por tornar e fortalecer a escola enquanto apenas uma fábrica de mão-de-obra para o mercado.

É um cenário muito triste e desestimulador para estudantes de licenciatura que se deparam com essa situação, com o que irão enfrentar no chão de sala de aula. Nessa perspectiva, esse trabalho faz-se muito importante, visto que levantaremos aqui reflexões, inquietações, observações e questionamentos que foram desenvolvidos a partir de um estudo de caso enquanto **estagiário observador** na Escola de Ensino Fundamental Estado da Paraíba em Crato/CE.

A PRIORI: O ÓDIO.

É preciso primeiramente esclarecer o porquê do título deste texto: um verbo no presente do indicativo seguido de um substantivo feminino, além de um sujeito oculto. Para justificar o “ódio” é necessário que pensemos a escola a partir de sua raiz, onde por exemplo, na Grécia Clássica era sinônimo de descanso de atividades, um divertimento. Isto porque a atividade de estudar era considerada como privilégio, exercida por quem não necessitava trabalhar, logo, o ambiente onde era desenvolvida a atividade, a escola, era local de descanso e divertimento.

Em contrapartida, o que observamos hoje, é que a escola torna-se aquilo que Sousa Neto 2008 confere a geografia: “um desses negócios chatos que inventaram para ser a palmatória intelectual das crianças”.

Esse modelo de ambiente escolar e de ensino intimidador, opressor e punitivo deve ser odiado no sentido de refleti-lo, rompê-lo e socialmente transforma-lo.

Obviamente não é interessante traçar um comparativo entre a Grécia Clássica e o Brasil de 2016 sem considerar que nesse intervalo entre séculos, guerras, revoluções, e o desenvolvimento do capitalismo, todas suas mazelas e consequências recaíram sobre a escola e mudaram totalmente o seu sentido.

Se hoje temos uma escola mais acessível (dentre os motivos pode-se destacar as políticas de inclusão social e distribuição de renda, como o Bolsa Família), não podemos e nem é o fim deste trabalho, fazer uma discussão quantitativa da escola. Mas sim, especular o porquê do descontentamento e antipatia dos estudantes para com este ambiente escolar, o peso do ensino engessado e suas consequências para o ofício do professor, sob a ótica do estágio supervisionado.

ESTÁGIO ANTI-SUPERVISIONADO.

Ao contrário da proposta do estágio supervisionado, que segundo a Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008, Art. 3º, § 1º afirma que:

O estágio, como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da instituição de ensino e por supervisor da parte concedente(...)

Nesse sentido a Lei é clara quando institui que o estágio deve ter um acompanhamento pelo professor da instituição de ensino superior, assim como da escola que acolhe o estudante estagiário, porém o que acontece muitas vezes em sala de aula é muito diferente.

As condições escolares que obrigam os professores a situação (dentre tantas outras) de salas de aula superlotadas, fazendo com que o mesmo em diversos momentos não notem sequer a presença do estagiário em sala, muito menos tenham possibilidade e condições de acompanhar, orientar e/ou ajudar o estagiário.

O resultado disso é um estagiário que se sente infiltrado, totalmente apático às discussões em sala de aula; pode causar também uma desmotivação ao pensar sobre o ofício que o espera e as condições que o aguarda. Além de que, ao contrário da proposta da disciplina de estágio supervisionado, que segundo Pereira e Silva (2013, p.400):

A referida disciplina tem como objetivo analisar a realidade escolar em seus aspectos organizacional, social e pedagógico, proporcionar a regência em Geografia com alunos do Ensino Fundamental, bem como analisar o livro didático de Geografia considerando a sua importância e limitação para os discentes e docentes na sala de aula.

O estágio realizado dessa forma, sem acompanhamento, sem orientação e sem uma preparação adequada, passa por longe da proposta inserida na palavra “supervisionada”.

Logicamente, não podemos simplesmente atribuir toda essa culpabilidade aos professores, que em suma, sofrem também das condições impostas pelo ofício e que ainda resistem muitas vezes por questões afetivas pela profissão, como Sousa Neto (2005, p.258) ao discutir porque muitos morrerão como professores afirma que:

Aos que optaram por ser e/ou continuar professores por prazer, a vida na profissão é uma celebração diária, pessoal e coletiva, que transforma cada ato, mesmo nos dias mais difíceis, em uma reafirmação da escolha feita em certa altura da existência. E é essa mesma opção que leva os professores às ruas, que engravida as greves, que educa no sentido lato a sociedade por dentro e por fora da escola.

Nesse sentido, é preciso enxergar essa resistência dos professores como subversão dos processos de sucateamento por parte do Estado, a serviço de uma lógica capitalista da escola, do ensino e desvalorização do ofício mais fundamental quando se almeja uma sociedade mais humanizada.

Portanto, se não é possível rompermos com a lógica do “estágio anti-supervisionado”, o mínimo a se fazer é apostar na subversão da resistência, referendando o professor como sujeito socialmente e historicamente necessário e que motive, o estagiário a desconstruir preconceitos trazidos e fortalecidos nos ambientes escolares, universitários e na sociedade em geral acerca do ofício de ser professor.

ANTES DO SINAL TOCAR

Retornando as discussões sobre o ambiente escolar, é fácil notar as aglomerações, grupos de conversas, corre-corre, tensão pré-prova que caracterizam cenas comuns entre os estudantes enquanto aguardam o sinal para adentrarem na escola. Observamos que, nessa espera, os estudantes em geral estão descontraídos em conversas, comentando sobre um colega ou um professor, vale lembrar também daqueles desesperados porque, por exemplo, esqueceram de fazer a lição de casa de física.

Desse momento de descontração, até o toque do sinal e o entrar na sala de aula, o que acontece? Geralmente são metros e minutos que separam esses dois momentos e espaços que parecem ser tão antagônicos e que merecem ser refletidos.

O ESPAÇO ESCOLAR É UMA DIMENSÃO HUMANA

Os muros e grades das escolas como função de proteção dos estudantes e do patrimônio material (sejam livros, computadores e etc.) desempenham um papel subjetivo muito maior; eles intimidam, oprimem e deixam o ambiente escolar com aparência de uma penitenciária, mas o que se quer prender ou punir: O estudante? O conhecimento? O professor?

Ao nosso ver, o que pretende-se sobretudo prender são os moldes de uma escola como ambiente de formação alienada de massas de mão-de-obra para o mercado, processo este, muito mais intensificado nas áreas mais pobres, como é o caso dos estudantes da escola Estado da Paraíba, estes provindos de bairros periféricos da cidade de Crato, a exemplo disso os bairros “Alto da Penha e Caixa D’água”.

A escola deve oferecer possibilidades de formação crítica dos sujeitos, não que isso fique recluso somente como papel dela, afinal “a escola não é a alavanca da transformação social, mas essa transformação não se fará sem ela” (GADOTTI, 1984, p.73). Nesse sentido entendemos a escola como centro de fundamental relevância que deve ser patrocinadora das possibilidades de transformações sociais através da ascensão crítica e livre do conhecimento.

Pode-se até ler que informações levantadas acima são meros clichês, porém, se estes realmente o são e que se observa há algum tempo, fica questões pra nós enquanto professores em formação ou que já atuem: Como romper com este modelo? Para que e para quem este modelo deve ser rompido (ou continuado)? E ainda mais, Por quê até agora são raros os casos em que as escolas se diferenciem desse modelo engessado? (Quanto ao modelo aqui referendado, trata-se do conjunto referente ao ensino engessado, limitado, punitivo e de certa forma opressor que encontramos na escola, assim como a estrutura física da mesma, também ao mesmo tempo salientamos que entendemos que esse modelo é inserido de cima para baixo, fazendo de quem não o reproduza, ou seja, o subverta, uma exceção).

Para pensarmos no espaço escolar enquanto dimensão humana, é necessário tomarmos como ponto de partida a função social da escola, nessa perspectiva Penin (2003, p.26) conclama que:

Temos que jogar fora as roupas velhas e tornar a vestir a escola, a partir da sua essência – sua função social – que permanece: ensinar bem e

preparar os indivíduos para exercer a cidadania e o trabalho no contexto de uma sociedade complexa, enquanto se realizam como pessoas.

Quando a autora explicita a necessidade de jogarmos fora as velhas roupas e de forma nova, vestir a escola a partir de sua função social, nos convida a refletir se a escola que temos hoje, que frequentamos quando crianças e adolescentes e que agora adentramos no período de estágio e futuramente enquanto efetivo professores cumpre esse papel de “ensinar bem e preparar os indivíduos para exercer a cidadania”. Sendo assim é necessário que se pense também, o que entendemos por ensinar bem e exercer a cidadania; estas são questões pertinentes e presentes quando se analisa o processo escolar ao qual nos é oferecido.

É perceptível no presente trabalho nossas oscilações temáticas entre o espaço escolar e o ensino. Isso faz-se necessário quando propomos repensarmos a escola enquanto espaço de dimensão humana, visto que a construção desse não pode ficar reclusa a estrutura física, nem tão somente aos métodos e práticas pedagógicas que envolvem o ensino. Mas, acreditamos que essa construção do espaço escolar enquanto dimensão humana realiza-se como processo pleno da estrutura escolar e ensino pensados e praticados por um viés humanizado. (Sem homogeneização, respeitando as características e necessidades sociais e culturais de cada lugar).

É inegável a relação entre o espaço escolar e o ensino (assim como também é inegável que não há dependência entre os mesmos, o ensino acontece/ocorre independente do espaço escolar), contudo, nesse espaço que muitas vezes só desempenha a função de palco para que o processo de ensino aconteça, tem como um dos resultados o que Penin (2003) afirma em relação a escola brasileira e sua função que “a despeito dos esforços empreendidos em vários períodos da história nacional, no sentido de democratizar a educação, nossa escola cumpriu uma função social excludente.” Nesse ponto, constata-se a essência da discussão sobre a oferta do ensino: de que não se pode reduzir a discussão a características da numérica expansão escolar.

Mais importante do que questionar de que forma se deu a expansão escolar, é refletirmos de que maneira essas escolas estão se estabelecendo nos lugares, isso perpassa a discussão anterior acerca da função social da mesma. E mesmo assim, é preciso entendermos que essa função social, ao ser estabelecida enquanto oferecimento de um bom ensino e formação cidadã, ela deve respeitar a realidade na qual está inserida. A exemplo disso, uma escola inserida no campo, a perspectiva não pode ser a mesma de outra em uma metrópole. Nesse sentido, defendemos uma escola flexível conforme as necessidades culturais e sociais do espaço na qual ela atuará.

A POSTERIORI: O QUE FAZER COM O ÓDIO?

Seria extremamente cômodo explicitar um ódio a escola e simplesmente nos acomodarmos jogando a escola no baú das coisas que não gostamos e passamos a ignorar. Enquanto estudantes de licenciatura, precisamos refletir sobre o espaço escolar, ensino e o ofício de professor. Se hoje, é possível observamos uma aversão, apatia e em casos, um verdadeiro ódio a escola, não podemos ignorar nossa parcela de culpa nesse cenário. Mais do que reconhecer nossa culpa, tomar isso como

motivação de defendermos a escola pública, gratuita, acessível, democrática, participativa e socialmente inserida conforme as necessidades histórico culturais de cada lugar.

De forma que, manifestamos mais do que nossa vontade, a nossa disposição para que futuramente, possamos encontrar ao contrário do ódio (nesse caso construtivo), um “amor social” pela escola. E mais importante do que isso, que esse não seja necessário ser explicitado no papel que tudo aceita, mas na sociedade como reflexo da escola que almejamos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. **Dispõe sobre o estágio de estudantes**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 26 set. 2008. Seção I, p. 3.

GADOTTI, M. Ação pedagógica e prática social transformadora. **Educação e Sociedade**, v.1, n. 4, p. 5-14, set. 1984.

PENIN, Sonia Teresinha de Sousa. Conhecimento, educação e promoção da cidadania. In: Cauê Matos. (Org.). **Conhecimento científico e vida cotidiana**. 1ed.São Paulo: Terceira Margem, 2003, v. único, p. 17-32.

PEREIRA, Cassio Expedito Galdino; SILVA, Antônia Carlos da. Viajando nas experimentações das geografias menores no estágio supervisionado. In: **SINECGEO** – Simpósio Nacional de Estudos Culturais e Geoeducacionais, 2., 2013, Crato. **Anais**. Crato: 2013. p. 400 - 427.

SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. O ofício, a oficina e a profissão: reflexões sobre o lugar social do professor. **Cad. CEDES** [online]. 2005, vol.25, n.66, pp.249-259. ISSN 0101-3262. <http://dx.doi.org/10.1590/S010132622005000200007>.

_____. **Aula de Geografia e Algumas Crônicas**. 2ª. ed. Campina Grande: **Bagagem**, 2008. v. 1. 109 p.

REFLEXÃO SOBRE O ENSINO DE GEOGRAFIA: DESAFIOS A SEREM PERCORRIDOS.

- 1- MARIA LETICIA SOARES CALDAS. URCA – GEOGRAFIA. PÓS – GRADUADA EM DOCÊNCIA DO ENSINO SUPERIOR E GESTÃO ESCOLAR – IJES. (leti.geo@gmail.com)
- 2- DIONIZIA DE MELO JACÓ URCA GEOGRAFIA ESP. EM DOCÊNCIA DO ENSINO SUPERIOR. (dioniziademelo@hotmail.com)

RESUMO

O presente artigo tem como propósito identificar os fatores que interferem no processo de ensino-aprendizagem na disciplina de geografia, enfocando a importância de o professor trabalhar o cotidiano vivenciado pelo aluno, priorizando suas experiências anteriores, trabalhando assim o fator motivacional. A pesquisa tem como referencial um trabalho teórico e empírico desenvolvido com professores de colégios estaduais localizados no município do Crato-ce. Foi realizado um levantamento bibliográfico que serviu de embasamento para a estruturação e análise de dados da pesquisa. O resultado é apresentado através de dados qualitativos, mostrando professores engajados por uma educação diferenciada e de qualidade. A pesquisa estimula os profissionais da área a se aperfeiçoarem em suas aulas, buscando novas metodologias, contribuindo para uma maior motivação e aprendizagem do aluno enquanto ser em formação.

Palavras-chave: **Geografia, Aprendizagem e Aluno.**

INTRODUÇÃO

Estamos presenciando atualmente no Brasil uma fase de profundas mudanças significativas de cunho social, econômico e cultural que atrelados aos fatores familiares, tem um papel decisivo no processo educacional e na dinâmica escolar, exigindo que a escola se adapte a essas transformações, possibilitando assim aos alunos uma maior integração com a sociedade moderna.

De acordo com resultados de avaliações externas, observa-se que alunos de escolas do ensino médio carecem de uma motivação, que os despertem para o aprendizado da disciplina de geografia.

Alguns fatores, no entanto, podem contribuir para essa desmotivação, tais como o contexto social no qual o aluno está inserido, a renda familiar podem não atender as necessidades fisiológicas do aluno, o nível intelectual da família não produz motivação, a metodologia ou o material didático utilizado pelo professor não desperta a atenção dos alunos, entre outros fatores.

Dentro dessa perspectiva, foi realizado este trabalho de pesquisa, visando identificar os fatores que interferem no processo de ensino-aprendizagem na disciplina de geografia.

A pesquisa estimula os profissionais da área a se aperfeiçoarem em suas aulas, buscando novas metodologias, contribuindo para uma maior motivação e aprendizagem do aluno enquanto ser em formação, pois ao ensinar geografia, o

professor oferece ao aluno oportunidade de desenvolver uma melhor compreensão do mundo e da sociedade no qual está inserido, levando-o a uma reflexão para o ato de uma cidadania crítica e consciente, onde o professor tem um papel indispensável nesse processo de construção de uma consciência crítica.

METODOLOGIA

Para a realização da presente pesquisa, realizou-se um levantamento bibliográfico sobre o assunto e posteriormente uma pesquisa de campo, sendo entrevistados professores da disciplina de geografia de escolas estaduais localizadas no município de Crato- CE.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A prática pedagógica deve despertar o desejo de saber e de aprender entre professores e alunos. Notamos nesta pesquisa a existência do forte elo entre professor e quadro, barreiras entre professores e alunos, ocasionando aulas monótonas e refletindo no processo de ensino aprendizagem.

Muitas vezes a falta de interesse dos estudantes pelo que é ensinado, se justifica pela maneira como o professor trabalha os conteúdos na sala de aula, com assuntos distantes e desvinculados do cotidiano vivenciado pelo aluno, influenciando decisivamente na aprendizagem e no modo como os percebem a geografia. Segundo Kearcher (2005, p. 55), o trabalho do docente tem que ser sempre inovador e alternativo e reflexivo.

Cavalcanti (2002, p. 34) aponta o papel do professor como sendo de extrema importância para o desenvolvimento do conteúdo estudado através de ligações do conteúdo com a matéria anteriormente estudada e com o conhecimento cotidiano do aluno. É preciso, sobretudo problematizar o conteúdo a ser estudado.

Acredita-se que o espaço da sala de aula seja um ambiente de investigação e de respeito, onde o educador e o educando expressem seus pensamentos, suas dúvidas, suas descobertas e construam vínculos entre si, pois a sala de aula é um espaço de construção cotidiana, onde professores e alunos interagem entre si, mediados pelo conhecimento. Cabe então, ao professor buscar meios para a construção desse espaço. (OLIVEIRA, 2000, p. 59)

De acordo com (CASTROGIOVANNI, 2000, p. 37) existe ainda pouca aproximação da escola com a vida, com o cotidiano dos alunos. A geografia deve começar a interessar antes mesmo de o aluno entrar na sala de aula, pois na sua convivência cotidiana, os alunos se relacionam com diferentes espaços sociais, trazendo consigo algum conhecimento subjetivo e carregado de sentimentos e significados. Valorizar esses fatores culturais e sociais da vida cotidiana dos educandos permite sim uma maior proximidade entre alunos e professores além de auxiliar na sua formação e no seu desenvolvimento como agente social.

A Geografia que o aluno estuda deve permitir que ele se perceba como participante do espaço que estuda, onde os fenômenos que ali ocorreram são resultados da vida e do trabalho dos homens e estão inseridos num processo de desenvolvimento. O aluno deve estar dentro daquilo que está estudando e não fora,

deslocado e ausente daquele espaço, como é a Geografia que ainda é muito ensinada na escola: uma Geografia que trata o homem como um fato a mais na paisagem, e não como um ser social e histórico. (CALLAI 1999, p. 58)

Cavalcanti (2002, p.25), afirma que o ensino é um processo de conhecimento pelo aluno, mediado pelo professor e pela matéria de ensino, no qual devem estar articulados seus componentes fundamentais: objetivos, conteúdos e métodos de ensino.

Cabe à Geografia levar a compreender o espaço produzido pela sociedade em que vivemos hoje, suas desigualdades e contradições, as relações de produção que nela se desenvolvem e a apropriação que essa sociedade faz da natureza. (OLIVEIRA, 2003.p.142)

Observamos também que são muitos os fatores que interferem no processo educacional, dentre eles a motivação. A motivação nem sempre recebe a devida atenção do professor, como deveria, torna-se muito mais fácil descarregar o conteúdo em cima do aluno de forma descritiva, decorativa de maneira que não provoque o interesse e a curiosidade do mesmo, produzindo assim, um ensino deficiente.

A motivação é fator fundamental da aprendizagem. Sem motivação não há aprendizagem. Pode ocorrer aprendizagem sem professor, sem escola e sem uma porção de outros recursos. Mas mesmo que existam todos esses recursos favoráveis, se não houver motivação não haverá aprendizagem. (PILLETI, 1991, pg. 63)

Cabe então ao professor, enquanto orientador, direcionar um caminho ao estudante. Caminho este que o leve a uma maior motivação e consequentemente a uma aprendizagem mais significativa.

CONCLUSÃO

Este tema que abordamos neste trabalho, apresenta uma relevante importância para o ensino por conter questões que podem colaborar para um melhor desenvolvimento dos conteúdos, adquirindo uma nova dimensão e facilitando assim o aluno para uma maior compreensão do mundo no qual está inserido.

Após a realização desta pesquisa, que teve como objetivo analisar o ensino de geografia notou-se que ao contrário do que se pensa, o aluno da educação básica interessa-se em estudar a disciplina de geografia, apresentando, no entanto algumas limitações.

Observou-se o interesse dos educandos na utilização dos recursos didáticos, como a utilização de filmes, aulas de campo, trabalhos em grupo ou em equipe, ou seja, por uma metodologia diferenciada.

Os desafios a serem percorridos para a transformação de um ensino de melhor qualidade ainda são muitos, necessitando o educador está se atualizando constantemente na tentativa de proporcionar uma aula de maior qualidade, claro que isso exige uma maior preparação e disponibilidade de tempo e a maioria dos

professores apresentam uma elevada carga horária, além dos baixos salários, sendo necessária sua valorização enquanto educador.

Muitos professores não tem uma infraestrutura adequada para o ensino, faltando o material didático necessário, alguns se sentem desmotivados pelas precárias condições em que trabalham, acabam se tornando apenas meros reprodutores do livro didático, transparecendo um ensino que não chama a atenção do aluno, desinteressante e assim não produtivo.

Os alunos por sua vez são os principais prejudicados, reflexo das condições educacionais em que se encontra atualmente o nosso país, desenvolvem um 'pré-conceito' sobre a disciplina de geografia, a ponto de considera-la como teórica e assim consequentemente de memorização e cansativas, muitos como percebemos não se interessam pelas aulas de geografia.

É necessário buscar soluções que possam mudar essa realidade do ensino, reformulando as práticas pedagógicas utilizadas pelos professores, o uso de matérias didático, simples como um mapa, por exemplo, mas que chama a atenção do aluno, devido a sua capacidade de localização. Saindo assim o professor de sua rotina, da motilidade de falar enquanto o aluno escuta.

É preciso pensar o ensino de geografia mais próximo possível da realidade do aluno, possibilitando a esses um desenvolvimento e fortalecimento de sua consciência crítica, esse é o primeiro passo para que se quebre esse paradigma em torno da disciplina de geografia, sendo indispensável que se repense nas condições das escolas e de sua estrutura, a qualidade do material disponível para o ensino, bem como uma maneira para uma maior valorização do professor por parte da escola, dos alunos e dos pais.

Por ultimo concluímos que não apenas a educação ainda tem um longo caminho a percorrer e que essa transformação não ocorrerá da noite para o dia, porém para que ela aconteça e importante que todos estejam envolvidos nessa mudança, pais, alunos, professores, mas o primeiro passo deve partir da escola, do corpo docente com o intuito de uma maior aproximação da comunidade com a escola e uma familiarização com seus alunos.

REFERÊNCIAS

CALLAI, Helena Copetti. O ensino de Geografia: recortes espaciais para análise. In CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos. et. al. **Geografia em sala de aula: práticas e reflexões**. 2. ed. – Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS/Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Porto Alegre, 1999. P. 57-63

CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos (Org.). Apreensão e compreensão do espaço geográfico. In_____. **Ensino de Geografia: Práticas e textualizações no cotidiano**. 2. ed. Rio Grande do Sul: Mediação, 2000. p. 11-81.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia e práticas de ensino: Geografia escolar e procedimentos de ensino numa perspectiva sócio construtivista**. Goiânia, Alternativa, 2002. p.71-100.

GOODSON, Ivor. **Tornando-se uma matéria acadêmica: padrões de explicação e evolução.** Teoria & Educação. Porto Alegre, n.2, pp.230-254. 1990.

KEARCHER, Nestor André. **Desafios e utopias no ensino de Geografia. Geografia em sala de aula prática e reflexões.** Porto Alegre: Ed da UFRGS, 1998.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (Org.). **Para onde vai o ensino de Geografia?** 6. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

PILETTI, Nelson. **Psicologia educacional.** São Paulo. Editora Ática, 15ª ed. 1991.

TONINI, Ivaneide Maria. **Geografia escolar: Uma história sobre seus discursos pedagógicos.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2003.

.

GEOGRAFIA ESCOLAR: A PLURIATIVIDADE COMO CONTEÚDO DE
ENSINO NA ESCOLA VEREADOR JOSÉ PRIMO DE MORAIS (ZÉ BILÉ)

SANTOS, Daniel Melo dos.¹

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo discutir sobre agricultura familiar e pluriatividade enquanto temática de ensino nas aulas de geografia com os alunos do Ensino fundamental II da Escola Vereador José Primo de Moraes (Zé Bilé). Com esse propósito foi realizada análise dos livros didáticos de geografia, observação de aulas para avaliar as metodologias de ensino e os recursos didáticos utilizados pelo professor, bem como a abordagem dos conteúdos a partir da realidade vivida pelos discentes.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultante de uma pesquisa desenvolvida durante a disciplina Estágio Supervisionado III ministrada no VIII semestre no curso de licenciatura em Geografia da URCA. O estudo, voltando para o ensino de Geografia, teve como resultado a elaboração de um artigo que foi apresentado e avaliado como Trabalho de Conclusão de Curso-TCC. A pesquisa teve como foco de análise os conteúdos referentes a pluriatividade nas aulas de geografia e foi realizado na Escola de Ensino Fundamental Vereador José Primo de Moraes (Zé Bilé), localizada no distrito de Calabaça, em Várzea Alegre-CE.

A pluriatividade pode ser entendida como uma diversificação das atividades realizadas pelos pequenos proprietários como uma forma de complemento de renda, praticada por membros de uma família aonde a mesma venha a funcionar como uma estratégia dinâmica das atividades desenvolvidas dentro e fora do meio rural. Assim, as combinações de atividades agrícolas e não agrícolas, em uma mesma família, é o que pode ser caracterizada e definida como a pluriatividade.

No distrito de Calabaça é possível observar o desenvolvimento em conjunto de diversas atividades, agrícolas e não agrícolas, que são realizadas pelas famílias dos alunos da Escola José Primo de Moraes (Zé Bilé). Nesse sentido, questiona-se: como a agricultura familiar e a pluriatividade podem funcionar como um conteúdo de ensino na escola, de forma que os alunos tenham a consciência sobre as mudanças de atividades que são provocadas no espaço do distrito? Tal abordagem configura-se como um assunto de suma importância para ser discutido em sala de aula, pois o mesmo faz parte do dia-a-dia das famílias da localidade.

Partindo da contextualização acima apontada, considerou-se como objetivo geral: discutir a pluriatividade no espaço do distrito de Calabaça, em Várzea Alegre-CE, promovendo uma reflexão para o ensino de geografia da Escola Vereador José Primo de Moraes (Zé Bilé). Especificamente, buscou-se verificar como trabalhar essa temática no ensino de geografia na escola; além de analisar o programa de ensino da geografia e o material didático utilizado pelos professores.

ENSINO DE GEOGRAFIA E OS CONTEÚDOS EXPERENCIADOS PELOS ALUNOS

Quando se propõe a discussão dos conteúdos escolares deve-se ter como referência o importante papel que o professor desenvolve em sala de aula na mediação do processo ensino-aprendizagem. É necessário considerar a concepção e

a prática que norteiam os procedimentos adotados pelo docente. Este deve primar para uma leitura crítica e construtiva da realidade socioespacial. Confirmando esse pensamento, Soares e Costa (2011), afirmam:

O ensino de Geografia não é neutro, ele sempre passa algo a depender da visão do professor e do que este queira passar. O docente pode ter uma visão crítica em que queira educar, conscientizar, mas também pode ter uma perspectiva em que utilize o ensino de Geografia para servir estrategicamente formando mais mão – de – obra para o mercado. (SOARES; COSTA, 2011, p.p. 7-8).

A ação docente implica na percepção de que a educação é um ato político, susceptível a discussão em sala de aula, cabe ao professor, especificamente o de geografia, formar alunos críticos, reflexivos e pensantes a respeito da realidade na qual estão inseridos. O ensino voltado para a formalidade das práticas tradicionais não atende as demandas e necessidades da sociedade contemporânea.

Na escola, as marcas da tendência do ensino tradicional ainda estão presentes. Uma delas é percebida na metodologia adotada pelos professores e na forma como o principal recurso - livro didático - ainda se faz. O livro didático fez e faz parte do cotidiano das escolas, é muito utilizado pelos professores, mesmo com as tentativas de superação dos modelos tradicionais de ensino e da incorporação de metodologias com recursos didáticos diversificados, os educadores continuam presos aos livros.

Os livros didáticos de geografia são recursos amplamente utilizados pelos professores, mas não conseguem atender a dinamicidade e diversidade da nossa realidade, são, portanto, portadores de conhecimento superficial sobre os assuntos abordados. Portanto, a formação do educando se concretiza de modo conceitual, pronta e acabada, e sua formação enquanto ser social tem sido paulatinamente podada. Contribuindo com esse pensamento sobre livro didático Tonini (2011), afirma:

O livro didático é um dos recursos de aprendizagem mais universal de todos na cultura escolar. Sua valorização sempre foi posta em relevo desde a escola tradicional até a contemporânea, seja como texto usado em sala de aula ou consulta pelos professores, e de uma forma ou outra sempre esteve presente nas práticas escolares. Essa consolidação vem desde quando era apenas um material manuscrito até o livro impresso da atualidade, mesmo atravessado por todas as mudanças metodológicas das práticas pedagógicas vivenciadas na escola. (TONINI, 2011, p.p. 145-146).

A realidade vivida por algumas escolas é o modelo de ensino tradicional, onde o aluno é um mero receptor de conhecimentos, se tratando da geografia ensinada de forma tradicionalmente evidencia um distanciamento entre os conteúdos ensinados e a realidade vivida pelos educandos. Confirmando esse pensamento, Callai (2001) afirma:

São aspectos naturais e humanos do espaço geográfico, traduzidos em aulas sobre relevo, vegetação, clima,

população, êxodo rural e migrações, estrutura urbana e vida nas cidades, industrialização e agricultura, são estudados como conceitos abstratos, neutros, sem ligação com a realidade concreta da vida dos alunos. (CALLAI. 2001, p.139).

O professor é colocado como um mediador do conhecimento para seus educandos, realizando uma mediação entre os conteúdos presentes no livro didático relacionando-os com a vivência de seus alunos. Só que na prática essa forma de ensino não funciona, encontramos professores enraizados, presos somente ao livro didático criando assim um distanciamento de seus alunos com a sua própria realidade vivida, pois os educadores não estão tomando como exemplos as experiências dos educandos.

Considerando os referenciais anteriormente especificados, situamos o contexto das experiências sociais dos alunos da Escola Vereador José Primo de Moraes (Zé Bilé). Nesse distrito do município de Várzea Alegre, muitos agricultores familiares estão procurando desenvolver diferentes atividades denominadas não agrícolas para obterem renda extra com o intuito de complementarem a renda familiar. Essa prática do desenvolvimento de atividades não agrícolas é o que se denomina pluriatividade no meio rural brasileiro.

As pesquisas iniciais relacionadas à pluriatividade no Brasil datam dos anos 1980, e com o passar dos anos essa temática vem ganhando espaço entre os pesquisadores brasileiros. Os primeiros estudos começaram a analisar as relações existentes no meio agrícola, dentro da pequena propriedade familiar, buscando conhecer como as famílias estavam desenvolvendo a junção de atividades colocadas nas pesquisas como sendo agrícolas e não agrícolas. Isso porque os membros das famílias rurais eram levados a procurarem outros tipos de atividades além das agrícolas como forma de complementar a renda familiar.

Na pequena propriedade familiar a agricultura praticada é a de subsistência, onde tudo que é produzido volta-se para o sustento de todos os membros da propriedade. Dessa maneira a terra é colocada como fator determinante para a existência desta forma de exploração da agricultura. A produção é em pequena escala e voltada para o atendimento das necessidades básicas de subsistência das famílias; e em caso de produção com excedente, o restante é colocado à venda em forma de mercadorias. Vale considerar que o camponês depende muito das condições climáticas para a obtenção de uma boa colheita.

Para Silva (1999), o termo pluriatividade pode se configurar de duas formas básicas:

- a) através de um mercado de trabalho relativamente indiferenciado, que combina desde a prestação de serviços manuais até o emprego temporário nas indústrias tradicionais (agroindústrias, têxtil, vidro, bebidas etc.); b)
- através da combinação de atividade tipicamente urbana do setor terciário como o management das atividades agropecuárias. (SILVA, 1999, p.p. 48 e 49).

Os agricultores familiares estão procurando cada vez mais diversificar a prestação de serviços para nos períodos de entressafras, desenvolvendo produtos

de acordo com as demandas encontradas em áreas próximas ou em outras regiões. Os seus trabalhos que vão desde produtos manuais ou até mesmo em pequenas agroindústrias.

Metodologia

A pesquisa realizada teve como contexto de análise a Escola Vereador José Primo de Moraes (Zé Bilé), localizada no distrito de Calabaça, pertencente ao município de Várzea Alegre-CE.

Para coleta de informações a respeito da temática e desenvolvimento do estudo, foram adotados os seguintes procedimentos:

- Levantamento bibliográfico acerca de concepções teóricas voltadas para o ensino de Geografia e sobre a pluriatividade.
- Contato com a escola para autorizar a realização da pesquisa e a consequente aplicação dos procedimentos de coleta de informações.
- Análise dos livros didáticos de Geografia adotados na escola para verificar as possíveis abordagens relacionadas ao conteúdo da temática em estudo.
- Realização de entrevista não estruturada com o professor de Geografia para identificar os conteúdos de ensino definidos na disciplina, conhecer como são abordadas às temáticas de estudo junto aos alunos, avaliar os tipos de recursos didáticos utilizados e perceber as possíveis relações estabelecidas na metodologia entre os conteúdos e a realidade vivida pelo aluno.
- Observações das aulas de Geografia com o intuito de analisar a postura do educador durante o desenvolvimento de sua metodologia de ensino e como era efetivada a relação aluno e professor.
- Sistematização dos dados coletados e produção do artigo que foi definido para apresentação como Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia.

Resultados e discussão

O livro didático de Geografia adotado pela escola faz parte da Coleção Vontade de Saber Geografia, publicado pela Editora FTD em 2014. É de autoria de Neiva Camargo Torrezani que é graduada em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina, especialista em Análise e Educação Ambiental em Ciências da Terra pela Universidade Estadual de Londrina e é pesquisadora na área de ensino de Geografia.

O livro didático foi definido a partir da avaliação do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD, subsidiando o trabalho pedagógico dos professores, por meio da distribuição dos livros didáticos para a educação básica, depois de uma avaliação do Ministério da Educação – MEC. O referido documento publica um guia com as coleções aprovadas que ficam disponível para consulta das escolas, onde as mesmas têm o direito de escolher, junto com os professores, os livros que melhor atendam seu Projeto Político Pedagógico - PPP.

No que se refere as observações das aulas de Geografia, percebeu-se que nas turmas do fundamental II do 6º ao 9º ano, que o professor fica preso somente ao livro didático, não coloca exemplos relacionando-os com as experiências dos alunos.

Os conteúdos do programa de ensino e a prática do professor refletem as definições postas no livro didático.

Portanto, compete ao professor da disciplina de Geografia, trazer o conteúdo presente neste livro, intitulado: As características dos espaços rurais brasileiros. Voltando-se para a realidade vivida pelos alunos, sabendo o educador que o distrito de Calabaça que é onde os educandos habitam, está inserido no meio rural de produção voltado para agricultura familiar e, conseqüentemente, são famílias que se adequam as estratégias para desenvolverem outras atividades como forma de manter o sustento da unidade familiar.

Evidencia-se, portanto, a necessidade da escola, juntamente com o professor, pensar em propostas de ensino que promovam um olhar crítico para realidade local, uma formação que instigue, questione e problematize a realidade, e não uma formação de alunos repetidores de informações. Isso implica ir além do livro didático, onde os educandos teriam a oportunidade de criarem seu próprio conceito sobre o que seria agricultura familiar e pluriatividade.

Da coleção de livros analisada, identificou-se que o volume do 7º ano do fundamental II, apresenta o conteúdo de forma bem superficial, expondo uma breve discussão sobre agricultura familiar e pluriatividade.

O livro de Geografia voltado para o 7º ano do fundamental II da escola traz uma temática denominada: As características do meio rural brasileiro. A partir de explicação desse conteúdo em sala de aula o professor pode evidenciar a realidade local e as características do meio rural onde está inserida a escola, buscando a associação dos conteúdos presente no livro com a realidade vivida pelo aluno, introduzindo uma discussão sobre agricultura familiar e pluriatividade que estão inseridas no espaço do distrito. Mas também o professor pode trabalhar em sala de aula esse assunto, sem o mesmo encontrar-se no livro didático, pois é uma temática de ensino que evidenciaria a realidade local.

CONCLUSÃO

No contexto na educação escolar a pluriatividade pode ser discutida em sala de aula se o professor considerar as experiências dos seus alunos, fazendo uma conexão entre conteúdos escolares de geografia e a realidade dos educandos. No entanto, o que se percebe é que o professor ainda está limitado aos conteúdos apresentados no livro didático, sem pensar ou levar para discussão em sala, temas que não necessariamente estejam presentes no material adotado pela escola.

O ensino de Geografia pode levar os alunos à compreensão de uma forma bem mais ampla da realidade, permitindo que nela os mesmos interfiram de forma mais consciente e atuante. Para isso é necessário que os professores estabeleçam um diálogo mais dinâmico na hora de ensinar, não transmitindo os conceitos prontos e acabados presentes no material didático, mas partindo o entendimento do aluno e fazendo com que o mesmo participe em suas construções conceituais.

É sugerido aos professores: que valorizem o conhecimento do aluno adquirido em sua realidade, que estimulem a participação educandos pelo uso de exemplo presentes nas localidades onde os mesmos residem, que considerem o aluno como sujeito ativo no processo de ensino aprendizagem. Portanto, o professor deve desenvolver em seus alunos o papel de ser questionador, pesquisador e crítico de sua experiência espacial, tornar a aprendizagem em algo significativo para a vida dos alunos e, também, incentivar a busca pelo conhecimento.

Portanto, o professor deve desenvolver em seus alunos o papel de ser questionador, pesquisador e crítico de sua própria realidade vivida, tornar a aprendizagem como algo significativo para sua vida enquanto ser social, como também incentivando a busca pelo conhecimento.

REFERÊNCIAS

CALLAI, Helena Copetti. **A Geografia e a Escola: Muda a Geografia? Muda o Ensino?** Revista Terra Livre, n. 16. (p. 133-152). São Paulo, 2001.

Guia de livros didáticos: **PNLD 2014: geografia: ensino fundamental: anos finais**. Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2013.

KAECHER, Nestor André. O gato comeu a geografia crítica? Alguns obstáculos a superar no ensino- aprendizagem de geografia. In: PONTUSCHA, Nídia Nacib; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Geografia em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2002.

KAERCHER, Nestor André. **Desafios e utopias no ensino de geografia**. 3ª ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 1997.

Silva, José Graziano da. **O novo rural brasileiro**. Campinas. Unicamp. Instituto de Economia. 1999.

SILVA, Juniele Martins; MENDES, Estevane de Paula P. Abordagem qualitativa e geografia: pesquisa documental, entrevista e observação. MARAFON, Gláucio J.; RAMIRES, Júlio César de L.; RIBEIRO, Miguel Ângelo; PESSÔA, Vera L.S. **Pesquisa qualitativa em Geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas**. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 207-221, 2013.

SOARES, Renata S. e COSTA, Glauber Barros Alves. Um estudo sobre o ensino de Geografia para a Educação do campo. In: **Anais do V Colóquio Internacional de Educação e contemporaneidade**. São Cristóvão: UFS, 201

EIXO 4 – GEOGRAFIA, ESPAÇO E MOVIMENTOS SOCIAIS

“A TRISTE PARTIDA” E A REGIÃO NORDESTE: SECA, FOME E RELIGIOSIDADE

QUEIROZ, ELOISA ROCHA.

Graduanda em Licenciatura em Geografia – UVA, elorcqueiroz@gmail.com

Resumo

Fonte de inspiração para diversos autores, poetas e músicos, o nordeste brasileiro sempre protagonizou o conteúdo de várias composições artístico-culturais que marcaram a identidade dessa região, habitada por um povo sofrido, mas forte e esperançoso em sua essência, em meio a um espaço de uma terra que permanece a maior do tempo seca e aparentemente sem vida. A música “A Triste Partida”, nos remete a reflexões culturais, religiosas e socioeconômicas, expressa a esperança e ao mesmo tempo o receio do agricultor nordestino quanto à chegada das chuvas. Entre a versão original em forma de poesia idealizada por Patativa do Assaré e a melodia cantada de Luiz Gonzaga, a composição “A Triste Partida” sofre algumas alterações. No presente trabalho a referida música será analisada por meio de algumas de suas passagens, visando descortinar interpretações acerca da realidade nordestina no contexto de sua composição.

Palavras-chave: Região Nordeste; Geografia; Música.

Introdução

Dentre os muitos aspectos apresentados pela região nordeste do Brasil, o que mais se enfatiza é a seca causada pela escassez de chuvas. O nordeste brasileiro sempre foi, e ainda é tido por muitos como um espaço de fome e miséria. O retrato do pobre homem do sertão quando a seca castigava e o mesmo sem recursos e sem dinheiro largava tudo para trás para fugir da agonia e do desespero, migrando na maioria das vezes para a região Sudeste do país, em busca de um meio de vida, mas guardando no coração a esperança de dias melhores e de regresso para sua terra natal, constitui um traço de identidade eminente dessa região.

Tal condição de vida remete-nos a pensar a geograficidade de um povo que se adapta de acordo com a realidade vivenciada em um ambiente seco e castigado, o homem que no sertão faz sua vida, acaba por ter as mesmas características de seu lugar (RAIK 2005). Luiz Gonzaga, o “Rei do Baião”, retratou em suas belas canções a problemática nordestina, o êxodo rural, falou da vida de um povo sofrido em uma época em que os recursos básicos necessários à sobrevivência muitas vezes eram negligenciados, além das condições biofísicas de seu lugar de origem, a população não tinha suporte governamental, largados a própria sorte. A seca, observada apenas como fenômeno natural, seria então o fator fundamental de sua miséria. “Isto tem funcionado como uma espécie de alibi para esconder a real espoliação das populações nordestinas empobrecidas.” (CERQUEIRA, 1984, p. 33).

Atualmente o povo nordestino ainda sofre com a seca, não com o mesmo grau de intensidade, que não é causada somente pela falta de chuvas, mas principalmente pela ausência de políticas públicas que realmente funcionem e resolvam ou amenize essa questão secular. “O problema, portanto, não é mesmo a falta d’água, mas as soluções encaminhadas para resolver a sua má distribuição e as dificuldades de seu aproveitamento” (CPT, 1984, p.36). A visão estereotipada que se tem até hoje de um Nordeste onde somente a fome e a miséria predominam, necessita ser desmitificada

pelas outras regiões do país. Nos dias de hoje o Nordeste ainda sofre com índices de desigualdade e extrema necessidade de recursos básicos, mas atualmente, dentro do país, tem significativa participação socioeconômica. Uma região de grande dimensão territorial, de grande potencialidade, que em muitos aspectos ainda precisa ser valorizada.

Metodologia

O trabalho perpassa basicamente por três etapas metodológicas. A saber:

- a) Levantamento e leitura de bibliografia concernente à relação entre geografia e música;
- b) Definição da escala espacial Nordeste, bem como de sua representação por meio da música “a triste partida”;
- c) Estudo geográfico e interpretação da música em tela, associando à teoria consultada.

Como possível desdobramento deste trabalho, visamos ainda desenvolver tal discussão no âmbito da geografia escolar. Sob este intento, as críticas direcionadas nos serão de valiosa contribuição. Tomemos, com efeito, este próximo passo como um desafio, e um alentador desejo de pesquisador.

Resultados e Discussão

A música é uma expressão cultural e se refere quase sempre a uma dimensão espacial. As composições musicais que tratam da região nordeste do Brasil retratam a realidade vivenciada pelo povo nordestino em tempos de seca, fome, miséria, em uma época onde as condições de vida e os recursos básicos necessários à sobrevivência eram inóspitos. “A música específica de um lugar está carregada de sentidos reais e simbólicos” (CARNEY, 2007, p. 147), traz as características da identidade do lugar e do homem que nele habita. A geografia do lugar se faz pela sua própria natureza e pelo homem do sertão.

No decorrer dos versos da composição “A Triste partida”, Luiz Gonzaga demonstra aos seus ouvintes o sofrimento causado pela seca que ronda a região do nordeste brasileiro, a fome que não da trégua, a esperança de dias melhores, mas ao mesmo tempo o receio do agricultor nordestino quanto à chegada das chuvas. “As canções, como fados do agreste, contam da falta d’água que arrasa e mata, levando para longe os filhos da terra, a terra que expulsa o seu filho retirante, desejo de ficar, mas desprovido de condições para permanecer” (RAICK, 2005, p.35).

“O sertão é este espaço agreste onde o sol escalda e racha o solo, onde a natureza em sua prodigalidade dá a vida à capacidade de recolher-se sobre si mesma e transformar a gota do orvalho no milagre da chuva. Essa natureza que camufla, esconde e persiste, que não deixa incólume quem por ela passa e que cala fundo na alma com dor e júbilo pelas mesmas razões: a água, o solo rachado, o gado magro [...] este sertão que se faz castanho e cinza, que por um milagre se enverdece [...] ” (RAICK, 2005. p.34).

Meu Deus, Meu Deus...

**Setembro passou / com Outubro e Novembro / Já tamo em
Dezembro / Meu Deus, que é de nós, / Meu Deus, meu Deus / Assim
fala o pobre / Do seco Nordeste / Com medo da peste / Da fome
feroz / Ai, ai, ai, ai**

As manifestações culturais do homem do sertão que estão presentes na melodia, à música parece ser ao mesmo tempo uma oração, um pedido de clemência e misericórdia. É através da fé que o povo nordestino procura com esperança a possibilidade de transformar sua história. É na religiosidade que o sertanejo se apega e esperam por dias melhores, algumas crenças populares são expressas na canção, previsões a secura ou a fartura do ano seguinte: “*As pedras de sá*” (experiência popular realizada com pedras de sal no mês de dezembro a partir do dia 13, dia de Santa Luzia) “*a barra*” (clarão que aparece no céu ao nascer do sol, características das nuvens atípicas da época de dezembro).

“Essas ‘experiências’ representam muito mais que exercícios de possíveis previsões de chuva. São, antes de tudo, um traço cultural do povo do nordeste que tem no bom inverno a redenção de sua miséria com a fartura de sua lavoura”. França Jr. (2009, apud MATOS, 2011, p.29).

**A treze do mês / Ele fez experiência / Perdeu sua crença / Nas pedra
de sá, / Meu Deus, meu Deus / Mas noutra esperança / Com gosto se
agarra / Pensando na barra /
Do alegre Natá / Ai, ai, ai, ai
Rompeu-se o Natá / Porém barra não veio / O sol bem vermeio /
Nasceu muito além / Meu Deus, meu Deus / Na copa da mata /
Buzina a cigarra / Ninguém vê a barra /
Pois barra não tem / Ai, ai, ai, ai**

As formas de manifestação da fé que encontramos na relação entre o homem e o sagrado são de sujeição ao divino diante daquilo que se compreende por destino, o homem do sertão encara a seca como um castigo, os pecados são lembrados como justificativa para o sofrimento de sua lamentável condição de vida. “Aqui a vontade divina como um sentido de fatalismo ou predestinação é, na maioria das vezes, compreendida como provas pelas quais as almas devem passar para garantir sua entrada meritosa no Reino de Deus” (RAIK, 2005, p. 41).

É na figura religiosa de São José, que a expectativa de dias melhores persiste ao passar dos meses, o apelo fervoroso ao santo, cujo dia é 19 de março representa a ansiedade e a esperança. “São José, portanto, representa o bom pai, o trabalhador, a fertilidade através das chuvas: a ele se pede a felicidade dos filhos, o pão de cada dia, o trabalho e a abundância” (RAIK, 2005, p. 42).

**Sem chuva na terra / Descamba Janêro, / Depois feverêro /E o
mesmo verão / Meu Deus, meu Deus / Entonce o nortista /
Pensando consigo / Diz: “isso é castigo / não chove mais não” / Ai,
ai, ai, ai**

**Apela pra Março / Que é o mês preferido / Do santo querido / Sinhô
São José / Meu Deus, meu Deus / Mas nada de chuva / Tá tudo sem
jeito / Lhe fogue do peito / O resto da fé / Ai, ai, ai, ai**

Mesmo com toda sua fé e esperança, os apelos fervorosos de nada mais adiantam, já descrente e abatido o homem nordestino perde sua perspectiva em dias melhores e com fartura, a seca severa castiga a tudo e a todos, como animal faminto e voraz que a tudo devora. O sertanejo pela total falta de opção de permanecer em seu lugar de origem se via forçado há vender o pouco que tinha, na tentativa de salvar sua família do triste flagelo de um lugar que já não se tinha possibilidades de habitar. Partir para São Paulo, é a solução que o homem do sertão encontrava para esquivar-se daquela amargura, deixar sua terra, migrar para terras alheias, a procura de uma melhor condição de sobrevivência, e no coração, a esperança de dias melhores e de regresso para sua terra natal. As lembranças são inevitáveis, o sofrimento ao ter que deixar tudo para trás e ao mesmo tempo um sentimento de culpa por toda sua miséria, e os filhos do pobre sertanejo que já sentiam tão precocemente o flagelo da seca. De toda uma vida de luta, agora só restavam lembranças do seu lugar, do seu povo, da sua cultura.

“A seca, ao invés de ser fundamento da identidade nordestina – embora seja esse seu significado discursivo – representa – em sua concretude fática – a morte da história e da cultura do nordestino: a partir do momento em que a resistência humana sucumbe à hostilidade das condições naturais, torna-se vítima do oportunismo do poder social (“Pois logo aparece/ Feliz fazendêro/ Por pôco dinhêro/ Lhe compra o que tem”). Perde tudo, trocando a vida e a terra pelo mito da “cidade grande”, onde poderiam ser encontradas melhores condições de vida:”(MATOS, 2011, p.32).

Agora pensando / Ele segue ôtra tria / Chamando a famia / Começa a dizer / Meu Deus, meu Deus / Eu vendo meu burro / Meu jegue e o cavalo / Nós vamo a São Palo / Vivê ou morrê / Ai, ai, ai, ai

Nóis vamo a São Palo / Que a coisa tá feia / Por terras aléia / Nós vamos vagar / Meu Deus, meu Deus / Se o nosso destino / Não for tão mesquinho / Ai pro mesmo cantinho / Nós torna a voltar / Ai, ai, ai, ai

E vende seu burro Jumento e o cavalo / Inté mesmo o galo / Venderam também / Meu Deus, meu Deus / Pois logo aparece Feliz fazendeiro / Por pouco dinheiro / Lhe compra o que tem / Ai, ai, ai, ai

Em um caminhão / Ele joga a famia / Chegou o triste dia / Já vai viajá / Meu Deus, meu Deus / A seca terrívi / Que tudo devora / Ai, lhe bota pra fora / Da terra natá / Ai, ai, ai, ai

O carro já corre / No topo da serra / Oiando pra terra / Seu berço, seu lar / Meu Deus, meu Deus / Aquele nortista / Partido de pena / De longe acena / Adeus meu lugar / Ai, ai, ai, ai

No dia seguinte / Já tudo enfadado / E o carro embalado / Veloz a correr / Meu Deus, meu Deus / Tão triste, coitado / Falando saudoso / Com seu filho choroso / Iscrama a dizer / Ai, ai, ai, ai / De pena e saudade / Papai sei que morro / Meu pobre cachorro / Quem dá de comer?

Meu Deus, meu Deus / Já outro pergunta / Mãezinha, e meu gato? / Com fome, sem trato / Mimi vai morrer / Ai, ai, ai, ai / E a linda

pequena / Tremendo de medo / "Mamãe, meus brinquedo / Meu pé de fulô?"

Meu Deus, meu Deus / Meu pé de roseira / Coitado, ele seca / E minha boneca / Também lá ficou / Ai, ai, ai, ai

E assim vão dexando / Com choro e gemido / Do berço querido / Céu lindo e azu / Meu Deus, meu Deus / O pai, pesaroso / Nos fio pensando / E o carro rodando / Na estrada do Su / Ai, ai, ai, ai.

Em décadas passadas o povo nordestino constituiu uma visão ilusória de migração para a cidade de São Paulo, na região Sudeste do país, o falso idealismo da promessa de uma qualidade de vida melhor, de fácil oportunidade de emprego, melhores salários, entre outros. Almejando uma instável condição financeira, quando um nordestino migra para o Sudeste, assumindo a condição de retirante, esse personagem que faz o deslocamento dentro da região e do país.

“O retirante é, em nossa representação coletiva, um migrante seccional que, no entanto, não faz seu retorno; o retirante é primeiramente forçado pela natureza inóspita, a seca, a fugir de seu local de habitação em busca de condições de sobrevivência, e depois pela miséria e a pobreza, consequência de uma espera e do descaso histórico.” (RAIK, 2005, p. 36).

Nos últimos versos da canção, observamos um nordestino infeliz, longe de sua terra, lhe restando apenas boas lembranças do seu lugar, com suas recordações de um passado cada vez mais distante da realidade social em que ele agora se encontra, uma realidade que cada vez mais o oprime. Como a própria música diz: *“Faz pena o nortista / Tão forte, tão bravo / Viver como escravo / No Norte e no Sul”*. “A diáspora nordestina conhece apenas uma mudança espacial, pois no fundo permanece a mesma situação de opressão e de pobreza: se agora não falta água, continua a escassez de vida e de esperança.” (MATOS, 2011, p. 34).

Chegaro em São Paulo / Sem cobre quebrado / E o pobre acanhado / Percura um patrão / Meu Deus, meu Deus / Só vê cara estranha / De estranha gente / Tudo é diferente / Do caro torrão / Ai, ai, ai, ai

Trabaia dois ano, / Três ano e mais ano / E sempre nos prano / De um dia vortar / Meu Deus, meu Deus / Mas nunca ele pode / Só vive devendo / E assim vai sofrendo / É sofrer sem parar / Ai, ai, ai, ai

Se alguma notícia / das banda do Norte / Tem ele por sorte / O gosto de ouvir / Meu Deus, meu Deus / Lhe bate no peito / Saudade de móio / E as água nos óio / Começa a cair / Ai, ai, ai, ai

Do mundo afastado / Ali vive preso / Sofrendo desprezo / Devendo ao patrão / Meu Deus, meu Deus / O tempo rolando / Vai dia e vem dia / E aquela famia / Não vorta mais não / Ai, ai, ai, ai

Distante da terra / Tão seca mas boa / Exposto à garoa / A lama e o paú / Meu Deus, meu Deus / Faz pena o nortista / Tão forte, tão bravo / Viver como escravo / No Norte e no Su / Ai, ai, ai, ai

Conclusão

Vemos o quão significativa, geograficamente tratando, pode ser o conteúdo de uma música. Esta diz respeito a uma análise que necessita de uma boa formação de quem a propõe por um lado, e por outro precisa se mostrar como uma metodologia realmente interpretativa para os outros que fazem parte deste

processo. Cabe salientar que os espaços e as composições artístico-culturais que os problematizam são passíveis de interpretações diversas. Com isso queremos dizer que, por exemplo, de acordo com as vivências e experiências, individuais e coletivas, o nordeste é múltiplo.

Evidente que, a julgar pela letra da “a triste partida”, de Luiz Gonzaga, há certa tendência discursiva em determinadas composições. Com efeito, o proponente, seja ele professor ou não, pode seguir essa tendência, assim como pode fazer com que a discussão seja alargada. De um Nordeste de outrora e que ainda resiste hoje, por exemplo, pode-se passar de temas como seca, fome e religiosidade, para outros como produção agrícola, turismo e meio ambiente. Ademais, dialeticamente, os temas citados podem ser trabalhados de modo que apareçam correlacionados entre si, afinal, a realidade é uma só. De um sertão e um homem sem perspectiva, pode-se, ou não, visualizar-se outra dinâmica espacial da região e dos homens que habitam a região.

A música para a análise geográfica, na verdade, deve funcionar como um mecanismo de fomento a um projeto de construção cidadã. É esta a tarefa da Geografia. A realidade deve ser desobscurecida.

Referências

CARNEY, George O. Música e Lugar. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Org.). **Literatura, Música e Espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. 150 p.

CERQUEIRA, Paulo Cezar Lisboa. A Seca no Contexto Social do Nordeste. In: CPT. CEPAC. IBASE. **O Genocídio do Nordeste**. São Paulo: Hucitec, 1984. 147 p.

Experiências com pedras de sal. Disponível em <<<http://omundocomoelee.blogspot.com.br/2009/12/experiencia-das-pedras-de-sal.html>>> Acesso em: 14 de ago. de 2015 às 14:24.

MATOS, Marcos Paulo Santa Rosa. **As Representações do Nordeste em “A TRISTE PARTIDA” de Luiz Gonzaga**. Espéculo: Revista de Estudios Literarios, 2011, - dialnet.unirioja.es. Disponível em <<<http://pendientedemigracion.ucm.es/info/especulo/numero47/tristepar.html>>> Acesso em: 12 de ago. de 2015 às 09:20.

RAICK, Regina Celi Fonseca. O Homem, o Sertão e a Cultura. In: FALCÃO SOBRINHO, José; FALCÃO, Cleire Lima da Costa. (Org.). **Semi-Árido Diversidades, Fragilidades e Potencialidades**. 1ª ed. Sobral: Sobral Gráfica, 2006. 213p. : il.

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: A RELAÇÃO ENTRE O MDA E A COFASPI NO TERRITÓRIO PIEMONTE DA DIAMANTINA-BA

FIGUEREDO, DHIONE ANDRADE¹

1 – Graduado em Geografia. Pós Graduando em História Cultura Urbana e Memória
– UNEB

RESUMO

Este trabalho, fruto inicialmente da pesquisa desenvolvida pelo Projeto de Iniciação Científica realizado em parceria com a Universidade do Estado da Bahia – UNEB, tem como objetivo central analisar as implicações e desdobramentos resultantes da adesão da COFASPI as proposições da política de desenvolvimento territorial, implementada pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário, através principalmente da linha de ação do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais. Devido ao seu papel protagonista na condução da referida política territorial e na mobilização política no recorte regional do estudo, justifica-se a importância de se pensar criticamente essa realidade e os desdobramentos na realidade socioeconômica da sociedade civil organizada pertencente à COFASPI.

Palavras Chaves: Desenvolvimento territorial; Território; Participação Social

INTRODUÇÃO

A análise das implicações e desdobramentos resultantes da adesão da COFASPI as proposições da política de desenvolvimento territorial, implementada pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário, é de grande relevância para subsidiar a discussão efervescente sobre a repercussão das novas estratégias de planejamento estatal, que se propõem mais descentralizadas e plurais, através de uma valorização do envolvimento dos diversos agentes territoriais na condução das políticas públicas, incentivando o estreitamento das relações entre o Estado e a sociedade. Nesse sentido, a Cooperativa de Assistência a Agricultura Familiar Sustentável do Piemonte da Diamantina (COFASPI) é responsável pela articulação de agricultores familiares, espacialmente dispersos no Território Piemonte da Diamantina, a fim de aglutinar esforços para dirimir problemas socioeconômicos e fortalecer a atuação política dos seus filiados na gestão territorial. O protagonismo dessa organização na estruturação e gestão do Território Piemonte da Diamantina, nos instigou a buscar analisar a efetividade de sua participação nos espaços decisórios do referido Território, já que este recorte espacial é o seu maior substrato de atuação.

A COFASPI tem se apropriado dos conceitos e preceitos defendidos pela política de desenvolvimento territorial para subsidiar sua atuação no recorte regional, bem como para beneficiar-se de editais publicados pelos governos federal e estadual. Essa aproximação estreita entre a cooperativa em foco e a política do MDA, em especial, nos motivou a entender a repercussão desse estreitamento Estado-Sociedade nas concepções e ações da COFASPI.

Diante disso, propusemos desenvolver essa pesquisa através do Programa de Bolsa de Iniciação Científica desenvolvida na Universidade do Estado da Bahia - UNEB, onde objetivamos principalmente analisar as implicações e desdobramentos resultantes da adesão da COFASPI as proposições da política de desenvolvimento territorial, implementada pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário, através principalmente da linha de ação do Programa Nacional de Desenvolvimento

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento da pesquisa foi imprescindível realizar a revisão de literatura para melhor elucidação e compreensão da realidade investigada, discutindo os conceitos de desenvolvimento territorial, território e participação social, já que a referida cooperativa utiliza com veemência essas categorias para potencializar a sua atuação. A apropriação do conceito de território também é primordial para entender os pressupostos norteadores do planejamento governamental, cuja dimensão espacial está alicerçada nessa categoria geográfica.

Além disso, considerando que esta organização trata-se de uma cooperativa, faz-se necessário fazer um estudo teórico acerca do cooperativismo, almejando categoriza-la quanto a sua natureza tipológica, uma vez que essas apreensões são importantes para entender a imbricação dessas diferenciações institucionais das organizações coletivas da sociedade civil com as exigências normativas estabelecidas pelo governo, sobretudo quando trata-se de uma beneficiamento por meio de projetos promovidos pela política do Estado, além de nos revelar e enfatizar as necessidades socioeconômicas do Território.

O aporte teórico tem sido fomentado a partir dos referenciais da pesquisa, realizando o levantamento bibliográfico, documental e cartográfico, consultando livros, artigos, teses, dissertações, monografias, anais, textos de jornais e revistas, relatórios de atividades, sites tanto governamentais quanto das organizações investigadas, dados estatísticos e censos, levantados junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Superintendência de Estudos e Informações do Estado da Bahia (SEI) e a Companhia de Ação Regional (CAR).

Considerando que este trabalho trata-se de um estudo de caso, é fundamental a realização de uma pesquisa de campo. Dessa forma, a partir de uma discussão teórica e um levantamento prévio de informações teremos subsídios para realizar os instrumentos de coleta de campo adequados aos novos objetivos da pesquisa. Após esse planejamento do trabalho de campo, partimos para a realização de entrevistas com as principais lideranças da cooperativa em tela. Realizar-se-á também a observação sistemática, participando das reuniões promovidas por essa organização durante o período de pesquisa.

Após a realização de algumas entrevistas, deu-se início a análise do conteúdo dos testemunhos e documentos adquiridos, paralelo a uma sistematização dos dados coletados, fazendo uso de técnicas estatísticas para classificá-los e tabulá-los, culminando na elaboração de gráficos, quadros, tabelas e na produção e organização de acervo cartográfico e fotográfico, que serão de grande relevância para o entendimento do que se propôs estudar, permitindo a realização de análises empíricas articuladas com as discussões teóricas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Desde o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), adotou-se princípios e elementos do enfoque territorial, como o incentivo ao cooperativismo e à participação social. Mas é no ano de 2003, com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, vinculada ao Ministério de Desenvolvimento Agrário que a abordagem territorial do desenvolvimento ganha corpo. O território,

instrumentalidade dessa política, passou a ser visto como instância que viabiliza o estreitamento da relação sociedade e Estado, e como estratégia metodológica de ascensão dos/das agricultores (as), numa visão integradora do espaço, da sociedade, dos mercados e das políticas públicas.

No Território Piemonte da Diamantina, especificamente, a COFASPI tem defendido a abordagem territorial do desenvolvimento rural sob quatro argumentos: a) renúncia a ação verticalizada de exercício de poder; b) necessidade de valorização do Território enquanto escala que viabiliza a participação social e a interlocução entre Estado e sociedade civil; c) possibilidade de beneficiar-se e fortalecer-se com as promessas de mudanças advindas da nova política territorial do Estado Brasileiro, anunciadas pelo novo contexto político-institucional desenhado desde o Governo Lula; e d) estratégia de enfatizar o coletivo, já que o Território representa “o povo”, sendo por isso, a plataforma espacial que dá sustentação à elaboração de enunciados, discursos e reivindicações.

Os resultados da pesquisa apontam que a participação da COFASPI e do MDA, se aproxima da mera gestão de recursos públicos, pois reduz o conteúdo propriamente político da participação, expresso na ênfase gerencialista. O papel que ela tem desempenhado após o alinhamento com a Política de Desenvolvimento Territorial Rural, principalmente, considerando sua liderança na condução do projeto político do Território Piemonte da Diamantina, aponta um arrefecimento da luta pela conquista da terra e pela reforma agrária, acompanhado por um impulso na direção de ações de caráter mais assistencialista. Reproduz-se as concepções da atual política de desenvolvimento territorial do Estado, e com elas a nebulosidade que cerca as intenções que orientam a participação e a democratização das políticas públicas.

CONCLUSÃO

Até o estágio atual em que se encontra a pesquisa já pôde-se perceber a complexidade da reprodução dos conceitos/ideias de desenvolvimento territorial e participação social. A incorporação da abordagem territorial nas políticas públicas de desenvolvimento rural está atrelada a uma dinâmica de intersecção entre o conhecimento científico e a instância político-econômica mundial. Nesse contexto, os organismos internacionais ocupam posição de destaque, principalmente pelo seu papel de financiador, e portanto, “orientador” das perspectivas de desenvolvimento adotadas no Brasil.

O conjunto de ações seminais do fenômeno coronelista que ainda se faz presente no Território Piemonte da Diamantina continua manifestando-se e fortalecendo-se, haja vista o arrefecimento da luta de organizações sociais como a COFASPI e as próprias fissuras apresentadas no desenvolver da política territorial do MDA. O deslocamento da noção de participação, que se reduz a gestão, subverte o significado político desse conceito. Sendo assim a perigosa relação de parceria entre o Estado e a COFASPI tem resultado numa pseudo participação social, conformando o que Dagnino (2004) denomina de confluência perversa, marcada pela descaracterização da luta da sociedade civil em favor dos intentos neoliberais defendidos pelo Estado.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia. A questão do território no Brasil. São Paulo: Hucitec; Recife: IPESPE, 1995.

BRITO, Cristóvão. Algumas observações sobre o conceito de território. Agora, Santa Cruz do Sul, v. 11, n.2, p. 115-131, jul./dez. 1995.

DAGNINO, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. In: Política e Sociedade, n.5, p. 139-164, out./2004.

DALLARI, Dalmo de Abreu. O que é participação política. São Paulo: Brasiliense, 2004.

DELGADO, N. G. et al. Desenvolvimento territorial: articulação de políticas públicas e atores sociais. Relatório parcial. Rio de Janeiro: IICA/OPPA, 2007.

FAVARETO, Arilson. Paradigmas do desenvolvimento rural em questão: do agrário ao territorial. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

HAESBAERT, Rogério. O Mito da Desterritorialização. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. Regional-global: dilemas da região e da regionalização na Geografia contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. Território, Globalização e Fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil - Território e Sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Editora Record, 2012.

SAQUET, Marcos Aurélio. Abordagens e concepções de território: São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello; SILVA, Barbara-Christine Nentwing Silva. Estudos sobre Globalização, Território e Bahia. Salvador: UFBA, 2006.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. In CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

ENTRE DISCURSOS E DESCASOS: REFLEXÕES SOBRE A PROBLEMÁTICA ATUAL CAMPONESA VIVENCIADA PELA COMUNIDADE BAIXIO DAS PALMEIRAS PELO PROJETO (CAC) NO MUNICÍPIO DE CRATO/CE.

OLIVEIRA, Felipe Álamo Matos de¹, FERREIRA, Paulo de Sousa², PIANCÓ, Ana Roberta Duarte³.

1 – (Graduando) – URCA, f.geography@hotmail.com

2 – (Graduando) – URCA, paulosousa.pr@gmail.com

3 – (Mestre) – URCA, roberta.pianco@urca.br

RESUMO

Este trabalho abarca a discussão da atual problemática que vivenciam as famílias camponesas da comunidade Baixio das Palmeiras no município de Crato/CE, resultante da preocupação intrínseca de compreender a resistência e luta dos assentados em virtude dos impactos gerados pelo processo de desterritorialização provocado pelo Projeto Cinturão das Águas do Ceará (CAC) na referida área. Quanto à metodologia utilizada, de antemão, fez-se o levantamento bibliográfico visando definir o quadro teórico que reflete a temática em análise e o trabalho de campo, onde por meio de roda de conversa, uma gama de registros e anotações do local foi feita. Neste sentido, o presente trabalho foi pensado a partir de um relato após um trabalho de campo realizado na comunidade Baixio das Palmeiras. Portanto, objetiva trazer algumas reflexões do que foi vivenciado em campo e registrado no diário ao passo que, buscamos entender os motivos da resistência e luta dos assentados.

Palavras-chave: Comunidade Baixio das Palmeiras. Projeto CAC. Desterritorialização.

INTRODUÇÃO

Pensar a resistência camponesa na luta pela terra não é tarefa fácil, exige esforço e dedicação no sentido de compreendê-la. É necessário trabalho de campo, além de aportes teóricos, no qual forneçam um arsenal ao pesquisador, possibilitando possíveis chaves de interpretação da realidade.

Buscar entender os enredos dos conflitos e os significados da luta pela terra. Nesse sentido, devota mais do que leituras específicas e registros abstratos sobre o assunto. Dessa maneira, demanda por parte do pesquisador (re)visitas e conversações com membros locais, impregnação da atmosfera social do lugar e até mesmo emocional das próprias pessoas. Assim, poderemos entender e apreender por via da ótica da própria comunidade os motivos que, os têm motivado a luta e a resistência em prol da permanência dos mesmos, nos seus espaços.

Com o intuito de trabalhar temas pertinentes à questão agrária, o presente trabalho, fruto da dedicação de um esforço conjunto, consistiu da práxis realizada

de uma aula de campo destinada à comunidade rural Baixio das Palmeiras no município de Crato/CE. Como cerne da discussão, objetivou-se compreender a problemática que a comunidade atualmente está vivenciando: o processo de desterritorialização provocado pela implantação do Projeto Cinturão das Águas do Ceará (CAC), considerado a maior obra hídrica do Estado.

Projetada pela Secretaria dos Recursos Hídricos (SRH) e, financiada pelo Governo Federal em parceria com o Governo do Estado do Ceará, a obra, considerada um braço complementar do Projeto Transposição do Rio São Francisco, “promete” segundo o discurso do Governo Estadual, garantir água as populações que residem nas regiões “mais carentes” desse recurso do semiárido nordestino. Isto se fará através do transporte de águas por canais, adutoras/sifões ou túneis, para onze bacias hidrográficas do sul e parte ocidental do estado em um sistema adutor com extensão total de 1.300 km, formado por um eixo principal e três ramais secundários a partir da interligação do eixo norte da transposição do Rio São Francisco. Esta, além de garantir o suprimento hídrico de uma parcela representativa das populações difusas do meio rural e dos pequenos aglomerados urbanos, também subsidiará cidades interioranas de pequeno a médio porte e de algumas cidades grandes, de acordo com dados oficiais do Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) do projeto.

A empresa responsável pela elaboração do presente estudo é a Construtora VBA Tecnologia e Engenharia S/A, empresa prestadora de serviços na área de recursos hídricos e meio ambiente.

Nessa perspectiva, esse trabalho analisará o impacto do canal principal composto por três eixos, dos quais daremos destaque ao trecho I (Jati-Cariús). Neste, as obras iniciaram no município (especificamente na barragem) de Jati, e se estenderão interceptando a região do Cariri por uma extensão total de 149,82 km, desde o ponto de captação na tomada d’água da referida barragem até o seu ponto final no rio Cariús cruzando o território dos municípios de Jati, Porteiras, Brejo Santo, Abaiara, Missão Velha, Barbalha, Crato, além de Nova Olinda segundo o EIA/RIMA oficial da obra.

- 3 Segundo informações contidas na revista Berro (2014), parte da rota do CAC foi desviada para outras localidades em virtude de algumas pequenas fábricas e indústrias localizadas no curso inicialmente projetado pelos responsáveis do projeto. Infelizmente, a consequência disso foi a desterritorialização de comunidades rurais tradicionais, e a sua proposta de/para outros povoados, sobretudo para os residentes da Comunidade Baixio das Palmeiras, que se consideram vítima(s) desse(s) processo(s), além de outras comunidades afetadas (direta e indiretamente) como é o caso de: Baixio do Muquem, Baixio dos Oitis e Chapada.

Tendo em vista, os impactos gerados, notou-se que não somente o patrimônio natural, arqueológico e paleontológico (ainda inexplorados) da região será afetado, como a terra (principal e único meio de sobrevivência), a casa, os pertences, a história dos moradores, toda uma vida passada de experiências, de lutas, de conquistas e glórias, vizinhanças, tradições, além de artefatos símbolos

histórico-culturais identitários da comunidade - como a única casa de farinha restante das nove que estiveram ativas no Baixio das Palmeiras até meados da década de 70 - serão “perdidos”. Assim como ocorre com o Projeto da Transposição, “Paralelamente a impactos favoráveis à melhor condição de vida, [...] o Projeto propiciará [...] a repercussão negativa para as comunidades tradicionais, não apenas para sua vida material, mas também para sua cultura [...]”. (LIMA, 2005).

O lugar, mais do que mero espaço de morada e trabalho, sinônimo de referência espacial, é, sobretudo para essa comunidade, espaço de vivências, de histórias, espaço de laços afetivos e de boas lembranças, de luta e resistência, espaço “sagrado”, de símbolos e significados, mas também de produção agrícola voltada à subsistência camponesa, lugar de famílias que mais do que nunca, lutam por legitimar e preservar a sua história em meio aos desafios que em oposição, buscam contrariamente outros propósitos. “O lugar, no entanto, tem mais substância do que nos sugere a palavra localização: ele é uma entidade única, um conjunto 'especial', que tem história e significado. [...] encarna as experiências e aspirações das pessoas.” (TUAN, 1979, p. 387 apud

HOLZER, 1999, p. 70).

Sair de seu espaço e romper com o elo criado com ele - denominado de *topoflia* por Tuan (1974) - e os objetos-significados seria então para essa comunidade ou para esse grupo, metaforicamente falando, como arrancar ou se desfazer da parte fundamental do todo que os define e os compõe. Até fora dos casos patológicos, aponta Halbwachs (2006, p. 157) que:

[...] quando algum acontecimento também obriga a que nos transportemos a um novo ambiente material, antes mesmo que a ele tenhamos nos adaptado, atravessamos um período de incerteza, como se houvéssemos deixado para trás toda a nossa personalidade.

Em virtude disso, muitos conflitos foram (e continuam sendo) gerados, tanto, entre aqueles que se dizem a favor da obra como, aqueles que de certa forma se mostram contrários, quanto, entre os próprios moradores da comunidade. Mediante estas considerações, o lugar, assume assim, e aos poucos se transforma em território, e passa de ambiente passivo a centro de posições e imposições, sofre com ameaças internas e externas, vira local de negociações, de jogo político, e passa assim, a florir posturas autoritárias de poder. “Como projeção espacial de uma relação de poder, o território é, no fundo, em si mesmo, uma relação social. Mais especificamente, uma relação social diretamente espacializada.” (SOUSA, 2013, p. 34-35).

Neste sentido, e partindo desse intuito de objetividades, este trabalho foi pensado, conforme já mencionamos, a partir de um relato após um trabalho de campo destinado à comunidade Baixio das Palmeiras. Portanto, visa trazer algumas reflexões do que foi vivenciado em campo e registrado no diário ao passo que, buscamos entender os motivos da resistência e luta dos assentados. “Essa leitura da luta pela terra nos permite compreender que organização social e território são partes indissociáveis da luta camponesa.” (FERNANDES, 2007, p. 142).

A importância desse estudo discorre da compreensão da resistência e da luta camponesa dos assentados da comunidade contra o Projeto CAC. Espera-se a partir

disso, promover algumas indagações e reflexões sobre a problemática paralelamente as observações feitas no empírico, partindo dos depoimentos dos entrevistados e, pegando como gancho algumas indignações relatadas diante do processo de desterritorialização vivenciado e ainda a vivenciar por alguns moradores da comunidade Baixio das Palmeiras.

METODOLOGIA

De antemão, foram levantados referenciais teóricos que possibilitaram por parte dos pesquisadores certo grau de familiaridade e envolvimento com a área proposta para fins de estudo e compreensão da problemática vivenciada pelos camponeses da comunidade Baixio das Palmeiras. Esta etapa se deu em gabinete, indispensáveis para reflexão e embasamento dos procedimentos metodológicos aplicados e utilizados em campo. A citar de exemplo, a “pesquisa qualitativa” e a “roda de conversa”.

Posteriormente as etapas precedentes, realizou-se o trabalho qualitativo de campo. Esta etapa foi de suma e, inteira importância por possibilitar aos investigadores compreenderem um método de pesquisa adequado aos planos do trabalho ao tornar possível “[...] verificar como as pessoas avaliam uma experiência, ideia ou evento; como definem um problema e quais opiniões, sentimentos e significados encontram-se associados a determinados fenômenos.” (IERVOLINO; PELICIONI, 2001, p. 116).

No contexto da pesquisa, para que a atmosfera de informalidade e descontração pudesse ser mantida em momentos de diálogo com alguns membros da comunidade, adotou-se o método Roda de Conversa, por sua característica de permitir que os participantes expressassem, simultaneamente, suas impressões, seus conceitos, opiniões e concepções sobre o tema proposto para discussão, mas, sobretudo, por permitir trabalhar reflexivamente as manifestações expressas pelo grupo (MELO e CRUZ, 2014). Mais que uma mera técnica de pesquisa, “[...] as *Rodas de Conversa* abriram espaço para que os sujeitos [...] estabelecessem um espaço de diálogo e interação, ampliando suas percepções sobre si e sobre o outro [...]” (MELO e CRUZ, 2014), subsidiando o trabalho dos pesquisadores em ação.

Por meio desta técnica de trabalho (utilizada para levantamento de dados), gravações, observações, enfim, uma gama de registros e anotações desse local foi feita. Essas tiveram o intuito de se aproximar na práxis da situação que vivenciam os grupos de assentados atingidos pelo Projeto CAC e compreender os impactos que este vem gerando a comunidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante da problemática que vivenciam as famílias camponesas da comunidade aqui descrita, podemos observar mediante os estudos a colocação de duas frentes gerais de interesses e de atuação: de um lado, os que se dizem a favor do povo e que cujas ações práticas se justificam em benefício desses, e de outro, os

que de certa forma, lutam para não serem atingidos negativamente com a aplicação dos projetos e empreendimentos dos primeiros empregados.

No ponto de vista dos moradores que ainda resistem à desapropriação, indignados, muitos explanam sobre o descaso e o modo enganoso adotado por representantes da construtora VBA, aonde desde o primeiro momento que chegam à comunidade. Mediante a isso, vários conflitos e discórdias foram (e continuam sendo) gerados. Em virtude disso, o clima de incertezas e de tensões só aumenta, mas, pensamos que caso continue, terá como uma das consequências, à ruptura do espírito de coletividade da população camponesa privilegiando a posição déspota dos opressores. E isso é um dado sério a se levar em consideração quando se trata da luta conjunta e do fortalecimento das ações de resistência do referido grupo.

Equiparando os dados obtidos neste trabalho, é notável que a empresa responsável pelos estudos e levantamentos técnicos, a VBA, não interpreta a situação dos moradores como afetados, mas como beneficia(n)dos do processo. Isto se deve em virtude da equiparação dos benefícios paralela aos malefícios que, segundo a visão do governo (para não falar capitalista) os resultados positivos serão maiores que os negativos que o CAC poderá vir a gerar.

Mediante estas considerações, alguns questionamentos se fazem importantes e ao mesmo tempo necessárias ao passo que, famílias camponesas estão sendo desapropriadas de suas terras, e sofrendo psicologicamente com as perdas de seus bens materiais e imateriais. Nesse sentido, algumas indagações são importantes: será que irá se beneficiar mesmo com tal projeto? Segundo o discurso do Governo Estadual, os beneficiários vivem nas regiões “mais carentes” de água do semiárido nordestino? Ou será mais uma das manobras políticas para beneficiar a aristocracia agrária, interesses de políticos, as corporações do agronegócio? Está é uma questão em aberto que fica a mercê de provocação para estudos posteriores. As informações que façam menção ao desvio do curso da obra para outros locais que não seja mais para o espaço da comunidade constitui o principal objetivo da população. Isto poderia, segundo eles, resolver os conflitos, as discórdias e, conseqüentemente, a situação.

O entrave que já vinham acontecendo desde o início do projeto se fortalece através das organizações da comunidade que passa a se articular de forma mais ferrenha em prol da permanência no local. A importância de algumas atividades de reivindicações e de resistência da associação local se dá pela articulação da comunidade em grupos, fortalecendo os movimentos de luta/resistência onde obtém por intermédio das mobilizações alguns avanços. A citar de exemplo, a diminuição do número de casas atingidas pela obra, que passou de 132 para 17 casas na comunidade de acordo com declaração dos representantes da empresa VBA. Entretanto, os moradores sabem que o número de casas e/ou moradores, diretamente impactados ou indiretamente vão ser muito maior, quando do início da obra. Nesse sentido, encontram-se mobilizados através da criação de um movimento que estão encontrando adeptos e apoiadores em todo Cariri Cearense, intitulado Pacto das águas, no qual se tem refletido sobre a gestão da água no Cariri.

Outro aspecto que causa preocupação nos moradores é o processo de urbanização que avança da cidade de Crato/CE. Muitos se dizem preocupados pelas ameaças que essa urbanização vem causar nas comunidades rurais. Portanto,

temem terem que enfrentar os impactos deste processo nas suas comunidades. Este é mais um dado a se somar nos estudos sobre a temática.

Estas afirmações se fortalecem na fala dos entrevistados e da população de assentados ao explanarem suas angústias e incertezas quando se trata de obterem esclarecimento de algumas informações a respeito de como a comunidade será impactada.

CONCLUSÃO

A tensão e os conflitos ocasionados na comunidade Baixio das Palmeiras justificam-se pela preocupação e pelo medo dos assentados de terem que forçadamente saírem do seu território. A partir do que foi relatado e observado por via dos depoimentos colhidos nas rodas de conversa, a perda do território dos seus antigos espaços seria como apagar parte de suas histórias ou, metaforicamente falando, como arrancar o espírito e a personalidade que os definem. O espaço, muito mais que mero local de morada é um espaço de sobrevivência e resistência camponesa, é para o referido grupo, lugar de identidade, de boas lembranças, lugar de histórias, enfim, espaço de bons significados e de memórias, lugar de intenso vínculo emocional. Estas considerações constituíram e constituem um dos dados principais no entendimento da resistência e da luta pela terra na comunidade destacada.

REFERÊNCIAS

FERNANDES, Bernado Mançano. Formação e Territorialização do MST no Brasil: 1979 – 2005. In: MARAFON, Glaucio José & RUA, João & RIBEIRO, Miguel Angelo (Orgs.). **Abordagem teórica – metodológicas em Geografia Agrária**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2007.

FERREIRA, Michel Monteiro. População de distrito no Crato protesta contra obra do “Cinturão das Águas do Ceará”. **Revista Berro**. Publicado em: set. de 2014. Disponível em: <<http://revistaberro.com/reportagem/populacao-de-distrito-no-crato-protesta-contr-obra-do-cinturao-das-aguas-do-ceara/>>. Acesso em: out. de 2015.

HALBWECHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.

HOLZER, Werther. O Lugar na Geografia Humanista. **Revista Território**, Rio de Janeiro, n.7, p.67-78, 1999.

IERVOLINO, S. A.; PELICIONI, M. C. F. A utilização do grupo focal como metodologia qualitativa na promoção da saúde. **Revista Escola de Enfermagem**. USP, v. 35, n. 2, p.115-21, jun. 2001.

LIMA, Luiz Cruz. ALÉM DAS ÁGUAS, A DISCUSSÃO NO NORDESTE DO RIO SÃO FRANCISCO. **Departamento de Geografia**, 17, 2005, pag. 94-100.

MELO, Marcia C. Henares de.; CRUZ, Gilmar de C. Roda de Conversa: Uma Proposta Metodológica Para a Construção de um Espaço de Diálogo no Ensino Médio.

Imagens da Educação, v. 4, n. 2, p. 31-39, 2014. Disponível em:

<<http://dx.doi.org/10.4025/imagenseduc.v4i2.22222>>. Acesso em: mai. de 2016.

SOUSA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SEMACE. **Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) do CAC**. Publicado em: jan. de 2012. Disponível em:

<<http://www.semace.ce.gov.br/2012/01/arquivo-02/>>. Acesso em: out. de 2015.

TUAN, Yi-fu. **Topofilia**: Um Estudo da Percepção, Valores e Atitudes do Meio Ambiente. Trad. da DIFEL. São Paulo: S.A., 1974.

INTERVENÇÕES URBANAS ENTRE A ZONA E A LINHA: O POSTE POESIA NA COMUNIDADE DO GESSO (CRATO-CE)

AMORIM, MARTA REGINA DA¹, SILVA, RICARDO ALVES DA²
1 – (Mestre em História) – UFAL, m.regina0007@gmail.com.

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de analisar a ação “Poste Poesia” realizada pelo Coletivo Camaradas nas ruas da Comunidade do Gesso (Crato-CE). Esta ação, que utiliza o poste como suporte artístico para a poesia, teve sua primeira edição em maio de 2015 e já está sendo reproduzida em outros estados brasileiros por coletivos, poetas e educadores. Neste trabalho, iremos relacionar a teoria existente sobre o tema, e a prática através da análise de imagens sobre esta intervenção e depoimentos de pessoas que estão realizando esta ação em outras localidades, na busca de compreender como a comunidade está interagindo e percebendo esta ação. Pretendemos através deste trabalho, contribuir para uma reflexão sobre a relação entre o espaço urbano e o ativismo artístico.

Palavras- Chave: Intervenção Urbana. Poste Poesia. Coletivo Camaradas.

INTRODUÇÃO

Historicamente a arte esteve ligada a elite, observa-se que ainda hoje o grande público é excluído do processo de pensar e fazer-artístico do circuito oficial das artes. Criaram-se mundos distintos, já que a arte feita nas periferias é em muitos casos excluída e alvo de preconceito por parte dessa elite artística. Através deste trabalho pretendemos analisar a prática de intervenção urbana “Poste Poesia” na comunidade do Gesso, que consiste em colar poesias nos postes da comunidade.

Esta intervenção também ganha o mundo virtual através de uma página no facebook chamada “Poste Poesia” em que fotografias das poesias coladas nos postes são postadas nesta página para que um público maior tenha acesso a estas poesias, também é foco da ação o empoderamento de poetas já consagrados como também a descoberta de novos escritores, pois além da circulação midiática por meio das redes sociais também é feita uma busca ativa de pessoas interessadas em contribuir com poesias.

METODOLOGIA

Além da pesquisa bibliográfica feita através de livros, artigos científicos e sites que falam sobre intervenção urbana na cidade, território e leitura, buscamos compreender mais sobre a história do Gesso através de trabalhos científicos que falam sobre a formação deste lugar. Para este trabalho também faremos a análise de imagens das intervenções, pois estas podem contribuir para a compreensão do espaço ocupado, dos sujeitos envolvidos e dos temas trabalhados na intervenção urbana “Poste Poesia”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A comunidade do Gesso é o nome utilizado para se referir ao bairro Pinto Madeira existente entre os trilhos do Largo da Refsa e a Rodoviária da cidade do Crato. No início do século XX, nesta localidade chegavam trens para descarregar pedras de Gesso e assim, neste local começou a surgir um aglomerado de casas, que posteriormente tornou-se um espaço de prostituição na cidade (ANDRADE, 2000).

O espaço que forma a comunidade do Gesso foi decretado a maior zona de prostituição do Estado do Ceará, com a decaída da prostituição e posterior

fechamento de muitos estabelecimentos, a comunidade passou a ter a presença do tráfico de drogas chegando a receber o título de “Crakcolandia”, em referência a uma região da cidade de São Paulo onde historicamente desenvolveu-se o tráfico de drogas e o uso de crack (RUI, 2014). Diante disto, podemos perceber que esta comunidade passou a ser estigmatizada, e sendo pouco atendida pelo poder público tornou-se espaço de vários problemas sociais.

Atualmente, esta comunidade é sede do Coletivo Camaradas, fundado em 2007 este coletivo busca contribuir para que a comunidade possa se organizar através de “processos lúdicos e criativos”. Dentre as atividades desenvolvidas pelo Coletivo Camaradas está a intervenção “Poste Poesia” que teve a sua primeira edição em maio de 2015, e já conta com a participação de mais de 70 poetas. Mensalmente, são coladas em média vinte poesias nos postes da comunidade, estas poesias são retiradas de um banco de dados criado através de um cadastro feito por poetas da Região do Cariri. Nesta ação, além da presença de adultos, as crianças da comunidade também ajudam a colar os cartazes nos postes (CAMARADAS, 2015).

A perspectiva de atuação do Coletivo Camaradas vê a arte como uma atitude política que sempre está a serviço ou da classe dominante ou da classe oprimida. Mesmo quando o fazer e pensar artístico não tem este intento. Diante disso, critica-se uma arte que se faz dentro dos ateliês, pois acredita-se que esta deve fazer parte da vida das pessoas sendo fundamental pensar um fazer artístico que inclua todas as camadas sociais:

É tempo de desabrigar os ateliês e os espaços de processo criativo do isolamento e povoá-los de e pela vida. Desta forma, estaremos contribuindo para que a arte cumpra sua função social, ou seja, criando condições para que a arte faça parte da vida e vice-versa, num reencontro essencial para emancipação humana (LUCAS, 2011, p.15).

O grupo PORO que trabalha com intervenções urbanas na cidade de Belo Horizonte desde 2002, vê a arte como um meio de “comunicação potente” que cria conexões entre pessoas e o espaço urbano, podendo contribuir para “gerar um pensamento crítico e criativo” entre os habitantes da cidade que passam a perceber a existência urbana de outra maneira, se descobrindo como capazes de interferir nos espaços urbanos transformando-os em ambientes mais agradáveis para viver. Assim como o Coletivo Camaradas o PORO defende que a arte deve fazer parte da vida de todos e estar presente em meios não institucionalizados (PORO, 2013). Dessa maneira, acreditamos que o “Poste Poesia” pode contribuir para uma melhoria do Bairro do Gesso, dando um novo aspecto a esta localidade.

Para Lucas (2011), o espaço urbano e virtual tornou-se capaz de democratizar as experiências estéticas e artísticas na contemporaneidade. Há atualmente uma possibilidade de ampliação dos suportes artísticos, que vão além das telas e livros impressos. No caso do “Poste Poesia”, o suporte passa a ser o poste

existente no espaço urbano. E a página do facebook serve para divulgação e democratização desta experiência.



Foto: Ricardo Alves 2015

Outra referência que utilizamos para as nossas ações é a proposta do Coletivo Aparecido Políticos da cidade de Fortaleza que trabalha a relação entre a arte e a política. Este grupo atua em duas proposições: a “arte ativista” e o “ativismo criativo”. Pois seus membros compreendem a arte enquanto uma “atividade política” que não está separada de “ideologias”. A Intervenção Urbana seria uma prática “que extrapola os tradicionais espaços representativos” e está mais próxima da vida através da ação na cidade e nos lugares (APARECIDOS POLITICOS, 2010).

A inserção de poesias nos postes pode colaborar para que adultos e crianças que trafegam pela comunidade do Gesso desenvolvam através da prática da leitura a capacidade de interpretação da realidade em que vivem. Acreditamos que a educação deve estar pautada por uma perspectiva de educação popular que leve em consideração que a “leitura de mundo” precede a “leitura decodificada de um texto”, ou seja, todo sujeito têm conhecimento através de suas experiências de vida. E que a prática da leitura contribui para a ampliação da leitura de mundo deste sujeito, estimulando a colaboração, o espírito crítico e a criatividade, para que assim possam transformar a realidade em que vivem através de uma prática social mais consciente (FREIRE, 1988).

Vemos como relevante neste processo, a participação de crianças da própria comunidade que colaboram com a colagem das poesias. Segundo Lucas (2011) é necessário aproximar a arte das vivências individuais e coletivas, nesta perspectiva o público deve ser ativo no processo de construção artística:

A ação coletiva ou a possibilidade de envolvimento do público dentro dos fazeres artísticos e estéticos, propicia uma nova dinâmica da compreensão e de relacionamento com a arte que, reconstrói a ponte entre a arte e a vida, servindo para passagens

das relações de pertencimento, empoderamento, humanização, politização, criação e conhecimento (LUCAS, 2011, p.34).

Com o intuito de contribuir para que uma quantidade cada vez maior de pessoas tenha esta experiência artística, o Coletivo Camaradas recebe periodicamente a visita de estudantes de escolas públicas do entorno da comunidade do Gesso, que participam inicialmente de uma roda de conversa, onde são apresentados aspectos referentes a história do Gesso e intervenção urbana. Em um segundo momento, estes estudantes saem para colagem de poesias nos postes da comunidade.

A possibilidade de inclusão de jovens na intervenção urbana “Poste Poesia” se estendeu para outros estados brasileiros. O Coletivo Catapoesia na cidade de Serra Negra em São Paulo é um dos locais que aderiu a esta ação, incluindo as crianças e jovens daquela comunidade com o objetivo de incentivar a leitura oral e escrita. A responsável pela ação em Serra Negra, Solange Sol, descreve sua experiência com o “Poste Poesia”:

Já nesse primeiro momento, percebemos algo extraordinário: a alegria. Indiscutível o semblante dxs nossxs meninxs ao lerem e postarem. Tentamos registrá-la, mas impossível visualizar a alegria, senão presencialmente. E uma sensação de pertencimento tomou conta enquanto percorríamos o nosso trajeto até o Sítio Nossa Senhora da Penha. Não podemos deixar de relatar o envolvimento dos moradores na ação: alguns nos pararam para dizer trechos de poemas lidos ou mesmo para pronunciar “que bacana o que vocês fizeram, há muito tempo nem via um poema...”, ou, “num é que os poemas são legais?” (SOL, 2016).

A proposta se amplia, empoderando novos coletivos e artistas para a execução da intervenção, criando uma rede colaborativa e criativa a qual apresenta uma exigência mínima na forma de atuação, que é a de manter a filosofia da proposta “Poste Poesia” de intervir, realizar o registro e postar na página oficial da ação. Dando total autonomia aos realizadores em pensar e produzir os seus processos interventivos das formas mais lúdicas e criativas possíveis, como ocorreu em uma das edições realizada pelo Coletivo Catapoesia, conforme imagem abaixo:

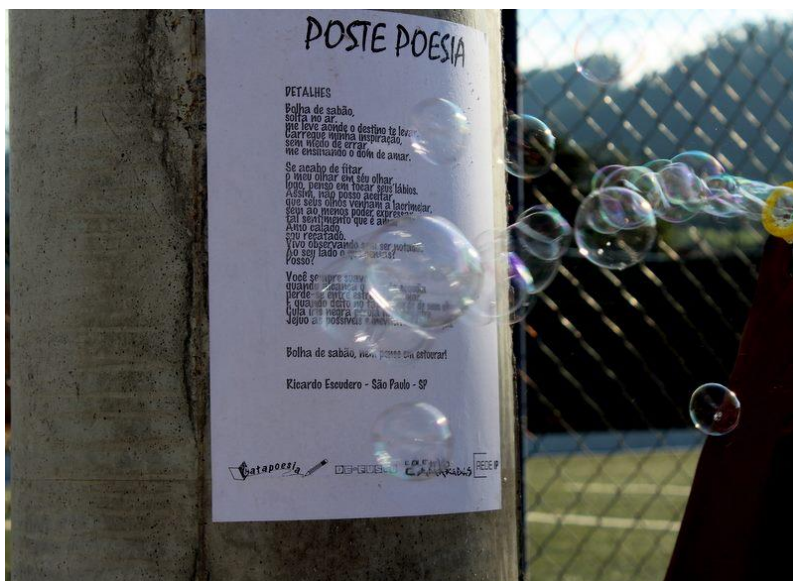


Foto: Solange Sol 2016

CONCLUSÃO

É nesta perspectiva que os membros do Coletivo Camaradas trabalham, pois buscam dentro do fazer estético e artístico contribuir para que os moradores da comunidade do Gesso possam ter acesso à arte, que muitas vezes está restrita às elites econômicas e intelectuais, buscando um fazer artístico em que o povo não precise estar apenas como público, mas tenha a possibilidade de também contribuir no processo artístico e ou interventivo.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Iarê Lucas de. 2000. Da linha do trem pra lá: O discurso sobre a prostituição na cidade de Crato (1940/1960). Dissertação de Mestrado em História Social. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- FREIRE, Paulo. A Importância do Ato de Ler: em três artigos que se completam. 22 ed. São Paulo: Cortez, 1988.
- LUCAS, Alexandre. Entranhamentos: entre arte, estética, política, cultura e educação. Disponível em: <camaradas.org/>. Data de acesso: 18 mar. 2016.
- PORO. Manifesto - Por uma cidade lúdica e coletiva, por uma arte pública, crítica e poética. Rev. UFMG, Belo Horizonte, v. 20, n.1, p.9, jan./jun. 2013.
- RUI, Taniele. Usos da “Luz” e da “cracolândia”: etnografia de práticas espaciais. Rev. Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 23, n. 1, jan./mar. 2014.
- SOL, Solange. Depoimento sobre a Ação Poste Poesia, 2016.

SITES

COLETIVO CAMARADAS. Disponível em: <camaradas.org/>. Data de acesso: 23 out. 2015.

PORO. Disponível em: <poro.redezero.org/>. Data de acesso: 22 out. 2015.

APARECIDOS POLITICOS. Disponível em:
<www.aparecidospoliticos.com.br/sobre-nos/> Data de acesso: 12 nov. 2015.

MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS EM UMA REGIÃO PRODUTIVA DO AGRONEGÓCIO DO NORDESTE¹

LEITÃO, FELIPE RODRIGUES²

RESUMO

Estamos diante de um processo global de reestruturação da produção que se encontra em curso há pelo menos cinco décadas, que traz consigo uma série de modificações na base técnica, econômica e social. Dentre os impactos que esta reestruturação produtiva vem causando sobre o território brasileiro, temos a formação de novas regionalizações, entre estas as promovidas pela difusão da agricultura intensiva em capital, tecnologia e informação, originando o que Elias (2011, 2013) chama de Regiões Produtivas do Agronegócio (RPAs). Entre nossos principais objetivos destacamos: levantar algumas características do espaço agrário da Região Produtiva do Agronegócio comandada por Mossoró, destacando permanências e rupturas. A construção do presente trabalho teve como metodologia básica a leitura de materiais bibliográficos, assim como a seleção e organização de séries estatísticas de algumas das variáveis das três últimas edições disponíveis do Censo Agropecuário (1985, 1995 e 2006) do IBGE. Como resultados verificamos a continuidade de uma histórica concentração fundiária na RPA comandada por Mossoró, que a modernizada no campo apenas conserva, reproduz e aprofunda.

Palavras-chave: agricultura; reestruturação da agropecuária; região produtiva do agronegócio

INTRODUÇÃO

Os últimos cinquenta anos foram marcados por um intenso processo de globalização da produção e do consumo, promovendo uma verdadeira dispersão espacial da produção, o aprofundamento da especialização da produção, com intensa incorporação de tecnologia à produção, paralelamente à processos de concentração das forças produtivas (Elias, 2002). Embora não totalmente acabado, este processo já mostra reflexos na economia, política, cultura, organização social e territorial de todos os países e em especial nos países historicamente classificados como Terceiro Mundo (Elias, 1999, 2003, 2006).

¹. Trabalho apoiado pelo CNPq com bolsa do PIBIC, desenvolvido no Laboratório de Estudos Agrários (LEA) da UECE e orientado pela professora doutora Denise Elias.

². Graduando do curso de licenciatura em Geografia da UECE e membro do grupo de pesquisa registrado no CNPq Globalização, Agricultura e Urbanização (GLOBAU), coordenado por Denise Elias.

A agricultura não passa imune a essa reestruturação, tornando-se alvo de acentuado processo de modernização com a incorporação intensa de capital, tecnologia e informação, com objetivo de minimizar o tempo de rotação do capital (ELIAS, 2002; 2003).

Segundo Silva (1999), a ideia de modernização da agricultura é empregada, de uma forma mais ampla, às transformações capitalistas na base produtiva, e à passagem de uma agricultura de base natural para uma que utiliza insumos industrialmente fabricados.

Este processo de reestruturação da produção agropecuária produz mudanças que não se limitam apenas ao espaço rural, mas que promovem e intensificam diversos outros processos, tais como o da urbanização, da intensificação das relações campo-cidade, da produção de espaço urbano, da reestruturação da cidade, do aumento das desigualdades socioespaciais, assim como novas regionalizações (ELIAS; PEQUENO, 2016).

A base de todo este processo está na formação do agronegócio globalizado (SANTOS, 1993; ELIAS, 2003), que diz respeito a intensificação da apropriação capitalista da agricultura, que passa a caracterizar-se, desde então, por uma nova forma de organização da atividade, acompanhando os movimentos do capital financeiro e industrial, unificando-se a economia globalizada. Isso traz consigo mudanças na forma de uso e ocupação do espaço agrícola, no aumento da privatização da terra e da água, mudanças nos sistemas técnicos agrícolas, movimentos migratórios, entre outros (ELIAS; PEQUENO, 2016).

Estas transformações, segundo Elias (2011) têm profundos impactos na organização do território brasileiro, resultando em novos arranjos territoriais, entre estes a autora destaca os associados à difusão do agronegócio globalizado, aos quais chama de Regiões Produtivas do Agronegócio (RPAs).

As Regiões Produtivas do Agronegócio (RPAs), de acordo com a mesma autora, “são os novos arranjos territoriais produtivos agrícolas, os territórios das redes agroindustriais, escolhidos para receber os mais expressivos investimentos produtivos inerentes ao agronegócio globalizado, representando suas áreas mais competitivas” (ELIAS, 2011). Para a autora, nestas regiões são intensas as relações campo-cidade e a urbanização, em função das demandas das redes agroindustriais.

As RPAs são espaços privilegiados escolhidos pelo capital para receber os maiores investimentos, sendo regiões que se encontram mais suscetíveis às adequações a este capital, se constituindo em verdadeiros espaços híbridos, compostos por modernos espaços agrícolas e espaços urbanos (pequenas e médias cidades) (ELIAS, 2003, 2011). Nestas regiões o capital hegemônico do agronegócio encontra um ambiente propício à acumulação ampliada e estão cada vez mais abertas às exigências exógenas e aos signos deste tempo. Assim, para Elias (2015), a RPA deve ser entendida como uma região funcional ao agronegócio, nas quais os círculos de cooperação e os circuitos espaciais da produção (SANTOS, 1986) de importantes *commodities* são prioritários sobre os demais, se constituindo assim em regiões do fazer do agronegócio globalizado.

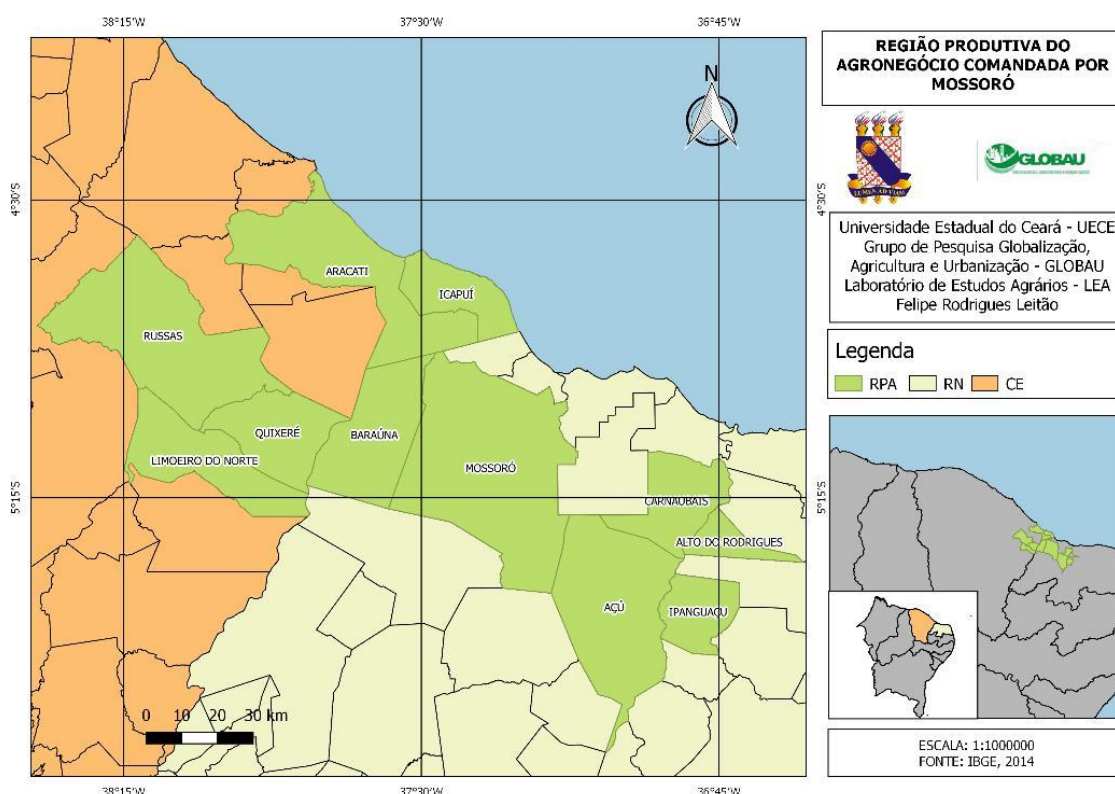
Neste contexto de globalização, a RPA se constitui em um espaço fluido que integra as escalas locais e regionais com a global de forma permanente, se conectando aos centros de poder e consumo, obedecendo as imposições do mercado

controlada por grandes empresas nacionais e multinacionais do setor do agronegócio (Elias, 2013).

Neste sentido, o presente trabalho é um esforço de caracterizar estas RPAs indicadas por Elias (2006, 2015), qual seja comandada por Mossoró, no Rio Grande do Norte. Para Elias (2006, 2011), esta seria composta por municípios do Estado do Ceará e do Rio Grande do Norte, situada entre o nordeste cearense e o noroeste potiguar. A princípio seria composta por cinco municípios do Ceará (Aracati, Icapuí, Limoeiro do Norte, Quixeré e Russas) e seis do Rio Grande do Norte (Mossoró, Açu, Ipanguaçu, Alto do Rodrigues, Baraúna e Carnaúbas). Esta RPA se destaca pela produção de frutas tropicais, voltadas para exportação, em especial de melão e banana, mas também melancia, mamão, entre outras.

Nosso objetivo com este trabalho é levantar alguns aspectos da evolução da atividade agropecuária desta região, destacando permanências e rupturas. Para o presente trabalho, por ora analisamos, em especial, a evolução da situação fundiária da região.

FIGURA 1 – Localização da Região Produtiva do Agronegócio comandada por Mossoró



METODOLOGIA

Tendo como recorte espacial a Região Produtiva do Agronegócio comandada por Mossoró e por recorte temporal a década de 1980, tivemos como fonte principal das informações as edições do Censo Agropecuário a partir de então (1985,

1995/1996 e 2006³). A construção do presente trabalho teve como metodologia básica dois passos principais: levantamento e a leitura de materiais bibliográficos, assim como a seleção e organização de séries estatísticas de algumas das variáveis disponíveis nos respectivos censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Para o levantamento bibliográfico elegemos palavras-chave como: agricultura; reestruturação da agropecuária; região produtiva do agronegócio; fruticultura, entre outras. E para as séries estatísticas foram selecionadas variáveis que nos nortearam na construção deste trabalho que foram o número e a área dos estabelecimentos agropecuários.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Nordeste, por muito tempo foi encarado como um espaço arcaico da produção agropecuária do país. Mas, a partir da década de 1980, e da de 1990 de forma especial, passa a ter partes de seus espaços agrícolas ocupados pelo agronegócio globalizado, difundindo assim a agricultura científica (SANTOS, 1993; ELIAS, 2003) na região, promovendo várias transformações socioespaciais para algumas áreas (ELIAS, 2006). A RPA comandada por Mossoró destaca-se neste contexto, marcado por uma produção fortemente incrementada pelo uso intensivo de máquinas agrícolas e insumos químicos, com registros expressivos do uso de irrigação e energia elétrica, que muito evoluíram no período considerado para análise, mas que ainda registra resquícios dos históricos problemas da região rural nordestina como a concentração fundiária.

A permanência da concentração fundiária se verifica na região comparando a série histórica dos grupos de área total, em que para o ano de 1985, dos 18.800 estabelecimentos agropecuários que formam a RPA de Mossoró, 93,66% (17.609) possuíam menos de 100 hectares, ocupando 28,82% do total da área dos mesmos, enquanto que 6,34% dos estabelecimentos (1.191) possuíam mais de cem hectares e concentravam 71,18% da área total dos estabelecimentos agropecuários. Observando os dados dos dois últimos Censos percebemos um comportamento semelhante. Em 1995 a RPA Mossoró era formada por 12.337 estabelecimentos, dos quais 93,79% (11.571) possuíam menos de 100ha e ocupavam 25,17% do total das áreas dos imóveis, enquanto 6,21% tinham mais cem hectares e concentravam 74,83% dessa área total. Em 2006 o cenário é semelhante, dos 14.801 estabelecimentos, 96,74% (14.318) possuíam menos que 100 hectares e ocupavam 40,58% da área total dos imóveis, enquanto que 3,26% (483) possuíam mais de cem hectares ocupando 59,42% da área total dos estabelecimentos agropecuários.

³ Nosso objetivo era construir a série histórica da década de 1980 até o presente. Mas, infelizmente, com a suspensão da confecção do Censo Agropecuário de 2016, no momento só temos dados até o ano de 2006. Mas, considerando o período de duas décadas de intensas transformações, acreditamos que seja uma análise válida.

Se dividirmos a área ocupada pela quantidade de estabelecimentos por categoria chegamos a média do tamanho dos estabelecimentos, assim os estabelecimentos com menos de 10ha em 2006 teriam por média uma área de 2,59ha, ou seja, o grupo mais numeroso é o que ocupa a menor área não chegando a ocupar na média nem três hectares de áreas por estabelecimento.

Se compararmos os dois extremos das categorias de área, os estabelecimentos com menos de 10ha com os de 1000ha e mais, veremos que, para o ano de 2006, a área ocupada por estes é mais que o dobro da quantidade ocupada por aquele, enquanto que a quantidade de estabelecimentos do primeiro é 290 vezes superior em relação ao segundo. E esta situação não é exclusiva deste ano, pois a série história confirma uma tendência.

Tabela 1 - RPA de Mossoró. Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo grupo de área total. 1985, 1996, 2006.

Classe de Área (Ha)	1985				1995/1996				2006			
	Estabelecimentos ⁴		Área		Estabelecimentos		Área		Estabelecimentos		Área	
	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%
Menos de 10ha	11.937	63,49	35.147	4,17	7.512	60,89	23.474	4,07	10.472	70,75	27.125	8,59
De 10 a menos de 100 ha	5.672	30,17	207.554	24,64	4.059	32,90	121.658	21,10	3.846	25,98	100.998	31,99
De 100 a menos de 1000 ha	1.089	5,79	288.125	34,21	704	5,71	189.605	32,88	447	3,02	121.552	38,49
1000 ha e mais	102	0,54	311.353	36,97	62	0,50	241.940	41,95	36	0,24	66.087	20,93
RPA MOSSORÓ	18.800	100	842.179	100	12.337	100	576.677	100	14.801	100	315.762	100,00

Fonte dados brutos: IBGE, Censo Agropecuário

Observando à evolução do número de estabelecimentos agropecuários da região é possível perceber que, o grupo de estabelecimentos que sofreu maior redução foi o que se enquadra na faixa de 10 a 100ha, passando de 5.672 em 1985 para 3.846 em 2006, uma redução de 32,19%. O que apresentou menor redução foi o do grupo e área de 1000ha e mais, com redução de 66 estabelecimentos.

⁴Chegamos ao número total de estabelecimentos agropecuários da região a partir da soma dos estabelecimentos de cada município que compõe a RPA de Mossoró.

Quando falamos da área ocupada por estes estabelecimentos, percebemos uma redução de todas as áreas ao longo da série histórica, com destaque para 1000ha e mais, que apresentaram uma redução de 72,68% da área ocupada por estes estabelecimentos, mesmo assim este grupo de área continua sendo a que concentra maior quantidade de áreas. Todas as demais categorias também apresentaram redução de área ocupada.

Região	Estabelecimentos						Área					
	Absoluta			Relativa			Absoluta			Relativa		
	1985-1995	1995/96-2006	1985-2006	1985-1995	1995/96-2006	1985-2006	1985-1995	1995/96-2006	1985-2006	1985-1995	1995/96-2006	1985-2006
Menos de 10ha	-4.425	2.960	-1.465	-37,07	39,40	-12,27	-11.673	3.651	-8.022	-33,21	15,55	-22,82
De 10 a menos de 100 há	-1.613	-213	-1.826	-28,44	- 5,25	-32,19	-85.896	-20.660	-106.556	-41,38	- 16,98	-51,34
De 100 a menos de 1000 há	-385	-257	-642	-35,35	- 36,51	-58,95	-98.520	-68.053	-166.573	-34,19	- 35,89	-57,81
1000 ha e mais	-40	-26	-66	-39,22	41,94	-64,71	-69.413	175.853	-245.266	-22,29	- 72,68	-78,77
RPA MOSSORÓ	-6.463	2.464	-3.999	-34,38	19,97	-21,27	265.502	260.915	-526.417	-31,53	- 45,24	-62,51

Tabela 2 – RPA Mossoró, variação do número e área dos estabelecimentos por grupo de área total de 1985 a 2006.

Fonte dados brutos: IBGE, Censo Agropecuário

CONCLUSÃO

Os dados apresentados neste trabalho servem para reforçar a ideia de que, mesmo em um espaço agrícola aberto à modernização advindo com o agronegócio globalizado, ainda sobrevivem antigas formas que persistem e se aprofundam. A concentração fundiária é uma destas que permanece exposta no campo. A quantidade de grandes propriedades agropecuárias e a sua significativa participação frente a área total rural comparada com a das pequenas propriedades, nos faz perceber que a questão fundiária ainda é um problema evidente nesta parcela do espaço agrícola nordestino, como de resto em todo o país, que a reestruturação produtiva da agropecuária apenas reproduz.

A presença maciça de implementos tecnológicos na produção, advindos com o processo de modernização das técnicas agrícolas, tem provocado verdadeiras revoluções no campo, tanto do ponto de vista da produção em si como da própria divisão social do trabalho. Muitos pequenos produtores ruraistêm se visto “reféns” desta nova tecnologia operada por empresas de capital nacional e multinacional, que expandem suas relações alcançando campo e cidade.

As marcas da globalização sobre o campo e sobre sua produção são exemplificadas neste estudo sobre a RPA de Mossoró, que demonstra intenso processo de mecanização de sua produção, adoção de insumos químicos, mudança de sua base técnica de produção com o incremento de práticas modernas e até onerosas como a irrigação e eletrificação. Mas ao mesmo tempo permanecem históricos problemas como é o caso da prevalência da concentração fundiária e do latifúndio, tornando assim cada vez mais difícil o acesso aos principais fatores de produção agrícola, terra e água, por parte dos pequenos produtores, sobrando a estes, muitas vezes, somente a alternativa de vender sua força de trabalho e se sujeitar a trabalhar em terras alheias, de modo sazonal (Elias, 2006).

Estamos assim diante de dois nordestes, um tecnológico, marcado por um processo de reestruturação de sua produção, ligado aos principais centros mundiais, controlado e influenciado pelos grandes centros urbanos e pelos signos próprios deste período globalizado; e outro ainda marcado por históricas desigualdades e graves problemas que são em sua maioria agravados pelas exigentes necessidades de lucro do capital que avança sobre a produção rural (Elias, 2003; 2006).

REFERÊNCIAS

ELIAS, Denise. A atividade agropecuária do Estado do Ceará no contexto da globalização. In: AMORA, Zenilde (Org.). O Ceará: Enfoques Geográficos. Fortaleza: FUNECE, 1999. 143p.

_____. A Integração Competitiva do Semi-Árido Cearense. In: ELIAS, Denise; FURTADO, J.L.S. (Orgs.). Modernização Excludente. 1ª ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002, p. 11-36.

_____. Globalização e Agricultura: A Região de Ribeirão Preto – SP. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. 401p.

_____. Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão. Revista NERA (UNESP), Presidente Prudente (SP), v. 1, n. 8, p. 29-51, 2006.

_____. Agronegócio e Novas Regionalizações no Brasil. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR), v. 13, p. 153-170, 2011.

_____. Globalização, agricultura e urbanização no Brasil. Acta Geográfica (UFRR), v. 1, p. 13-32, 2013.

_____. Consumo produtivo em Regiões do Agronegócio do Brasil. In: Carmen Bellet; Everaldo S. Melazzo; Maria Encarnação B.Sposito; Josep Maria Llop. (Org.). Urbanización, producción y consumo en ciudades medias/intermedias. 1ed.Lleida: Edicions de la Universitat de Lleida, 2015, v. , p. 241-265. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0BxypNrQx_r9DQU5MS1RSSVNGR1E/view> Acessado em: 20 mai 2016.

ELIAS, Denise e PEQUENO, Renato. Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR), v. 9, p. 25-40, 2007.

_____. (Re)estruturação Urbana e Desigualdades Socioespaciais em Região e Cidade do Agronegócio. GEOgraphia, América do Norte, 17, jan. 2016 . Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/874/586>> Acessado em: 20 mai 2016.

IBGE, Censo Agropecuário 1985. Rio de Janeiro: IBGE.

_____. Censo Agropecuário 1995. Rio de Janeiro: IBGE.

_____. Censo Agropecuário 2006. Rio de Janeiro: IBGE.

GOMES, Iara Rafaela. Globalização e novas regiões produtivas no Nordeste Brasileiro. Mercator (Fortaleza. Online), v. 9, p. 57-74, 2010.

SANTOS, M. A urbanização brasileira. São Paulo: Hucitec. 1993. 157p.

_____. Os circuitos espaciais da produção. In: SANTOS, Milton. & SOUZA, Maria Adélia A. de (orgs.). A construção do espaço. São Paulo: Nobel, 1986.

SILVA, J. F. G.. A nova dinâmica da agricultura brasileira. 2. ed. Campinas/SP: Unicamp, 1999. v. 1. 217p .

O QUE HÁ POR TRÁS DA EXTINÇÃO DO MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA)? ANÁLISE DA DISPUTA DE PODER EXISTENTE NO TERRITÓRIO AGRÁRIO

COSTA NETO, Francisco Alves da¹;

MIGUEL DA SILVA, Marta Evânia²

¹Aluno de graduação do curso de Geografia – UERN, franciscoalves258@gmail.com;

²Aluna de graduação do curso de Geografia – UERN, marthaevania@gmail.com

RESUMO

Trata-se de uma análise sobre do que poderia estar por trás da extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), ressaltando os possíveis conflitos de interesses e como as pessoas beneficiadas por esse ministério serão afetadas diante dessa problemática. Baseia-se na vivência do homem do campo assim e no levantamento do contexto histórico do MDA. Recorremos a leituras bibliográficas sobre políticas públicas aplicadas pelo MDA e seus agentes beneficiários e a análise feitas por movimentos sociais sobre o processo de extinção e de suas possíveis consequências. Em termos teóricos e práticos, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, não foi extinto por completo, mesmo considerando sua inexistência como ministério próprio. Visualizou-se uma tentativa de desmonte do ideário de desenvolvimento agrário ao transforma-lo em uma política social, fazendo com que alguns ganhos, já conquistados, e outros que poderiam ser adquiridos sejam perdidos com o tempo, voltando assim a completa subordinação do pequeno agricultor ao grande proprietário de terra.

Palavra-chave: MDA, extinção, território agrário

1 INTRODUÇÃO.

Nos últimos meses o Brasil tem vivenciado um momento ímpar no que se refere a sua história política. É nesse contexto, que a Presidenta eleita no pleito anterior Dilma Rousseff, foi afastada temporariamente para que pudesse ter seu processo de *Impeachment* julgado, levando o Vice-Presidente Michael Temer assumir o posto de Presidente Interino do país. Este, logo em seus primeiros dias de governo fez uma verdadeira reforma ministerial, extinguindo ministérios e/ou os fundindo com outros já existentes. Dentre os ministérios extintos encontram-se o Ministério da Cultura (MinC), Ministério das Comunicações (MC), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (MMIRDH), entre outras pastas que foram extintas ou perderam o status de ministério. Ao analisar de forma superficial, notamos que a reforma ministerial afetou principalmente a classe dos intelectuais e das minorias. O presente trabalho, visa fazer uma análise dos interesses que podem estar envolvidos com a extinção do MDA, ministério esse que tinha suas políticas públicas voltadas para os agricultores familiares, camponeses e políticas de Reforma agrária.

Ao contrário da extinção do MinC o desaparecimento do MDA não gerou grande repercussão nas grandes mídias, visto que o MDA não tinha grande visibilidade por parte da população brasileira e, talvez por isso, não conseguiu reverter a sua extinção como no caso do MinC. Mas, é inegável o efeito que a extinção do MDA causou nos principais movimentos de luta por terra como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que em ação de negativa a perca do ministério começaram a ocupar prédios do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em todo Brasil. A assessoria de comunicação

do MST da Bahia (2016) garantiu que

O MDA representa um marco de luta contra a violência no campo e espaço de afirmação das minorias, além disso, segundo os trabalhadores, o ministério é o espaço de representatividade política das populações rurais, por garantir o avanço e o desenvolvimento estrutural aos pequenos agricultores.

De acordo com a assertiva acima, percebe-se, que o ministério tem uma importância fundamental para o avanço das políticas públicas para o desenvolvimento do campo e, principalmente, dos pequenos agricultores. Portanto, sua extinção representaria um entrave para essas políticas que seguiam avançando desde sua criação. Algo que se torna bastante interessante a classe dos ruralistas e grandes latifundiários.

Se analisarmos a história da criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário, veremos que sua origem segue atrelada ao histórico de lutas dos movimentos sociais do campo por representatividade no território agrário.

Criado em 1999, no governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso, o MDA foi fruto de lutas dos movimentos sociais que reivindicavam o seu reconhecimento e também o avanço da reforma agrária no país. Um dos acontecimentos marcantes que pautaram a criação do ministério foi o Massacre de Eldorado dos Carajás⁴, em abril de 1996. Percebemos que a existência do MDA é de fundamental importância, tanto para o desenvolvimento da agricultura de pequeno porte como para o reconhecimento de lutas históricas e conflitos ocorridos no campo, fazendo com que a sua extinção resulte em um retrocesso nas medidas já adquiridas e conquistadas a duras penas pelos movimentos sociais. Isso acaba por deixar claro a existência de interesses de forças hegemônicas que sempre atuaram no campo brasileiro, e que viam nas políticas públicas do MDA um entrave para a sua dominação.

2_ METODOLOGIA.

Para se construir o presente trabalho, partimos de uma inquietação inicial através do contexto que a extinção do MDA está inserido, buscando relativizar a importância que o Ministério tinha em relação as políticas de desenvolvimento do território agrário. Para alcançarmos nosso objetivo recorreremos a leituras bibliográficas sobre políticas públicas aplicadas pelo MDA e seus agentes beneficiários, recorreremos também a análise feitas por movimentos sociais sobre o processo de extinção e suas possíveis consequências.

Deixamos claro aqui, que nossa proposta não está ligada ao levante de nenhuma bandeira partidária ou de governos, tentaremos apenas mostrar o que a extinção de um ministério pode ocasionar na dinâmica de uma população, analisando assim a sua relevância para com a sociedade. Entendemos também que embora a valoração pessoal deva ser afastada do projeto de pesquisa científica, é inegável que o aporte ideológico seja necessário e sempre se faz presente durante a pesquisa, não sendo supervalorizado.

3_ RESULTADOS E DISCUSSÃO.

Desde a criação do MDA, inúmeras foram as críticas em relação a sua importância, críticas

⁴ O **Massacre de Eldorado dos Carajás** foi a morte de dezenove sem-terra que ocorreu em 17 de abril de 1996 no município de Eldorado dos Carajás, no sul do Pará, Brasil decorrente da ação da polícia do estado do Pará. Dezenove sem-terra foram mortos pela Polícia Militar do estado do Pará. O confronto ocorreu quando 1.500 sem-terra que estavam acampados na região decidiram fazer uma marcha em protesto contra a demora da desapropriação de terras, principalmente as da Fazenda Macaxeira.

essas geralmente feitas pelos latifundiários que achavam desnecessário a existência de 2 (dois) ministérios para trabalhar a questão agrária no país. Mais conhecendo o contexto histórico na história do Brasil, percebemos que o território agrário se desenvolveu no país de forma desigual e com inúmeros conflitos existentes, a própria criação do MDA foi motivada através de conflitos ideológicos no campo brasileiro. Seria de uma ingenuidade acreditar que o Ministério da Agricultura trata da questão agrária em sua totalidade, é notório a ideologia presente no Ministério da agricultura que sempre teve um foco específico ao viés econômico, ao grande proprietário de terra, e ao agronegócio. Enquanto o Ministério do Desenvolvimento Agrário, visava as políticas de reforma agrária, as políticas públicas voltadas a agricultura familiar, e ao ideário de desenvolvimento agrário, portanto, não se tratava de dois ministérios sobre a questão agrária por si só, mas sim dois ministérios que tratavam das diferenciações existentes no território agrário. Prova disso, era a comum dicotomia de discurso entre os dois ministérios, podemos dizer até que o Ministério da Agricultura, se caracteriza como ministério dos “ricos”, enquanto o MDA era o ministério dos “pobres”. A extinção do MDA causa, portanto, a soberania de uma ideologia no campo brasileiro, ideologia essa que vem a prejudicar os pequenos agricultores e movimentos sociais, que historicamente foram renegados e estavam caminhando para o desenvolvimento de fato.

O papel do MDA sempre foi, através de suas políticas públicas como as linhas de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) (A, B, C, Mulher, Semiárido, Jovem, entre outros), o Pnae, o Garantia Safra, entre tantos outros que visavam favorecer o desenvolvimento social e econômico do campo, sendo caracterizado assim como um ministério para a criação de políticas de desenvolvimento. Podemos perceber essa premissa posta por Costa Neto, Silva e Lucena (2015, p. 1):

O MDA foi criado com o objetivo de se desenvolver políticas públicas que visassem o desenvolvimento do campo, no que diz respeito tanto ao social quanto ao econômico, objetivando assim um desenvolvimento mais igualitário, buscando também acabar com o histórico de políticas desenvolvimentistas que davam prioridade apenas aos grandes proprietários de terras.

Notamos então que o objetivo prioritário do MDA, era favorecer o fomento de políticas públicas de desenvolvimento, uma tarefa complicada tendo em vista que o próprio conceito de desenvolvimento tornasse bastante complexo, já que ele varia de acordo com o interesse de determinada grupo social, sendo assim “devemos compreender que o que eu considero desenvolvimento, pode não ter o mesmo significado a outra pessoa.” (COSTA NETO, SILVA e LUCENA 2015, p. 1). Dessa forma, fazia com que o ideário de “Desenvolvimento” proposto pelo MDA, poderia não compreender as reais necessidades do público que ele visava. Além do conceito de desenvolvimento, o MDA trabalhava com o conceito de território, principal recorte espacial utilizado para aplicação de suas políticas públicas, a forma com o qual o território era tratado pelo MDA gerava algumas críticas dos movimentos sociais e estudiosos da área que viam na sua conceituação, um aspecto reducionista e que não abarcava o território em sua totalidade, atrapalhando assim uma melhor efetivação das políticas públicas. Essa insatisfação, já se encontra presente em Costa Neto, Silva e Lucena (2015, p. 4-5) que nos diz:

O conceito de território utilizado pelo MDA para a construção de suas políticas públicas, se torna insatisfatória na medida em que o mesmo desconsidera a existência de conflitos nele, mas sabemos que o conflito coexiste de maneira marcante no território sendo este uma de suas principais características.

Portanto, considerar o território como um recorte espacial harmônico e sem conflito, faz com que as especificidades existentes nele sejam ignoradas e postas de lado na elaboração das políticas envolvidas nessa conceituação. Um aspecto simples, mas que influi diretamente na efetivação dos programas feitos pelo MDA. Como se fazer uma política pública de desenvolvimento do território, se você não possui uma boa conceituação do mesmo? Esse talvez

fosse um dos principais entraves para a melhor eficácia das políticas públicas propostas pelo Ministério.

Em termos teóricos e práticos, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, não foi extinto por completo, embora consideramos a sua inexistência como ministério próprio, uma extinção. Mais se levarmos em consideração os termos técnicos veremos que o MDA sofreu um processo de “fusão” com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), tendo suas pastas transferidas ao novo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA). Não podemos considerar essa fusão como algo benéfico ou menos prejudicial do que uma extinção de fato, levar a pauta do Desenvolvimento Agrário com a do Desenvolvimento Social, poderá fazer com que se vejam programas como o PRONAF, Pnae e Garantia Safra como políticas sociais, ao invés de políticas de desenvolvimento que de fato são. Esse temor é exposto por Alberto Broch (2016) que analisa o que pode estar por trás dessa “fusão”.

O que pode estar por trás, e o que me preocupa, é a ideia de transformar a agricultura familiar, que é uma ideia de desenvolvimento, em política social, o que faz muita diferença. Temo que por trás disso seja colocado que a reforma agrária e a agricultura familiar sejam reforma social. E vamos reagir fortemente a isso. Nós consideramos a agricultura familiar uma ideia de desenvolvimento, e não só social e econômico, mas de segurança alimentar, desenvolvimento do meio rural. Essa concepção pode acontecer, mas não afirmo, que deve transformar o Ministério social.

Pensando no que é posto, visualizamos uma tentativa de desmonte do ideário de desenvolvimento agrário ao transforma-lo em uma política social, fazendo com que alguns ganhos já conquistados e outros que poderiam ser adquiridos sejam perdidos com o tempo, e fazendo voltar a completa subordinação no campo do pequeno agricultor ao grande proprietário de terra. Algo que só interessa as velhas forças hegemônicas do campo.

4_ CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim notamos a real importância do Ministério de Desenvolvimento Agrário, para a possibilidade de desenvolvimento do campo brasileiro. Vislumbramos também a quem era destinado as políticas públicas formuladas pelo ministério e a quem incomodava. O MDA é fruto de lutas e conflitos no meio agrário, a sua extinção, ou fusão caso prefiram, resulta em um assassinato de conquistas e direitos adquiridos. Não devemos também romantizar o MDA como um ministério perfeito, é de se lembrar que o mesmo possuía erros conceituais que dificultavam uma melhor eficiência dos seus programas. Só que se torna inegável avaliar a evolução que se vinha tendo nos últimos anos no que tange a responsabilidade do MDA.

Por trás de toda mudança, existe uma ideologia que à articula, percebemos que a extinção do MDA é resultado de uma elite agrária, insatisfeita com os rumos que o campo brasileiro vinha seguindo, com oportunidades e conquistas, mesmo que a duras penas, conseguida pelos agricultores familiares e camponeses. Deixar esse debate de lado, significa ignorar as desigualdades existentes no território agrário, temos por obrigação levar esse debate aos meios acadêmicos, sociais e midiáticos, para que tenhamos as reais noções do efeito que o fim do MDA resulta na sociedade.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Teresa Raquel. Fim do MDE e golpe para a agricultura familiar, diz presidente da Contag. **Globo Rural**. Disponível em: <<http://revistagloborural.globo.com/Noticias/Politica/noticia/2016/05/fim-do-mda-e-golpe-para-agricultura-familiar-diz-presidente-da-contag.html>>. Acesso em: 29/06/2016. Às: 13:22 hs/min

BEGHIN, Nathalie. Extinção do MDA é mais um tiro no pé de um governo ‘zumbi’. **Inesc**.

Disponível em: <http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-do-inesc/2016/maio/extincao-do-mda-e-mais-um-tiro-no-pe-de-um-governo-2018zumbi2019> Acesso em: 28/06/2016. Às: 17:55 hs/min

COSTA NETO, Francisco Alves da; SILVA, Cícero Nilton Moreira

da; LUCENA, Cecília Sabrina de Sousa. **Análise da aplicabilidade das políticas públicas do MDA no Alto Oeste Potiguar.** Disponível em: <http://propeg.uern.br/downloads/SIC/XI_SIC/Anais/Anais_do_XI_SIC_UERN_Completo.pdf>. Acesso em: 30/06/2016. Às: 20:21 hs/min

Contra a extinção Do MDA e pela Reforma Agrária, Sem Terra ocupam o Incra em toda Bahia. **Movimento dos Trabalhadores Ruais Sem Terra.** Disponível em: <http://www.mst.org.br/2016/06/08/contra-extincao-do-mda-e-pela-reforma-agraria-sem-terra-ocupam-o-incra-em-toda-bahia.html>. Acesso em: 28/06/2016. Às: 14:56 hs/min

Massacre de Eldorado dos Carajás – 17 de Abril. **Instituto Humanista Unisinos** Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/vitimas-de-genocidios-e-massacres/509298-massacre-de-eldorado-dos-carajas-17-de-abril>>. Acesso em: 29/06/2016. Às: 11:30 hs/min.

TERRITORIALIDADES DA DIVERSIDADE SEXUAL NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ- CAMPUS ITAPERI

VASCONCELOS JÚNIOR, R.E. de P.¹;

OLIVEIRA, L.P.²;

RIBEIRO, L.E.U.³;

LEITÃO, M.G

1 – Pós-Doutor em Geografia – UECE, elmovasco@gmail.com

2 – Graduanda do 5º semestre em Geografia – UECE, lianapontes@outlook.com

3 – Graduando do 5º semestre em Geografia – UECE, lucasemersonce@hotmail.com

4 – Graduando do 6º semestre em Geografia – UECE, mauricio.uece@hotmail.com

RESUMO

Este estudo, que se relaciona a discussão sobre gênero e sexualidade, busca compreender as territorialidades que se apresentam no Campus do Itaperi da Universidade Estadual do Ceará em Fortaleza, resultantes das práticas de sociabilidade ligadas à diversidade sexual dos estudantes. A ideia do trabalho consiste em relacionar três conceitos chaves: territorialidade, lugar e espacialidade, empregados no contexto da diversidade sexual existente nos espaços do campus, seja pela apropriação dos lugares, seja pela identificação afetiva, social, cultural e política com os mesmos. Foram elaborados questionários para os estudantes da universidade para a identificação dos diversos lugares de convivência, e a partir desses lugares geramos uma tabela para a síntese dos mesmos, além de um mapa abordando a espacialização das territorialidades vinculadas à diversidade sexual no campus.

Palavras chaves: diversidade sexual, lugar e territorialidade.

INTRODUÇÃO

Com o avanço da visibilidade das questões LGBTTs (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros) no cenário nacional, as universidades vêm, a cada dia, aprimorando o debate sobre as mesmas. Ao mesmo tempo em que a homofobia atinge determinados espaços, diversas lutas são concebidas pelo reconhecimento de direitos e pelo fim de tal opressão.

Essas lutas se apresentam de várias maneiras. No momento em que um sujeito LGBTT sofre diversas atitudes preconceituosas e luta por direitos igualitários, e determinadas pessoas do seu ciclo de amizades vivem as mesmas rotinas, novos vínculos são criados, ou seja, determinadas singularidades se multiplicam, envolvendo um número

maior de sujeitos. A partir do exposto acima, podemos elencar que os espaços servem como pontos de encontro, onde são promovidos debates, eventos, culturais entre outros, produzindo territorialidades empregadas tanto na apropriação dos espaços como na diversidade sexual, além dos debates sobre sexualidade, todos no contexto em contraposição à homofobia.

Os objetivos do trabalho se apresentam pela busca da compreensão das territorialidades da diversidade sexual no Campus do Itaperi da Universidade Estadual do Ceará em Fortaleza (UECE), além de apresentarmos os principais lugares de convivência dos sujeitos, e mostrar as relações culturais e simbólicas que os mesmos possuem com tais locais.

Segundo Silva et all (2013), a produção científica geográfica na área de sexualidades e gênero vem ganhando maior expressão nas primeiras décadas do século XXI. Assim, se justifica a produção deste trabalho (de caráter preliminar) como um subsídio à expansão de discussões na Geografia através das vivências acadêmicas de relevância social em decorrência da discriminação contemporânea acerca da homossexualidade.

METODOLOGIA

Para a elaboração do trabalho, realizamos um levantamento bibliográfico sobre os conceitos que serão utilizados, sendo os principais: diversidade sexual, territorialidade, lugar e espacialidades. Por conseguinte, elaboramos entrevistas que nos forneceram dados qualitativos e possibilitaram a identificação desses lugares que se constroem dentro da Universidade. Subsequente a isso, foi feita uma documentação fotográfica através de um trabalho de campo dentro da Universidade na intenção de identificar e analisar as relações dos entrevistados com os lugares citados; a partir dos dados obtidos, produzimos uma tabela no Word 2010 e um mapa na ferramenta QGIS.2.1, e para esse, utilizamos também, dados do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, e o mapa base do *plugin OpenStreetMap*.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tratar sobre diversidade sexual é de acordo com Torres (2010, p.9) a existência de diferentes expressões sexuais, e a necessidade de direito para os sujeitos que expressam essas diferenças, como o reconhecimento das sexualidades quando existem permissões culturais para manifestações da diversidade. Tal discussão é de suma importância no meio acadêmico, uma vez que o preconceito e a opressão se fazem presentes nos diversos espaços da universidade.

A partir disso, podemos apontar a importância de debates a respeito da temática no âmbito acadêmico, na tentativa de desconstruir ideais conservadores fomentados por uma sociedade machista, sexista e homofóbica, a fim de melhorar a relação dos indivíduos que frequentam os espaços da universidade, reconhecendo assim, que é dessa forma que se dá a construção de uma sociedade mais humana, igualitária e livre de preconceitos.

Outro conceito chave da presente discussão se apresenta nas territorialidades presentes a partir da apropriação dos espaços dentro do campus Itaperi. Para Sack (1986, p.19), as territorialidades são desenvolvidas a partir de comportamentos humano-espaciais. Expressar o poder nem instintiva e nem agressivamente, se estabelece em uma estratégia humana para afetar, influenciar e controlar o uso social do espaço. Assim, "a tentativa de um indivíduo ou grupo para afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações, e para delimitar e impor controle sobre uma área geográfica. Essa área será chamada de território".

A territorialidade dos grupos humanos pode ser desenvolvida, segundo Soja (1971, p. 34), por três componentes essenciais: um sentido de identidade espacial, um sentido de exclusividade e uma compartimentação da interação humana no espaço. A identidade espacial se manifesta como um sentimento de afetividade; o senso de exclusividade só surge quando existe uma ameaça de invasão ao espaço familiar por parte de estranhos à cultura e ao ambiente desse meio, o que favorece uma atitude de auto-segregação coletiva; e em relação à interação espacial, estabelece-se um jogo de vantagens mútuas em função da proximidade.

Arelado a isso, também trabalhamos o conceito de lugar que, conforme SOUZA (1997) tomou na Geografia inúmeras interpretações. O lugar, de maneira geral é um espaço sensato, isto é, apropriado ao nosso sentido, um espaço que nos convém, um espaço sensível. Mas um espaço orientado, que permite responder à pergunta: Onde estamos? Enfim, é um espaço que dá lugar ao sentido, ao bom senso, ao pensamento sensato. Um lugar se abre para outros lugares e o lugar de todos os lugares, o lugar comum, este é o mundo.

Desta maneira, as territorialidades vão se dar através da apropriação dos espaços. A partir do momento que ocorre a associação de tais territorialidades com a diversidade sexual (debates sobre sexualidade, contraponto ao machismo, homofobia entre outras abordagens) é que se chega à discussão de lugar, pois na medida em que se materializam, existirão lugares que dão voz aos sujeitos. Com isso, cada indivíduo terá determinada voz e lugar de fala, caracterizando os lugares como fortes aspectos culturais e simbólicos. A partir disso, os mesmos terão conteúdos sociais bastantes específicos que, no caso, são os relacionados a diversidade sexual.

Sendo assim, realizamos entrevistas com estudantes de cursos variados da universidade, na intenção de identificar esses locais, que vieram a se tornar para essas pessoas um lugar, entendendo que este lhes remete a algo que se cria afetividade, que se tem sentimento e afeição. Seja por lhes trazerem boas lembranças e lhes agradarem, seja por se constituírem em lugares que servem para articulações sobre desconstrução, socialização, e assim, promovem o fortalecimento das discussões acerca da diversidade sexual.

Como resultado das entrevistas, obtivemos alguns lugares designados pelos estudantes que podem ser verificados na tabela a seguir:

Tabela 1 - Lugares da Diversidade Sexual na UECE

Lugar	Quantidade de vezes em que o Lugar foi citado pelos entrevistados
Espaço Patativa do Assaré (Elefante Branco)	13
Centro Acadêmico de Geografia - CAGEO	10
Blocos (M, N, R e F)	7
Centros Acadêmicos (C.A's) diversos (Enfermagem; Educação Física; História; Nutrição e Serviço Social.)	6
Espaço Ekobé	4
Diretório Central dos Estudantes da UECE – (DCE)	2
Praça do Bloco G - “Ponto G”	2
Restaurante Universitário – R.U	2
Praça de Extensão	1

Fonte: elaborada pelos autores.

Podemos classificar primeiramente com a maior representatividade, uma somatória de 18 citações a partir dos dados obtidos, a Organização Estudantil, que em geral, correspondem aos Centros Acadêmicos (C.A's), onde na tabela consta especificadamente o Centro Acadêmico de Geografia (CAGEO), Enfermagem; Educação Física; História; Nutrição e Serviço Social, além do Diretório Central dos Estudantes (DCE), outra forma de organização.

Por definição, os C.A's e DCE são entidades que congregam e representam estudantes de cursos de Ensino Superior. Tendo como função organizar atividades acadêmicas extracurriculares como debates, discussões, palestras, semanas temáticas, recepção de calouros e realização de projetos de extensão; mediar negociações e conflitos individuais e coletivos entre os estudantes e a universidade; realizar atividades culturais como feiras de livros, festivais diversos, sarais, entre outros; defender direitos, interesses e reivindicações dos estudantes em geral; realizar intercâmbio com outras entidades e instituições mesmo que não congêneres; combater o machismo, o racismo, a homofobia, assim como todas as outras formas de opressão e segregação; lutar pela qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão dos cursos e da Universidade; preservar a memória do Movimento Estudantil e o patrimônio cultural, intelectual e/ou material do curso; defender e lutar pela democracia e autonomia universitária, pelo ensino público,

gratuito, laico e de boa qualidade para todos e todas, em todos os níveis e por uma Universidade voltada para os interesses e necessidades da classe trabalhadora. E por isso, estes espaços representam para os estudantes a voz, a vez, e remete a sensação de liberdade que afloram o sentimento de pertencimento ao lugar.

O Centro Acadêmico de Geografia (CAGEO) através da atual gestão, Território Livre, vem promovendo territorialidades dentro do meio acadêmico, que foi reafirmada pelos entrevistados. Por isso, consideramos o local de maior abrangência acerca das práticas de liberdade de expressão sobre a diversidade sexual, que é nítida, pois o mesmo periodicamente promove eventos e debates relacionados com tal

temática. O grande marco da gestão foi o sarau “SEJA GAYVINDO”. Sarau significa grupo de pessoas que se reúnem com o propósito de fazer atividades lúdicas e recreativas, como dançar, ouvir músicas, recitar poesias, conversar, ler livros, e demais atividades culturais.

Posteriormente, trouxe uma repercussão positiva no centro acadêmico, gerando o aumento da socialização, onde desde então, o local conta com a união de grupos de estudantes sendo eles da gestão ou não, da geografia ou não, que se identificam com o lugar, participam e colaboram com a construção das territorialidades livre de preconceitos.

O segundo lugar mais citado nas entrevistas foi o Espaço Patativa do Assaré, que foi uma homenagem póstuma à Patativa (a quem a UECE já outorgou o título de Doutor Honoris Causa, em 1998) estruturada por intermédio da Pró-Reitoria de Políticas Estudantis (PRAE). Contando com uma beleza cênica elaborada pelo artista Wesley Rocha, foi inaugurada no dia 23 de março de 2016, e faz parte das comemorações do Jubileu de Rubi da UECE: os 40 anos de existência da Universidade. Todavia, o espaço físico conta com a coordenação do Projeto de Línguas – PROLIN, e é popularmente conhecido pelos estudantes como Elefante Branco, que é uma expressão idiomática para uma posse valiosa da qual seu proprietário não pode se livrar e cujo custo é desproporcional à sua utilidade ou valor, ou seja, o termo é utilizado na política para se referir a obras públicas sem utilidade. A finalidade são as mais diversas como atividades culturais, encontros de estudantes entre outros que proporcionam sociabilidades, mas principalmente as calouradas, que são eventos noturnos dentro do campus para a recepção dos novatos que ocorrem a cada semestre e são organizadas geralmente pelos C.A's de diversos cursos.

O Espaço Ekobé foi estruturado em uma parceria entre a UECE, a Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular em Saúde (ANEPS/CE) e as Cirandas da Vida, da Secretaria de Saúde de Fortaleza. O local foi reconstruído sob os princípios e técnicas da permacultura e da educação popular em saúde. Mantém um calendário que inclui Massoterapia, Reiki, rezas, entre outros, que são chamadas “práticas



Figura 1 – espaço de debate e reuniões, Centro Acadêmico de Geografia (CAGEO)

Fonte: arquivo da Gestão Território Livre

de cuidado”. Os entrevistados citam o Ekobé, atribuindo o local como referência para encontro de rodas de conversas, reuniões para debates dos mais variados temas.

As praças citadas na tabela também agregam valor na construção dos espaços, assim como os blocos dos cursos “de humanas”, classificação denominada entre os estudantes. A praça do bloco G é conhecida como “ponto G”, frequentada por alunos de diversos cursos em momentos de descontração. A maioria dos blocos no campus possuem áreas de convivência, que proporcionam encontros e momentos de construção de ideias, exemplificados pelos encontros periódicos organizados no bloco M relacionados à defesa de causas estudantis.

O restaurante universitário, conhecido pela sigla R.U, é um espaço comum dentro do campus, marcado pelas gigantescas filas vivenciadas no início de semestre, ocasionadas pela ineficiência no atendimento à nova demanda de estudantes. Sendo assim, podemos considerar que a espera dos alunos para adentrar neste espaço promove uma socialização inicial entre calouros e veteranos.

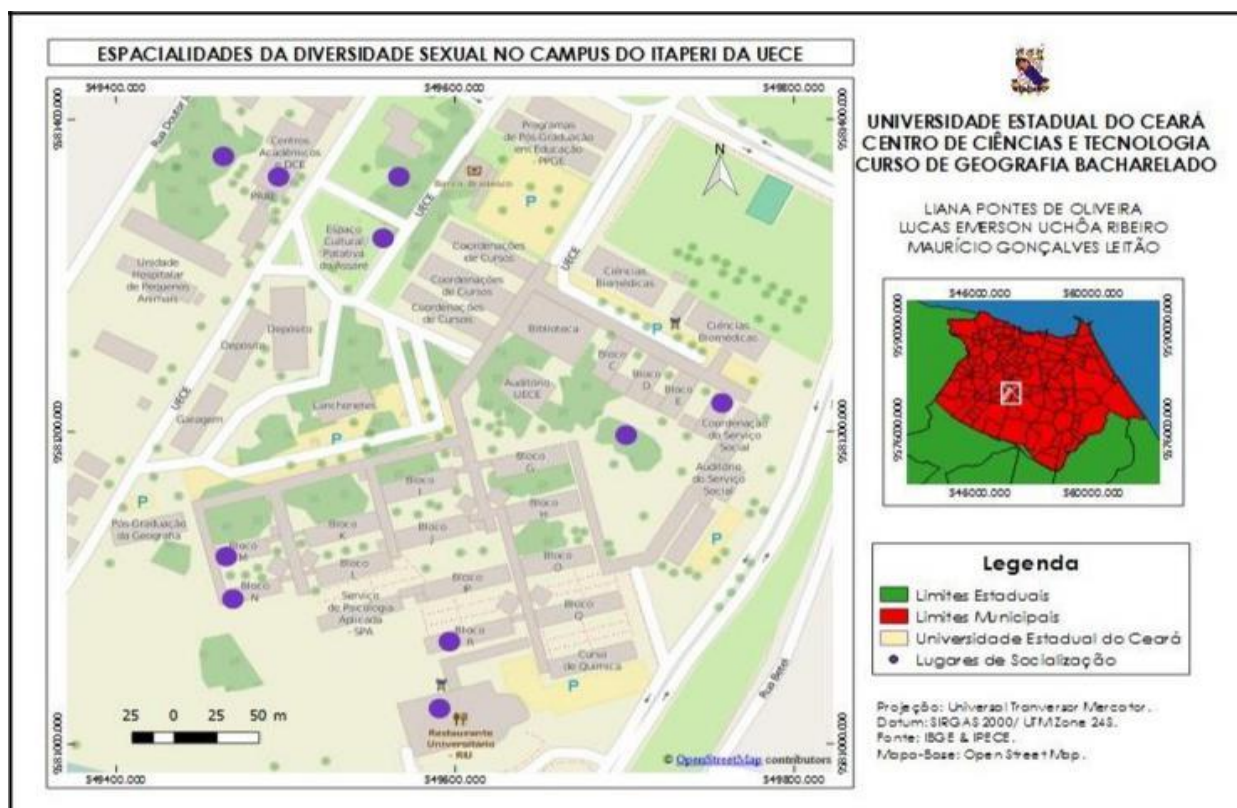
As entrevistas foram realizadas de maneira que os entrevistados pudessem descrever locais dentro da universidade nos quais se sentissem à vontade para interagir com a comunidade LGBTT, estando livres de preconceitos e opressões, fazendo eles parte da mesma ou não. Elencamos alguns depoimentos que justificam a ideia de liberdade entre os estudantes dentro do campus, são eles:

Na verdade, a UECE em si me traz essa sensação de liberdade, esses lugares específicos são os lugares que eu posso me expressar verdadeiramente, eu ser quem eu sou e que nas minhas circunstâncias não posso me comportar em casa da mesma forma que me comporto nesses lugares. (Estudante do curso de Geografia da UECE em entrevista para a pesquisa realizada 11/06/2016)

Porque esses espaços nos promovem discussões que, por muitas vezes, não é discutido durante nossas aulas por N fatores, acredito que, em alguns cursos essas discussões são um pouco mais presentes, mas em outros nem tanto. (Estudante do curso de Pedagogia da UECE, em entrevista para a pesquisa realizada 11/06/2016)

Porque são lugares que sempre promovem formações e espaços de socialização... Buscando sempre não ter nenhum tipo de preconceito, e sim integrar todos e todas. (Estudante do curso de Nutrição da UECE em entrevista para a pesquisa realizada 11/06/2016)

Ao associar o resultado das entrevistas juntamente com os conceitos trabalhados, elaboramos um mapa da espacialização da diversidade sexual no campus do Itaperi da UECE, na intenção de melhor pontuar a mesma



CONCLUSÃO

Acreditamos que dentro da Universidade, existem locais que propiciam o debate sobre a diversidade sexual, e dão a liberdade de expressão necessária para que ocorra o diálogo entre os indivíduos envolvidos. Neste espaço educacional, a produção de territórios é cada vez mais pertinente e abrangente, juntamente com simbologias e lugares característicos de memórias representativa do coletivo e das diversidades de tempo e cultura.

A Geografia, cujo arcabouço teórico contempla estes conceitos, contribuiu no presente trabalho na questão da espacialização dos lugares onde tais discussões são facilitadas para assim compreender como suas especificidades ocorrem e quais as repercussões das mesmas.

Questões de sexualidade precisam ser mais discutidas nos espaços acadêmicos. Constatamos a necessidade de propiciar a “desmistificação”, a possibilidade de compreensão e dialogicidade entre pessoas nos vários setores e instâncias sociais, afinal o tema possui relevância social tendo em vista a decorrência da discriminação contemporânea acerca da diversidade sexual.

REFERÊNCIAS

DE FREITAS, Bruno; BERNARDES, Maria Beatriz Junqueira. A Geografia dialogando com as ciências naturais e as artes para a compreensão interdisciplinar e crítica acerca de questões de gênero no contexto contemporâneo 10.5212/Rlagg. v. 7. i2. 0007. Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero, v. 7, n. 2, p. 105-129, 2016.

SANTOS, Carlos. Território e territorialidade. Caderno de criação, p. 127-40, 1982.

SACK, R. D. Human territoriality: its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press. 1986.

SILVA, Joseli Maria et al. O corpo como elemento das geografias feministas e queer: um desafio para a análise no Brasil. In: SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Márcio José;

CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista (orgs.). Geografias malditas: corpos, sexualidades e espaços. Ponta Grossa: Todapalavra, 2013, p. 85-142.

____; ORNAT, Marcio Jose. Luta e resistência das Geografias das Sexualidades no Brasil: uma entrevista com Miguel Ângelo Ribeiro. DOI: 10.5212/Rlagg. v. 6. i2. 0016. Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero, v. 6, n. 2, p. 271-280, 2015.

SOJA, E. W. The political Organization of Space. Washington, D.C: AAG Commission on College Geography. 1971.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida. O LUGAR DE TODO O MUNDO - A Geografia da Solidariedade. Texto apresentado em Seminário na Bahia, em junho de 1997, organizado pelo Programa de Pós-Graduação e pelo Departamento de Geografia da UFBA.

TORRES, Marco Antônio. A diversidade sexual na educação e os direitos de cidadania LGBT na escola. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Ouro Preto: UFOP, 2010.

EIXO 5 – IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS

A EXPLORAÇÃO DA NATUREZA E SEUS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DECORRENTE DA ATIVIDADE MINERADORA NA SERRA DA MONGUBA/CE.

BANDEIRA, T. V¹, CRUZ, M. L. B²

1 – Autor (Graduando em Geografia) – UECE, tulioviana18@gmail.com

2 – Orientadora (Doutora em Geografia) – UECE, mlbcruz@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho traz discussões acerca da apropriação e exploração da natureza e seus reflexos para o ambiente e a população local. Com a finalidade de entender a problemática em questão, é necessário nos remeter a origem da separação homem-natureza e de que forma sua perda de identidade enquanto natureza está acarretando nos processos de impactos socioambientais. Além disso, para a compreensão do estudo Do meio ambiente na perspectiva sistêmica é adotada uma metodologia de Souza (2000) baseada no geossistema de Bertrand mais a ecodinâmica de Tricart, todas com intuito depreender a dinâmica do ambiente e sua relação de interdependência entre os elementos naturais quanto sociais. Com isso, foram obtidos inicialmente os primeiros resultados, entre os quais: a poluição sonora com as explosões de dinamite ocasionando rachaduras nas casas mais próximas a pedreira, além da poeira do pó da rocha que causa doenças respiratórias.

Palavras-Chave: Atividade Mineradora, População Local e Impactos Socioambientais.

INTRODUÇÃO

O pensamento ocidental a partir do século XVIII foi marcado por uma característica bastante relevante, a separação homem-natureza. Foi sobretudo a influência judaico-cristã que a oposição homem-natureza e espírito-matéria adquiriu maior dimensão (GONÇALVES, 1990, p. 32). Pois o Deus criador de tudo sobe aos céus e pode controlar e ver a totalidade, com isso, os deuses já não habitam mais o mundo. É com Descartes que essa oposição se torna mais concreta, pois em sua filosofia, a natureza é vista como uma fonte inesgotável de recursos, ela é um caminho para se chegar à devida finalidade.

Outra característica marcante foi o antropocentrismo. O homem como centro do mundo fica em oposição à natureza. Utiliza-se de técnicas desenvolvidas pela ciência para dominar seus objetivos, torna-se seu dono. O antropocentrismo firma a habilidade do homem em dominar a natureza, já que ela não é mais povoada por Deuses, torna-se objeto, já que não tem alma pode ser dividida (GONÇALVES, 1990, p. 34). É uma natureza morta. Além disso, outro aspecto importante foi à ideia do pensamento pragmático-utilitarista, como sociedade já era vista enquanto possuidora da natureza, o conhecimento instrumental do iluminismo e o desenvolvimento das técnicas de produção, organização e administração são adquiridos pelo mercantilismo e pela burguesia os quais se apropriaram desse pensamento para gerar mais lucro.

Sendo assim, a natureza passa a ser utilizada como um recurso a ser dominada. Com o desenvolvimento de técnicas na Revolução Industrial, ocorreu ainda mais a exploração de seus elementos acarretando em sérios problemas socioambientais (SILVA, 2010). A partir da década de 1960 alguns países da Europa e em 1970 no Brasil que algumas autoridades começam a se preocupar com essas questões socioambientais. Com isso, o conteúdo referente aos problemas ambientais passa a ser pensado por várias ciências, inclusive a geografia.

De acordo com essa concepção, a mineração de agregados é uma das atividades econômicas intimamente relacionadas aos problemas ambientais. A qual o homem não se vê pertencente à natureza e a explora de forma deplorável, visto que, o investimento tecnológico a qual potencializa o entorno se restringe a pequenas áreas. Apesar de a mineração ser necessária para o desenvolvimento da sociedade em seus mais variados setores produtivos e na consolidação do espaço urbano, fornecendo matérias-primas para a construção de moradias, obras de saneamento básico, sistemas viários, os quais são extremamente necessários para o desenvolvimento urbanístico. Ela tem gerado ao longo dos anos impactos relacionados à competição pelo uso e ocupação do solo, causando conflitos socioambientais e que por muitas vezes, são oriundos da falta de políticas públicas, que reconheçam os interesses dos envolvidos e são ainda mais acentuados quando se encontram próxima às áreas urbanas.

Na área de estudo, a pedreira se encontra localizada sobre a serra da Monguba no Município de Pacatuba/CE (Figura 01), onde são encontradas as rochas graníticas e serve para a produção de brita, esse agregado é útil para os concretos, calçamentos, revestimentos e até asfalto. O processo de fabricação da brita ocasiona impactos ambientais tanto na etapa de extração quanto no beneficiamento, que são agravados quando as pedreiras estão localizadas nas proximidades de áreas urbanas (CAVALCANTI, 2011, p. 41). Na maioria dessas pedreiras há um descompasso entre ato de produzir e a assistência social pelos envolvidos, com altos índices de mutilações humanas, por falta de tecnologia.

Diante disso, o presente trabalho visa discutir as transformações ocorridas na paisagem da Serra da Monguba e as consequências socioambientais para a população ao seu entorno. Para isso, é necessário entender de que forma a sociedade se apropria e ver a natureza, como, também, compreender sua dinâmica de funcionamento.

Para a compreensão do sistema ambiental da área de estudo e de sua paisagem, assim como da sua dinâmica, está sendo utilizada a metodologia proposta por Souza (2000), a qual estuda a natureza de forma integrada através de uma inter-relação entre as partes que a compõe. O conhecimento desse sistema permite o

desenvolvimento de condições para o bem-estar social. Caso sua exploração seja de forma sustentável permitirá oportunidades sociais no tempo e no espaço, crescimento econômico, igualdade social e conversação do meio ambiente. Para isso, é necessário estudar a paisagem como um produto socializado desde sua origem, devendo-se pesquisá-la tanto do lado natural quanto do social, integrando todos os elementos componentes (BERTRAND, 1972).

Para a realização do presente trabalho foi realizado o levantamento literário sobre o tema de estudo na biblioteca da Universidade Estadual do Ceará - UECE, consequentemente o material foi lido e analisado para ser compreendido e fazer parte da presente obra. Outra parte do material foi adquirido através da internet, na condição de artigos, monografias, livros on-line. Todos com o intuito de enriquecer a obra. O mapa deste trabalho foi produzindo através de um Sistema de Informação Geográfica (SIG), utilizando uma escala grande para envolver uma menor área e aumentar o nível de detalhes. Foi utilizada também imagem do Google Earth com o intuito de delimitar a área de estudo e para a confecção do mapa se utilizou o programa livre Quantum GIS.

Os questionários serão de extrema importância para o trabalho, uma vez que, aplicados para a população local, demonstrará quais são as principais consequências advindas do impacto ambiental causada pela pedreira aos moradores. O trabalho de campo é imprescindível para investigar e analisar a dinâmica da paisagem e sua transformação. Com isto, partiremos para a coleta de dados e posteriormente sua tabulação. Desse modo, estudos serão levantados para compreendermos o nível de degradação ambiental do local de estudo e repassar esses estudos para a população local, alertando os riscos que eles estão suscetíveis.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como toda exploração de recursos naturais, a mineração provoca impactos ao meio ambiente. Os principais problemas advindos da mineração abrangem: poluição da água, poluição do ar, poluição sonora, subsidência do terreno, incêndios causados pelo carvão e rejeitos radiativos (CPRM – Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais, 2002). A proximidade da lavra com a área urbana do estudo em questão acarreta em problemas para a população local, podendo ser devidamente listados: a poluição sonora devido às explosões de dinamite que ocasionam rachaduras nas casas mais próximas a pedreira, além da poeira do pó da rocha que causa doenças respiratórias.

Outro impacto evidente é a modificação da paisagem da Serra de Monguba devido à atividade mineradora (Figura 02), uma vez que, as áreas diretamente atingidas sofrem processos de erosão dos solos, retirada da fauna e flora. O desmonte do Maciço em bancadas propicia a geração de ruídos e gases, o armazenamento de explosivos e acessórios de detonação acarreta em riscos de explosão e perdas de vidas e de materiais, o carregamento e transporte do minério até a britagem gera poluição do ar e sonora, e consequentemente o desconforto dos trabalhadores da mina e da população local, além da britagem da rocha a qual propicia alto nível de poluição do ar e de riscos de doenças pulmonares destacado por BACCI (2006), tendo sido verificado a similaridade na área de estudo.



Figura 02. Lavra em bancada desenvolvida em meia encosta, município de Pacatuba. **Fonte:** Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), 2011.

Na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), a mineração de agregados se constitui como uma importante atividade econômica para atender as necessidades básicas da população, tais como: habitações, sistema viário, calçamentos, esgoto sanitário e outros. Outra característica marcante é sua proximidade de pedreiras dos centros habitados devido ao alto custo dos transportes, as fontes de produção se localizam perto do local de consumo. O crescimento desordenado e a falta de planejamento urbano facilitam a ocupação de regiões situadas nos arredores das pedreiras da RMF, provocando o fenômeno de “sufocamento” das mesmas destacado por BATISTA (2010), vale ressaltar que a área de estudo encontra-se na RMF, com indicações evidenciadas anterior.

A exploração dos elementos naturais na área de estudo vem crescendo bastante desde a implantação o conjunto industrial em Maracanaú/CE (Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, 2011). Dessa forma, a pressão exercida pela grande demanda está fazendo o setor produtor de brita trabalhar num limite muito próximo da sua capacidade máxima, isso faz com que se eleve ainda mais os índices de degradação (Figura 03). Grande parte dessa produção é destinada para a RMF, cerca de 80% da brita. De acordo com (CAVALCANTI, 2011, p. 80):

Uma estimativa bastante conservadora aponta para que, nas últimas três décadas, a Região Metropolitana de Fortaleza – RMF consumiu um mínimo de 50 milhões de metros cúbicos de areia e brita na construção civil e demais obras de infraestrutura.



Figura 03. Alteração da paisagem local com crescimento no nível de exploração do Maciço. **Fonte:** BANDEIRA, 2016.

No ano de 2001 a produção de brita na RMF foi de 1 de milhão de toneladas, no final de 2010 a produção chegou a 3 milhões de toneladas, promovendo um aumento de 200% nesse período (DNPM, 2011). À medida que a procura pelo material agregado sobe, os índices de impactos ambientais tendem a aumentar, pois é necessária a retirada da vegetação e do solo para conseguir o granito que serve de matéria-prima para a brita. Além do alastramento da mineração para outras áreas do Maciço.

CONCLUSÃO

Esses resultados preliminares sugerem que medidas sejam tomadas para avaliar o estado de conservação do ambiente e a qualidade de vida da população local. Visando alertá-la dos riscos ambientais a qual estão sujeitos. Nesse sentido, fez-se necessário utilizar um recorte espacial a fim de compreender a relação sociedade/natureza, uma vez que, estuda os impactos da atividade mineradora, através da lógica de acumulação capitalista de mercado.

Outro fator importante é a utilização de teorias baseadas em Souza (2000) como método de análise geográfica, pois contribuirá para gerar prognoses, com previsões na dinâmica de determinados componentes que irão cooperar para sabermos possíveis riscos futuros para o meio ambiente como também para a comunidade. Além disso, auxilia na realização da análise socioambiental de capacidade de suporte do objeto de pesquisa, contribuindo também para o planejamento territorial. Aliado isso, a discussão ambiental sobre a apropriação da natureza e seus reflexos, contribui para sabermos de que forma a sociedade vem agindo em um contexto histórico sobre a área.

Por fim, compreendeu-se que o estado de equilíbrio da natureza é alterado pelo desenvolvimento técnico obtido pelo homem. Desenvolvimento produto do conhecimento científico, a qual tem levado a sociedade explorar a natureza, atendendo diversas vezes apenas os interesses capitalistas, não se preocupando com a dinâmica do ambiente natural e com a população local.

REFERÊNCIAS

- BACCI, Denise de La Corte; LANDIM, Paulo Milton Barbosa; ESTON, Sérgio Médici de. **Aspectos e impactos ambientais de pedreira em área urbana**. Rem: Rev. Esc. Mina. Ouro Preto, v. 59, n. 1, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 28 fev. de 2016.
- BATISTA, C. T. **A Mineração de Agregados na Região Metropolitana de Fortaleza: Impactos Ambientais e Conflitos de Uso e Ocupação do Solo**. 2010. 147f. Dissertação (Mestrado em Geologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.
- BERTRAND, G. Paisagem e Geografia Física Global. Esboço Metodológico. **Caderno de Ciências da Terra**, São Paulo, n.13, 1972.
- BRANDÃO, Ricardo de Lima; FREITAS, Luiz Carlos de. (Orgs.). **Geodiversidade do Estado do Ceará**. Fortaleza: CPRM, 2014.
- CAVALCANTI, Vanessa. M. M.; PARAHYBA, Ricardo Eudes R. **A Indústria de Agregados para a Construção Civil na Região Metropolitana de Fortaleza**. Fortaleza: DNPM, 2011.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **OS (des) caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1990.
- LIMA, Luiz Cruz; MORAIS, Jäder Onofre de; SOUZA, Marcos José Nogueira de. **Compartimentação territorial e gestão regional do Ceará**. Fortaleza: FUNCEME, 2000. p. 5-95.
- SILVA, J. P. S. Impactos ambientais causados por mineração. **Espaço da Sophia**. São Paulo, ano 08, n. 08, 2007.
- SILVA, Maria do N.; MORAIS, J. O. A exploração de pedreiras na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), Ceará: uma abordagem referente aos impactos socioambientais no município de Itaitinga. **ENG 2010**, Porto Alegre, 2010.
- SOBRINHO, J. F; FALCÃO, C. L. C. **Geografia Física: a natureza na pesquisa e no ensino**. Rio de Janeiro: TmaisOito, 2008.
- SOUZA, M.J.N; OLIVEIRA, V.P.V. de. Os Enclaves Úmidos e Sub-Úmidos do Semi-Árido do Nordeste Brasileiro. **Mercator**, Fortaleza, ano 05, n. 09, 2006.
- SOTCHAVA, V. B. **O estudo de geossistemas**. Instituto de Geografia. USP, São Paulo: Ed. Lunar, 1977.
- TRICART, J. **Ecodinâmica**. Rio de Janeiro: IBGE, 1977.

ANÁLISE DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS CAUSADOS PELA INSTALAÇÃO DO PARQUE EÓLICO NO DISTRITO DO CUMBE, ARACATI – CEARÁ

BATISTA, Maria Carollyne Matos⁵

Graduanda em Geografia – UECE, caroline.matos@aluno.uece.br.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo principal apresentar os impactos socioambientais originados com a implantação do parque eólico na Comunidade do Cumbe, localizada no município de Aracati, Ceará. Anteposto aos impactos propriamente ditos, abre-se debate acerca da produção de energia renovável, e como o estado do Ceará posiciona-se diante deste quadro atual. Dito isto, a Comunidade Quilombola do Cumbe é adicionada ao panorama de energias renováveis com a construção de um parque eólico de grande porte na mesma. Com a instalação do parque eólico na Praia do Cumbe, diversos impactos sociais e ambientais foram acarretados na região, como a limitação do acesso dos moradores à praia, o aterramento de lagoas interdunares e o desmatamento de campos de dunas. Por fim, pretende-se, por meio deste estudo, propor alternativas a fim de que o meio ambiente e as comunidades circunvizinhas de parques eólicos sejam minimamente atingidos por equipamentos desse porte.

Palavras-chave: parque eólico, Comunidade do Cumbe, impactos socioambientais.

INTRODUÇÃO

Têm-se observado, desde os anos de 1990, o incremento das diversas gerações de energias renováveis no Brasil, na qual, destaca-se a geração de energia eólica. A energia eólica é considerada uma das formas mais limpas de geração de energia, uma vez que a mesma é obtida pelo movimento do ar – vento. É uma abundante fonte, renovável, limpa e disponível em, praticamente, todos os lugares. Mesmo sendo considerada limpa, a energia eólica provoca impactos ambientais, forçando a interferência dos órgãos de controle ambientais no processo de implantação e operacionalização dessas usinas.

Atualmente, o Nordeste é o maior produtor de energia eólica do país. Os Estados do Rio Grande do Norte, da Bahia e do Ceará são destaque no ranking de produção de energia elétrica advinda de parques eólicos. Juntos, os três estados nordestinos possuem uma potência total de 7206,9 MW, com o total de aproximadamente 275 parques eólicos, de acordo com a Associação Brasileira de Energia Eólica.

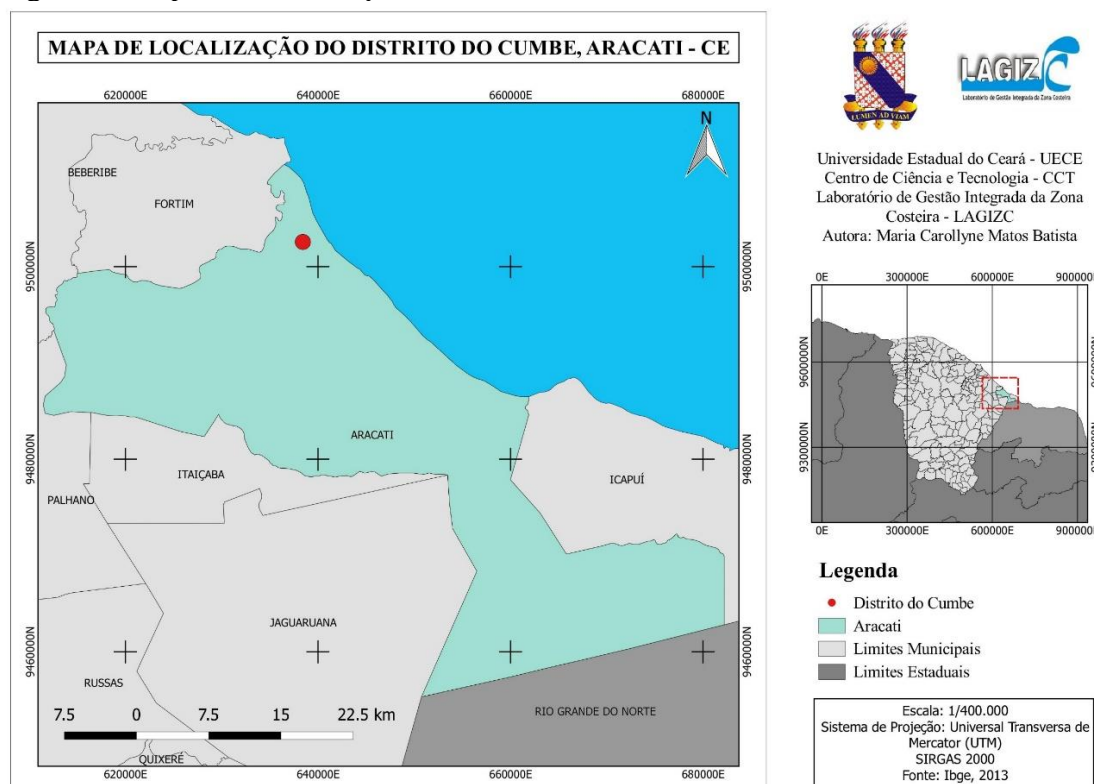
O Estado do Ceará é o pioneiro neste modelo de geração de energia elétrica, com a construção do Parque Eólico do Mucuripe, configurando-se como referência no setor eólico de energia no Brasil. O estado conta hoje com um potencial médio de geração eólica de 26,2 GW, de acordo com Governo do Estado do Ceará. A disposição geográfica dos parques eólicos no Ceará localiza-se predominantemente no litoral do estado, concentrando-se principalmente nos municípios de Aquiraz, Acaraú, Amontada, Aracati, Beberibe, Camocim, Paracuru, São Gonçalo do Amarante e Fortaleza. Todas, cidades litorâneas.

No município de Aracati, Ceará, a Praia do Cumbe, a 155 km de Fortaleza, foi escolhida para abrigar um parque eólico de grande porte, aproximadamente 8,9 km²

⁵ Graduanda em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará; bolsista de Iniciação Científica no Laboratório de Gestão Integrada da Zona Costeira (LAGIZC).

e com potência de 50 megawatts (MW) de geração de energia elétrica, em uma área de campo de dunas fixas próximo à comunidade quilombola do Cumbe (Figura 1).

Figura 1: Mapa de Localização do Distrito do Cumbe.



Fonte: BATISTA, Maria Carollyne Matos. Novembro, 2015

A Comunidade do Cumbe é caracterizada por ser uma região de clima semiárido apresentando irregularidades pluviométricas temporo-espacial. A vegetação predominante da região é de carnaubais e coqueirais, enquanto a vegetação de mangue encontra-se inserida na planície litorânea, ocupando maior parte das planícies flúvio-marinhas da região do Baixo Jaguaribe. Na Comunidade há predominância de grandes formações de campos de dunas que, aliados aos processos evolutivos de regressão e transgressão marinha, regulam o aporte sedimentar para a construção de terraços marinhos holocênicos.

Cumbe é uma palavra de origem africana ou afrobrasileira que significa quilombo. É uma comunidade tradicional não-indígena representada pelos pescadores artesanais, com população basicamente composta por famílias de pescadores/as, agricultores/as e artesãos/ãs. Ademais, a região do Cumbe possui um dos maiores sítios arqueológicos do estado do Ceará.

Segundo Ribeiro (2013), a Comunidade do Cumbe vem sofrendo com a inserção de grandes projetos como a carcinicultura e a instalação de parques de energia eólica, o que vem acarretando alguns problemas socioambientais, desde o desmatamento do mangue, poluição das águas, privatização das áreas públicas, aterramento de lagoas interdunares, destruição de sítios arqueológicos, compactação de dunas móveis, mudança na dinâmica local, desrespeito ao modo de vida tradicional, entre outros.

METODOLOGIA

A presente pesquisa objetiva-se em descrever e analisar os impactos socioambientais na localidade do Cumbe, provenientes da construção do parque eólico, propondo alternativas para que o meio ambiente e a comunidade sejam minimamente impactadas e possam conviver harmonicamente. Para se chegar a tal finalidade, fez-se necessário identificar as alterações na fauna e na flora, verificar os impactos sociais, analisar as alterações na dinâmica costeira da área, provenientes da instalação do parque eólico na Comunidade, a fim de propor medidas alternativas para as administrações superiores.

Nesta perspectiva, a prática de pesquisa acadêmica foi fundamental, visto que o conhecimento deve ser continuamente reconstruído quando se trata de estudos socioambientais e, no atual momento de intensas transformações na sociedade e no meio, a rigidez dos planos de pesquisa podem se transformar em obstáculos para as descobertas de novas relações com o objeto pesquisado.

Na busca de alcançar os objetivos, foi realizada uma pesquisa teórica preliminar de modo a embasar o estudo aqui proposto. A metodologia aplicada no trabalho iniciou-se com levantamento bibliográfico (monografias, artigos e teses), no qual abordou-se temas relacionados à instalação de parques eólicos na zona costeira, particularmente no Estado do Ceará, e os possíveis impactos socioambientais nos locais onde foram inseridos. Nessa perspectiva, as características dos parques eólicos instalados no Ceará foram observadas e analisadas, a fim de um melhor entendimento de como a utilização da energia renovável, sendo esta a eólica, deu-se no Estado. Para isto, um breve histórico desta forma de produção de energia no Ceará foi realizado. A quantificação e qualificação dos parques eólicos existentes no litoral cearense também foram realizadas a fim de identificar a área de abrangência desses empreendimentos.

Para a análise dos impactos ambientais, se levou em conta o comportamento sazonal das condições climáticas. Deste modo foram caracterizados os processos dinâmicos relacionados com a migração das dunas e alterações morfológicas naturais, o que gerou elementos geoambientais para a definição de prognósticos a partir da operação das usinas eólicas previstas para a planície costeira.

Acerca das alternativas para o melhor convívio entre a comunidade, os empreendimentos lá instalados e o próprio poder público, a forma de gestão integrada da zona costeira foi estudada para uma possível aplicação na Comunidade do Cumbe. A aplicação deste tipo de gestão, segundo Vasconcelos (2005), baseia-se no princípio de que é possível o consenso entre representantes de grupos diferentes, como entre os habitantes da Comunidade do Cumbe e o poder público, com interesses também diferentes, muitas vezes contrários, sendo fundamental a participação da comunidade científica que desempenha papel importante de informar e fornecer elementos necessários ao conhecimento dessas regiões.

Além disso, o estudo propõe trabalhos de campo na comunidade, com a elaboração de mapeamentos, fotografias, perfis topográficos para estudo de possível erosão costeira, aplicação de questionários nos moradores e visitas às Associações e a Prefeitura da Cidade de Aracati.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com a inserção dos aerogeradores, a comunidade do Cumbe apresentou diversos problemas ambientais e sociais, iniciando desde o período de construção do parque e da infraestrutura até a operação das usinas eólicas. De acordo com Meireles (2011), na fase de implantação dos aerogeradores foi registrado aterros,

cortes e desmatamentos de dunas móveis e fixas e soterramento de lagoas interdunares.

Dentre os impactos ambientais identificados na área, o desmatamento e aterramento das dunas e o soterramento de lagoas interdunares foram sensivelmente verificados como os de maior influência para a comunidade. O desmatamento das dunas fixas está relacionado com a retirada da cobertura vegetal para as vias de acesso ao parque, promovendo a supressão do ambiente nos sistemas dunar e tabuleiros pré-litorâneos e a fragmentação dos ecossistemas relacionados. Da mesma forma, o aterramento das dunas promoveu a remobilização e o redirecionamento do transporte de areia através das alterações morfológicas provocadas nas dunas móveis e fixas.

De forma geral, os componentes morfológicos impactados pela implantação dos aerogeradores são: dunas móveis, dunas fixas, terraços marinhos, faixa de praia, lagoas interdunares e planície flúvio-marinha.

Dos impactos na fauna e na flora resume-se que há um percentual bastante significativo com relação à interferência na dinâmica das aves migratórias e à redução da vegetação nativa, o que causou relevante desequilíbrio ecológico.

Admitindo-se que impacto é uma alteração na dinâmica natural ou social, constata-se que, na região do Cumbe, existem também impactos positivos, dentre os quais destacam-se a geração de emprego e a construção de estradas que, de certa maneira, acarretaram no desenvolvimento para a comunidade.

Sobre as mudanças relativas aos aspectos sociais como consequência da instalação do parque eólico na comunidade do Cumbe, destaca-se a contenção dos moradores de acesso à praia com a privatização da área, desrespeitando o modo de vida tradicional dos mesmos. A apropriação privada dos espaços de uso comum da comunidade provocou conflitos socioambientais e fundiários na mesma, além de que, o controle do acesso à faixa de praia prejudicou o direito de ir e vir dos moradores, sacrificando gravemente os espaços de interação comunitária e de realização do trabalho na pesca e na agricultura.

Destarte, diversos impactos socioambientais podem ser listados, de acordo com estudos anteriores e relatos da comunidade, com o estabelecimento do parque eólico no Cumbe: interferência na dinâmica da fauna, desmatamento de dunas e da vegetação natural, soterramento de lagoas interdunares, destruição de sítios arqueológicos, proibição da transitabilidade dos moradores na praia e mudança das práticas habituais dos mesmos, como pesca e atividades esportivas, culminando em profundo descontentamento e intensos protestos da população que reside no Cumbe (MEIRELES, 2011; RIBEIRO, 2010).

CONCLUSÕES

Diante do que foi apresentado, é visto que a implantação de parques eólicos na costa cearense tornou-se paulatinamente visível no que se trata da paisagem, dado o enorme potencial que a mesma, a zona costeira cearense, apresenta para instalação de equipamentos deste porte. De acordo com Ribeiro (2013), a introdução de parques eólicos na costa do Ceará está se ampliando de forma não controlada, tanto sob os pontos de vistas ambiental e social, quanto do ponto de vista de um monitoramento apropriado e integrado. Visto isso, se observa um acúmulo de impactos negativos, manifestados tanto nas áreas em que são estabelecidos – como em campos de dunas, com o desmatamento e aterramento dos mesmos,

quanto nas comunidades próximas aos parques, com sua descaracterização social e cultural.

Considera-se que a energia eólica, pertencente a um novo cenário ambiental, com foco em menor impacto, em comparação com outras fontes de energia não renováveis, transmita a ilusão de um recurso ambientalmente correto e livre de qualquer crítica ou repercussão. O estudo indica que, mesmo aparentemente inofensivo, os empreendimentos encaminham a novos impactos frente às possibilidades de reivindicação social. Nessa perspectiva, a energia limpa traz consigo inter-relações que merecem maior análise diante de uma política planejada em relação aos aspectos sociais, ambientais, e aos impactos ambientais.

É fato que, o parque eólico no Cumbe, em sua complexidade e grandiosidade, não trouxera apenas impactos negativos com seu estabelecimento na comunidade quilombola. As oportunidades de emprego que surgiram na região e a construção de infraestruturas para a instalação do parque, como as estradas, geraram certo crescimento econômico para a mesma. Pode-se notar que um antagonismo evidenciado sobressaiu pelas expectativas de melhoria que o empreendimento ofereceu para a comunidade, uma vez que ela carece de oportunidades para seus habitantes, principalmente nas questões de empregabilidade e políticas públicas de assistência social. Foi nessa perspectiva que se estabeleceu as contradições: o empreendimento trouxe alguns impactos positivos, mas principalmente impactos negativos, como citados ao longo do trabalho.

Apesar da necessidade desses impactos para que se construam os acessos que são utilizados tanto para instalação do parque como para sua manutenção e operação, defende-se que os impactos socioambientais poderiam ser em menor intensidade e que medidas de compensação deveriam ter sido implantadas na comunidade.

Espera-se que, no decorrer da pesquisa, formas de gestão sustentável sejam planejadas e concretizadas, a fim de amenizar os conflitos existentes entre a comunidade a do Cumbe e os empreendimentos lá instalados. Nessa perspectiva, uma das alternativas que vem se apresentando viável para a instalação de parques eólicos, sem o intenso comprometimento ambiental e nem que as comunidades que estão localizadas próximas aos parques sejam atingidas, são os tabuleiros pré-litorâneos, que ficam mais afastados da costa, tem terreno plano e possuem regimes de vento compatíveis com o potencial eólico no litoral.

É realidade que comunidade do Cumbe já sofre a interferência do parque eólico e da carcinicultura, portanto, tão necessário quanto os estudos de viabilidade econômica dos empreendimentos são necessários e fundamentais os estudos de impacto ambiental, que chegam à esteira do dito progresso.

REFERÊNCIAS

Governo do Estado do Ceará, Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico – CEDE, Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará S.A. – ADECE. **Atração de Investimentos no Estado do Ceará: Mapa Territorial de Parques Eólicos.** Fortaleza – CE. 74p. 2010. Disponível em <<http://investimentos.mdic.gov.br/public/arquivo/arq1321639205.pdf>> Acesso em: 10/06 de 2016.

LAGE, A.C. **Administração pública orientada para o desenvolvimento sustentável. Um estudo de caso: Os ventos das mudanças no Ceará também geram energia.** Rio de Janeiro: Escola de Administração Pública, Centro de Acadêmica e Pesquisa, 2001 (Dissertação de mestrado).

[MEIRELES, A. J. A.](#) **Danos socioambientais originados pelas usinas eólicas nos campos de dunas do Nordeste brasileiro e critérios para definição de alternativas locacionais.** Confins (Paris), v. 11, p. 1-23, 2011.

[MEIRELES, A. J. A.](#) **Geomorfologia costeira: funções ambientais e sociais.** 2. ed. Fortaleza: Edições UFC, 2014. 489p.

MOREIRA, R. N. ; Andson de Freitas Viana ; OLIVEIRA, Daniele A. B. ; VIDAL, F. A. B. . **Energia Eólica no Quintal da Nossa Casa?! Estudo sobre os impactos socioambientais na instalação e operação de uma usina de comunidade Sítio do Cumbe em Aracati-CE.** In: XIV ENGEMA, 2012, São Paulo. Encontro Nacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente - Gestão Empresarial sustentável: uma perspectiva internacional Pós-Rio + 20, 2012.

PINTO, Márcia Freire ; NASCIMENTO, J. L. J. ; BRINGEL, P. C. F. ; MEIRELES, A.J.A . **Quando os conflitos socioambientais caracterizam um território?.** Gaia Scientia (UFPB) , v. Especial, p. 271, 2014.

PORTO, Marcelo Firpo de Souza. *et. al.* **Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil: Exploração de camarão em viveiros, a carcinicultura é fortemente apoiada por bancos públicos de fomento, compromete fontes naturais de água doce e coloca em risco a sobrevivência de comunidades tradicionais marisqueiras e pescadoras do Cumbe, Ceará.** Fortaleza – CE. 2014-2015. Disponível em <<http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/index.php?pag=ficha&cod=41>> Acesso em: 10/06 de 2016.

QUEIROZ, L. S. 2007. **Na vida do Cumbe há tanto mangue. As influências dos impactos socioambientais da carcinicultura no modo de vida de uma comunidade costeira.** 2007.121f. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil.

RIBEIRO, Gilmar Lopes. **Parques eólicos - Impactos socioambientais provocados na região da praia do Cumbe, no município de Aracati Ceará.** 17 de abril de 2013. 154p. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista. Rio Claro- SP. 2013.

[VASCONCELOS, Fábio Perdigão.](#) **Gestão Integrada da Zona Costeira - Ocupação antrópica desordenada, erosão assoreamento e poluição ambiental do litoral.** 1. ed. Fortaleza: Premium, 2005. v. 1. 87p.

DEGRADAÇÃO AMBIENTAL NA FOZ DO RIO CEARÁ

SANTOS, GERRARA¹;
SILVA, JARDEL² ;
BASTOS, FREDERICO³

1 – (Graduanda - autora) – UECE, gerrara.moura@gmail.com

2 - (Graduando - coautor) – UECE, jardel.silva@aluno.uece.br

3 - Orientação: Prof. Dr. Frederico de Holanda Bastos –
UECE.fred.holanda@uece.br

RESUMO

O crescimento da urbanização no Estado do Ceará trouxe uma série de consequências ao ambiente natural. Nesse processo, constituíram-se novas formas de uso e ocupação trazendo consigo o aumento da degradação ambiental e seus consequentes impactos negativos. Neste trabalho, busca-se identificar os fatores que desencadeiam as degradações ambientais na foz do Rio Ceará, no município de Fortaleza/CE, procurando compreender quais impactos ambientais ocorrem na área de estudo decorrentes do processo de urbanização.

Palavras-chaves: Degradação ambiental, Urbanização e Foz do Rio Ceará.

INTRODUÇÃO

A sociedade tem sido muito bem sucedida em sua capacidade de se expandir e colonizar diversos habitats da Terra, entretanto, esse sucesso tem seus aspectos negativos, principalmente no que se refere às pressões ambientais nos ecossistemas costeiros resultantes das diversas atividades antrópicas (ANDRADE e ALMEIDA, 2012). Ao longo do processo de modernização do espaço urbano na cidade de Fortaleza – CE é possível notar que a cidade vem enfrentando um processo de intensa precariedade em suas condições sociais e ambientais.

As ocupações e o crescimento desordenado na cidade de Fortaleza estão relacionados principalmente a elementos como o fluxo migratório do campo para a cidade e a produção de diversos espaços de segregação social (PEQUENO, 2009). Arelado a esse processo, Loureiro e Meireles (2010) colocam que ocorre ocupação inadequada das lagoas, rios e riachos de Fortaleza, gerando desequilíbrios a estes ambientes, como a destruição da mata ciliar, ocupação nas faixas de praia, planícies de inundação e lançamento de esgotos. Desta forma, torna-se bastante fácil a identificação de problemas ambientais cotidianamente no que diz respeito ao uso e ocupação dos recursos naturais no município de Fortaleza e região metropolitana. Araújo et al. (2007), colocam que a relação do homem x natureza é responsável pelos níveis de degradação que o ambiente natural vem sofrendo ocasionando, por exemplo, a intensa ocupação em áreas de risco, a extinção da fauna e flora local, e a poluição nos recursos hídricos e desequilíbrios de ecossistemas costeiros.

Levando em consideração a ação dos agentes produtores do espaço (CORRÊA, 1989), como o Estado, os grupos sociais excluídos e os proprietários

fundiários, atrelada a todas essas contradições que trazem a questão da exploração dos recursos naturais, busca-se compreender a dinâmica dos processos que envolvem a degradação na foz do rio Ceará no município de Fortaleza-CE (Figura 1).

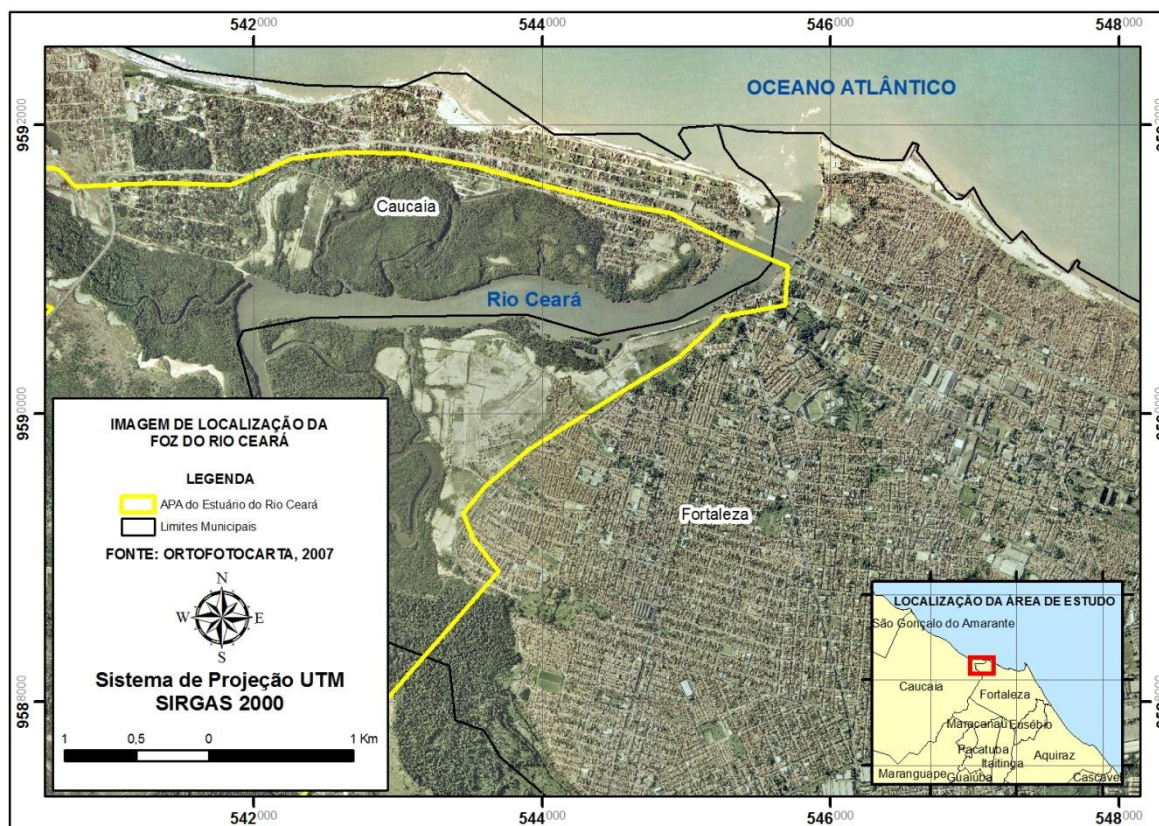


Figura 1 – Localização da área de estudo – Foz do Rio Ceará no município de Fortaleza – CE.
Fonte: Frederico de Holanda, 2016

O estuário do rio Ceará está localizado entre os municípios de Fortaleza e Caucaia, sendo formado pelo encontro dos rios Ceará e Maranguapinho. Sua bacia tem cerca de 900 km² e seu clima é caracterizado como tropical quente-úmido. Magalhães e Silva (2009) colocam que na capital cearense, a planície costeira é constituída por terrenos de sedimentos quaternários de origem fluvio-marinha, fluvial e eólica, englobando unidades geoambientais como manguezais e dunas.

Na conceituação de Souza (2005), a planície fluvial é uma área relativamente plana, resultante de acumulação fluvial, sujeita a inundações periódicas que bordejam as calhas dos rios, enquanto que a planície fluvio-marinha constitui as desembocaduras fluviais que pode ser revestida ou não por manguezais, com superfícies planas e parcialmente encharcada com gleissolos. Na foz do rio Ceará constata-se a presença de uma extensa planície fluvio-marinha revestida por mangue que, tendo em vista sua dimensão e importância, encontra-se protegida por uma unidade de conservação de uso sustentável denominada APA do Estuário do Rio Ceará, criada através do Decreto Estadual nº25.413/1999.

A formação do estuário originou-se no Cenozóico, predominantemente durante o Quaternário. Os sedimentos do Terciário e Quaternário são representados pela Formação Barreiras, dunas, beachrocks (rochas formadas em praias por processos sedimentares específicos) e pelas planícies aluvial e fluvio-marinha. Apresenta, principalmente, a vegetação de mangue, e quanto à fauna pode-se citar

os crustáceos, moluscos e grande quantidade de peixes, tanto de água doce como de água salgada, que ocupam parte do manguezal do rio Ceará (PROGRAMA PARQUE VIVO2010 - 2012).

Com o crescimento desordenado da cidade de Fortaleza, a oferta de habitações é insuficiente para atender a demanda de migrantes que chegam à capital fortalezense por diversas questões, desde a busca por melhores condições de vida até a busca por habitação, o que ocasiona o surgimento de favelas a partir de ocupações irregulares.

Nessa perspectiva, observa-se a foz do rio Ceará (figura 2) como ambiente que vem se modificando com o processo de ocupação e, conseqüentemente trazendo impactos ambientais, com conseqüências tanto para o meio natural como para a população.

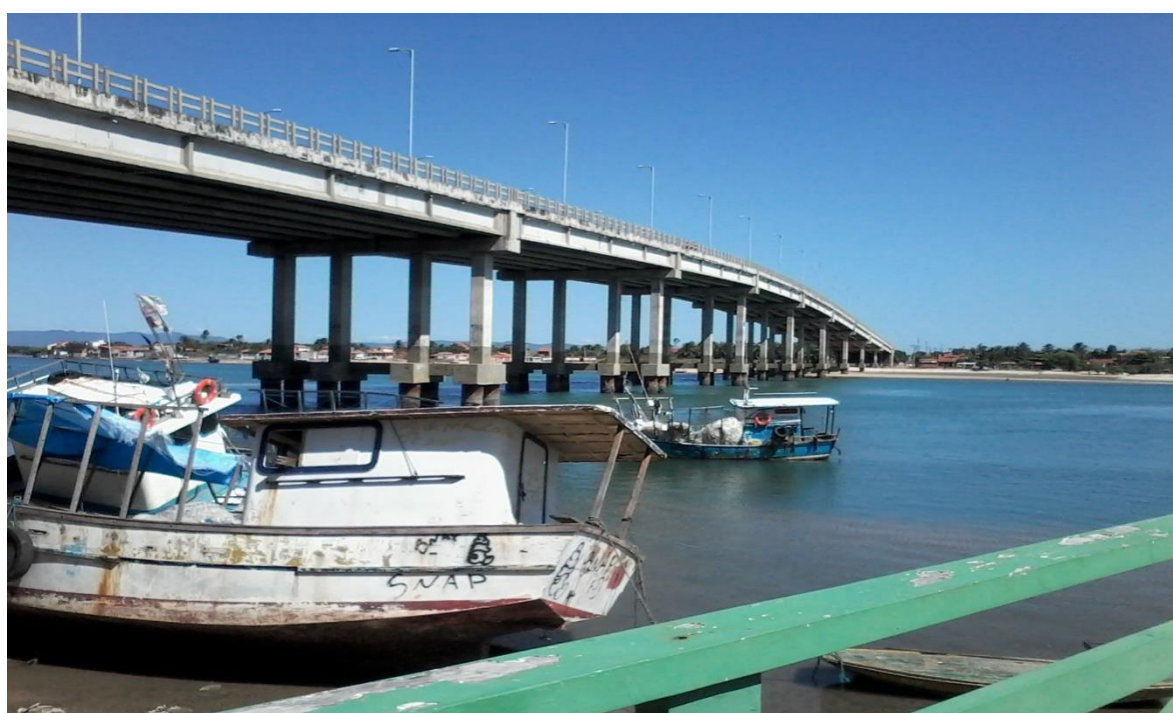


Figura 2 - Rio Ceará
Fonte: Gerrara Moura, 2015

Diante do exposto o presente trabalho teve como objetivo buscar identificar os fatores que desencadeiam as degradações ambientais na foz do Rio Ceará, procurando compreender quais impactos ambientais ocorrem na área de estudo decorrentes do processo de urbanização.

METODOLOGIA

Para identificar e analisar o processo de degradação ambiental na foz do Rio Ceará, observando seus possíveis impactos ambientais negativos, fez-se necessário a construção de um embasamento teórico a partir de uma abordagem histórica do processo de modernização do espaço urbano em Fortaleza e a caracterização ambiental da área de estudo.

Tendo em vista a necessidade de se analisar as paisagens afetadas pelos impactos de forma integrada, foi adotada como embasamento teórico a teoria sistêmica nos estudos ambientais que permite uma abordagem holística integrando os aspectos naturais e sociais.

Com relação às etapas de trabalho, inicialmente foi realizado um levantamento bibliográfico e cartográfico que iniciou o processo metodológico da pesquisa, consistindo na consulta aos órgãos públicos para a coleta de informações atualizadas sobre a área de estudo. Foram utilizadas informações de algumas instituições como COGERH (Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos), IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e a SEUMA (Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente) e SEMACE (Superintendência estadual do Meio Ambiente).

Tendo em vista a necessidade de editar e interpretar dados espaciais, foram utilizadas técnicas de geoprocessamento com o intuito de se analisar as formas de uso ocupação ao longo do tempo. Foram realizadas consultas em bibliotecas das universidades de Fortaleza para a obtenção de novas fontes de informações e leitura de pesquisas que tem como objeto o Rio Ceará, além de registros fotográficos levantados em campo que procuraram analisar o processo de degradação ambiental recorrente em ambientes urbanos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A intervenção aos ambientes naturais, no caso a foz do rio Ceará, é observada principalmente pela intensa ocupação urbana nas dunas, faixas de praia e manguezais, fato que vem desencadeando ações que comprometem a qualidade ambiental do rio, gerando desequilíbrios ao ambiente costeiro. Os ambientes naturais considerados de preservação permanente, de acordo com o Código Florestal (Lei nº12.651/2012), encontram-se bastante degradados, principalmente nas áreas estuarinas onde se encontra parte do manguezal, trazendo consequente assoreamento das margens do rio, além de perda de biodiversidade.

A poluição hídrica é um dos principais problemas observados no estuário. Esta ocorre através do lançamento de esgotos domésticos e industriais no rio Maranguapinho, seu principal afluente e no próprio rio Ceará. Ao longo do estuário foram constatadas grandes quantidades de materiais plásticos, como garrafas PET e sacos (figura 2), presos às raízes dos mangues, demonstrando o despejo não só de esgoto, mas também de resíduos sólidos.

De acordo com a Resolução do CONAMA nº 01/86, no Art. 1º, o termo “impacto ambiental” é definido como toda alteração das propriedades naturais, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente afetam a saúde, o bem estar da população e a qualidade do meio ambiente.

Na planície litorânea identificam-se processos hidrodinâmicos que influenciam os estuários, locais expressivos do balanço sedimentar e denutrientes, atuando em conjunto com outros processos físicos, como a dinâmica natural dos campos de dunas, aspecto observado na ocupação das dunas, às margens do rio Ceará, contribuindo diretamente para o aumento dos impactos ambientais (ARAÚJO e FREIRE, 2008).

No ano de 1997, com a construção da ponte sobre o rio Ceará, que liga a cidade de Fortaleza às praias do município de Caucaia, grandes impactos ambientais foram observados em consequência do intenso processo de ocupação. Observou-se principalmente o desmatamento do manguezal, a retirada de areia das dunas e o intenso processo de favelização nas dunas e na planície fluvio-marinha, especialmente no bairro Barra do Ceará. Em relação aos aspectos socioeconômicos, as atividades de pesca artesanal, o extrativismo vegetal da carnaúba e o turismo foram as mais observadas.

Apesar de se constatar a presença de uma unidade de conservação estadual (APA do Estuário do Rio Ceará), os ambientes estuarinos não se encontram efetivamente protegidos, indicando que a gestão dessa APA se encontra ineficiente.

CONCLUSÃO

Entende-se que a discussão que envolve os impactos relacionados à foz do rio Ceará abrange diversas análises, desde o social até as implicações que ocorrem no ambiente. A constante modificação na área estudada acarreta sérios desequilíbrios ao ambiente costeiro como, por exemplo, a ocupação desordenada da faixa de praia, na desembocadura do rio e a poluição hídrica proveniente dos dejetos sólidos, que alteram as condições naturais

A malha urbana das áreas do entorno do rio Ceará, dentro do seu processo histórico de uso e ocupação, recebeu um contingente populacional expressivo e, somado a questões como o planejamento urbano para a cidade e, especificamente para estas áreas, propiciou a produção de espaços de riscos à sociedade, ligadas à moradia e ao ambiente. É sabido que de acordo com a legislação ambiental vigente, o uso e ocupação de determinados espaços são irregulares, para tanto se faz necessário disponibilizar as informações físicas da área de estudo, no sentido de direcionar ações de preservação dos recursos naturais, possibilitando uma forma de desenvolvimento sustentável. Não esquecendo também, da importância da educação e conscientização ambiental por meio de campanhas e informes publicitários, de modo a sensibilizar a população residente acerca da preservação dos recursos naturais.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, João A. Peixoto de; ALMEIDA, Lutiane Queiroz de. **A Continuidade da degradação na APA do estuário do Rio Ceará**. Fortaleza: Geosaberes, 2012.

ANDRADE, Manoel Correia de. **O desafio ecológico: utopia e realidade**. São Paulo: HUCITEC, 1994.

ARAUJO, M. V.; FREIRE, George Satander Sá. **Análise ambiental e de uso e ocupação da Área de Proteção Ambiental do estuário do Rio Ceará**. Fortaleza: Revista de Geologia, 2008.

ARAUJO, M. V.; FREIRE, George Satander Sá ;PORTELA, João Paulo ; CRUZ Patrícia Silva da. Caracterização geoambiental e conscientização da população quanto a conservação da APA do Estuário do Rio Ceará/CE. In: ____ **XVII Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos**, 2007.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. **Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.**

CASSETI, V. **Ambiente e apropriação do relevo.** São Paulo: CONTEXTO, 1995. 147p.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano.** São Paulo: Editora ÁTICA, 1989.

CUNHA, S. B.; GUERRA, Antônio José Teixeira (Org.). **A Questão Ambiental: Diferentes Abordagens.** 1ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil Ltda., 2003. 248p.

CUNHA, S. B.; GUERRA, Antônio José Teixeira (Org.). **Impactos Ambientais Urbanos no Brasil.** 1ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. 416p.

DANTAS, E. W. C.; COSTA, M. C. L.; SILVA, J. B. **De cidade a metrópole. (Trans)formações urbanas em Fortaleza.** 1. ed. Fortaleza: Editora da Universidade Federal do Ceará, 2009. 238p.

FERNANDES, V.; SAMPAIO; CIOCE, Carlos Alberto . Problemática ambiental ou problemática socioambiental? A natureza da relação sociedade/meio ambiente. **Desenvolvimento e Meio Ambiente** (UFPR), v. 18, p. 87-94, 2009.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des)caminhos do meio ambiente.** São Paulo: Contexto, 2006.

LOUREIRO, Caroline Vitor; MEIRELES, Antonio J. de Andrade. Ocupação irregular e alteração da qualidade ambiental do baixo curso dos Rios Maranguapinho/CE e Ceará/CE. In: _____. **Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos Crise, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças. Espaço de Diálogos e Práticas.** Porto Alegre. 2010.

MAGALHÃES, Gledson B.; SILVA, Edson V. da. **Análise geoambiental e impactos ambientais das dunas da Barra do Ceará – Ceará/Brasil.** [s.n.t.]. Disponível em: <http://egal2009.easyp planners.info/area07/7611_Magalhaes_Gledson_Bezerra.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2016

MENDONÇA, Francisco de Assis. **Geografia e Meio Ambiente.** 6ª ed., São Paulo: Contexto, 2002.

PEREIRA, G.. A natureza (dos) nos fatos urbanos: produção do espaço e degradação ambiental. **Desenvolvimento e Meio Ambiente.** Curitiba, 2001.

PEQUENO, L. R. B. (Org.). **Como anda Fortaleza.** Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2009. 226p.

SANCHÉZ, Luis E. **Avaliação de Impacto Ambiental: Conceitos e Métodos.** 2. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2013. 583p.

SOUZA, M. S. Ceará: Bases de Fixação do Povoamento e Crescimento das Cidades. In: José Borzacchiello da Silva; Tércia C. Cavalcante; Eustógio Wanderley Correia Dantas. (Org.). **Ceará: Um Novo Olhar Geográfico.** Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2005. p 13-31.

VASCONCELOS, Fábio Perdigão. **Gestão Integrada da Zona Costeira**: Ocupação Antrópica Desordenada, Erosão, Assoreamento e Poluição Ambiental do Litoral de Fortaleza: Ed. Primus. 88p.

Programa Parque Vivo. **APA do estuário do Rio Ceará**. Disponível em: <<http://www.oktiva.net/oktiva.net/1364/nota/18362>>. 2010 - 2012 Acesso em: 10 jun. 2016.

IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DO PROJETO CINTURÃO DAS ÁGUAS DO CEARÁ-CAC: UM ESTUDO DE CASO NO BAIXIO DAS PALMEIRAS NA CIDADE DO CRATO

MACEDO DA SILVA, MERYELLE

(Graduada em Geografia) – URCA, meryellerodrigues@hotmail.com

RESUMO

O Projeto Cinturão das Águas do Ceará-CAC está fomentado, de modo particular, no Distrito Baixo das Palmeiras na cidade do Crato impactos socioambientais significativos, decorrentes do processo de desterritorialização por qual a comunidade vem passando e que possibilitará perdas irreparáveis ao meio ambiente natural e ao meio ambiente construído, quando, da construção dos canais gravitacionais por onde passará a água transposta do Rio São Francisco. No intuito de corroborar com a problemática em questão, realizou-se uma atividade de pesquisa por meio do método histórico-dialético, a fim de apreender a contrariedade dos agentes sociais na produção do espaço. O resultado da pesquisa mostrou que os impactos socioambientais provenientes do CAC no Baixo das Palmeiras, podem ser desnecessários, pois além da comunidade ter água em abundância, há a possibilidade de tal projeto priorizar os interesses da elite, em detrimento da população que realmente sofre com a escassez hídrica.

Palavras-chaves: Cinturão das águas. Desterritorialização. Baixo das Palmeiras.

INTRODUÇÃO

A questão hídrica no Nordeste brasileiro há muito vem sendo atrelada a problemática da seca. Analisado através de uma vertente determinista, onde a natureza determina os processos sociais, o fenômeno da seca possibilitou a garantia de interesses financeiros dos políticos locais, por meio de verbas federais. Nesse tocante, surgem vários projetos, que pouco ou nada fizeram, para diminuir as consequências da escassez chuvosa e democratizar o uso da água, em geral, monopolizado pelos agentes hegemônicos locais.

O Projeto de Integração do Rio São Francisco-PIRSF se inclui na referida análise, visto que, está sendo implantado em meio a várias discussões, sobretudo no meio acadêmico, no que tange aos seus reais interesses, muitas vezes, conceituado como um projeto apenas político, de cunho não social. A relação de tal projeto com o Estado do Ceará se faz presente, de modo particular, através da implantação do Projeto Cinturão das Águas do Ceará-CAC, que consiste na interligação das bacias hidrográficas do estado, afim de que estas venham a receber as águas provenientes da transposição do Rio São Francisco, através de um canal principal que margeará a Chapada do Araripe, objetivando, ainda que politicamente, levar água aos lugares onde ela é escassa.

A atuação de “Sistemas de Objetos” e “Sistemas de Ações” vista de modo indissociável, contraditória e solidária é responsável pela dinamização do espaço geográfico e se converte em eventos singulares, que expressam a realidade geográfica de determinado lugar (SANTOS, 2006). Diante do exposto, os trechos correspondentes à obra do CAC, mesmo imbuídos de elementos naturais, são constituídos como objetos, visto que, “[...] dádivas da natureza, quando utilizadas pelos homens a partir de um conjunto de intenções sociais, passam, também, a ser objetos” (SANTOS, 2006, p. 41). Tal fato influencia o surgimento de novas ações, que nessa abordagem, é o próprio projeto CAC, seja ele de cunho social ou apenas político, tais ações materializadas novamente no espaço sob a forma de novos

objetos, no caso todos os procedimentos referentes a execução da obra, possibilitará uma série de impactos socioambientais, que poderá influenciar a emergência de novas ações, sempre num processo dialético.

Os impactos socioambientais ocorrem em decorrência de agressões realizadas sobre o meio ambiente natural e meio ambiente construído, propiciadas pelo processo de desterritorialização, fato que está ocorrendo na urbe cratense, de modo particular, no Distrito Baixio das Palmeiras. Localizada na zona rural da cidade, a comunidade terá parte do seu território destruído através da construção de canais gravitacionais por onde passará a água transposta do Rio São Francisco. Estando ao sopé da Chapada Nacional do Araripe e bem próximo a Floresta Nacional do Araripe-FLONA, o Baixio das Palmeiras possui água em abundância, colocando-se em questionamento a necessidade da obra para o local, onde, possivelmente, as margens mínimas necessárias aos canais gravitacionais dificultará o acesso a água pela população do entorno. A resistência da comunidade se dá por meio da mobilização popular e da mídia local, cujos frutos não foram suficientes para impedir a destruição de algumas casas, sendo indenizadas com um baixo preço. Porém em sua maioria, os moradores lutam pela permanência no local onde construíram sua história, produziram laços de pertencimento através das suas territorialidades. A execução da obra além de ferir o sentimento de identidade da população, possibilitará a perda da vegetação exuberante e de sítios arqueológicos existentes no lugar.

Sendo assim, faz-se necessário realizar uma análise geográfica sobre a referida questão de modo a apreender os fenômenos que dela são intrínsecos e que podem culminar numa visão mais crítica da realidade. Desse modo, analisar o Projeto Cinturão das águas do Ceará-CAC a partir dos impactos socioambientais verificados no Distrito Baixio das Palmeiras, na cidade do Crato, consiste á originalidade dessa pesquisa.

METODOLOGIA

Partindo da ideia de Luna (1996, p. 15), para qual, “essencialmente a pesquisa visa a produção de um conhecimento novo”, o referido trabalho buscou chegar a tal objetivo por meio da análise do espaço geográfico segundo a teoria de espaço do geógrafo Milton Santos, que o considera como um conjunto indissociável de “Sistemas de Objetos” e Sistemas de Ações” (SANTOS, 2006). Em busca de entender a realidade geográfica, vista por seu viés social, histórico, conflituoso e contraditório, utilizou-se o método histórico- dialético. O procedimento metodológico inicial decorreu da análise bibliográfica, através da leitura de conteúdos já publicados, assim como uma leitura cartográfica, de mapas referentes a temática abordada, para de modo posterior realizar a coleta de dados através do trabalho de campo.

No que se refere à análise in loco, é pertinente ressaltar que esta, em primeira instância partiu do processo de observação, para posteriormente buscar-se apreender a essência do recorte espacial escolhido, a saber, o Distrito Baixio das Palmeiras na cidade do Crato, onde serão construídos os canais gravitacionais decorrentes da execução do Projeto Cinturão das águas do Ceará-CAC, em seu Trecho I, desterritorializando grande parte da população local. Durante a realização da pesquisa, que ocorreu no período de seis meses, iniciando em novembro de 2015 e terminando em maio de 2016, a comunidade foi ouvida por meio de conversas

informais, possibilitando um melhor esclarecimento conteúdo/realidade, os dados obtidos foram assim plausíveis de interpretação e articulados com a base teórica anteriormente concebida para compor a redação final do trabalho em forma de artigo científico, aqui apresentado como resumo expandido.



Mapa do Trecho I da obra do CAC. Fonte: <http://revistaberro.com/>

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A gestão hídrica do Nordeste, sempre foi pautada na execução de projetos, que politicamente foram postos com o objetivo de democratizar o uso da água, mas que na prática favorecia uma minoria que detinha o poder político regional, cujo interesse era garantido pelo desvio de investimentos federais; a população que realmente sofria com o déficit hídrico, era assistida apenas por medidas paliativas dificultando sua permanência no sertão. De acordo com Albuquerque Junior (2011), o fenômeno da seca foi generalizado e passou a determinar a relação do homem com o seu meio, onde a miséria e a fome se faziam presente. Por sua vez, Chacon (2007), analisando a política hídrica do Estado do Ceará, afirma que esta se deu por meio de uma visão modernizante, fomentando o crescimento urbano/industrial em detrimento do meio rural e do sertanejo.

Nesse contexto, faz-se pertinente colocar em questionamento os verdadeiros interesses do Projeto Cinturão das águas do Ceará-CAC, se ele vai se destinar ao que é colocado politicamente, ou seja, levar água para os lugares do estado que sofrem com a problemática hídrica, ou apenas possibilitará o crescimento do agro-hidronegócio e do setor industrial, este localizado na Região Metropolitana de Fortaleza-RMF. Tal indagação também foi feita pelos moradores do Baixo das Palmeiras que no ano de 2012 tiveram seu espaço invadido por técnicos da empresa VBA Tecnologia e Engenharia S/A responsável pelo projeto do CAC, que não dando informações precisas sobre os objetivos dos procedimentos realizados, deixou a comunidade apreensiva. Sobre esse fato corrobora Venâncio (2014) que embora o estado tenha posto a segurança hídrica como mobilizadora da obra, a população não

foi convencida em abandonar suas residências, os estudos da empresa responsável foram feitos sem manter qualquer diálogo com a comunidade.

Quando enfim, os habitantes do Baixio das Palmeiras conseguem incorporar a pertinência de tal ação para a continuidade de suas vidas, passa-se a emergir uma verdadeira luta de resistência, a partir da mobilização da sociedade cratense, propagando através da mídia local a referida problemática. A comunidade reivindica ao estado o direito de viver no lugar que há muito habitam e que lhe soa familiar, pois é onde cotidianamente produzem seu espaço, que de acordo com Santos (2006, p.218) se caracteriza como: “[...] teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade”. As experiências vividas tornam-se sentimentos de afetividade, fomentando, ainda que na tentativa de resistir aos mandos do estado, uma mesma identidade.

Foi possível apreender no decorrer da análise in loco, especificidades de uma comunidade originalmente rural, fato que se perpetua até hoje; pois, mesmo não estando muito distante do núcleo urbano da cidade do Crato, a sua produção econômica dar-se, sobretudo, pela agricultura de cunho familiar, visto as condições geoambientais para esse fim, já que o Baixio está localizado ao sopé da Chapada Nacional do Araripe, cujo topo abriga a Floresta Nacional do Araripe-FLONA, fato que influencia notadamente no clima ameno, na fertilidade do solo e na disponibilidade hídrica local.

Muito se discute a necessidade do CAC para o distrito, já que este não sofre com a escassez de água, desse modo a população discorre sobre o fato de assim como houve um desvio no traçado inicial da obra para que esta não viesse a passar pela indústria cerâmica do Prefeito da cidade do Crato Ronaldo Gomes de Matos, possa haver também a possibilidade do projeto não passar pelo lugar, no entanto, a resposta do poder público se dá através da continuidade do projeto, sem respeitar a população que o habita.

Os impactos socioambientais decorrentes do CAC no referido distrito, além da perda identitária, pode acarretar a deturpação do meio natural, visto pela destruição da vegetação nativa existente, a qual abriga espécies de animais silvestres, que perderão seu habitat. Como o lugar originalmente foi ocupado por uma comunidade indígena, existe sítios arqueológicos, que devem ser estudados, de modo a entender os elementos histórico-geográficos do distrito e de um modo geral, da cidade do Crato. A desterritorialização do Baixio das Palmeiras pode ser considerada como resultado de uma política de gestão hídrica no Ceará, que decorre em transformações socioespaciais não condizentes com as realidades locais. Lins (2011) corrobora para temática quando afirma que a gestão da água no Ceará está ligada a problemática da seca, utilizada como meio de mascarar as estratégias da elite e o Cinturão das águas do Ceará-CAC como resultado de tal gestão, tem o Banco Mundial, financiador do projeto, como o principal interessado numa possível privatização da água do estado.

A desterritorialização do Baixio das Palmeiras é exemplo dos impactos socioambientais decorrentes da execução do CAC e tal processo está ocorrendo em meio a luta de resistência da comunidade local, que busca de um lado, a possibilidade de dá continuidade as suas vidas, por meio da produção do espaço que há muito habitam, de outro lado, a preservação do meio ambiente natural, a respeito da vegetação local, dos animais que a têm como habitat, bem como dos sítios arqueológicos indígenas existentes no local. No entanto, o poder público, até o

momento, não demonstrou interesse em acabar com o sentimento de insegurança da população, indo de encontro a um projeto, que na análise aqui exposta se converte na tentativa dotar de crescimento o agro-hidronegócio e o setor industrial do estado, localizado no Complexo Portuário Industrial do Pecém, de modo a garantir os interesses da elite.

CONCLUSÃO

A seca do Nordeste brasileiro há muito vem sendo posta pela base política regional como elemento determinante da pobreza do sertão, além de ter sido utilizada para garantir através das verbas federais seus interesses, através de projetos hídricos, em grande escala, paliativos, que serviam para mascarar a realidade por meio de uma premissa errônea de inviabilidade econômica do sertão. No estado do Ceará tal visão se torna uma constante, visto por uma política de gestão hídrica, pautada, sobretudo, no desenvolvimento urbano/industrial e no agro-hidronegócio, em detrimento do sertanejo, que necessita da água para trabalhar e assim produzir seu espaço.

A execução de tais projetos decorre em transformações sociespaciais, não condizentes com os interesses da população majoritária dos lugares a que eles se destinam, propiciando impactos socioambientais. O Projeto Cinturão das Águas do Ceará-CAC, visto como um dos resultados dessa política fomentou uma série de debates, sobretudo na cidade do Crato, a saber, no distrito Baixio das palmeiras, comunidade tipicamente rural, que terá boa parte de seu território destruído em decorrência da construção dos canais gravitacionais por onde passarão as águas transpostas do Rio São Francisco. Para tal ação a comunidade vem passando por um processo de desterritorialização, fato que fere o sentimento de pertencimento da população com o lugar, onde cotidianamente mantêm suas relações sociais, além de possibilitar a destruição de resquícios de vegetação nativa existente, dos animais silvestres que nela habitam, e da riqueza arqueológica, ainda pouco estudada. Dotada de condições geoambientais favoráveis, a comunidade possui disponibilidade hídrica e com a execução final do projeto pode haver um efeito contrário, o acesso à água pode ser dificultado, visto pelas margens mínimas que precisam ter os canais gravitacionais a serem construídos.

Em razão da efetivação de uma gestão hídrica no Ceará, cuja prioridade foi o enaltecimento da elite, o CAC é posto em análise quanto aos seus reais objetivos. Diante da possibilidade de que este priorize o crescimento do agro-hidronegócio e do setor industrial, este presente no Complexo Portuário e Industrial do Pecém, a continuação das ações referentes a desapropriação do Baixio das Palmeiras, torna-se questionável, e deve estar no cerne das discussões geográficas. Fazendo jus a luta de resistência da comunidade em foco visando a perpetuação de suas territorialidades, não é pertinente esgotar aqui a temática, faz-se necessária a emergência de novas análises geográficas, de modo que possamos ter uma visão mais clara da interação dialética de “sistemas de objetos” e “sistemas de ações”, responsável pela dinamicidade do espaço geográfico.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2011.

CHACON, S. S. **O Sertanejo e o caminho das águas: políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no semi-árido**. Fortaleza: BNB, 2007. (Série Teses e Dissertações. v. 8.).

LINS, Cíntia dos Santos. Das águas transpostas às águas dispostas: uma análise da implantação do canal da integração (Ce). **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, Sobral-Ce, v. 13 ,n. 1, p. 23-37, 2011.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e emoção**. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Coleção Milton Santos;1).

LUNA, Sérgio Vasconcelos de. **Planejamento de Pesquisa: uma introdução**. 8ª reimpr. São Paulo: EDUC, 1996.

VENANCIO, R. Entre o Múquem e o Baixio das Palmeiras: a utilização da fotografia e a apropriação do cotidiano. In: Reunião Brasileira de Antropologia: diálogos antropológicos, expandindo fronteiras, 29º.,2014, Natal. **Anais...** Natal/RN: UFRN, 2014.p. 1-16.

DEGRADAÇÃO DE SOLOS NO AMBIENTE URBANO: REFLEXÕES SOBRE PRÁTICA DE CAMPO

GONÇALVES, CLEYTON LUCAS¹,

LIMA, JOSÉ LUCAS²

4- Graduando em Geografia – URCA, cleytongeo2016@outlook.com
- Graduando em Geografia – URCA, 17silvalucas@gmail.com

RESUMO

Esse é um trabalho que objetiva relatar a experiência da prática de campo da disciplina de Degradação de Solos, do curso de Geografia da URCA, com destino ao bairro Seminário, na cidade do Crato-CE para observação da dinâmica da degradação de solos naquele local, e desenvolver reflexões sobre a importância desse tipo de atividade para o ensino de Geografia, seja no ambiente acadêmico ou no ensino básico. A prática de campo se constitui uma ótima ferramenta metodológica para o ensino de Geografia, pois possibilita observar na prática os conteúdos discutidos em sala de aula e vivenciar a dinâmica do espaço geográfico, além de romper com a tradição descritiva e conteudista da disciplina.

PALAVRAS-CHAVE: DEGRADAÇÃO DE SOLOS, PRÁTICA DE CAMPO, ENSINO DE GEOGRAFIA

INTRODUÇÃO

A prática de campo é uma forma de aproximar a teoria do espaço vivido pelos discentes, já que esse tipo de atividade permite trazer os conteúdos geográficos para a discussão de forma mais lúdica e interativa, pois esse tipo de recurso “se opõe aos conceitos acabados, abstratos e longe da vivência do aluno, pouco a pouco ele percebe que é um construtor do conhecimento e sujeito ativo na construção da sociedade.” (VEIGA; SILVA; ALIEVI, 2011, p. 02)

No dia 13 de Abril do presente ano foi realizado uma atividade prática, na cidade do Crato, cujo objetivo foi vivenciar as cicatrizes de perda de material por erosão e áreas de poluição do bairro Seminário, bem como do rio Granjeiro.

O município do Crato, localizado no extremo Sul do Ceará, se situa em uma área a barlavento da Chapada do Araripe. Essa, devido a sua altitude, funciona como

receptor de umidade advinda do litoral, por esse motivo o município registra médias pluviométricas superiores aos demais municípios da área semiárida nordestina.

A escarpa arenítica presente na parte superior da chapada, constituídos basicamente pelos arenitos da formação Exu, funcionam como uma esponja, absorvendo a água das chuvas orográficas, comuns nas áreas próximas da chapada. Essa água infiltrada dá origem aos vários rios e riachos da região do Cariri, dentre eles o rio Granjeiro, cuja nascente está localizada no município do Crato e desagua no rio Batateiras.

METODOLOGIA

Na realização da prática de campo foram utilizadas fotografias, para registro dos pontos de erosão e poluição, dos esgotos a céu aberto, observados no percurso. Com o gravador de voz do celular foi registrada os principais momentos de discussão sobre o que estava sendo observado. Em seguida esses relatos foram transcritos para o computador para serem analisadas e servir de fonte para a produção do presente trabalho. As anotações feitas durante o trajeto serviram de base para o entendimento da dinâmica da degradação de solos do bairro Seminário e entorno.

O Geógrafo não deve se ausentar das atividades de observação em suas práticas acadêmicas e sociais. Essa ferramenta se mostrou um importante aliado na análise da dinâmica atual da degradação de solos nos pontos analisados.

Além desse material foram também utilizados materiais escritos e reportagens sobre o projeto de requalificação do bairro Seminário e as características ambientais da Região do Cariri, em especial do município do Crato.

A aula de campo teve início com saída da URCA em direção ao Ponto 01, localizado na ponte sobre o rio Granjeiro, na Avenida José Horácio Pequeno. Continuamos em direção ao Ponto 02 na subida da rua General Joaquim Pinheiro Monteiro, passando pela Rua 116 e Rua Francisco Piancó Leite, ao lado do Liceu do Crato.

Após as paradas iniciais seguimos em direção ao Ponto 03, na Praça Pôr-do-Sol, localizado na rua Manoel Almino de Lima. Em seguida foi observado o Ponto 04 na área de revitalização do seminário, onde antes havia uma imensa voçoroca. O Ponto 05 foi na avenida José Alves de Figueiredo, próximo à rua Sagrada Família.

As duas últimas paradas, Pontos 06 e 07, foram na avenida José Alves de Figueiredo, esquina com rua Tristão Gonçalves e na avenida José Alves de Figueiredo próximo ao Mercado e a Escola.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A primeira parada, na ponte sobre o rio Granjeiro, curso d'água não canalizado, se caracteriza por ser uma área de ruptura de declive, ou seja, uma área relativamente plana em relação a declividade existente para o lado da chapada. É basicamente uma área de deposição de material grosseiro, pedras e cascalhos, vindo das cabeceiras,

pois com a ruptura de declive a água perde parte da sua força de arrasto. O material mais fino, porém, continua descendo.

Nessa área há grande presença de vegetação nas margens do rio, devido ao período de chuva da região que ocorreu a poucos meses. A vegetação exerce importante função no controle da erosão, diminuindo a força destrutiva da água do rio e das chuvas, ao promover maior agregação entre as partículas do solo, além de favorecer o processo de infiltração e estabilidade do solo.



Figura 01. Presença de vegetação às margens do rio Granjeiro. FONTE: RODRIGUES, 2016

No trecho seguinte havia um processo de ravinamento já bastante desenvolvido. Esse local é constantemente alimentado pela água dos esgotos que saem das casas próximas e correm a céu aberto. A feição erosiva que é constantemente alimentada por esgotos possui uma dinâmica bem mais acentuada do que aquelas que são alimentadas basicamente pela água da chuva, já que recebe água e dejetos constantemente.



Figura 02. Ravina alimentada pela água do esgoto. FONTE: RODRIGUES, 2016

Nas margens dessa área degradada existe várias casas que encontram-se comprometidas, correndo o risco de desabar ao longo dos próximos anos. É necessário que haja uma conscientização por parte dos residentes locais sobre os danos ambientais e econômicos que essa dinâmica erosiva pode gerar e cobrar do poder público que sejam feitas obras de requalificação do local a fim de prevenir desastres futuros. Além disso, os esgotos no local estavam produzindo alguns sulcos e ravinas, realimentando de material a feição erosiva anteriormente citada.



Figura 03. Ravina sendo formada na rua. FONTE: RODRIGUES, 2016

No ponto 03, na praça Pôr-do-Sol, foi possível visualizar toda a extensão do vale do Granjeiro. Analisando o vale em três partes identificamos que, Montante ou alto curso, é a parte das cabeceiras do rio, onde ocorre maior retirada de material através da erosão vertical, devido a declividade existente.

Na segunda parte, o médio curso, onde estávamos localizados, retirada e deposição de material praticamente se equivalem. Há deposição de material mais grosseiro devido a ruptura de declive, mas há ainda retirada de material mais fino que percorre toda a extensão do vale. O terceiro ponto, Jusante ou baixo-curso, é a área do vale do Granjeiro onde há maior deposição de material, basicamente o material mais fino, principalmente silte, argila ou areia fina.

No quarto ponto, local onde anteriormente havia várias ravinas e voçorocas, visualizamos o projeto de requalificação da encosta do bairro Seminário. Essas voçorocas e ravinas eram constantemente alimentadas pela água dos esgotos, que durante anos produziram a feição erosiva, intensificada também pela força das chuvas torrenciais, típicas da cidade.

No local foi utilizado a prática do terraceamento, que serve para diminuir o tamanho da encosta, já que são criados degraus que, auxiliado pelos drenos instalados no local diminuem o poder de arrasto da água das chuvas, já que esta agora percorre toda a encosta através dos caminhos construídos na obra.

Há agora no local uma imensa área de lazer para utilização da população local e dos demais moradores da cidade. Outra virtude da obra foi acabar com os esgotos a céu aberto que existia no local.

Durante o percurso tivemos a oportunidade de entrevistar uma moradora local que relatou ter tido sua casa “engolida” pela voçoroca e estar utilizando a moradia social, onde a prefeitura paga o aluguel da casa onde ela está instalada. Essa ainda relatou a insatisfação de ter que se mudar, em breve, para as casas do projeto Minha Casa Minha Vida, que estão sendo construídas em outro bairro, pela afinidade e apreço que ela tem pelo bairro do Seminário.

Na avenida José Alves de Figueiredo, no quarto ponto, às margens do rio Granjeiro, observamos parte do canal que estava sofrendo com o processo de assoreamento, que é o acúmulo de sedimentos de terra, areia, argila e detritos, transportados pela água da chuva da montante do rio. Além disso o canal é constantemente alimentado pelos canais de esgotos clandestinos das casas ao entorno, que deveriam ser utilizados para transporte das águas pluviais.



Figura 04. Assoreamento de parte do rio Granjeiro. FONTE: RODRIGUES, 2016

Caminhando nas margens do canal visualizamos a confluência do rio Granjeiro com o riacho da vala, que também alimenta constantemente o rio com água de esgoto. Essa área sofre com inundações nos períodos chuvosos, já que o riacho da Vala é canalizado, porém, em subsolo.

Por fim, no sétimo ponto, na parte final do canal urbanizado do rio Granjeiro, visualizamos uma intensa área de depósito de lixo e esgoto, com intenso processo erosivo nas margens do rio. Nessa área, constantemente os moradores locais e de outras localidades despejam resíduos sólidos, que intensifica ainda mais o processo de poluição do rio.



Figura 05: Lixo depositado dentro do canal. FONTE: RODRIGUES, 2016

CONCLUSÃO

A degradação de solos é uma dinâmica bastante comum em nossa sociedade, seja ela natural ou intensificada pela ação antrópica. A utilização de aulas de campo permite observar na prática o que é estudado em sala de aula, despertar a criticidade do aluno e envolver este com os conteúdos geográficos, já que “[...] o excesso de aulas expositivas, de conteúdos descritivos etc., têm motivado o descaso dos alunos em relação à matéria. (FALCÃO; PEREIRA, 2009, p. 01)”.

O trabalho de campo se revelou importante instrumento de compreensão da dinâmica da degradação de solos da cidade do Crato, com foco especial na encosta do seminário, área que por muitos anos sofreu com esse problema através da formação de ravinas e voçorocas, mas que se observa que esse problema não foi totalmente extinto do local.

O projeto de requalificação do local, onde foi corretamente utilizado a prática do terraceamento, revelou uma importante e viável estratégia de contenção dos danos causados ao solo, ao diminuir o tamanho da encosta. Existe atualmente na área uma extensa área de lazer que atende os moradores locais e dos bairros vizinhos.

Com essa atividade foi possível compreender de que maneira a sociedade urbana age intensificando a degradação de solos, seja através da retirada da sua cobertura vegetal, contribuindo para que esse solo seja mais facilmente erodido, seja por poluição com os esgotos a céu aberto.

REFERÊNCIAS

FALCÃO, W. S.; PEREIRA, T. B. A aula de campo na formação crítico/cidadã do aluno: uma alternativa para o ensino de Geografia. In: ENCONTRO NACIONAL DE PRÁTICA DE ENSINO DE GEOGRAFIA, 10, 2009. Porto Alegre, **Anais...** Porto Alegre: GB, 2009. p. 01.

VEIGA, L. A.; SILVA, A. L.; ALIEVI, A. A. Ensino de Geografia: trabalho de campo e análise da paisagem urbana. In: SEMANA DE GEOGRAFIA; ENCONTRO DE ESTUDANTES DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA, 12; 07, 2011. Presidente Prudente, **Anais...** Presidente Prudente: Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2011, p. 02.

MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO BAIXO JAGUARIBE-CE

MOURÃO, THAINÁ¹;

LOPES, RAFAELA²;

SANTOS, Camila Dutra dos ³

1 – (Graduanda) – UECE, thaina.mourao@aluno.uece.br

5 - (Graduanda) – UECE, rafaela_lps@hotmail.com 3-
(Professora)-UECE, camilageo@hotmail.com

RESUMO

A modernização da agricultura e sua tecnificação no campo trouxeram serias consequências no espaço agrário no Ceará, formando um quadro de desigualdades e expropriações, gerando conflitos de cunho econômico, social, ambiental e cultural. A região do Baixo Jaguaribe se insere nesse panorama com intensas modificações agrícolas e um processo de reestruturação produtiva, operando novas relações sociais de produção que identificam novas alianças entre Estado e empresas privadas. Nesse artigo expõe-se a atual conjuntura e consequências do uso de técnicas agrícolas, como a utilização de agrotóxicos e insumos químicos no processo de produção de alimentos pelas agroindústrias e seus efeitos múltiplos na região, abordando os conflitos territoriais e resistência da agricultura camponesa e familiar, a intervenção do estado nesse processo de conflitos e os rebatimentos da modernização do espaço agrário na região.

Palavras-chave: Modernização da Agricultura. Conflitos socioambientais. Impacto dos Agrotóxicos.

INTRODUÇÃO

A agricultura tem passado por inúmeras modificações no que concerne às suas funções e conteúdos. A modernização vem seguindo os preceitos e ideologias do capitalismo, que se constitui pela apropriação do espaço e modelo de produção industrial. A partir da globalização da economia, verificaram-se profundas transformações no processo produtivo associado ao agronegócio mediante introdução da ciência, da tecnologia e da informação. O resultado foi um novo modelo técnico, econômico e social de produção agrícola, ao qual aqui definimos,

conforme (SANTOS, 2000), de *agricultura científica*, oferecendo novas possibilidades para a acumulação ampliada do capital.

Essa modernização vem sendo propagada no Brasil desde o século XX, com o intuito de aumentar a produtividade e a produção de matérias-primas que sejam de interesse externo. A temática é bastante discutida e difundida em meados dos anos de 1970 e engloba modificações na base técnica, ou seja, considera-se modernizada a produção agrícola que faz o uso intensivo de equipamentos e técnicas, tais como máquinas e insumos modernos.

Então, modernização da agricultura seria sinônimo de mecanização e uso de técnicas na agricultura (MADEIRA, 2012, p. 01). Para (SILVA, 1996) o termo modernização da agricultura é utilizado para designar a transformação na base técnica da produção agropecuária no pós-guerra, as modificações intensas da produção no campo e das relações capital x trabalho. Alguns autores remetem a modernização ao termo “Revolução Verde”, que consistia basicamente na utilização de técnicas modernas, sendo essas técnicas adotadas tanto nos Estados Unidos quanto no Japão, e que passaram a ser amplamente difundidas por todo o mundo.

A modernização agrícola no Ceará, do ponto de vista histórico, é recente se comparada às outras regiões do Brasil. As inovações técnicas estruturais tornaram-se intensas a partir nos anos de 1970, tendo um processo de implementações de políticas públicas. A região do Baixo Jaguaribe, é uma das microrregiões do estado do Ceará, está dividida em dez municípios, recebe nesse sentido, políticas voltadas à produção da fruticultura irrigada realizada pelas agroindústrias, tendo destaque os projetos de grandes perímetros irrigados públicos na região do Vale do Jaguaribe, entre eles o Perímetro Irrigado Morada Nova, no ano de 1968, o Perímetro Irrigado Jaguaruana, no ano de 1975, o Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi, no ano de 1987 e o Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas que teve conclusão em 2008. Pensado no sentido de associar a irrigação pública em projetos de assentamento e de elevação da produção de alimentos, sendo realizadas pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS).

Dando ênfase ao município de Limoeiro do Norte, na região do Baixo Jaguaribe, nesse observamos a presença mais marcante dos elementos que indicam a modernidade da produção e do consumo (JÚNIOR, 2005) se destacando com a produção dos perímetros irrigados Jaguaribe-Apodi, Morada Nova e Tabuleiro de Russas (ELIAS, 2002). O projeto dos perímetros, que tem início nos anos 60, tinha dois objetivos principais, racionalizar o campo e amenizar os conflitos sociais que provinham, principalmente, das lutas das Ligas Camponesas (FREITAS e; ALMEIDA, 2010).

Nessa constatação fica nítido a intenção do Estado de conter as organizações realizadas pelos trabalhadores, trabalhadoras, camponeses e camponesas, insatisfeitas pelas relações desiguais de acesso as técnicas e estruturas modernas da agricultura, as expropriações e intenso uso de agroquímicos no processo de produção. Entre as mais fortes especificidades da presença do Estado está sua condição de proprietário da terra dos perímetros irrigados (ELIAS, 2006), mostrando o lado privatizador do Estado em parceria com empresas e multinacionais agropecuárias voltadas à expansão das áreas produtivas e intensificação da produção na região.

No processo de implementação dos perímetros públicos irrigados e no curso do seu programa foram observadas uma série de conflitos socioambientais, que se intensificaram a partir dos processos de desapropriação para a construção dos perímetros irrigados, na seleção dos agricultores para a distribuição de lotes (ELIAS, 2006) e da exclusão dos pequenos produtores e de organizações do campo nesses espaços, revelando-se por políticas voltadas ao setor empresarial para expansão do agronegócio.

Foi neste contexto de modernização agrícola cearense que a intensificação e os novos processos produtivos do agronegócio têm início na região do Baixo Jaguaribe, passando por um processo de reestruturação produtiva que se dá de maneira excludente, concentrada e seletiva, atingindo alguns segmentos econômicos e pequena parte da população (ELIAS, 2006), com o constante apoio estatal integrando as políticas públicas e investimentos de grandes empresas multinacionais.

Este modelo de desenvolvimento agrícola trouxe importantes transformações no território, tendo significativos impactos socioambientais, principalmente pela utilização de agrotóxicos e insumos químicos na produção da fruticultura irrigada por empresas do agronegócio (MARINHO, 2010). Esses tóxicos atingem de maneira imediata os trabalhadores que vendem, transportam, manipulam e pulverizam estes insumos; e indiretamente, as suas famílias, que vivem no entorno das plantações, sendo esta mudança na base técnica, com a maciça substituição dos insumos naturais por insumos produzidos em escala industrial, um dos vetores dessa transformação (ELIAS, 2002) da agricultura na região. Além disso, esses insumos químicos atingem constantemente o solo, o ar, a água e a biodiversidade, ao qual vêm sendo pilhadas por grandes corporações, configurando assim os conflitos socioambientais.

A história de expansão da modernização agrícola na Região do Baixo Jaguaribe nos mostra que é um espaço produzido politicamente para atender aos interesses econômicos das grandes empresas rurais e das agroindústrias. Assim, a modernização agrícola produziu um conjunto de transformações tanto na economia local como na sua base social em um contexto de revolução tecnológica. No mundo contemporâneo, a inserção de novas práticas associadas à modernização agrícola, promoveu mudanças que reorganizam e reestruturam os territórios, de forma cada vez mais complexa (MARINHO, 2012, p. 70). Os impactos sociais ao qual o processo de apropriação capitalista está relacionado em territórios que antigamente eram de agricultores familiares são visíveis.

Em contramão, ao modelo de produção do agronegócio, surgem as organizações de luta e resistência da agricultura familiar e camponesa, que se manifesta em contrapartida aos processos de expansão do agronegócio e sua apropriação da terra e água na região, um dos destaques é o Acampamento Zé Maria do Tomé, na Chapada do Apodi, entre os municípios de Limoeiro do Norte e Quixeré, uma organização do MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra que está instalada nas margens do perímetro irrigado Jaguaribe-Apodi desde 2010, e tem resistido às interferências e pressões do agronegócio, expondo a realidade da modernização agrícola no campo na região do Baixo Jaguaribe.

Imagem 1- Acampamento Zé Maria do Tomé, na Chapada do Apodi (CE).



Fonte: Thainá Mourão, 2015.

METODOLOGIA

Para estudo e análise do processo de modernização na região do Baixo Jaguaribe, fez-se necessário a construção de um embasamento teórico com abordagem histórica, sociológica e geográfica da região, sendo realizado um levantamento bibliográfico que iniciou o processo metodológico da pesquisa, sobre teorias da agricultura e da modernização da agricultura. Dados foram coletados por meio de revisão bibliográfica, de análise qualitativa, trabalhos de campo e realização de consultas em comunidades, organizações de trabalhadores e trabalhadoras agrícolas, comitês, organizações que se inserem nas áreas de conflitos da região. Buscamos compreender com maior veracidade os elementos desta pesquisa em andamento, tendo um conhecimento prévio acerca das problemáticas daquela região.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir do estudo em andamento foram detectados alguns fatores, que demonstram mais expressivamente o impacto do uso de agrotóxico e insumos químicos na região, foram destacados alguns efeitos mais nocivos causados pela utilização e manuseio desses insumos, como exemplo as intoxicações agudas e crônicas que podem levar a óbito, infertilidade masculina, casos de câncer, doenças

hepáticas, respiratórias, renais e dermatológicas, alguns dos exemplos mais frequentes detectados, além do contato indireto pelos alimentos consumidos.

A grande quantidade de insumos químicos utilizados pelas empresas do agronegócio atinge principalmente as populações que vivem próximas às áreas de cultivo e que constantemente estão expostas a esses riscos que além da saúde atinge o meio ambiente. Outro fator de discussão são os impactos impulsionados, principalmente, pelas transformações na Política Nacional de Irrigação, que deu subsídios para a privatização dos perímetros irrigados públicos, sob o domínio do agronegócio (FREITAS e ALMEIDA, 2010). Não só a implementação de perímetros na região mostra o caráter de privilégios do agronegócio frente às políticas estatais, toda a relação de apropriação da água pelas agroindústrias na região são autorizadas e monitoradas pelo Estado.

Um dos problemas atuais na região é a apropriação e privatização das águas do aquífero Jandaíra, que são utilizadas pelo agronegócio em grande quantidade através da construção de poços profundos, privatizando o acesso a água e esgotando o aquífero. A quantidade e intensidade de conflito socioambientais na região são alarmantes, as discussões são inúmeras, o avanço da modernização no campo na região do Baixo Jaguaribe mostra cada dia o papel determinante do Estado e do agronegócio que atua na região, reestruturando o modo de produzir e a vida do trabalhador e das famílias rurais.

CONCLUSÃO

No caso da região do Baixo Jaguaribe, diversos são os impactos e danos à natureza e à vida social. Os moradores das comunidades convivem com as empresas do agronegócio que lançam, cotidianamente, agrotóxicos próximos de suas residências, denunciando, assim, a contaminação tanto à saúde humana, quanto à ambiental. Houve consideráveis alterações no modo de vida dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. A problemática da água é evidenciada pela contaminação dos recursos hídricos, pela privatização desse bem coletivo e pela expropriação de famílias rurais frente à apropriação e uso das terras pelo agronegócio.

O quadro geral nos mostra que o custo social dessa modernização da agricultura ocorre na mesma proporção que os lucros obtidos pelas empresas do agronegócio (FREITAS e ALMEIDA, 2010). Essas questões exigem medidas, prevenções de caráter urgente, tendo como base os impactos que essa modernização trouxe no que concerne à apropriação dos direitos dos trabalhadores e famílias rurais, frente ao processo de uso indiscriminado da terra e da água pelo agronegócio, que tem levado o quadro de conflitos mais intensos na região, impactos detectados e observados em escala global.

Compreendendo que esse processo faz parte de uma estratégia de acumulação do capital, onde os fatores são cíclicos e os impactos são direcionados quase exclusivamente aos pequenos produtores rurais. Analisando a recente trajetória econômica da região do Baixo Jaguaribe, não podemos deixar de perceber

que essa dinâmica também é uma manifestação bem projetada das atuais transformações que se dão num plano nacional e mundial (JÚNIOR, 2005), onde podemos identificar o plano agroexportador do Estado e das empresas agrícolas na região, valorizando o lucro e acúmulo de capital.

Deste modo, a modernização agrícola e avanço das empresas do agronegócio no Baixo Jaguaribe trouxeram amplos impactos e conflitos de cunho socioambiental, modificando o espaço de vida e produção dos trabalhadores, famílias, camponeses, camponesas, assentados e acampados, que resistem todo dia à apropriação espacial do agronegócio na região do Baixo Jaguaribe.

Pensando na melhoria de vida dos agricultores rurais e da população que na região vem sendo atingido por essas problemáticas supracitadas, deve ser olhado pelo estado as condições e os impactos que o agronegócio vem causando, as injustiças sociais devem ser observadas para que as desigualdades de acesso à terra, a água e aos bens comuns sejam minimizadas e a condição de vida melhorada.

REFERÊNCIAS

ABRASCO. UM ALERTA SOBRE OS IMPACTOS DOS AGROTÓXICOS NA SAÚDE. Rio de Janeiro, World Nutrition, 2012.

ELIAS, Denise de Souza; PEQUENO, Luiz Renato Bezerra(Orgs.). **Difusão do Agronegócio e Novas Dinâmicas Socioespaciais**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006.

ELIAS, Denise. **Globalização e agricultura**. A Região de Ribeirão Preto - SP. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

ELIAS, Denise; FURTADO, José Levi (Org.). **Modernização Excludente**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

JÚNIOR, Edilson Pereira. **Economia política da urbanização da região do Baixo Jaguaribe-CE: dinâmica populacional e novas formas de consumo, emprego e renda**. Florianópolis: Geosul, v. 20, n. 40, p. 129-146, jul./dez. 2005

MADEIRA, Soraia Araújo. **Análise da modernização agrícola cearense no período de 1996 e 2006**. Fortaleza, 2012. (p. 01-34). Dissertação(Mestrado).

MARINHO, Alice Maria Correia Pequeno. **Contextos e contornos da modernização agrícola em municípios do Baixo Jaguaribe – Ce: o espelho do (des)envolvimento**

e seus reflexos na saúde, trabalho e meio ambiente. São Paulo, 2010. (p. 01-30). Tese (Doutorado).

MATOS, Patrícia Francisca. **A modernização da agricultura no brasil e os novos usos do território**. Rio de Janeiro, Geo UERJ - Ano 13, nº. 22, v. 2, 2º semestre de 2011 p. 290-322

RIGOTTO, Raquel. **Agrotóxicos, trabalho e saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE**. Fortaleza, Edições UFC, 2011. 612p.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo. Globalização e meio técnico-científico e informacional**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SILVA, Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP /IE, 1996.

OS SERVIÇOS AMBIENTAIS PROMOVIDO A SOCIEDADE URBANA PELOS CATADORES DE LIXO

Karina Carvalho dos Santos¹
Hygna Vannielly Brandão Alencar²

RESUMO

A natureza tem sido agredida pelo consumo exagerado de produtos industrializados e tóxicos, que ao serem descartados acumulam-se no ambiente, causando danos ao planeta e à própria existência humana. O presente trabalho teve o intuito de discorrer sobre as questões socioambientais e a vulnerabilidade em que os catadores autônomos se encontram, tendo em vista em que o sujeito direto que realiza essa atividade não se vê como responsável por diminuir uma série de impactos socioambientais, devido a um pré-conceito criado pelo senso comum e multiplicado pelo sistema que exalta outros tipos de atividades melhor conceituadas. O fundamental é perceber que nessa atividade quem menos ganha é quem realiza, o catador produz um ambiente mais limpo pra todos, evitando diversos impactos ao ambiente, e sendo inserido em uma atividade profissional, que infelizmente não é valorizado, sendo obrigado a trabalhar em péssimas condições.

Palavras Chaves: Socioambiental, Catador.

INTRODUÇÃO

As cidades em sua totalidade necessitam de ações que as mantenham limpas e organizadas para os seres usufruírem desses espaços, o homem é um agente que está diretamente interagindo com a natureza e modificando sua paisagem, mas nem sempre essa interação ocorre de maneira que preserve o meio ambiente, ainda mais em tempos que o sistema econômico vigente preza pelo desenvolvimento econômico a todo custo.

Um dos problemas mais frequentes é o descarte de resíduos e rejeitos de maneira incorreta, nas ruas, em aterros controlados e em lixões. A maior parte da sociedade não tem a conscientização de que o meio ambiente é de uso comum e que cabe a todos os agentes integrantes preservarem e conservarem da melhor forma para usufruto das gerações presentes e futuras. A coleta seletiva é um dos principais instrumentos da gestão dos resíduos, realizada por catadores informais, que se apropriam dessa tarefa como um meio de integração no meio social e econômico.

O comércio do lixo entre os catadores de lixo e as empresas de reciclagem geralmente passa pela mediação dos “atravessadores”: “boa parte das compras não é feita diretamente pelas empresas. Também nesse setor a terceirização chegou, de forma que há intermediários entre os catadores e a indústria: são os ‘atravessadores’ do papel”. A existência de atravessadores pode ser explicada por dois motivos principais. Em primeiro lugar, o fato de que existe dificuldade de locomoção dos catadores de lixo para entregar o material nas empresas compradoras. Em segundo lugar, porque é mais vantajoso para as empresas utilizar o trabalho dos catadores de lixo já que os catadores selecionam o material (separando os vários tipos de papel, que possuem preços diferentes, e outros materiais, tais como vidros, latas etc.) do que recolherem diretamente o lixo e os atravessadores ocupam um papel importante neste caso, pois ao mesmo tempo que provocam um aumento do preço também diminuem as despesas das empresas com transporte e funcionários, o que não altera muita coisa para elas.

O serviço prestado pelo catador autônomo não é reconhecido, devido a sua vulnerabilidade social e profissional. Perante a sociedade muitos desses trabalhadores são julgados como marginais que estão perturbando o bem estar social com as suas ações.

Temos que perceber que o trabalho do catador informal, influencia diretamente no fluxo do meio ambiente e social. Muitos desses catadores exercem esse trabalho para a sua sobrevivência e ao realizarem essas atividades, nas portas

de casas, ruas e em lixões, estão contribuindo na redução de impactos significativos para o ambiente, a economia e a sociedade. A degradação ambiental ocasionada por um padrão de consumo inadequado e por práticas insustentáveis afetam a população e a sustentabilidade do planeta, e o desafio agora é reverter situações de risco que a própria sociedade produz, modificando suas práticas (BECKER APUD RIBEIRO E BESEN, 2007)

Nessa lógica, a catação é bem mais do que uma alternativa de renda ou prefácio de inclusão social para um estigmatizado catador urbano, expressa a inoperância do Estado e a falta de opção da indústria recicladora em obter os desejados resíduos de que necessita.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A importância da coleta seletiva é inegável, lixo, resíduos e rejeitos estão por toda a parte das cidades, essa realidade está presente no cotidiano da maioria da população. Solos danificados, rios poluídos, contaminação do ar e problemas de saúde pública são consequências agravadas pela o manejo incorreto de lixo. É preciso criar condições para que o homem coloque a responsabilidade do meio ambiente para si, e o respeite e preserve de maneira que todos possam usufruir, conservando os recursos naturais existentes. A coleta seletiva e posteriormente a reciclagem caracteriza-se no processo de separação de resíduos e rejeitos que foram despejados e perspectivamente no reaproveitamento do mesmo, um processo que reduz impactos socioambientais e proporciona a limpeza nas cidades, colaborando para a economia de alguns setores e estabelecendo melhores condições de sobrevivência.

Contudo os profissionais que realizam esse trabalho não são valorizados pelo poder público e pela sociedade, pelo fato de seu trabalho poder ser realizado por qualquer outra pessoa, uma vez que se trata da ocupação braçal, entendida como aquela que depende de muito pouco conhecimento adquirido. Percebe-se que as vezes os próprios catadores não têm a dimensão do quão seu trabalho é importante para o meio ambiente, reduzindo significativamente problemas de ordem social, a inserção dessas pessoas numa atividade, modificando as relações de ordem social ocasionadas por esse serviço, além de amenizar questões relacionadas ao solo, ao ar e às águas que afetam todo o ecossistema.

Porém,

apesar do importante papel sócio ambiental desempenhado pelos catadores ao coletar os recicláveis, eles são marginalizados e estigmatizados pela atividade que realizam, pois tem como objeto de trabalho aquilo que a sociedade de consumo rejeitou, chamado historicamente de lixo. Dessa forma, é atribuída a semântica negativa do lixo ao sujeito que com ele trabalha, e tira o seu sustento (ROLIM e MASSENA DE MELO, 2010)

Percebe-se que não é priorizado o trabalhador e nem sua atividade exercida, mesmo tendo em vista que para o funcionamento concreto de uma cidade, a questão do lixo é relevante, já que são produzidos 250 mil toneladas de lixo por dia e nem metade desse número é reciclado, porém sem o trabalho de catadores individuais e cooperativas de catadores, seria um grande caos, afetando e desarticulando todo o sistema urbano.

A coleta seletiva e a reciclagem são as melhores formas

de resolver o problema de lixo urbano. Na grande maioria das cidades brasileiras, o lixo é depositado a céu aberto, que causa poluição do ar, do solo e das águas, permitindo a proliferação de doenças, o que afeta a qualidade de vida da população. Com base nestes problemas, a sociedade, e sobretudo as organizações estão se esforçando para agir de modo responsável, procurando minimizar o risco em operações potencialmente agressivas ao meio ambiente, construindo ou reforçando sua imagem institucional.

CONCLUSÃO

Além da degradação ambiental, deve se perceber e se mobilizar a respeito da degradação social em que vivem essas pessoas, adultos e crianças, que sobrevivem da separação e comercialização dos materiais recicláveis presentes no lixo urbano como um grave problema social. É um trabalho que muitas vezes envolve toda a família, e deixa de fora da escola crianças e adolescentes, que moram em barracos próximos aos lixões, ficando sujeitos ainda a acidentes, além da vulnerabilidade social em relação a problemas como violência, abuso sexual, gravidez precoce e uso de drogas. As condições de trabalho são extremamente precárias, onde não é rara a contaminação e a ocorrência de doenças devido à esse trabalho. Além disso, essas pessoas vivem à margem de todos os direitos trabalhistas e sociais, excluídos do lucro que o mercado de reciclagem movimenta e produz. Conclui-se que a dificuldade do reconhecimento do serviço dos catadores pelos poderes públicos, família e sociedade, rebaixam o trabalho e o trabalhador, colocando um serviço tão necessário em segundo plano. A evolução da ideia baseada pelo senso comum que atribui o estigma atribuindo sentido de lixo ao sujeito que com ele trabalho deve ser desconstruída, para a evolução nas relações sociais com essas camadas menos favorecidas e para a melhora da sociedade urbana de maneira geral.

REFERÊNCIAS

BESEN, Gina Rizapah, Sustentabilidade dos programas de coleta seletiva com inclusão social: avanços, desafios e indicadores in: Encontro Nacional de Associação Nacional de pós graduação e Pesquisa em Ambientes e Sociedades, 2008, Brasília , DF.

BOSSI, Antônio de Pádua . A indústria da reciclagem: a organização capitalista dos catadores. Debates Contemporâneos.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA E APLICADA – IPEA. Situação social **das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável**: região nordeste.

ROLIM. Renata Souza; MASSENA DE MELO, Maria de FÁTIMA. A “inclusão social dos catadores de materiais recicláveis por meio da informalidade”

ADAMS, Telmo. **Vivendo e reciclando**: Associação dos Recicladores de dois irmãos. São Leopoldo: Editora Oikos Ltda., 2005.

